

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL DOUTORADO**

**José Silon Ferreira**

**JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:  
PRÁTICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DO VALE DOS SINOS**

**São Leopoldo, RS 2020**

JOSÉ SILON FERREIRA

**JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:  
PRÁTICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DO VALE DOS SINOS**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Aloisio Ruscheinsky

**São Leopoldo, RS 2020**

F383j

Ferreira, José Silon.

Juventudes e participação política : práticas dos estudantes do ensino médio do Vale dos Sinos / José Silon Ferreira. – 2020.

186 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2020.

“Orientador: Prof. Dr. Aloisio Ruscheinsky.”

1. Juventudes.
2. [Participação política](#).
3. Democracia.
4. Integração social.
5. Educação. I. Título.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

## **Agradecimentos**

*Agradeço, em primeiro lugar, a esposa, companheira e eterna namorada, Simone que partilhou comigo as alegrias e as angústias pelas quais passei durante estes 12 anos de formação ininterrupta da graduação ao doutorado, me dando sempre seu apoio incansável e incentivador, muito cuidado, carinho e amor.*

**“Cada qual sabe amar a seu modo; o modo, pouco importa; o essencial é que saiba amar.”** (Machado de Assis)

*Aos meus pais já falecidos por terem me amado e ensinado que a vida é bela quando temos muitas pessoas que nos amam.*

*Aos meus filhos, José Eduardo e Ana Carolina, aos quais dedico todo meu amor, agradeço a compreensão pelas minhas longas horas de ausência em suas vidas. Saibam que, procurei neste tempo, dar qualidade aos momentos que passamos juntos. Ao filho do coração, Alex, pela contribuição na elaboração das tabelas e gráficos, seja sempre bem vindo a nossa família.*

*Aos meus primos (as) Xandi e Siane, Leandro e Miriam quero dizer que são fonte de inspiração intelectual e que contribuíram muito para o meu aprendizado e busca do conhecimento.*

*A todos os meus **amigos**, os quais nem sempre pude desfrutar da companhia, mas que estão efetivamente presentes no meu coração.*

*Ao meu orientador, Prof. Dr. Aloisio Ruscheinsky, pelo constante incentivo, paciência e compreensão nos momentos difíceis e de dúvidas que enfrentei nos últimos dois anos sempre indicando a direção a ser tomada.*

*Ao Padre Hilário Dick, (in memory) agradeço em nome da minha família, pelo carinho, atenção, pelas tardes de domingo, pelos cafés, pelos passeios e pelas laranjas doces e feias. Acompanhar é cuidar, amar. Obrigado pelo cuidado aos jovens de ontem e de hoje. Sua ressurreição no(a) outro(a) é a esperança das juventudes.*

*Aos colegas, alunos do Instituto Estadual Seno Frederico Ludwig por acreditarem e apoiarem os projetos pedagógicos que contribuíram para o estudo desta tese. Muito Obrigado.*

## RESUMO

O tema da tese é pesquisar sobre juventude, democracia e participação política parece ser algo que contribuirá para confirmar ou contestar dados lançados em outras pesquisas sobre a relação da juventude e participação em face de análises da participação políticas. Essa temática suscita especial interesse em razão da imagem que foi construída de uma juventude alienada à cultura de consumo, altamente conectada pelas redes sociais e as novas tecnologias, porém apartada das questões políticas e sociais, tonando-se um alvo de críticas da mídia e por textos acadêmicos. Quanto ao objetivo trata-se de descortinar algumas características dos jovens a respeito dos processos presentes no cotidiano através de um intenso contato com suas respectivas redes de interface e mecanismos organizacionais. Os jovens abraçariam opções de um projeto social que levaria pelo caminho de contribuir com a nação pela via da democracia representativa? Ou seria essa uma geração que recebe e encontra uma forma de transmitir uma herança cultural, como tal, algo já pronto da sociedade como estável pelas suas regras e instituições em particular a escola? As reflexões apresentadas nesta tese foram sustentadas a partir de revisão bibliográfica sobre as categorias de juventudes, capital social, participação política e de observação de campo seguida da aplicação de um survey para jovens matriculados em estabelecimentos públicos e privados da cidade de São Leopoldo sobre a dimensão da participação política como uma atividade cotidiana e dos processos formativos a partir das suas percepções. No quesito da apresentação dos resultados parece que os jovens desconhecem a relevância da política com posicionamentos de indiferença ou aversão, talvez conviria conferir se é a forma predominante de se compreender e fazer política no país, não reconhecendo-os como interlocutores privilegiados.

Palavras Chave: Juventudes, participação, Democracia, Integração social, Educação.

## ABSTRACT

The thesis subject is to research about youth, democracy and political participation looks like something that will contribute to confirm or contest data launched in other studies about the relationship of the youngsters and the participation in the face of the analysis of political participation. According to that, this matter raises special concern about this youth image that was built, considering them alienated about consumer culture, highly connected by social media and the new technologies, but disconnected about social and political issues, becoming the target of criticism by the media and scholarly texts. About the objective, it's a matter of unveil some characteristics of the youngsters in reference to the processes that happen in everyday life, by an intense contact with their own interface networks and organizational mechanisms. The formulation of the research question: The youth would accept the options of a social project that would take by the way of contribute with the nation through representative democracy? Or would that be a generation that receives and finds a way to convey a cultural inheritance, as such, something already shaped by society stably, by your rules and institutions, especially the high school? The reflections presented in this thesis was sustained by a literature review about the youth categories, share capital, political participation and empirical observation followed by an application of a survey to high school students of private and public schools in the city of São Leopoldo about the dimension of the political participation as a daily activity and the constitutive processes in their perceptions. In result of this, it seems that the younger generation doesn't know the relevance of politics with their indifferent and aversion behavior, perhaps will be convenient to check if this is the predominant form of comprehend and make politics in the country, not recognizing young people as privileged interlocutors.

Key Words: Youth, Participation, Democracy, Social integration, Education.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Grafite produzido por jovens em frente à Escola durante ocupações. ....	96
Imagem 2 –Reunião de um Educador no Instituto Seno Frederico Ludwig durante a ocupação. ....	99
Imagem 3 –Momento da Assembleia para definir próximos passos.....	129

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil dos Jovens por estabelecimento e gênero. ....	18
Gráfico 2 Raça e Etnia .....	20
Gráfico 3- Raça e Etnia. ....	45
<b>Gráfico 4- Qual a opinião do jovem sobre o voto facultativo. ....</b>	<b>49</b>
Gráfico 5. <i>A escola está ligada aos problemas atuais?</i> .....	53
Gráfico 6- Há debate na escola?.....	55
Gráfico 7- A participação e apreciação da política. ....	62
Gráfico 8- Qual o seu envolvimento em um partido político.....	63
Gráfico 9- Você participou de alguma manifestação por direito.....	67
<b>Gráfico 10- Percepção dos jovens sobre política. ....</b>	<b>69</b>
Gráfico 11- Comportamento Eleitoral dos jovens nas últimas eleições. ....	73
<b>Gráfico 12- Temos direitos reconhecidos mas não conhecemos. ....</b>	<b>86</b>
Gráfico 13- Siglas e significados .....	106
Gráfico 14- Religião e frequência a culto religioso. ....	108
Gráfico 15- Idade que fez o título de eleitor. ....	116
Gráfico 16 – Simpatia por partidos.....	117
Gráfico 17- A importância da vivência e do aprendizado. ....	141
Gráfico 18 Representação dos interesses da população pelos políticos.....	145
Gráfico 19- Escola está ligada aos problemas da Sociedade. ....	152
Gráfico 20 Em que área estão os debates que acontecem na escola?.....	156
Gráfico 21- Quais as sugestões para uma escola democrática.....	157

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Mudanças na participação juvenil.....	65
Quadro 2 Número de Jovens Eleitores x Alistados .....	81
Quadro 3 – Falas obtidas a partir do whasApp do coletivo .....	131

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Questões do perfil por estabelecimento, gênero e idade. ....	19
<b>Tabela 2:</b> Ordenamento das Unidades da Federação, por indicadores do IDJ -Brasil, 2007.....	<b>35</b>
<b>Tabela 3 Voto Juvenil nas eleições Municipais .....</b>	<b>41</b>
<b>Tabela 4. Bairro e faixa etária.....</b>	<b>45</b>
Tabela 5- Qual a maior dificuldade do jovem conseguir um emprego.....	59
Tabela 6 - Qual o espaço que o jovem participa. ....	105
Tabela 7- Atitude frente à participação política.....	119

**LISTA DE SIGLAS**

2° CRE	Segunda Coordenadoria de Educação
ECA	Estatuto da Criança e Adolescência
FSM	Fórum Social Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IDJ	Índice de Desenvolvimento Juvenil
OJV	Observatório Juvenil do Vale
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
SEDUC	Secretaria da Educação
TICs	Tecnologia de Informação e Comunicação

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. CONCEITOS, PESQUISAS E PRÁTICAS SOCIAIS.....</b>	<b>24</b>
2.1 Navegando nas variações da categoria juventude.....	25
2.2 Gerações e mudanças políticas.....	36
2.3. Pesquisas e resultados no campo da Juventude.....	46
2.4 Capital social, agrupamentos juvenis e a formação para a cidadania.....	51
2.5 Nos caminhos da participação.....	58
2.6 As Formas e Estratégias de Participação Política.....	75
<b>3 PROTAGONISMO JUVENIL - ALIENAÇÃO E PARTICIPAÇÃO .....</b>	<b>88</b>
3.1. Os sujeitos sociais e suas circunstâncias.....	89
3.2 Os Jovens como Atores Sociais e Políticos: Lições da Experiência.....	100
3.3 As dificuldades da integração social: os jovens como beneficiários.....	111
3.4 Juventudes e a ação política como instrumento de cidadania.....	116
3.5 Uma análise de uma ocupação escolar a partir da Sociologia da Escuta.....	128
<b>4. JUVENTUDES E ALFABETIZAÇÃO: CONHECIMENTO E POLÍTICA.....</b>	<b>138</b>
4.1 Sociologia, Ciência política em Sala de Aula.....	140
4.2. Uma escola que toma partido faz a escolha pelo protagonismo.....	151
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>164</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>170</b>
<b>ANEXO.1.....</b>	<b>180</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Nesta Tese iremos discutir temáticas relativas ao campo da juventude, as concernentes interações sociais e as atinentes formas de participação social. Neste interim se estreita um conjunto de relacionamentos, se conformam interesses múltiplos e práticas sociais concretas ou simbólicas. Cada um destes termos possui significados múltiplos que se consolidam como noções amplas e diversas, que por sua vez se organizam e se reorganizam em visão de mundo e resoluções diversas oferecendo sentido aos processos sociais.

A participação dos jovens contempla formas específicas de interação social, entre outros aspectos, grupos de lazer, esportivos, educativos, profissionalizantes, culturais, consumeristas, religiosos, de violência como gangues e contravenções ou em movimentos sociais e estudantis, ONGs, associações comunitárias. Existem, portanto, diferentes ênfases e sentidos para a noção “participação” e diferentes formas de realizá-la afetando as relações sociais. A construção de formas cotidianas de participação da juventude nos remete à dimensão que conduz a adesão a agrupamentos construídos como relações sociais ou como dimensões inerentes à organização social. Ao mesmo tempo reporta a presença dos cidadãos em processos de interação e decisórios dentro de mecanismos institucionais ou não, que se denomina usualmente como participação cidadã.

Os jovens são objeto de estudo nas ciências sociais tendo como resultado abordagens teóricas ou como uma categoria do pensamento uma vez que a sua constituição se reporta a um fenômeno na realidade. Para alguns analistas os jovens e a juventude carregam na pele, mesmo em forma de ausência ou em forma de algo desconhecido, uma sensibilidade histórica de resistência aos enquadramentos institucionais previamente existentes. Por isso, estariam suscetíveis aos altos e baixos quanto à persistência numa ação ou coerência, diante da sua percepção quanto à demora ou celeridade com que as coisas mudam. Além disso, se considerarmos um processo de formação, fica evidenciado que não é de uma hora para a outra que um indivíduo sabe ou se torna sujeito da e na história.

A investigação como deslumbramento de um fenômeno da realidade nos remete a dados importantes, como: estatísticas demográficas, novas estéticas, trabalhistas e eleitorais. Isso tudo pode circunscrever-se em oportunidade em que se transforma o jovem em um ator social, portanto sujeito ativo do processo em face das normas, acordos, relações sociais e políticas vigentes. Isto é, um objeto de estudo e de ação política. Diante disso, pode-se distinguir o que os jovens dizem de si mesmos e o que os adultos dizem deles. (DICK,2009)

Podemos confirmar isso nas pesquisas e estudos realizados ao longo dos anos que apresentaremos nesta tese, também pode-se salientar que existem enfoques de teorias que corroboram com o que se pretende afirmar: as interações sociais efetivas conformam um (des)interesse em política da população jovem ou participar de espaços públicos que ratifiquem relacionamentos intersubjetivos. Assim, os jovens continuam seguindo uma tendência social que apresenta a politização como um desafio para a democracia como um valor universal.

Na gênese da presente investigação existe um encontro com os seus achados e desafios e um encantamento com o tema. Nos últimos anos fui pesquisador voluntário no Observatório Juvenil do Vale, onde tive a oportunidade de trabalhar com os professores Dr. Hilário Dick e o Dr. Carlos Gadea. Neste período, participei de pesquisas relevantes sobre juventudes que envolviam temas sobre religião, cultura, criminalidade, projetos sociais, participação social e gênero. Também tomei contato, mediante leituras de textos analíticos e teóricos a propósito de temas estudados sobre a categoria juventude ao longo das últimas décadas, no Brasil e na América Latina. E, um dos temas que me despertou interesse foi sobre a participação de diferentes segmentos sociais e a participação na Política Institucional pelos jovens com o direito ao voto facultativo.

Considerando uma justificativa pessoal, convém compreender a existência de um olhar possível, apesar de uma tentativa de deslocamento epistemológico, será de um sêniora observar o que sucede numa outra geração. Portanto, existe aí uma dupla dimensão, tentar falar de e ao mesmo tempo uma tentativa de colocar-se no lugar de alguém.

A escolha do tema de pesquisa leva à opção de inserção em um contexto social específico que atenda à demanda intelectual do antropólogo. Questões iniciais de dificuldades ou impedimentos em torno das condições sociais concretas são levadas em consideração para a reciprocidade desejada. Acima de tudo, as pessoas devem estar atentas à intenção do pesquisador e somente na disponibilidade e cumplicidade a pesquisa tem sua continuidade.

Ao confrontar este tema no meu cotidiano como professor de sociologia e assessor de grupo de jovens, pude desenvolver atividades a partir da “sociologia da escuta” (Melucci, 2004). Um olhar para a experiência cotidiana dos sujeitos, a relação da sua visão com o mundo do entorno, procurando compreender as mobilizações das forças individuais e coletivas. Nestas práticas fui instigado a me filiar a uma sociologia da escuta, como capacitação para os contatos com o observado, com um compromisso ético e científico de observar os sujeitos com sua história peculiar, considerando o ponto de partida e de chegada, os dilemas e contradições, as alegrias e emoções, os tensionamentos e conflitos na trajetória. Este lugar não é neutro de sentidos. Cada evento está vinculado ao contexto social em que ocorre a ação humana. Nos encontros com as turmas e com os grupos focais procurei fazer este exercício de afastamento mesmo sabendo de alguma forma o tema e a relação com os grupos poderiam ser influenciados pela minha trajetória.

O esforço de construção desse cenário social é, portanto, fundamental em qualquer escrita para que os futuros leitores possam compartilhar as nuances que nortearam os procedimentos sociais nos atos interativos, bem como ter dados mínimos sobre as disposições sociais que estavam em jogo nas interações cotidianas. Esse contexto é elaborado a partir de dados observados, estudos históricos, revisão bibliográfica de pesquisas já desenvolvidas sobre o assunto, análise de discursos e documentos históricos, estudo de imagens produzidas, etc., enfim, um conjunto de dados empíricos e conceituais coletados e interpretados nesta atitude pesquisa e de reconstrução do conhecimento produzido sobre o universo social investigado.

Nestas atividades também se confirma que jovens entre 16 e 17 anos, matriculados no Ensino Médio, que participam destes espaços, possuem restrições à Política Institucional, aos partidos políticos, alistamento eleitoral, mesmo sendo ativos em movimentos estudantis ou movimentos sociais. Percebendo esta desconexão entre a participação e cooperação destes jovens (ativa) em alguns espaços sociais e

o interesse deles pela participação Institucional (eleitoral). De fato ainda parece haver escassez de literatura sobre este tema no Brasil, razão que me impulsionou a pesquisar quais as lacunas e as possíveis contribuições existentes para o debate deste tema.

Sabendo da relevância para Ciência Social da realização de uma investigação para a produção de conhecimento nesta área ainda resta algo por ser explorado ou examinar sob outros ângulos. Este estudo pretende analisar aspectos da relação com a política institucional (eleições), participação social e interesses por temas que mobilizam os jovens que estão matriculados nas redes públicas e privados, na cidade de São Leopoldo. Essa temática suscita especial interesse em razão da imagem que foi construída de uma juventude alienada à cultura de consumo, altamente conectada pelas redes sociais e as novas tecnologias, porém apartada das questões políticas e sociais, tornando-se um alvo de críticas da mídia e, evidentemente, também por textos acadêmicos.

Diante disso, ficam alguns questionamentos pertinentes ao tema, como: Os jovens abraçariam opções de um projeto social que levaria pelo caminho de contribuir com a nação pela via da democracia representativa? Ou seria essa uma geração que recebe e encontra uma forma de transmitir uma herança cultural, como tal, algo já pronto da sociedade como estável pelas suas regras e instituições em particular a escola? Essas expectativas advindas de correntes ideológicas distintas se unem ao mesmo tempo que colocam uma carga, uma perspectiva, expondo o papel social a ser cumprido pelas novas gerações e, em cima disso, constroem ideais e modelos de juventudes. No entanto, não se questionam em relação as interações sociais como particularidades da inserção real dos jovens na sociedade contemporânea. Nesse sentido, é possível dizer algo quanto ao engajamento político das gerações jovens passadas em comparação com as gerações atuais?

É possível apontar outros ou um leque de fatores que podem levar ao perfil de distanciamento ou a rejeição à política, sob seus diversos aspectos, além da suposta alienação e grau de informação. Por isso, objetiva-se pesquisar quais podem ser esses fatores, buscando contribuir com uma forma de repensar o mito de massa homogênea ou amorfa, bem como procurar esclarecer uma possível existência de uma posição de crítica ao que está posto como condição da atuação na área política. Assim, a cultura política dos jovens na contemporaneidade brasileira situa-se entre a

suposta passividade em face da lógica ou da cultura do consumo e uma expressão ofuscada de rebeldia em busca de outras lógicas do que a conformação.

Efetivamente constituído um imaginário social da juventude se dá por conta do capital social que estes jovens carregam como efeitos das interações sociais e seus aprendizados e experiências coletivas. A ideia de pesquisar sobre juventude, participação social e ação política surge como algo que, com certeza, irá contribuir para a compreensão e leitura de dados constatados em outras pesquisas sobre os nexos entre os termos enunciados, tais como juventudes, participação ou ação política e a dimensão institucional.

Além disso, destaque-se a relevância social dos estudos sobre a geração juvenil, pelo fato de ser alvo ou campo de ação de setores públicos e privados, como por exemplo, políticas de ação afirmativa e a publicidade. Ao mesmo tempo, nas incertezas do futuro as novas gerações estão suscetíveis a manifestações de formas de preconceito e discriminação. Neste contexto, as pesquisas a este respeito podem contribuir para elucidar relações sociais, ao invés de naturalizar, no intuito de erradicar mediante a elucidação da iniludível convivência com a alteridade.

O significado social e a relevância científica dos estudos da participação sociopolítica dos jovens parecem importantes para se projetar o futuro da democracia. Especialmente na medida em que o objetivo primordial passa pela abordagem dos aspectos teóricos e práticos das formas de expressão e organização juvenil e relações sociais envolvidas, com a devida compreensão das práticas sociais e das representações sociais dos agentes (ABRIC, 1998; JODELET, 2001).

Como elaborações conceituais norteadoras dessa pesquisa estão alguns fenômenos que serão apresentados e interpretados, dado a valorização e a maleabilidade que o discurso exige. Dentre tantos temas abordados, teremos: a juventude, participação, apatia/alienação, partidos políticos, capital social, ação política, representação social. Contudo, o fenômeno que poderia indicar uma adesão às práticas políticas institucionais nesse segmento da população brasileira, incrementou uma noção de participação, mas com isto negando a representatividade democrática?

Aparentemente, para alguns teóricos é patente a percepção de um frágil interesse do público juvenil pela política institucional, mesmo que o isto não possa ser

dito quanto ao ímpeto pela participação social (RIBEIRO, 2016). Isso mostra a relevância atual de compreender de maneira mais eficaz como se desenvolvem, no público juvenil, as atitudes que levam a uma participação social e o reflexo no envolvimento efetivo no sistema político institucional.

De acordo com a Secretaria Nacional da Juventude (2015. p. 30-31), em 2013, havia 56 milhões de estudantes no Brasil no sistema educacional, estes por sua vez encontravam-se distribuídos/as em níveis diversos, etapas e modalidades. Destes 76,3% cursavam instituições públicas, sendo deste contingente, 37,2% eram adolescentes e jovens com idades entre 14 e 29 anos. No Ensino Médio estavam, em 2013, 43% na idade de 14 a 29 anos, somando 9 milhões. Ora, estes dados também denotam, por dedução, que um percentual significativo de adolescentes e jovens encontram fora do sistema educativo ou numa situação de defasagem entre série frequentada e a respectiva idade. As causas parecem acima de tudo complexas, dentre elas o incentivo familiar<sup>1</sup>, condições socioculturais, abandono e/ou reprovação.

Dados da Segunda Secretaria de Educação (2ºCRE-SEDUC) de 2018, 55% das crianças, adolescentes e jovens de São Leopoldo com mais de 14 anos estudaram, no máximo, até a quinta série do ensino fundamental; 95,6% da população são alfabetizadas. No total, o município possui cerca de 40 mil estudantes nos níveis fundamentais e médios e 2.166 professores. Sob a perspectiva do cuidado, o Observatório Juvenil do Vale publicou Juventudes e Adolescências, e um dos capítulos se intitula O encontro de cuidados e contrastes – projetos socioassistenciais para adolescentes e jovens na sociedade leopoldense em confronto com perspectivas adolescente-juvenis do jornal Vale dos Sinos. De alguma forma, a presente pesquisa complementa os dados analisados.

Alguns passos quanto aos procedimentos metodológicos: ou seja, o caminho percorrido. Para sustentar a relevância do presente estudo se debatem concepções teórico-metodológicas presentes nas investigações sobre múltiplas facetas da temática em destaque. Diante da complexidade das relações sociais em que se situa o tema da juventude aponta-se a conveniência de empregar variadas estratégias

---

<sup>1</sup> Quando me refiro a família ou incentivo familiar não estou me referindo as questões parentais e sim as questões de cuidado, acompanhamento e proteção das juventudes no seu meio familiar construído e não teorizado.

metodológicas que possam contemplar as suas facetas a explorar. Ao mesmo tempo, tenho ciência quanto à vigilância epistemológica para as armadilhas da proximidade com o campo de investigação e a sua influência tanto na elaboração dos problemas de pesquisa, quanto na análise dos resultados.

Para os fins de consolidar uma tese em ciências sociais apresentaremos dados e pesquisas com o enfoque da participação política de um segmento específico da população. Neste trabalho apresentamos dados empíricos que vislumbramos principalmente das atitudes políticas e participativas de jovens brasileiros situados em São Leopoldo, especialmente com o trabalho de campo, grupos focais e questionário. O interesse na política, a afinidade ideológica, a visão das políticas públicas e da cidadania e a orientação da votação são alguns dos temas que vamos abordar bem como opiniões sobre o sistema político brasileiro e participação e interesses de jovens matriculados nas redes públicas e privadas da cidade de São Leopoldo. Entre outros aspectos teremos o interesse e a opinião dos jovens sobre o voto facultativo dos jovens de 16 e 17 anos, na sua maioria ainda matriculada no Ensino Médio das redes estaduais e particulares. Nesta pesquisa procuramos descrever as principais características, da experiência juvenil e apresentar caminhos teóricos para discussão sobre a participação dos jovens e seu protagonismo na sociedade.

A pesquisa tem como temática a participação das juventudes nas práticas culturais, sociais e políticas buscando compreender o sentido destas e suas perspectivas real ou potencialmente forjadoras de cidadania. Isto se encontra em consonância com a metodologia que efetuará um levantamento de dados sobre estas práticas, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, assim como observações de campo e práticas profissionais. Entre as Escolas de São Leopoldo, foram escolhidas, para a aplicação dos questionários:

- A Escola Estadual de Ensino Médio CAIC Madezatti, localizada na Av. Integração, 1009, Bairro Feitoria (= Centro de Atenção Integrada à Criança).
- O Colégio São Luís, localizado na Rua Bento Gonçalves, 1375, Centro.
- O Colégio Sinodal, localizado na Avenida Doutor Mário Sperb, 874, Bairro Morro do Espelho.
- A Escola Estadual de Ensino Médio Olindo Flores da Silva, localizada na Avenida Tomaz Edson, 2158, Bairro Scharlau.
- Escola Estadual Emílio Sander, no Arroio da Manteiga.

- Escola Estadual de Ensino Médio Vila Lobos, localizado no Centro de São Leopoldo.
- Escola Estadual Dr. João Daniel Hillebrand, localizada na R, Rua Otto José Boll, Sn – Feitoria. Escola de modalidade de Ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Universidade do Vale dos Sinos- UNISINOS (5) <sup>2</sup>

Elaboramos um questionário<sup>3</sup> com 53 perguntas objetivas. O questionário aplicado começa com 12 perguntas sobre a identidade. Seguem 7 perguntas sob o subtítulo “Ser Jovem”. Uma segunda parte, com 4 perguntas deseja perceber os valores e as referências sociais dos adolescentes e jovens. Uma terceira parte, também com 4 perguntas, refere-se a uma postura frente e à questão do trabalho. Uma quarta parte trata de cultura e lazer, com 9 perguntas. Por fim, o questionário tem o título “Percepção da Escola/Educação/Política” com 17 perguntas. A pesquisa gira, portanto, em torno de 5 questões: 1. Identidade = 12 perguntas; 2. Ser jovem = 4 perguntas; 3. Trabalho = 4 perguntas; 4. Cultura e lazer = 9 perguntas; 5. Escola, educação, política = 17 perguntas. Ao todo 53 perguntas em cinco títulos que esta disponibilizada em um bando de dados com acesso no blog<sup>4</sup> do Observatório Juvenil do Vale- OJV

---

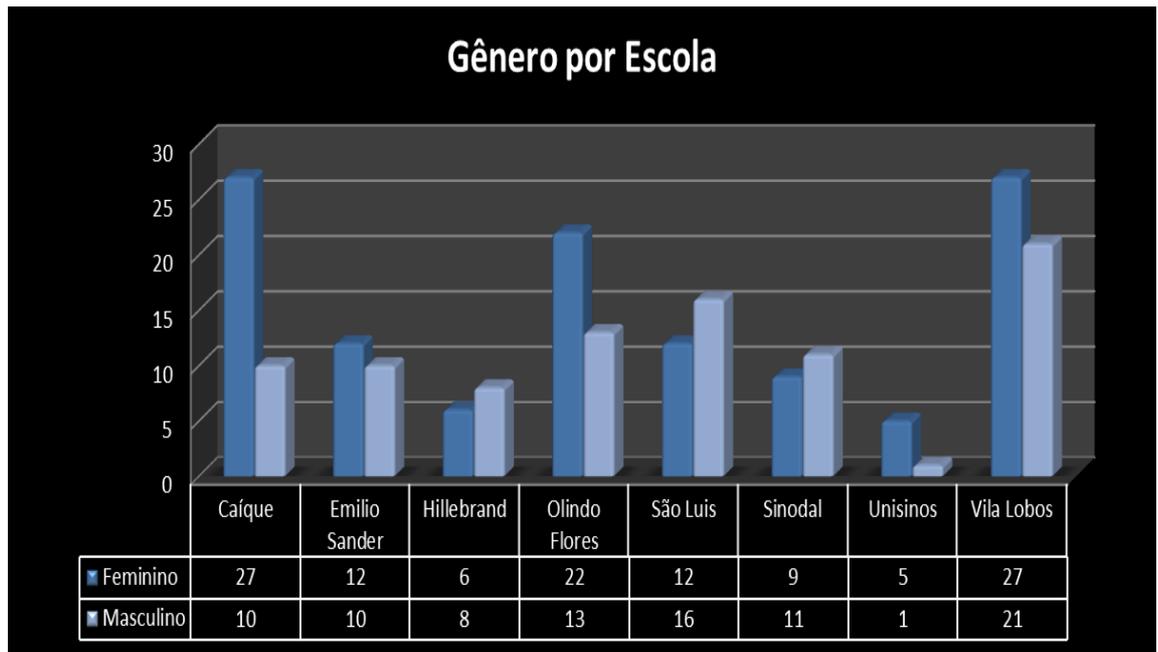
<sup>2</sup> Por se tratar de uma situação muito diferenciada, não consideramos, na análise, os questionários da UNISINOS. Tem 2 colégios do Bairro Feitoria porque ela é o maior bairro de São Leopoldo, em torno de 60 mil habitantes.

<sup>3</sup> Ver Anexo.1

<sup>4</sup><http://observatoriojuvenildovale.blogspot.com/>

Quanto ao perfil dos respondentes

Gráfico 1 – Perfil dos Jovens por estabelecimento e gênero.



Fonte: Elaboração do autor 2020- (n=1,3)

- Gênero

57% das respostas são do gênero feminino e 43% do gênero masculino. Esta diferença é um pouco grande, isto está relacionado à composição de gênero nos espaços de realização da investigação. A proporção nacional brasileira, nesta questão do feminino e masculino, é bem menor, apesar de haver mais mulheres que homens. Segundo dados do IBGE de 2016 São Leopoldo tinha uma população de 55.427 jovens entre os 15 e 29 anos, uma relação de 48,40% de masculino e 51,60% feminino.

- Quanto à idade a faixa etária dos 15 a 17 anos e de 18 a 20 anos se aproxima muito: 38,7% e 34,7%, respectivamente, o que pode ser um sintoma das regiões pobres como campo de pesquisa. A aplicação do questionário e a escolha das instituições de ensino revelam a postura dos jovens da periferia e da não-periferia. Podemos perceber na Tabela 1 que este perfil de idade se acentua nas escolas de periferia e públicas.

**Tabela 1:** Questões do perfil por estabelecimento, gênero e idade.

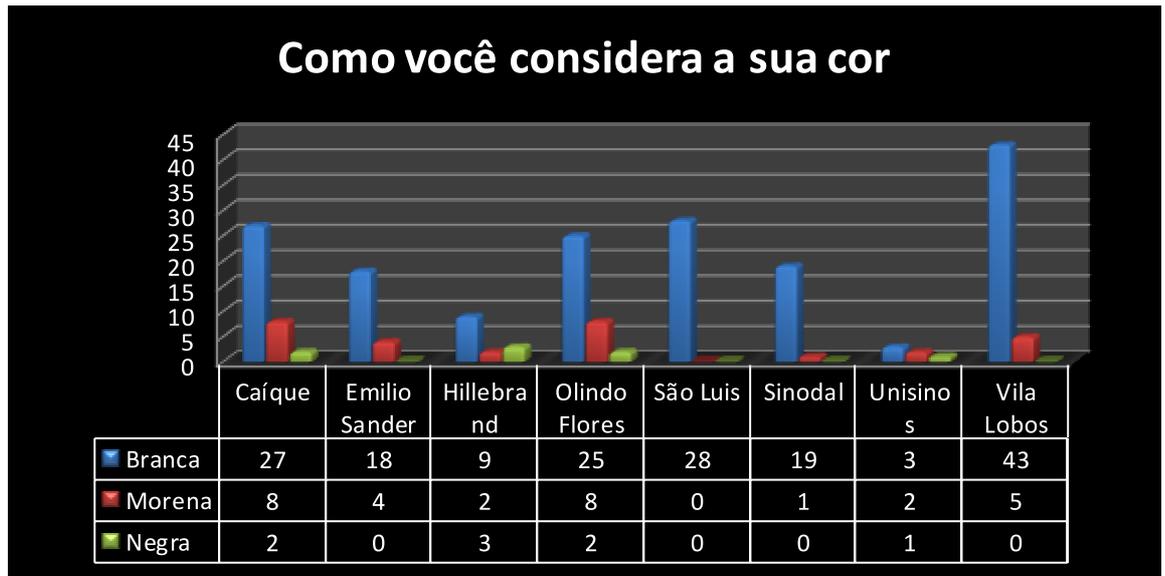
1. IDADE			2.Sexo:		3. Total
			Feminino	Masculino	
15-17	Escola	Caíque	8	3	11
		Emilio Sander	5	3	8
		Hillebrand	3	5	8
		Olindo Flores	8	4	12
		São Luis	6	6	12
		Sinodal	5	4	9
		Vila Lobos	11	7	18
		Total	46	32	78
18-20	Escola	Caíque	19	7	26
		Emilio Sander	7	7	14
		Hillebrand	2	2	4
		Olindo Flores	14	9	23
		São Luis	6	10	16
		Sinodal	4	7	11
		Unisinos	2	1	3
		Vila Lobos	16	14	30
Total	70	57	127		
21-24	Escola	Hillebrand	1		1
		Unisinos	3		3
		Total	4		4
25-29	Escola	Hillebrand		1	1
		Total		1	1

Fonte: Elaboração do Autor 2019- Questões: Escola, 1 e 2

- Quanto à raça e etnia? Segundo dados IBGE 2016 em São Leopoldo não estavam matriculados na rede pública e privada, do fundamental e médio, 366 jovens negros/pardos entre 14 e 17 anos que não frequentavam (números absolutos). Foi solicitado aos jovens que respondesse ele se percebia quanto a sua cor (questão 3). No ensino médio o número de negros que acessam a instituição de ensino é quase inexpressível. Podemos perceber no gráfico abaixo que existe um branqueamento dos indivíduos que ocupam as salas de aula do ensino médio. 84% se dizem “branca”; 14% afirmam-se morena e 2%

afirmam-se negra. Estes números podem ser de interesse para reavaliar as políticas públicas para as minorias no município.

Gráfico 2 Raça e Etnia



Fonte: Elaboração do autor 2019- (n=3)

Como objetivo central esta pesquisa visa contribuir com o entendimento da vivência juvenil investigando suas questões, dificuldades e potencialidades, posturas e posicionamentos, a partir do relato de suas práticas, opiniões, interesses, preocupações e percepções sobre temas relacionados a participação social e política. ((Entre outros objetivos aludimos especificamente a 1) identificar teorias e pesquisas que abordam e discutem o tema da participação das Juventudes em diferentes âmbitos sociais para construir o referencial teórico; 2) analisar dados sobre o comportamento eleitoral dos jovens em face de eleições, municipal, estadual e federal nos pleitos de 2016 e 2018, ou seja, o porquê votar quando não é obrigatório; c) analisar qual o papel das juventudes no processo da construção de uma cultura política a partir da motivação em participar de espaços de construção democrático como a escola, grupos de jovens e grupos religiosos.

Diante dos objetivos que norteiam esta tese, cabe delinear o problema da pesquisa, parte-se do pressuposto de que toda prática social possui um fundamento numa determinada visão de mundo e a perspectiva de uma inserção em sua

orientação em expectativa de futuro. A presente tese buscou contribuir para compreender a relação entre as práticas sociais atinentes às juventudes, participação social como condição de confiança para expressar preferências ou demandas dentro de um ativismo da cidadania e participação política dentro da esfera institucional como requisito de adesão à democracia. Em suma, tendo por hipótese nem a predisposição para a participação social e nem a baixa participação dos jovens nos pleitos eleitorais e no alistamento eleitoral, leva-nos a perguntar sobre quais os fatores que ajudariam a explicar o interesse dos jovens por um amplo leque de formatos participativos, incluindo a representação política e como tal aproximação influenciaria nos resultados de alistamento e eleições?

A pesquisa também vislumbrou de alguma forma realizar uma abordagem dos processos educativos ou a formação política no interior das práticas juvenis na cidade de São Leopoldo. Com isto compreender e interpretar como se engendra a participação e neste ínterim ocorrem os processos de formação cultural, social e política. A pesquisa observará ou vai auscultar se existe a participação em organizações ou coletivos juvenis na esfera política, social e cultural, como coletivos não convencionais no campo das ciências sociais em que circular questões políticas de caráter geral e em temas sociais específicos (como as questões étnico-raciais, as relações de gênero e a diversidade sexual), bem como aqueles voltados à cultura como religião, música e ao esporte e lazer.

Para construirmos os parâmetros desta tese que nos ajudaram a conhecer o comportamento e as características dos Jovens em relação a participação social e política na cidade de São Leopoldo e a sua participação nas urnas das eleições de 2016 e 2018 apresentaremos nos próximos capítulos uma revisão bibliográfica dos principais teóricos que abordam este tema. Em um primeiro levantamento não encontramos pesquisas relacionada com participação social e política entre jovens nesta faixa etária. Para isso foi realizado:

- a) Um levantamento dos principais teóricos que tem pesquisado e publicado sobre o tema no Brasil.
- b) Uma leitura aprofundada dos referenciais teóricos citados na bibliografia apresentada no projeto de qualificação
- c) A elaboração e a aplicação de um questionário semi-estruturado que foi aplicado com jovens sobre o tema. A aplicação dos questionários para 210 jovens, em

anexo já testado em duas pesquisas (GADEA, s/d; GADEA et al, 2015) com algumas alterações, com Jovens de instituições de ensino públicas, privadas e grupos de Jovens.

- d) Realizar confrontos entre o material encontrado com as teorias estudadas, com a finalidade de obter uma síntese orientada pelos conceitos teóricos do trabalho.
- e) Elaboração de um plano de estudo de ciências políticas para disciplina de Sociologia e para grupos interessados na formação política de jovens.

As fontes utilizadas para a realização desta pesquisa acadêmica foram inicialmente dados obtidos por órgãos de pesquisa e entidades/instituições públicas. Entre eles: Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística- IBGE, Sítios de informações do Tribunal da Justiça Eleitoral, Diário de Campo, Acervo de memória da Câmara Municipal de São Leopoldo, Acervo dos partidos Políticos.

Para ajudar na compreensão dos dados e materiais obtidos, bem como na elaboração e nas leituras dos questionários semi-estruturados levando em conta a população pesquisada 33.520 jovens espalhados pelos bairros, considerando uma margem de erro de 10% aplicamos aproximadamente 210 questionários distribuídos equitativamente entre estabelecimentos da rede pública e privada. Teremos como base teórica e metodológica Gaskell (2007). O autor entende que a pesquisa social se apóia em dados sociais – dados sobre o mundo social – que consistem os resultados e são construídos nos processos de comunicação. Dividindo estes dados em Comunicação informal (pessoas podem falar, desenhar ou cantar do modo que queiram, sobre si ou sobre os outros) e Comunicação formal que seguem regras, de como escrever, falar ou retratar (Jornais, fotografias, quadros). Portanto, segundo o autor, o papel do cientista social é reconhecer e analisar um grupo social nestas representações de comunicações.

A presente pesquisa utilizou como já afirmamos, das abordagens quantitativa e qualitativa, buscando assegurar a realização de todos os objetivos propostos. A pesquisa qualitativa quer aprofundar a compreensão das revelações sociais, o universo de significados, motivações, crenças e valores dos sujeitos, buscando aprofundar os “por quês” das coisas e, com isso, trazer novas informações. Este enfoque investigativo, por sua vez, vai trabalhar com dados quantificáveis. Os dados obtidos foram tabulados pelo Software IBM SPSS Statistics Standard. Que posteriormente elaboraremos gráficos com fins de leitura e análise qualitativa dos

dados. Nesta perspectiva SOBRINO (2007) trata da “honestidade com a verdade” ou da honradez com o real. A avaliação que nos propomos considera isso como princípio norteador.

Nossas amostras querem ser representativas da população em estudo conforme delimitamos acima. Nossa centralidade é a objetividade e utiliza-se de instrumentos padronizados, ao mesmo tempo em que dimensões subjetivas por meio das representações sociais encontram-se igualmente presentes. Isto permite que o afastamento da “dicotomia sujeito-objeto, confere um novo estatuto ao que se convencionou chamar de ‘realidade objetiva’, definida pelos componentes objetivos da situação e do objeto” (ABRIC, 1998, p.27). Por sua vez, Michel de Certeau (2011) nos convida a reinventar o cotidiano, dispondo das diversas fontes para preencher as lacunas da memória, conferindo corpo e sentido à narrativa histórica. A história cultural está no centro dessa metodologia, em conjunto com a ‘nova’ história política e a ‘nova’ história social, cujas fronteiras são fluidas e móveis, o que é próprio da vanguarda.

Como opção metodológica de pesquisa, complementa o material oferecido pelas fontes primárias ao permitir conhecer e aprofundar conhecimentos específicos sobre determinada realidade apresentada nos escritos e imagens, além de incluir no rol de fontes os relatos de elementos sociais que não deixam registro de sua história, possibilitando assim, que quem não conta sua história tenha sua história contada: a história das minorias. No relato do indivíduo estão os elementos sociais que constroem seu momento histórico, conforme Lang (1996):

O relato de uma vida, de parte de uma vida, ou mesmo o depoimento sobre um fato, não significam tão somente a perspectiva do indivíduo, pois esta é informada pelo grupo desde os primórdios do processo de socialização. A versão do indivíduo tem, portanto, um conteúdo marcado pelo coletivo ao lado certamente de aspectos decorrentes de peculiaridades individuais. (p.45)

O autor reforça que o pesquisador por meio das fontes orais apreende as relações sociais. Não podemos nos prender apenas nos conhecimentos dos fatos isolados, mas para além destes fatos é fundamental olhar as relações sociais e processos que as movem, ou seja, partir do conhecimento da micro realidade é possível visualizar a totalidade social: da visão da conjuntura à estrutura. “É no indivíduo que a História Oral encontra sua fonte de dados, mas sua referência não se esgota nele, dado que aponta para a sociedade” (LANG, 1996, p.38)

## 2. CONCEITOS, PESQUISAS E PRÁTICAS SOCIAIS

No percurso do presente capítulo será feito um filtro sobre a ótica metodológica usada por teóricos que estudam, há três décadas, o fenômeno juvenil. Em tal empreendimento leva-se em consideração quatro formas perspectivas sociológicas para compreender a realidade social desse fenômeno: a compreensiva, da experiência, a relacional e da ação. Cada uma dessas formas de ler a realidade do fenômeno juvenil está baseada em diferentes amiúdes, como por exemplo, a teoria que busca compreender o mundo juvenil por meio de questionamentos a partir do outro, neste caso, intercâmbios entre o mundo adulto e juvenil. Outra ótica sociológica proporciona uma leitura de experiências vividas pelos sujeitos em suas relações afetivas e grupais. A dimensão relacional sob a perspectiva de enfatizar as relações sociais, ou seja, como os jovens se relacionam entre si e a sociedade diante das rápidas mudanças tecnológicas e informacionais. Por fim no mundo juvenil o conceito de “ação” define como os jovens se organizam e se revelam como agentes quais são suas preferências e em que espaços são usados para o seu protagonismo como sujeito social ativo.

A pesquisadora Helena Abramo (2007) realiza um resgate onde podemos perceber a construção representacional do mundo juvenil em épocas diferentes: 1) dos “rebeldes sem-causa” dos anos 1950, representação incorporada pelo espectro da desobediência e do desvio associado ao comportamento dos jovens; 2) a atemorização da ordem social nos anos 1960 e 1970, representada na luta concreta de transformações sociais por meio de muitos grupos jovens engajados em movimentos juvenis que marcaram esse período; 3) os jovens dos anos 1980, rotulados como individualistas, consumistas, apáticos e indiferentes aos assuntos da esfera ou espaços públicos<sup>5</sup>, contrapondo-os aos jovens dos anos 1990 que se caracterizariam pela mobilização juvenil relacionada ao individualismo, à violência e ao desvio, como nos arrastões, no surf ferroviário, nas gangues e nos atos de vandalismo. Ao que tudo indica esta tipologia tem um viés de somar características que parecem aleatórias e de pouca consistência analítica.

---

<sup>5</sup> Nesta classificação estritamente por décadas parecem ofuscadas as mobilizações em prol da elaboração dos direitos na nova Constituição Federal, publicada em 1988.

As pesquisas levadas a efeito sobre a socialização política caracterizam esta última como um processo resultante do conjunto de experiências com os seus respectivos impactos a partir de grupos de referência. Em seu estudo sobre a socialização juvenil Rodrigues; Menezes e Ferreira (2018, p. 1) partem

da premissa de que a socialização política juvenil na contemporaneidade se baseia em processos dinâmicos que emergem da ação e interação simultâneas de diferentes contextos e agentes sociais, constituindo oportunidades de aprendizagem cívica e vivência democrática que influenciam as experiências juvenis de participação cívica e política.

A princípio consideramos que os jovens possuem variadas formas de interação social. As práticas sociais designam a apropriação de valores e a formação de uma visão do mundo, onde a dimensão da política compreende algo relevante na ótica dos indivíduos. No percurso da vida os cidadãos possuem em sem número de oportunidades de adquirir conhecimentos para ampliar suas experiências de participação social, cultural e política.

## 2.1 Navegando nas variações da categoria juventude

A juventude é um fenômeno considerado historicamente recente e parcialmente desconhecido. Quando abordado em épocas passadas, foi feito com alguma indiferença e mal-entendido, e hoje foi transformado e apreendido como uma questão importante que causa pelo menos preocupação. De fato, a juventude é uma das grandes referências mitológicas da nossa cultura, e sempre encontramos os jovens por trás dos grandes problemas que atualmente preocupam a opinião pública - desemprego, crise de valores, movimentos revolucionários, ecologia, movimentos sociais, vícios, jogos eletrônicos, drogas, insegurança pública, nível e qualidade da educação, atividades de lazer, consumo cultural, conectividade social, etc. Ultimamente, tem sido dada ênfase especial ao chamado estilo de vida, um novo conceito cujo uso abrange as definições da cultura jovem no campo da moda, consumo, distração e lazer, enquanto outras vezes eram o respondendo aos movimentos aqueles que caracterizavam a imagem da juventude difundida pelos meios de comunicação de massa.

De acordo com Levi e Schmitt (1996) os indivíduos não pertencem

propriamente a grupos etários; atravessarem faixas etárias e pertencem no seu espaço de tempo a grupos sociais e suas formas de interação e de associação. Esta também é a condição que caracteriza as juventudes, com seus valores e práticas sociais, relações com outros coletivos, seja para interação, seja no confronto. Tudo isto conforma a visão que os jovens consolidam de si mesmo a seu tempo e a seu modo como membros de relações sociais.

A composição dos grupos de juventude está em desacordo, em muitas situações, com as definições a eles atribuídas por segmentos diversos – política, ciência, religião, mídia, etc. Por isso, a observação desse pano de fundo pouco explicitado é imprescindível no processo de entendimento e definição das categorias. Esse cuidado é ainda mais indispensável com as recentes e generalizadas mudanças globais e do aprimoramento da cultura de consumo.

Situada historicamente, a categoria social juventude revela essas alterações no campo semântico, nos significados socialmente produzidos ao longo do tempo. Somente nas sociedades modernas ocidentais que as manifestações de juventude, dentre outras, emergem como fatos sociais para a compreensão das inúmeras transformações políticas, culturais, religiosas e econômicas (Mannheim, 1968 e 1982; Foracchi, 1968; Abramo, 1994; Levi e Schmitt, 1996; Dick, 2003, 2010 e 2016).

Assim, a juventude constituirá um problema de investigação para a sociologia enquanto fenômeno da sociedade contemporânea. Evidentemente, sem olvidar que a maioria dos fenômenos que são tratados na sociologia como questão social, também emergem concomitantemente para a agenda do Estado nacional. Como afirma Luís Groppo (2000),

(...) a categoria social juventude – assim como outras categorias sociais baseadas nas faixas etárias – tem uma importância crucial para o entendimento de diversas características das sociedades modernas, o funcionamento delas e suas transformações (p. 12).

Nesse sentido, é imprescindível a configuração histórico-social minuciosa dos problemas, isto é, nos termos de Reinhart Koselleck (1993), a delimitação do “campo de experiência” e do “horizonte de expectativa” de cada momento histórico, a relação entre passado e futuro na definição das categorias. Para o autor,

la experiencia y la expectativa son dos categorías adecuadas para tematizar el tiempo histórico por entrecruzar el pasado y el futuro. Las categorías son adecuadas para intentar descubrir el tiempo histórico también en el campo de

la investigación empírica, pues enriquecidas en su contenido, dirigen las unidades concretas de acción en la ejecución del movimiento social o político” (1993, p. 337).

O movimento histórico das categorias se processa na relação entre dois “momentos”. Nas palavras do autor, *“la tensión entre experiencia y expectativa es lo que provoca de manera cada vez diferente nuevas soluciones, empujando de ese modo y desde sí misma al tiempo histórico”* (Koselleck, 1993, p. 342). Dessa forma, situadas no transcurso do tempo, as categorias revelam o pano de fundo histórico que é acionado segundo a experiência,

“(...) un pasado presente, cuyos acontecimientos han sido incorporados y pueden ser recordados” – e a expectativa – que “está ligada a personas, siendo a la vez impersonal, también (...) se efectúa en el hoy, es futuro hecho presente, apunta al todavía-no, a lo no experimentado, a lo que sólo se puede descubrir” (Koselleck. 1993. p. 338).

Se considerarmos a abordagem teórica de Mannheim (1982) fica evidenciada uma análise mais específica do convívio dos indivíduos articulados pela unidade geracional. Segundo o autor, o fato de a unidade de uma geração não estabelecer uma adesão inclinada para a criação de grupos efetivos, preocupados em formar uma conexão social, casualmente, algumas unidades geracionais suportem constituir grupos efetivos, como os movimentos juvenis, dentre estes o movimento estudantil de 1968. Contudo, fora desses casos específicos, em que a coesão geracional pode conduzir a formação de um grupo concreto, Mannheim (1982, p.71) salienta ser ela uma conexão casual a que os indivíduos pertencem, mas não percebem como um grupo real. O que define uma posição geracional certamente remete à possibilidade de um conjunto de indivíduos com certa proximidade ser partícipes de experiências vitais comuns. Portanto, a conexão geracional representa um vínculo real em que algo sucede de concreto, subjetivo ou objetivo:

Uma conexão geracional quando os conteúdos sociais reais e os conteúdos espirituais estabeleçam – precisamente nos terrenos do que se desestabilizou e do que está em renovação – um vínculo real entre os indivíduos que se encontram em uma mesma posição geracional. (MANNHEIM, 1982, p. 91).

Os jovens e as juventudes carregam na pele, mesmo em forma de ausência ou em forma de algo desconhecido, uma sensibilidade histórica, parafraseando o filósofo George Santayana quem não conhece os erros do passado acaba repetido estes erros no presente. Além disso, não é de uma hora para a outra que a gente sabe o que é

ser sujeito da e na história. Afirmam os Professores e pesquisadores em Juventudes Sousa e Groppo (2011) que:

Pensar as juventudes é refletir sobre uma ou algumas de suas faces, um ou alguns de seus conflitos, uma ou algumas das formas como se manifestam nos seus protestos, mas não é o suficiente. (p.07)

As noções sociológicas referentes às juventudes enfocam seu caráter histórico, múltiplo e conflituoso. Para Melucci (2001, 2007) o referencial para compreender as ações plurais de jovens precisa ultrapassar a condição social de um respectivo grupo para dele deduzir as motivações e as causas da ação. Segundo o autor se requer identificar um campo de tensionamentos em cuja perspectiva se enquadram as práticas sociais para a partir dali elucidar os horizontes com que grupos juvenis interferem nele ou sucumbem a sua lógica. Esta é a condição basilar para investigar que elementos da condição juvenil, bem como nesta conjuntura podem ser ativadas ações de atores de conflito. E o autor prossegue,

Por que existe uma “questão juvenil”? De onde vem o interesse para estudar os jovens? A resposta, em termos de sociologia do conhecimento, é relativamente simples: porque os jovens são atores de conflito. Esta é a razão principal pela qual nos interrogamos sobre a condição juvenil. (MELUCCI, 2001, p.100)

Pretende-se uma aproximação das disputas em torno da categoria social juventudes no Brasil, assim como das implicações práticas resultantes dos debates e cujos parâmetros de medida e avaliação estão sendo recompostos há alguns anos numa tentativa de elaboração de categorias e de referências político-cognitivas sobre juventude.

A categoria social juventude está relacionada a uma enorme e ampla rede de representações, práticas e imagens que correspondem a configurações sociais específicas, cuja produção de significados emerge de um campo de disputas e debates não menos complexo. De acordo com Melucci (2007) existe significado na conformação de redes.

Movimentos juvenis tomam a forma de uma rede de diferentes grupos, dispersos, fragmentados, imersos na vida diária. Eles são um laboratório no qual novos modelos culturais, formas de relacionamento, pontos de vista alternativos são testados e colocados em prática.

Estas redes emergem somente de modo esporádico em resposta a problemas específicos. Trata-se de uma mudança morfológica que nos força a redefinir as categorias analíticas de atores coletivos. Se os conflitos se expressam em termos de recursos simbólicos, os atores considerados não podem ser estáveis. Primeiramente,

porque os meios através dos quais se criam e distribuem na sociedade possibilidades de identificação estão continuamente mudando e operando em campos variados. Segundo, os atores vivem as exigências contraditórias do sistema como fonte de conflitos, não o fazem durante a vida inteira e não estão permanentemente enraizados em uma categoria social única. (p.41)

A compreensão dos empreendimentos e das lutas juvenis para inventar o seu mundo ou modo de ser permite a inserção nas questões da produção social do espaço público, dos embates em torno da distribuição da riqueza social, enfim, da questão social mais ampla que envolve determinada sociedade. Todos esses aspectos constituem um campo vasto de ideias e práticas que se entrecruzam na construção social da realidade.

Os espaços ou territórios da ação da juventude podem ser entendidos como emergências de produção do social (MELUCCI, 2007). Isto é, ensaios que redundam em outras formas de expressão cultural e linguística, estilos estéticos e corpos voláteis, perfis de consumo, regras de relacionamento, tecnologias da informação, outros repertórios de sentidos e práticas sociais. Neste ínterim se costumam arranjar identitários e possibilidades de identificação (MELUCCI, 2005; 2007; GARBIN, 2006). Talvez, se poderia afirmar que emergem novas configurações de sociabilidade que são germens de mudanças, num processo de ressignificação de dados culturais.

A busca por parâmetros – cognitivos, normativos e empíricos – é uma constante histórica e se processa dentro dessa trama das relações sociais. As vinculações entre realidade e descrição da realidade, entre linguagem e base objetiva da sociedade, entre nomeação e definição exaustiva de conceitos e categorias são alguns pólos dessas disputas. Pierre Bourdieu (1996) nos aproxima mais concretamente dessas “tensões” ao explicitar as lutas pela imposição dos esquemas de classificação nas definições de categorias e conceitos, segundo os quais os grupos representam sua própria realidade e agem sobre ela. Para o autor, a

ordem social deve em parte sua permanência à imposição de esquemas de classificação que, por se ajustarem às classificações objetivas, acabam produzindo uma forma de reconhecimento desta ordem que implica justamente o desconhecimento da arbitrariedade de seus fundamentos a correspondência entre as divisões objetivas e os esquemas classificatórios, entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais, está na raiz de um tipo de adesão originária à ordem estabelecida (1996, p. 117).

Essas considerações nos remetem, pois, às disputas em torno da definição – ou da atribuição de significados – da categoria social juventude: a dificuldade de tal tarefa é ressaltada praticamente em todos os textos. As restritas classificações biológicas, referentes às mutações corporais, e as arbitrarias separações em faixas etárias, que não refletem as particularidades das atribuições sociais das categorias, muitas vezes não correspondem à diversidade e variações da juventude, por isso, as utilizações desses critérios foram contestadas.

Hermano Vianna a define considerando a amplitude de atribuições do conceito de juventude; assim, “o conceito de juventude parece ter ‘colonizado’ todo o espaço social” (1997, p. 8), em todos os lugares esse “espírito colonialista” se manifesta, a imagem da juventude desejada ganha repercussão nos mais diversos lugares e entre as mais diferentes pessoas. Também Carmo (2001) observa essa dificuldade de categorização: “É claro que definir o que é jovem é difícil. Falar da ‘juventude brasileira’, no singular, é muito vago; por outro lado, se subdividir a juventude em diversos segmentos, corre-se o risco de cair numa pulverização (...)” (Carmo, 2011, p.11).

Decorrem daqui algumas ênfases na pluralidade da juventude. Para Novaes (1997, p.119): “o substantivo no plural ajuda a evitar que se opere com a categoria *juventude* enquanto uma faixa etária ‘objetivamente’ definida ou um grupo naturalmente constituído por ‘problemas’ ou ‘interesses comuns’”. Ou, ainda,

(...) muito já se falou sobre o conteúdo relacional implicado no conceito de juventude. Sabemos que devemos nos referir a ‘juventudes’, uma vez que esta categoria remete a particularidades sociais, culturais e geográficas, que influenciam a vida de inúmeros e diferentes grupos de jovens. (Novaes, 2002, p. 160).

Gropo a define como uma “categoria social”, é “algo mais do que uma faixa etária ou uma ‘classe de idade’, no sentido de limites etários restritos (...). Ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social” (GROPPO, 2000. p. 7-8). Novaes ainda acrescenta novas questões para a construção de uma categoria inclusiva de juventude:

“De fato, há interesses econômicos e políticos na delimitação dessas fronteiras, razão pela qual elas podem ser muito flexíveis na sociedade em que vivemos. Contudo, ainda assim há dois aspectos que devem ser

igualmente considerados. O primeiro, (...) é o lado biológico (o aparato físico), que também deve ser sociologicamente considerado quando falamos em 'problemas da juventude'. O segundo é a experiência geracional" (2000, p. 47).

Como se percebe, a tentativa de estabelecimento de uma medida comum, da construção de "espaços de equivalência" está presente no desenrolar dos debates sobre juventude. Busca-se, assim, conforme Alain Desrosière (1995), "a produção de um quadro de objetivação comum a vários sujeitos", "de um espaço cognitivo de equivalências e de comparabilidade, construído para fins práticos" (1993, p. 6) e, acrescento inscrito na linguagem. Fica evidenciado, então, que muitas variáveis concorrem para a composição desse "debate sobre o referencial do debate".

A juventude, como grupo etário definido, tem sido tratada por diferentes modos e em diversas situações, cuja constatação está calcada no crescimento mais recente das pesquisas, estudos e publicações, surgimento de ONGs voltadas para tal público, criação de departamentos e secretarias especializadas nos governos, direcionamento dos vários discursos para essa categoria – mídia, política, religião, estética, consumo, etc. Observa-se, desta maneira, que os vários campos em que a negociação e a disputa em torno da representação do real (ABRIC, 1998; JODELET, 2001), ou da construção das categorias, que implica em interferências práticas sobre essa realidade em confronto, se reconfigura no Brasil no decorrer da década de 90, após um período de ausência quase completa de estudos e debates mais significativos sobre juventude.

Por conseguinte, a possibilidade de enxergar o real e essa representação do real de maneira a tornar mais explícito o jogo das ações perpetradas pelos diversos atores ou grupos de atores propicia o entendimento da própria constituição desses grupos, ou dos campos de disputas onde se processa o conflito entre eles, segundo essas mesmas categorias. Ainda nas palavras de Bourdieu,

as categorias segundo as quais um grupo se pensa, e segundo as quais ele representa sua própria realidade, contribuem para a realidade desse mesmo grupo (...). É através das lutas que fazem a história do mundo social que se constroem as categorias de percepção do mundo social e, ao mesmo tempo, os grupos construídos segundo tais categorias" (1996, p. 123).

Dentre as definições mais preponderantemente produzidas, constata-se que a juventude é com frequência associada a "movimento", "novidade", "desafio", "experimentação", "transição", "rebeldia", enfim, numa palavra, "mudança" (DICK,

2002). Ela se insere no campo das imagens e representações da modernidade, observando-se aqui o que Dick, (2002; 2010) chamou de “culto institucional da juventude”.

“Ser jovem” tornou-se o modelo ideal de indivíduo, e um indivíduo que se move, para ficar nos aspectos mais explicitamente identificados, de acordo com os ritmos ditados pelas possibilidades de consumo e pelas exigências estéticas. A velocidade, o risco, o imediato, o tempo presente são signos de uma era do “presentismo”, representada pela juventude. Como observa Dick (2010),

(...) as trajetórias biográficas devem ser reajustadas o tempo todo e os indivíduos precisam mobilizar toda sua capacidade de adaptação para escapar da exclusão. (...), pois “a crença no progresso, que permitia contar com o futuro, é substituída pela marca do aleatório, tanto no âmbito individual quanto no âmbito social” (p.8).

Nesse contexto, convém compreender que a juventude é um setor atendido e beneficiado dentro das condicionalidades previstas, como sujeitos ativos no processo político participativo, seja como indivíduo ou em ações coletivas, porém isso não garante sua representação ou meios de encaminhamento de demandas, muito menos configura uma resposta a mudanças sociais como alguns autores quiseram presumir.

Entre outras coisas, os jovens têm se caracterizado como uma espécie de ceticismo político, ou seja, não consideram a política institucional como meio de ação social e de possíveis mudanças. Esta relação entre a política e os jovens é parte dos estereótipos pelos quais eles são conhecidos. Esta é uma crença expressa em diferentes culturas e épocas, que aqui estamos interessados no aprofundamento de uma maneira especial.

Portanto, a construção de narrativas que permitam uma visão razoável do futuro tem sido diluída pela fratura social que parece se acentuar gradativamente no Brasil. A quebra na sociedade, anunciada pelo alargamento da “zona de vulnerabilidade”, que engendra turbulências e desfaz estatutos assegurados, não pode ser indefinidamente adiada, pois a “questão social se põe às margens da vida social, mas ‘questiona’ o conjunto da sociedade” (CASTEL, 1998, p. 34).

A tarefa da reconstrução das referências básicas do debate, tendo em vista o conjunto mais amplo das mediações, onde o conflito é processado, é também uma exaustiva atividade de reconfiguração dos problemas. A análise das modificações e

acontecimentos desse espaço público proporciona a elucidação do complexo universo subjacente às palavras, os nomes atribuídos a uma situação empírica disputada e negociada. As categorias com que os grupos sociais lidam estão recheadas com essa realidade controversa e em mutação constante. Acompanhar essas mudanças é promover o entendimento do espaço público, âmbito por excelência da política.

As questões públicas estão latentes na vida da maioria dos jovens, trespassam suas vidas, como o desemprego, a qualidade na educação, o acesso a espaços de lazer e bens culturais e o preconceito. Por esta razão é possível afirmar que o debate político está presente nos grupos de jovens, em diferentes espaços e intensidades. A todo o momento partilham suas vidas, tecendo comentários de como os problemas atravessam seus cotidianos, em conversas de corredores, nos espaços culturais e religiosos, nos bares e esquinas, nas ruas e praças. Ao cientista social cabe reconhecer um dimensionamento para tais momentos, valorizados ou não pela sociedade, porquanto vivências cercadas, fomentadas ou cerceadas por questões públicas e privadas.

Nas manifestações na vida como os gostos, os sentimentos, o pensar e as práticas ganham a cena pública. Uma questão penosa, porém, importante na medida em que diz respeito à maioria dos jovens, a sua ação política significa estar no espaço público. E para isso não basta uma ação privada, isto é, uma ação direcionada apenas a um grupo, mas uma ação coletiva, ou seja, uma ação política. Enquanto a percepção da política não estiver referida ao cotidiano, algo de interesse individual, de acordo com Ribeiro (2016), mas também coletivo o debate e participação tenderá a ser entendido como algo distante. De acordo com Boghossian e Minayo (2009)

“Constata-se que grande parte dos trabalhos publicados diz respeito a uma dupla percepção: o baixo engajamento social e político dos jovens na atualidade e a emergência de novas formas de participação. Novas categorias e referenciais de análise são indicados para o reconhecimento e entendimento das atuais formas de participação juvenis. (p.411)

Os espaços de debate nos quais se busca a definição da categoria juventude compreendem, então, um complexo de disputas com decorrências práticas diversas que concorrem em momentos, para a “anulação da fala” dos próprios jovens, ou seja, da desqualificação das lutas e reivindicações das classes dominadas (DICK2003), da criação de formas discursivas que poderiam ter repercussão positiva para a vida

dessas pessoas. Muitas são as maneiras de exercício desse controle e dominação sobre os corpos e as mentes (FOUCAULT, 2000;), falta saber se esses e essas jovens poderão participar da construção de seu próprio futuro, nas palavras de Deleuze:

(...) muitos jovens pedem estranhamente para serem 'motivados', e solicitam novos estágios e formação permanente; cabe a eles descobrir a que estão sendo levados a servir, assim como seus antecessores descobriram, não sem dor, a finalidade das disciplinas" (1992, p. 226).

As trajetórias abaladas, que compõem parte do cenário atual, cuja forma se insere na crise da construção do real, ou seja, da fabricação e desfabricação de descrições e análises que transparecem uma realidade polissêmica e composta por linhas de forças divergentes, são também negadas, ou homogeneizadas, com interesses diversos. Conforme Bourdieu, "a estratégia universalmente adotada para eximir-se duradouramente da tentação de sair da linha consiste em naturalizar a diferença e transformá-la numa segunda natureza através da inculcação e da incorporação sob a forma de habitus" (1996. p. 103). A partir dessa noção de habitus percebe-se que sua formação decorre da inculcação de práticas e percepções que os indivíduos acabam aceitando como legítimas, mesmo diante das diferenças e desigualdades, entre outros aspectos.

O "trabalho de inculcação do arbitrário cultural" é precisamente a expressão mais direta dos embates no campo político. A definição da categoria juventude se processa, assim, em meio a um conjunto controverso de afirmações e delimitações. Mais do que um processo de elaboração do conhecimento puro e simples, as disputas em torno dessa categoria conformam os parâmetros para a produção do espaço público onde as escolhas e decisões acontecem de fato. E decisões políticas concernem às formas práticas de lidar com a incerteza da questão social que envolve aspectos diversos de uma sociedade, na qual evidentemente se inserem os problemas e dificuldades dos jovens.

A juventude e os temas constantemente a ela relacionados como primeiro emprego, redução da maioria penal, violência, tráfico de drogas, educação e lazer, consumo e comunicação interligam-se quando da discussão das chamadas políticas públicas de juventude. A elaboração de tais políticas nesses espaços de disputa está intrinsecamente relacionada à definição da categoria juventude, pois aspectos como faixa etária, sexo, lugar social específico e particularidades culturais estão sempre em

consideração nesse processo de escolha orçamentária. Como podemos observar na tabela 2, percebemos que o índice de desenvolvimento juvenil-IDJ está ligado diretamente a educação.

**Tabela 2:** Ordenamento das Unidades da Federação, por indicadores do IDJ-Brasil, 2007.

UF	Analfabetismo	Escolarização adequada	Qualidade do ensino	Educação	Mortalid. causas internas	Mortalid. causas externas	Saúde	Renda	Renda familiar per capita	IDJ
Santa Catarina	1º	2º	3º	2º	1º	9º	3º	3º	3º	1º
Distrito Federal	4º	1º	2º	1º	19º	22º	22º	1º	1º	2º
Rio Grande do Sul	3º	6º	1º	3º	5º	10º	7º	4º	4º	3º
São Paulo	2º	3º	8º	4º	6º	23º	20º	2º	2º	4º
Paraná	5º	4º	9º	6º	3º	16º	10º	6º	6º	5º
Minas Gerais	10º	11º	6º	7º	14º	6º	5º	11º	11º	6º
Goiás	9º	8º	12º	10º	4º	17º	12º	9º	9º	7º
Rio de Janeiro	6º	5º	5º	5º	15º	27º	25º	5º	5º	8º
Mato Grosso do Sul	8º	15º	4º	9º	12º	19º	17º	8º	8º	9º
Mato Grosso	11º	12º	10º	12º	9º	20º	19º	7º	7º	10º
Espírito Santo	13º	9º	7º	8º	10º	24º	21º	10º	10º	11º
Rio Grande do Norte	22º	14º	18º	18º	2º	4º	1º	17º	17º	12º
Tocantins	15º	13º	22º	15º	21º	13º	15º	14º	14º	13º
Amapá	7º	7º	16º	11º	24º	21º	24º	13º	13º	14º
Rondônia	12º	25º	11º	13º	8º	18º	14º	16º	16º	15º
Bahia	17º	22º	15º	17º	11º	2º	4º	23º	23º	16º
Maranhão	23º	24º	26º	24º	7º	1º	2º	24º	24º	17º
Ceará	21º	16º	20º	20º	13º	8º	8º	21º	21º	18º
Pará	18º	23º	14º	19º	23º	5º	9º	22º	22º	19º
Amazonas	16º	20º	27º	21º	17º	11º	13º	19º	19º	20º
Sergipe	19º	18º	17º	16º	22º	14º	16º	18º	18º	21º
Piauí	25º	19º	13º	23º	18º	3º	6º	25º	25º	22º
Roraima	14º	10º	21º	14º	26º	25º	27º	15º	15º	23º
Paraíba	24º	26º	19º	25º	20º	7º	11º	26º	26º	24º
Acre	26º	17º	23º	26º	27º	12º	23º	12º	12º	25º
Pernambuco	20º	21º	25º	22º	16º	26º	26º	20º	20º	26º
Halagaos	27º	27º	24º	27º	25º	15º	18º	27º	27º	27º

FONTE: WASELFIQS, Julio Jacobo. (2007) *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007*.

Brasília: UNESCO

Os diferentes interesses quanto às referências para essa deliberação correspondem, assim, a longos e difíceis processos de negociação e debate, embora com formas diferenciadas de intervenção entre os diversos grupos. Evidenciam-se, enfim, os elos entre essas disputas conceituais e as decisões mais amplas que são tomadas quando da destinação do fundo público.

Não se buscou aqui esgotar os autores e a respectiva bibliografia concernente à definição da categoria juventude no Brasil, mas apenas compreender de maneira

sucinta as referências que são criadas para a possibilidade de se engendram decisões minimamente consentidas. E isso é papel de muitas vertentes teóricas, política e ideológica. Resta, agora, atribuir fala e visibilidade a todas elas, inclusive, por suposto, às próprias *juventudes, categorização que optamos usar para o trabalho no campo empírico e para as análises desta tese*(grifo meu), ou, se for preferível, tornar a “igualdade”, considerada em termos mais amplos de acesso a bens simbólicos e materiais, uma referência imediata, embora esta noção também esteja em disputa.

O movimento implícito aqui é o da restrição para a universalização dos direitos sociais, referência em momentos ausente dessas lutas de classificação. Conforme Castel (1997, p. 26) “a ‘luta contra a exclusão’ corre o risco de se reduzir a um pronto socorro social, isto é, intervir aqui e ali para tentar reparar as rupturas do tecido social”, ou seja, enquanto não conseguimos ampliar o escopo de referencial, muitas prerrogativas de direito historicamente garantidas, mesmo que ainda incompletas vão se desvanecendo em medidas meramente localizadas e limitadas, ou, em outras palavras, em remédios prontos para serem distribuídos conforme a “demanda” e o grau de infecção diagnosticado.

## 2.2 Gerações e mudanças políticas

Partindo dos autores fundamentais do campo, entendemos a juventude como uma construção social (FORACCHI, 1977; ABRAMO, 1994; 1997; NOVAES, 2007; GROPPPO, 2000). GROPPPO (2000, p. 7-8) diz que “a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de componentes e atitudes a ela atribuídos”. Segundo um texto clássico na pesquisa sobre juventudes “juventude é, ao mesmo tempo, uma fase da vida, uma força social renovadora e um estilo de existência” (FORACCHI, 1977, p. 302). Concepção, representação e criação se encontram se olharmos para a teoria focando as pessoas jovens como *fase da vida, força social e um estilo de vida*.

Estes teóricos entre outros que representam uma parte de correntes de pensamento a juventude tem sido um instrumento político a serviço da mudança social. Geração rebelde<sup>6</sup> e combativa, portadora, quase em si mesma, da transformação, de acordo com o discurso de alguns setores sociais ou políticos visionários que atribuíram esse papel aos jovens e os fixam no futuro, extrapolando e certamente traduzindo seus velhos e desgastados sonhos - ancorados alguns deles na geração dos 68 - em um novo e jovem projeto emancipatório no horizonte da humanidade com um novo sujeito social: a juventude. Casto e outros (2004) apostam na força social e cultural das interfaces entre atores e a institucionalidade com solo para gerar novas perspectivas ou romper barreiras históricas.

Existem desafios para a formulação de políticas de juventudes, considerando diversos parâmetros para que esse segmento populacional seja visto como um vetor de políticas universais e específicas. Tais novas políticas não são um somatório de programas já existentes ou a serem inaugurados em diferentes ministérios e secretarias de governo. Isto é, mais que apenas ter jovens como beneficiários de políticas traçadas para outras populações e de maneira formal, questionam-se: a qualidade e os sentidos de tais políticas; em que medida elas são modeladas de acordo com construtos de direitos, necessidades e vontades das juventudes (enfoque geracional-juvenil), ou seja, princípios ético-político que contribuam tanto para uma rede de proteção social para diversos grupos juvenis como para potencializar sua participação, emancipação e autonomia. Questões que passam tanto pelo reconhecimento de desigualdades sociais, vulnerabilidades negativas, quanto pela potencialidade crítica e criativa dos jovens. (p.129)

A juventude não é apenas tempestade e dor, extravio ou formação de identidade, é também um fator de mudança social<sup>7</sup>. Mas, ao mesmo tempo, não é apenas um estágio de estresse, mas também a conservação as forças tradicionais da geração ahalntiga, entre outras coisas. Conservação e mudança, tradição e modernidade, passado e presente, queriam ver, consertar e premiar os jovens como parte de seu destino e vocação.

Interessante levar em consideração o que Mannheim nos diz: “A juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém, é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade” (1968, p.73). A citação de Karl Mannheim focaliza um ponto metodológico essencial para abordar juventude e movimentos juvenis com

---

<sup>6</sup> Neste interim Arendt (1999, p.55) ao se referir ao ressentimento popular e as aventuras de mudanças na política de um caso peculiar assevera que “a maioria dos rebeldes podia reintegrar-se ao sistema rapidamente, exultando a esta primeira oportunidade não de abolir o sistema, mas de fazê-lo funcionar de novo”.

<sup>7</sup>A mudança social é a transformação da sociedade e do seu modo de organização. Decorre de hábitos e costumes que deixam de fazer ou que começam a fazer parte do cotidiano das pessoas. Ler: <https://cafecomsociologia.com/author/cristiano-bodart/> acesso 13 de Dezembro 2019.

referência básica o modelo de ativismo e participação de 1968, ano que marcou uma geração inteira. Segundo Foracchi, “juventude e história são entidades que se confundem enquanto manifestação do novo” (1977, p. 303).

Presenciamos um longo período de regime democrático no Brasil e que expõe entre as suas características a ampliação, implementação e estabilidade de canais institucionalizados da participação política. Na revisão da literatura há que se interrogar sobre a contribuição de análises do passado para compreender o presente. Corrochano, Dowbor e Jardim (2018) abordam a temática da juventude e recuperam contribuições relevantes na construção do arcabouço teórico da análise sociológica.

A análise recupera o conceito de geração de Mannheim e sua diferenciação entre posição, conexão e unidade geracional, tornando visíveis as mediações entre contexto histórico, participação política e a constituição de novas unidades geracionais no Brasil, caracterizadas pela diversidade de respostas (conservadoras e progressistas) aos desafios do presente. (p.50)

Para Giddens (1991) uma geração é um conjunto de todos os indivíduos vivos ou contemporâneos que podem ter um sentimento de contemporaneidade, uma vez que uma história de eventos compartilhados na memória é o que lhes confere uma certa identidade como uma faixa etária endocultural no mesmo tempo e contexto. Mas, além de certos reducionismos, produto de parte dos estudos e pesquisas realizados, a geração forneceu o entendimento dessa importante fase em termos de apropriação, bem como o potencial de mudança social como resultado de as demandas de mudanças tecnológicas e econômicas que levam uma geração a ser treinada de maneira cada vez mais diversa para atuar na vida de maneira diferente da de seus pais, com novos desafios e em diferentes contextos. E isso é muito relevante nos últimos tempos. E a mudança também está no sentido dos movimentos juvenis do Ocidente no final dos anos 1960. A juventude, em princípio, pode ser reprodutora da sociedade e uma força para sua transformação, porque sempre haverá algo que os jovens aceitam e algo que eles querem mudar. Apesar de tudo, o potencial transformador tem sido o mais sublinhado pela literatura em geral.

No início século XX essa abordagem geracional também foi trabalhada e aprofundada, destacando as contribuições de José Ortega y Gasset, que argumentou que esse é o conceito mais importante da história. Em sua teoria da vida humana e

da vida histórica e social, ele define o mundo como um sistema de validades que permite guiar o ser humano fazer sua vida; é neste sistema que são contempladas gerações que são as variações da sensibilidade vital ao longo da história, incorporadas em um corpo social totalmente novo que foi lançado à existência com uma certa trajetória vital. Segundo esse autor, a geração é constituída por 15 anos, outros falam de 10 anos ou menos, dependendo de cada contexto social específico. Além de possuir a mesma idade ou pertencer à mesma área de datas, também há que deter algum contato vital para que a história passe por gerações, distinguindo a divisão da vida humana em várias fases: na infância, juventude, iniciação, predominância e velhice (MARIAS, 2019).

Em geral, as análises da estrutura social referem-se à integração dos diferentes grupos sociais e aos fatores, posições, categorias ou variáveis que fazem parte desses grupos ou os diferenciam. Dois dos parâmetros de referência comuns em todas as sociedades em relação a posições e categorias são sexo e idade usados como marcadores sociais nas pesquisas. No segundo, pode-se dizer que há um reconhecimento geral da existência de vários estágios da vida, e cada sociedade tem a sua, mas o que é comum a todos é a atribuição e o desempenho de papéis em cada período específico.

Cada geração como um grupo de contemporâneos - não contemporâneos - tem uma função definida por suas experiências e reivindicações. A juventude seria uma geração que inicia uma nova reivindicação e antecipa o resultado da situação atual. As gerações histórico-sociais afetam todas as pessoas em uma determinada sociedade e todas as dimensões de sua vida. Isto se dá de forma negativa ou positiva pelos encontros de gerações.

Pertencer a uma geração marca os indivíduos que a compõem devido à sua localização comum em uma dimensão histórica do processo social. Por outro lado, experiências históricas podem marcar ainda mais as pessoas no final da adolescência e no início da idade adulta. Considera-se também que é mais provável que diferentes gerações se formem em processos de rápida mudança social e que sejam, em princípio, portadores e desencadeadores de mudanças no processo social e cultural (MANNHEIM, 1968). Em outro texto Mannheim (1982) analisa fenômenos que caracterizam a reprodução da sociedade do ponto de vista cultural e que requerem

menção à dimensão geracional: 1) a irrupção de novos portadores de traços culturais; 2) a substituição dos respectivo portadores, porquanto estes constituem uma conexão geracional e participam de um período específico; 3) o processo histórico requer a transmissão dos bens culturais acumulados a novas gerações; 4) o movimento pendular de mudanças geracionais.

Com a abordagem de Mannheim (1993) podemos enfatizar a irrupção de novos mecanismos de participação ou portadores da criação, mesmo que com diferentes formas de apropriação do que está a sua disposição. De fato, as mudanças que ocorreram na sociedade em geral e em todo o mundo nas últimas três décadas, em todos os aspectos, são notáveis, e nelas os jovens tiveram e têm uma posição de liderança quando concebem a juventude de forma autônoma, pensando e agindo, não como uma fase preparatória para a vida. No espaço que nos interessa, que é a participação política, é inquestionável sua participação como atores sociais de primeira magnitude, no sentido de que estamos dando à geração e à compreensão da política mais do que margens institucionais, partidárias e eleitorais.

A geração compartilha um conjunto de representações, mandatos e práticas, tem um sentimento contemporâneo, sensações, memórias e lugares comuns. Esse conceito é geralmente orientado e usado no sentido de mudança social, além das experiências análogas compartilhadas daqueles que vivem e vivem no mesmo estágio histórico e contexto social concreto. Foi até considerada a articulação sobre a qual a sociedade executa seus movimentos. Fala-se de conflito geracional e alívio geracional (MANNHEIM, 1968)

Em nossos dias, a geração Z<sup>8</sup> parece ser o denominador comum de certos grupos de jovens, aqueles que estão em contato ou são influenciados pelas novas tecnologias: computador e Internet, televisão, rádio, vídeo, telefone, telefone celular, redes sociais, etc., que dizem que eles mudarão a cultura e a sociedade. “Esta geração que nasceu e cresceu em uma sociedade com a possibilidade de acesso à internet, computadores, celulares, ambientes virtuais e jogos é objeto de estudo de

---

<sup>8</sup> A Geração Z é a definição sociológica para a geração de pessoas nascidas, em média, entre meados dos anos 1990 até o início do ano 2010. Mais do que fenômeno cronológico, “a geração Z define que por terem nascido sob os auspícios da estabilidade econômica, em um país com inflação de um dígito e governo democrático, a chamada Geração Z é um fenômeno que encanta e surpreende, pela sua enorme capacidade de assimilar as transformações tecnológicas em curso” (NONATO; PIMENTA; PEREIRA, 2012, p. 3).

diversos segmentos e não poderia ser diferente no ramo da educação (QUINTANILHA, 2017, p. 251-252). Hoje, a qualificação desta geração para jovens em constantes crises de identidade está na moda, na era das telecomunicações estudo apresentado na dissertação de Oliveira (2010). No entanto, aqui consideramos que é um rótulo sociológico e literário, em parte com uma visão de uma certa realidade do ponto de vista comparativo, que também responde parcialmente a condições sociais específicas, e talvez também exista um certo "estereótipo" equivalente ao mundo das categorias. As juventudes, ou pelo menos as juventudes brasileiras, não são mais desencantada, desinteressada em política ou mais conservadora do que a sociedade brasileira como um todo, apesar dos discursos predominantes feitos a esse respeito por especialistas e pela mídia, isso percebemos na tabela 3 abaixo comparando as últimas eleições.

**Tabela 3 Voto Juvenil nas eleições Municipais**

2016	Jovens Eleitores	Jovens Alistados	%
Brasil	6.858.060	2.311.120	33%
São Paulo	352.054	52.290	14%
Porto Alegre	40.923	3.657	7%
São Leopoldo	7.223	963	11%
2012	Jovens Eleitores	Jovens Alistados	%
Brasil	6.782.945	2.902.621	42%
São Paulo	332.768	71.301	21%
Porto Alegre	39.752	6.943	17%
São Leopoldo	7.134	1.808	25%
2008	Jovens Eleitores	Jovens Alistados	%
Brasil	6.455.340	2.483.728	38%
São Paulo	312.560	56.161	17%
Porto Alegre	38.125	5.937	15%
São Leopoldo	6.915	1.738	26%



Fonte: IBGE Jovens com idade de 16 e 17 anos

Fonte: TSE Jovens Alistados

Sabe-se que a consciência de grupo é um dos elementos fundamentais da motivação política; no entanto, é claro que a consciência nacional ou de classe também é importante e, portanto, este não é o único nem é a chave. Compreender exclusivamente determinadas motivações políticas, mas não deixa de ser importante para justificar novos investimentos em pesquisa. De acordo com Boghossian e Minayo (2009,)

Ressalta-se, nesse ponto de vista, o pessimismo quanto à participação da juventude e contemporânea, muitas vezes em comparação com outras gerações. Num esforço de desmistificação, os pesquisadores têm buscado revelar as formas concretas pelas quais os jovens participam socialmente e suas motivações para a participação. Autores nacionais e internacionais ressaltam a inadequação de práticas e espaços políticos tradicionais e, também, de indicadores e categorias comumente utilizados para avaliar a participação juvenil, em relação aos interesses e experiências reais de jovens de diferentes contextos e identidades. (p.413)

Às vezes, os indivíduos são percebidos como pertencentes a um grupo que lhes dá segurança e agem de acordo. Por outro lado, o conflito social surge inicialmente devido a contradições ou incompatibilidade entre os interesses de diferentes grupos. A partir de experiências, práticas e reflexões se estabelecem interações conformando um campo de ação social. Melucci (2004) assim se pronuncia sobre o nexos entre solidariedade e conflitualidade:

Toda a vez que, numa determinada situação de conflito, encontramos a solidariedade de outros e nos sentimos parte de um grupo, nossa identidade é reforçada e garantida. Não nos sentimos ligados aos outros apenas por ter interesses em comum, mas sim porque essa é a condição para avaliar o sentido daquilo que fazemos. (p.49)

Dos diversos e muitos conflitos existentes, um deles é o geracional, e é nesse sentido que vários autores destacaram a importância e a incidência de diferentes gerações nos movimentos sociais e nas mudanças em geral. No entanto, e como observado acima, assim como a geração jovem nem sempre é automaticamente liberal e a geração anterior conservadora por definição, também não se pode afirmar que cada geração mantém imutáveis suas atitudes e opiniões políticas, uma vez que o curso da vida adulta em si, como é suposto, existirá ou não, nos jovens quando eles

ingressarem em uma etapa mais velha. Portanto, não há nada predeterminado, tudo se relaciona e ao mesmo tempo permeado por contradições. Neste contexto as mudanças se reportam ao aprendizado da democracia, porém imbuídas de conflitos sociais que emergem no cotidiano, como intui Melucci (2001):

Os conflitos se movem, então, rumo à apropriação do sentido contra os aparatos distantes e impessoais que fazem da racionalidade instrumental a sua 'razão' e sobre esta base impõem identificação. As questões antagonistas não se limitam a atingir o processo produtivo em sentido estrito, mas consideram o tempo, o espaço, as relações, o si mesmo dos indivíduos. (p.81)

Quanto à formação de atitudes políticas, poucos autores as localizam na infância, ou são uma exceção, mas localizam-se no último período da adolescência e nos primeiros anos da vida adulta como estágio formativo, de 17 a 25 anos, aproximadamente. Considera-se, portanto, que o jovem ao decidir seu papel na sociedade também coloca suas atitudes e convicções políticas pela vida. Portanto, de acordo com essa abordagem, uma geração política se representaria como um grupo de indivíduos submetidos a experiências históricas idênticas ou semelhantes em seus anos de formação, de modo que a comunicação com outras gerações seria difícil em princípio. No entanto, existem variações, pois nem todos os indivíduos experimentam os mesmos eventos políticos com a mesma intensidade. Cada geração se expressa, por assim dizer, com mais de uma voz, por isso parece correto considerar que o conflito ocorre tanto entre gerações quanto intrageneracionalmente (MANNHEIM, 1982).

Às vezes, também podemos falar de gerações, entendidas como um conjunto de elementos individuais que experimentaram certos eventos significativos na história de suas vidas durante o mesmo intervalo cronológico. Sua análise geralmente consiste em uma descrição quantitativa dos eventos registrados. Em suma, juntos no tempo. O que é importante destacar é como, de uma maneira ou de outra, elas foram vinculadas ou também relacionadas à mudança social. Assim, considera-se que cada geração desafia a sociedade e existe uma oportunidade constante de modificar a estrutura social, a flexibilidade e a estabilidade. Por isso, o estudo de gerações na análise de mudança social é importante, e os jovens, acrescentamos aqui, em particular.

A chamada substituição geracional na política seria como já dissemos uma mudança de percepções, opiniões e comportamentos políticos do eleitorado, resultado do intercâmbio do eleitorado com a incorporação de novas gerações na arena política (quadro 3; tabela 3; gráfico 15), por meio de suas atitudes, participação e votação. Mas nisto aprofundaremos ainda até o final do presente texto, com base nas informações, testemunhos, figuras, análises e interpretações que fazemos ao longo destas páginas. Somente ideias e reflexões, conceitos e abordagens, definições que serão aplicadas ou usadas ao longo do estudo empírico foram anotadas aqui.

Segundo os dados do IBGE em 2014<sup>9</sup> havia, no Brasil, 17.166.761 adolescentes de 10 a 14 anos; 16.990.872 jovens de 15 a 19 anos; 17.245.192 jovens de 20 a 24 anos, num total de 51.402.805 “jovens”, embora o conceito de juventude definido pelo Estatuto da Juventude se estenda até os 29 anos. Isto introduz algo de novo na delimitação cronológica, razão pela qual já Castro e outros (2004) constatavam,

(...)o segmento jovem, compreendendo os indivíduos maiores de 18 e menores de 24 anos, deixou de ser contemplado com um ato normativo legal que, em primeiro lugar, realizasse uma delimitação cronológica legal dessa faixa etária e, na mesma linha, definisse claramente o conjunto de direitos e benefícios. (p.81)

No Rio Grande do Sul, em 2010, havia: 531.667 jovens de 15 a 17 anos; 344.070 jovens de 18 a 19 anos; 870.906 jovens de 20 a 24 anos, num total de 1.746.643 “jovens”. Em São Leopoldo havia, em 2010, 10.921 adolescentes de 15 a 17 anos; 7.190 jovens de 18 a 19 anos e 18.551 jovens de 20 a 24 anos. Um total de 36.662 jovens<sup>10</sup>. Um pormenor que pode falar alto é que segundo o Mapa da Violência de 2012<sup>11</sup>, embora tenham sido mortos, em 2010, em São Leopoldo, 28 jovens brancos e 12 negros, enquanto a percentagem por negro é de 0,15%, a dos jovens brancos é de 0,05%. Se se verifica que, no Brasil, a taxa de homicídios de jovens brancos tenha caído 30,3%, a taxa de homicídios de jovens negros cresceu 23,4%. Interessante perceber nos questionários aplicados, conforme gráfico 3 os negros representam 4% dos alunos que frequentam as instituições pesquisadas. Interessante

<sup>9</sup><https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9292-populacao-iovem-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 22 de junho de 2018.

<sup>10</sup> Certa diferença de números se deve ao fato de não considerarmos, aqui, a população de 10 a 14 anos.

<sup>11</sup>[https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf). acesso em março 2018.

perceber que os dados do Censo apontam para uma população parda/negra de 12% em São Leopoldo. Toda esta realidade permite Novaes (2007, p. 5) afirmar um drama.

No senso comum e na mídia, o tema da violência está bastante associado aos jovens, sobretudo aos mais pobres, do sexo masculino e negros. Sempre há estatísticas para comprovar que “são eles os que mais matam e os que mais morrem”. Assim como o já citado “medo de sobrar”, o “medo de morrer” prematuramente e de forma violenta também povoa transversalmente o imaginário desta geração.

Em uma pesquisa<sup>12</sup> recente sobre jovens que estão cumprindo medidas socioeducativa nos apontam que 39,9% são pardos/negros. Onde estão os jovens negros sendo que 4% não representa o número de jovens da faixa etária que deveriam estar frequentando o Ensino Médio?

Gráfico 3- Raça e Etnia.



Fonte: elaboração do autor 2019- questão 3

O campo empírico que nos interessa é São Leopoldo e a distribuição geográfica local do segmento que vamos analisar são os seguintes:

Tabela 4. Bairro e faixa etária.

Bairro	15-17 anos	18-19 anos	20-24 anos	Total
Boa Vista	101	69	169	339
Scharlau	716	477	1.245	2.438
A. da Manteiga	1311	817	1.948	4.076
Campina	747	434	1.148	2.329
Santos Dumont	1.526	933	2.178	4.637

<sup>12</sup>[http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/an\\_segunda-chance/perfil.html](http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/an_segunda-chance/perfil.html). Acesso 13/04/2020

Rio dos Sinos	175	135	404	<b>714</b>
São Miguel	389	226	115	<b>730</b>
Vicentina	716	484	244	<b>1.444</b>
S.J.Batista	114	89	48	<b>207</b>
Rio Branco	389	315	153	<b>857</b>
Santo André	299	207	95	<b>601</b>
Campestre	326	234	512	<b>1.072</b>
Feitoria	2025	1.344	3.267	<b>6.636</b>
Faz.São Borja	142	78	204	<b>424</b>
Jardim América	258	165	449	<b>872</b>
Santa Teresa	347	255	669	<b>1.271</b>
S.L. Centro	549	359	898	<b>1.806</b>
Fião	37	36	130	<b>203</b>
Cristo Rei	136	128	375	<b>639</b>
Padre Réus	54	45	133	<b>232</b>
M. do Espelho	80	51	179	<b>310</b>
São José	73	42	156	<b>294</b>
Pinheiro	110	82	331	<b>523</b>
Duq. de Caxias	250	160	435	<b>845</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.870</b>	<b>7.165</b>	<b>15.485</b>	<b>33.520</b>

Fonte: IBGE- <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>

### 2.3. Pesquisas e resultados no campo da Juventude

Na pesquisa coordenada por Sposito (2009) foi realizado um balanço da produção de conhecimentos e estudos nos programas de pós-graduação brasileiros no Portal da CAPES que abordaram a temática juventude, de 1999 até 2009, nas áreas de Educação, Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e Serviço Social. Além disso, foram produzidos artigos sobre os diferentes eixos temáticos encontrados nos projetos de pesquisas sobre a temática da juventude.

Não obstante a diversidade de olhares, dependentes do peculiar ponto de localização da pesquisa no interior de cada área do conhecimento, verifica-se que o reconhecimento da juventude como categoria analítica começa a se fazer presente no universo empírico que compõe o balanço atual. (p.32).

No primeiro momento da pesquisa, coordenada por Sposito, foram levantadas seis mil publicações, que passaram por uma triagem, ficando, ao todo, 1.427 teses e dissertações da pós-graduação brasileira colhidas a partir de informações do Banco de Teses do portal da CAPES. A pesquisa do Estado da Arte sobre Juventude no Brasil separou 27 temas analisados por atividades empreendidas no âmbito acadêmico nas áreas de Educação, Serviço Social e Ciências Sociais, onde os temas da área de Educação tiveram um maior número. Os estudos sobre adolescentes em processo de exclusão, juventude e escolarização e jovens universitários foram os mais desenvolvidos pelos pesquisadores. Os temas menos explorados foram as questões

dos jovens da classe média, dos jovens rurais e indígenas. Apesar do predomínio dos estudos na área da Educação, as áreas de Serviço Social e Ciências Sociais trouxeram outros temas não abordados na primeira área. Outra lacuna encontrada nas pesquisas foi a deficiência de investigação das temáticas juventude, participação política e religião.

Segundo Sposito (2009), um traço comum na produção acadêmica sobre juventude é a falta de acúmulo no processo do conhecimento, já que a maioria dos resultados das investigações pouco dialoga com a vasta literatura ou as várias referências bibliográficas. Este dado demonstra a importância de o pesquisador reconhecer o produzido sobre determinado tema, para evitar repetir ou reproduzir discursos distorcidos. Por isto, reforçamos a importância da realização de uma pesquisa que visibilize a temática juventude e participação social e política, um campo de produção de conhecimento que toma importância no Brasil, apesar de ainda não existir, em números quantitativos, uma variedade de pesquisas sobre o assunto, se comparado a outras temáticas. Como afirma Sposito (2009):

O tema Juventude alcançou maior visibilidade nos últimos quinze anos no Brasil como produto da intersecção de vários domínios da vida social e da ação de diferentes atores. Os jovens entram na pauta das políticas públicas como parte da questão social e do crescimento da violência no país. Iniciativas também observadas nesse período, em um primeiro momento nas prefeituras e, posteriormente, em âmbito federal, tentam trazer para a arena pública novas visibilidades em torno dos segmentos juvenis, considerados como atores capazes de ação e de interlocução política. Há, assim, uma confluência de demandas e de representações no campo político que se torna uma arena bastante diversificada de iniciativas e de concepções em torno da questão juvenil no país. (p.17)

A apreciação que se expressa sobre a juventude parece diretamente relacionada ao tipo de olhar sobre as relações sociais, ao perfil juvenil referido, entre outros aspectos. Com isto não obsta que se vislumbrem ideais, sonhos e aspirações por uma sociedade equitativa, mais justa e integradora continuam presentes na retórica dos jovens. O que parece mudar ao longo do tempo são as convicções, a vontade política, os meios pelos quais se pretende alcançar essas metas. Estes resgates poderão ser discutidos com Abramo (2007), que diz:

(...) fruto de uma situação anômala, das falências das instituições de socialização, da profunda cisão entre integrados e excluídos, de uma cultura que estimula o hedonismo e leva a um extremo individualismo, os jovens aparecem como vítimas e promotores de uma 'dissolução do social'.(p.83)

O relatório Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas nos possibilita compreender a visão dos próprios jovens brasileiros, analisando a realidade política em que o país se encontra o que nos conduz a contestar o rótulo de apatia rigidamente agregado ao mundo juvenil. Estas afirmações podem perceber nas conclusões dos autores (IBASE 2005).

As respostas relacionadas com a percepção sobre os (as) políticos (as) talvez não expressem necessariamente desinteresse dos (as) jovens pela política ou pela vida pública, mas sim desconfiança e descrédito nascidos daquilo que foi cultivado por sucessivas gerações de “homens públicos” e partidos políticos orientados por interesses privados. O desafio é o de ser estabelecer a base de confiança entre os (as) jovens e o exercício da política (p.78)

O exercício de recuperação da produção sobre juventude no Brasil de forma ampla resulta da mobilização de uma rede nacional de cooperação científica. Neste contexto se localiza o “relatório Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas” que realiza uma abordagem a partir da visão dos próprios jovens, envolvendo uma discussão da realidade política, razão pela qual os autores questionam o rótulo de apatia política por vezes associado ao mundo juvenil (Ribeiro; Lãnes&Carrano, 2005). Neste relatório se pode acompanhar um universo diversificado, mas ao mesmo tempo conectado com a transformação de aspectos que incidem sobre a sua realidade enquanto atores sociais, o que corrobora com o nosso gráfico 18. Uma das grandes questões refere-se ao tipo de sistema de informação utilizada, bem como os círculos sociais em que se insere e como tal ampara uma análise do real. Neste sentido, disserta Lopes (2015)

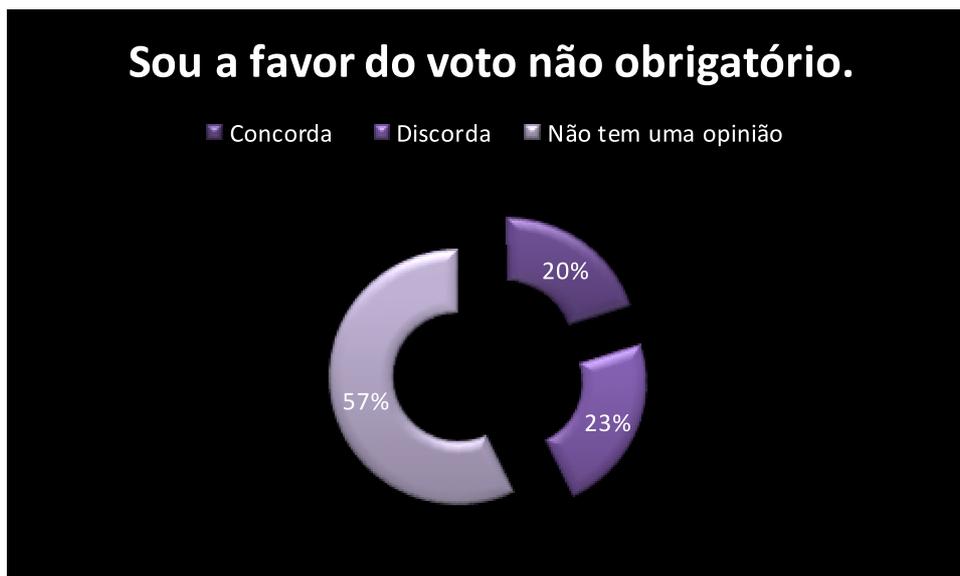
se a pergunta for “como a realidade se apresenta aos sujeitos?”, pode-se ampliar o escopo das respostas. Dessa forma, um viés sociológico responderia que aquilo que se apresenta como dado da realidade, ao ser apreendido pela percepção dos sujeitos, é interpretado e reelaborado como sentido, podendo ser coletivizado e traduzido em reconhecimento social. Assim, a interpretação é um fator primordial para o entendimento da elaboração da pergunta feita acima. (p.19)

Assim, um grupo específico pode compartilhar da descrença na política representativa que organiza o sistema democrático, ou expressar uma crença na força da participação social. Podemos perceber esta descrença quando perguntamos aos jovens sobre questões política que envolve e definem políticas públicas para as juventudes. O bloco de questões sobre participação e interesse da juventude aplicado aos jovens confirmam este desinteresse na política institucionalizada a qual é

representada pelo gráfico 4. A questão 55 do nosso instrumento de pesquisa dialogava com os participantes sobre este tema, mais especificamente sobre o voto facultativo e conforme o gráfico 4 percebemos o desinteresse destes jovens quando o assunto é política e eleição. Corroborando com os nossos dados Brasil. J e col.(2008) concluem que:

A adolescência em nossa sociedade ainda é vista de maneira naturalizada, geralmente sendo atribuídas aos adolescentes características que os estigmatizam como rebeldes ou imaturos para lidar com os eventos da vida. Contudo, verificou-se no presente estudo, especialmente diante de temas como política, que os adolescentes de dezesseis e dezessete anos, não obrigados a exercerem o direito do voto, se demonstraram desestimulados diante do atual quadro político brasileiro, não fugindo da tendência de descrédito político presente na maioria da população brasileira; por outro lado, muitos manifestaram também o desejo de mudança desta realidade. (p.90)

**Gráfico 4-Opinião do jovem sobre o voto facultativo.**



Fonte: Elaboração do autor 2019 (n= 50.6)

Visamos nesta tese, apresentar questões relativas à participação das Juventudes, especificamente com um olhar para participações de Jovens com idades para o alistamento e voto facultativo, jovens das instituições de ensino particulares e estaduais com 16 e 17 anos. Há caminhos e descaminhos... Gadea (s/d e p.9.), no diagnóstico que faz da juventude do município de Esteio (RS) afirma que

Apesar de se difundir a ideia de que os jovens contemporâneos parecem ausentes no espaço público e político, e a indiferença e o recuo para o âmbito do privado manifestar-se de maneira generalizada, resulta imprescindível a realização de uma busca daqueles espaços que, efetivamente, têm ocupado

e colonizado o universo juvenil, as suas dinâmicas de comunicação, seus interesses práticos, as suas definições sobre uma convivência social justa e as perspectivas desenhadas com base a preocupações típicas da experiência do ser jovem.

A juventude do município de São Leopoldo já foi contemplada por várias pesquisas e publicações. Destacamos uma pesquisa qualitativa, intitulada “Às margens juvenis do Vale”; uma outra, analisando dados quantitativos, por meio da aplicação de 700 questionários, levando como título “Discursos à beira dos Sinos”; uma terceira que foi publicada em 2009 com o título *Para além de um monótono estribilho – violência e segurança na perspectiva juvenil – o caso de São Leopoldo* (São Leopoldo, Centro de Estudos Bíblicos - CEBI). Este estudo centrado na lógica da violência e segurança na perspectiva juvenil ratifica que

a chamada “violência urbana” – com todas as imprecisões e inúmeros significados que estão contidos nesta expressão – está muito presente no imaginário desta geração. Não há quem não tenha uma história para contar de jovens amigos, primos, irmãos mortos prematuramente e de forma violenta (NOVAES, 2007, p. 5).

O Observatório Juvenil do Vale vem-se debruçando sobre a realidade do jovem do Vale do Rio dos Sinos há mais tempo, pesquisando suas culturas, identidades, anseios, sonhos e desejos, considerando os aspectos sociológicos, históricos, religiosos, políticos e econômicos, especialmente através de diferentes pesquisas, como *O imaginário religioso do estudante da Universidade do Vale do Rio dos Sinos* (Cadernos IHU, ano 1, nº1, 2003); *Às margens juvenis de São Leopoldo: dados para entender o fenômeno juvenil na Região* (Cadernos IHU, ano 3, nº 11, 2005); *Discursos à beira do Sinos* (Cadernos IHU, ano 4, nº 18, 2006); *Para além de um monótono estribilho: violência e segurança na perspectiva juvenil – o caso de São Leopoldo* (São Leopoldo, CEBI, 2009); *A vivência religiosa dos jovens da diocese de Montenegro* (São Leopoldo, Oikos, 2011); *Por Onde Navegam os Jovens e Adolescentes do Ensino Médio dos Municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo?* (Cadernos IHU, ano 14, nº 53, 2016). Além disso, em São Leopoldo, podemos contar com várias outras publicações como a do PROAME (MUSSKOPF; GARSKE, 2014) e de outras pesquisas mais particulares<sup>13</sup>, como é o caso da AMMEP e da “Trilha Cidadã”. Todas

<sup>13</sup> Entre as publicações do PROAME, destacamos: *Criança e adolescente: Futuro no presente – Cartilha para meninos e meninas; Maus-Tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes - Uma abordagem multidisciplinar*. Série Cadernos CEDECA, 1997; *Crianças e adolescentes em situação de rua*, Série Cadernos CEDECA, São Leopoldo/RS, 2002; *Pesquisa: O perfil da escola frente à violência doméstica e ao abuso sexual de crianças e adolescentes*. Série Cadernos CEDECA/PROAME, São Leopoldo, 2003. *Pedagogia Social: discursos e*

elas contribuem para analisar e sugerem ações e políticas públicas voltadas para as juventudes.

#### 2.4 Capital social, agrupamentos juvenis e a formação para a cidadania

Diante do novo, as juventudes vão adaptando-se às diversas situações exigidas pela vida, nesse processo de busca por uma integração social é que se dá o desenvolvimento da consciência moral, ética, social e política. Para a socióloga Janice Tirelli Souza, em seus estudos sobre a militância política de jovens nos anos 1990 afirma:

É conhecido o trabalho de assessoria religiosa que reuniu grupos de jovens na periferia, contribuindo para a formação de lideranças que vieram a ter, posteriormente, uma participação ativa em movimentos populares ou em partidos políticos. Era significativa a atuação da pastoral universitária, desenvolvendo uma militância cristã não-eclesiástica, em que a figura do padre não era mais central, e estruturando uma organização paroquial que, como em outras regiões do país, defendia os trabalhos para além dos muros da universidade (1999, p. 97).

Em sua tese sobre a juventude e política no Brasil, Schmidt (2001) diz que “a juventude é um período decisivo no processo de socialização política de qualquer indivíduo”. Já em outro texto, o autor ressalta a importância do ambiente na formação dos cidadãos.

A socialização política dos jovens brasileiros na virada do século ocorre em um ambiente social que favorece a constituição de atitudes democráticas, ao mesmo tempo em que de atitudes de apatia e de autoritarismo. A manutenção das regras do jogo democrático, das liberdades políticas, da ocorrência regular de eleições constitui elementos favoráveis à formação de atitudes democráticas. (p. 144).

Nesse contexto, o autor responde um questionamento comum que sempre vem à tona quando falamos em grupos juvenis: o que leva um jovem, responsável por esses grupos, participar tão assiduamente? Nesse sentido podemos perceber no

---

*práticas. Um estudo da AMMEP (SL/RS)*, de Cristiane Ramos Vieira. Faculdade de Educação da PUC-RS, 2007, Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. In <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2875/1/000390317>>-Veja, também, *Juventudes e Adolescências na sociedade leopoldense*. São Leopoldo: CEBI, 2014

gráfico 7 o lugar e a intenção da participação dos jovens. Partindo do princípio de que são produzidos aprendizados nos grupos de convivência, é possível mensurá-los, avaliá-los? E, com relação aos ambientes institucionais quais os efeitos reais? Como podemos analisar a produção de conhecimento enquanto parte integrante de uma sociedade, levando em consideração que as instituições escolares seguem um modelo de atribuição de notas e ou conceitos em conhecimentos específicos?

Quando questionamos as juventudes sobre o tema educação, precisamos estar abertos, pois eles vivem o dia a dia este tema com sabores e dissabores e está questão podemos perceber no gráfico 5. O sistema educacional brasileiro tem vivido mudanças nas últimas décadas. As instituições de ensino e os jovens têm sido para os governos laboratórios e cobaias de experimentos. A cada governo uma experiência nova de metodologia, processos e mudanças, isto nos levou a perguntar aos jovens sobre educação.

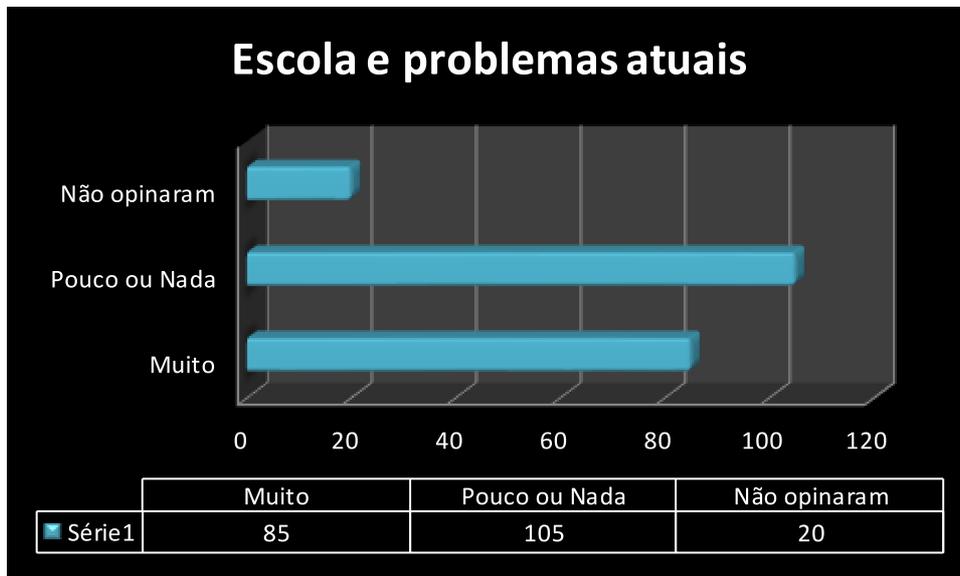
Há sete perguntas relacionadas com o estudo, aprendizagem ou as formas de interação percebidas, iniciando com uma pergunta de um psicólogo ou de um confessorário: *Como você considera o seu estudo?* 40% dizem que estudam bastante; 32% afirmam que estudam pouco. Ninguém diz que “não gosta”. Fugiu-se da pergunta ou não se entendeu. Segue uma segunda pergunta sobre a *finalidade da instituição de ensino. A escola serve para conseguir um bom trabalho.* Em segundo lugar *serve para fazer amigos.* Os jovens também expressam que a instituição de ensino ajuda a entender a realidade como uma rede de tessituras. Da mesma forma se expressa o sentido de estar/morar na periferia se faz central: no âmago e âmbito da sociabilidade, isto é, faz com que não se passe o dia na rua.

Adentrando à compreensão dos espaços de aprendizado e sociabilidade se perguntava-se o fazer da escola *entende os jovens?* De três respostas, indo do mais intenso para o menos intenso as respostas são: ajuda pouco 102; ajuda nada 45; ajuda muito 63. As respostas significam que, para 70% dos jovens a instituição de aprendizagem ou esta política pública vale pouco, mas isso é afirmado com certo receio. Para eles a instituição é pensada e construída pelo mundo adulto, governos, burocracia, mercado. O lugar é dos jovens, mas o mundo adulto o idealizou sem ao

menos questionar ou ouvir de forma profunda as juventudes. Em dos seus diagnóstico sobre escola Abrumava (2020) nos diz em uma entrevista para o IHU<sup>14</sup> que:

A escola é um dos temas mais difíceis porque, em geral, eles são muito críticos ao que acontece dentro das escolas. E são muito críticos porque eles não têm espaço. Tudo isso que falamos toda essa cultura juvenil, essa cultura que deveria entrar de fora para dentro, não acontece nas escolas, pelo contrário. Historicamente os jovens e adolescentes são muito críticos em relação à escola. Talvez, no dia a dia, eles nem percebam essa crítica que fazem à escola, pois o que acabam fazendo é reclamando, abandonando, repetindo de ano e toda uma atitude de não participação dentro da escola, o que leva a situações de violência, de abandono e repetência.

Gráfico 5. Ligação da escola com os problemas atuais?



Fonte: Elaboração do autor 2019 (n= 40)

As respostas sobre os problemas atuais que a escola enfrenta se dividem entre o muito (85) e o pouco/nada (105). A impressão que dão os números nas respostas ao questionário houve dificuldades de transmitir o que responder diante da realidade de transformação que a escola enfrenta. Inclua-se nisto também os limites do instrumento de coleta de dados utilizado na presente investigação. O clima no recinto de aprendizagem é bom, mas não entusiasmante nem chocante, pois que, ao tudo indica se juntam três dimensões: modernidade, sociedade do conhecimento e

<sup>14</sup><http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7570-o-adultocentrismo-que-silencia-apaga-e-flagela-o-jovem>.

Acesso em 13/04/2020

desencantamento. Poder-se-ia dizer que, pelas lógicas desenvolvidas os relacionamentos e as práticas pedagógicas estão “por fora”? ou se abirmos estes números encontraremos uma outra leitura. Deixamos uma expectativa para outro momento no texto.

A partir de um ponto de vista que incorpora a diversidade e a simultaneidade das interações sociais pode-se traçar uma referência ao trânsito da memória social e à herança das disposições sociais. Assim, a unilateralidade do olhar sobre os processos sociais possui um alcance limitado. Neste sentido, no âmbito institucional a reprodução das disposições mentais e corporais ou do habitus bourdian o constitui o acontecer histórico fundamental ou vital. No sistema de ensino, ao mesmo tempo da diversidade da compreensão dos problemas vivenciados, se faz presente o fenômeno social da interação ou o tensionamento das influências mútuas. Interessante perceber esta contribuição na fala de Manheim (1982, p. 92).

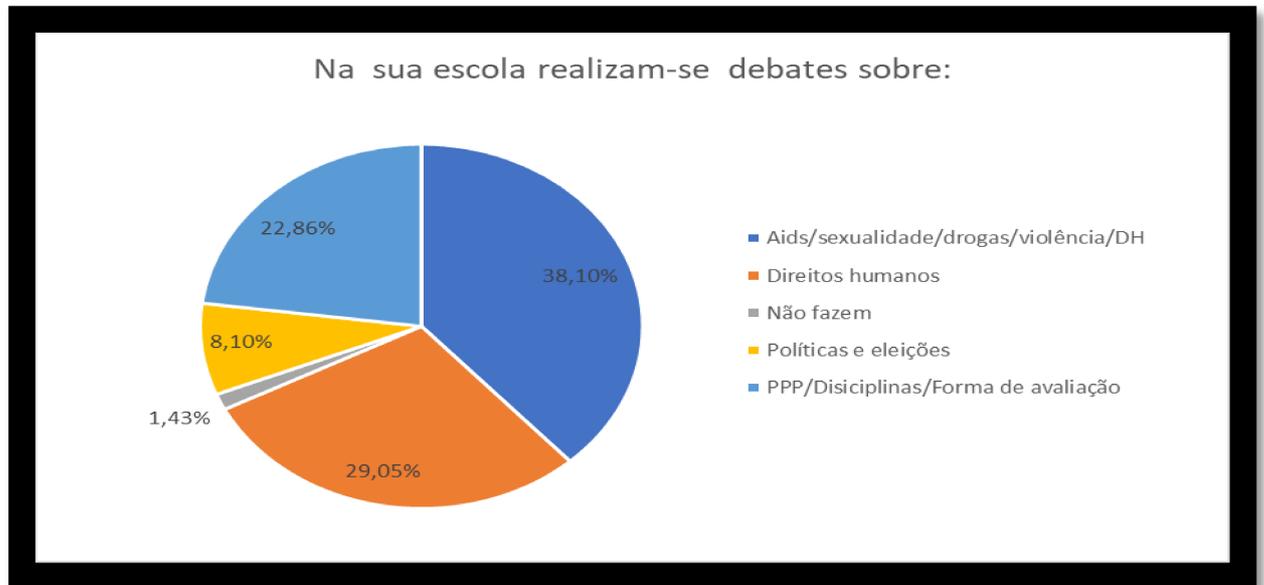
[...] essa tensão seria quase insuperável mediante a tradição da experiência vital se, de fato, não se desse a tendência retroativa: pois não só educa o professor ao aluno, mas que o aluno também educa o professor. As gerações estão em incessante interação.

Se a situação é essa *o que pode ser feito para melhorar?* As sugestões são duas: motivar os professores (105) e ter mais diálogo (35). O questionário sugeria sete soluções. A solução prioritária é o aprimoramento docente com outros níveis de motivação e qualificação. É a grande solução! A segunda solução é semelhante com 65 alunos(as) optando: estrutura da instituição. O diálogo, a terceira solução, parece que está longe. Ao lado desta ótica vem a demanda por segurança. Em síntese: docência, estrutura, diálogo e segurança. Os sujeitos da pesquisa com suas capacidades de colaboração e cooperação não poderiam fazer algo de relevante? Ao serem questionados o que aparece é a invisibilidade dos jovens no mundo adulto. *“Somos pensados a partir de notas, conceitos, avaliações e mercado de trabalho”.*

Poderíamos perguntar: no recinto dedicado à aprendizagem e à formação de cidadãos do presente de do futuro os jovens se sentem *inseguros*? Inseguros dentro do espaço estruturado ou fora dela, isto é, o mundo que rodeia ou o território de localização é perigoso? De qualquer forma, o jovem começa ou se move no medo, talvez medo de ser abusado, de se sentir objeto, abusado por ser objeto de experiências do mundo adulto. Ao mesmo tempo em que o jovem se sente agitado

pelo próprio corpo, o corpo dele é fonte de cobiça e de desejos. Ser desejado é algo prazeroso; ser desejado se encontra com a autoestima. Gostar de si é perigoso; ser gostado é perigoso, eis o dilema do jovem convidado a ser um participante.

### Gráfico 6-Existência de debates na escola



Fonte: Elaboração do autor (n=42)

Dizem os jovens que sim: 56 se referem à sexualidade; 50 falam dos preconizados direitos humanos, as outras respostas se dividem em currículo e temas que envolvem as disciplinas. Ora, para uma abordagem das ciências sociais pode-se apontar quanto à conveniência de repensar ou repaginar os diálogos não somente o currículo para uma adequação às inovações tecnológicas, mas também ao que representou a ocupação de escolas por discentes (DAYRELL; CARRANO; MAIA, 2014; SEGUNDO; SEVERO, 2019).

Esta demanda vem a propósito quando em minhas observações de campo, como professor e assessor de grupo juvenil, percebo que os debates são restritos a conteúdos convencionais se que, em termos gerais, os professores são pouco motivados ou preparados para debater assuntos que vão ao encontro dos jovens. Depois dessas questões, também no gráfico 6, a terceira resposta já leva à forma de avaliação da instituição de ensino: “Ser avaliado” é novidade; “ser xingado” era uma prática largamente em voga no período anterior. O jovem não gosta de ser avaliado porque isso leva à aparência e o jovem gosta de aparecer, ou seja, o jovem quer ser

percebido pelo que ele representa e não pelo valor dado a ele por um instrumento de avaliação. Dick (2003) nos ajuda refletir e nos convida como instituição, assessores e pesquisadores a ouvir a juventude que grita aos nossos ouvidos, argumentando:

A busca da verdade, entre os jovens, é um fato, não é uma utopia. E as constantes respostas, manifestadas já não são um mero episódio temporal. Todos os processos históricos vividos, sofridos, partilhados ou deixados no anonimato, fortalecem o protagonismo juvenil. Não são gestos manipuladores, mas convicções daquilo que se crê e se faz, pela justiça. Solidariedade, liberdade, autonomia, igualdade, protagonismo e construção da sociedade. (p. 219)

As organizações juvenis como a PJ (Pastoral da Juventude), Rede Em busca da Paz ou o Movimento dos Sem Terra fundamentam seu trabalho visando formar novas lideranças na questão: “o que podemos fazer para ajudar os jovens e construir uma sociedade mais justa para todos?” Quer-se oferecer um espaço de convivência para despertar à liderança, visando despertar capacidades para novas ações culturais e sociais de acordo com o quadro 1. Este trabalho com o mundo juvenil dispõe de subsídio sem certa medida de profissionais capacitados. Isto tudo requer uma estrutura mínima para o acompanhamento do processo de formação da juventude, pois “o desenvolvimento juvenil se dá numa delicada interação com os entes sociais do entorno” (Krauskopf, 2000, p. 119).

Mas a pergunta persiste: a que leva este processo? Por que agentes continuam investindo? Muitas vezes, a ausência de respostas convincentes leva ao descrédito. Assim, aos poucos a proposta neoliberal de “cada um para si” e “ser o melhor”, atinge mais e mais pessoas. Até as lideranças das organizações citadas acima, deixam de investir neste trabalho. Porque investir tempo de investigação ou porque não insistir no processo de formação nos grupos de jovens e na participação como um processo de construção do conhecimento? Esta é uma das grandes questões que podem ser aprofundadas, a partir da convicção da importância do grupo para o desenvolvimento de capacidades, fundamentais para a convivência humana. Silva (2015, p. 1) expressa uma articulação entre diferentes aspectos, dizendo que:

(...) uma formação democrática da cidadania depende de condições sociais e institucionais que possibilitem aos indivíduos a participação cooperativa nas mais diversas esferas da vida social, entre as quais a escolar, como expressão coletiva da liberdade de cada um.

Além disso, é possível dizer que a categoria Capital Social pode auxiliar na compreensão com relação as consequências da participação nos grupos de convivência, uma vez que além de aprender a conviver, o jovem adquire capacidades, na experiência de grupo, que favorecem o seu crescimento pessoal e ao mesmo tempo comunitário.

Bourdieu (2000), Putnam (1996) e Coleman (1990) são importantes teóricos para compreender a categoria capital social, pois foi a partir de estudos com grupos sociais, coletivos e comunidades de bases que eles definem o acúmulo de recursos sociais que vão além dos recursos individuais. Os autores definem estes recursos sociais como motivador de bens públicos e estes são resultados deste acúmulo de capital.

Bourdieu (1998) incorporou a noção em seu aparato teórico com uma abordagem refinada, inicialmente, consagrando-o dentro de sua sociologia da educação. Para o autor, são os recursos ou apropriações que podem ser movidos por meio de relações que pautam o reconhecimento de indivíduos e grupos sociais, de redes na perspectiva de circular em diversos âmbitos sociais.

*Capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de reconhecimento e de inter-reconhecimento (...) à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis” (p.67).*

O autor adota uma perspectiva de tal forma dinâmica que permite enfatizar a lógica de transformação dos respectivos capitais e compreender as interfaces entre capital social, econômico e cultural.

Por outro lado, essa noção nos remete também aos trabalhos de James Coleman (1990) e Robert Putnam (1996), como recursos ou benefícios e fatores que podem ser considerar constitutivos como redes, confiança, normas, entre outros aspectos. O capital social contribui para a solução dos dilemas de ação coletiva e facilita a cooperação espontânea, pois que as organizações ajudam a superar problemas comuns, acesso a bens fundamentais à vida, impossíveis de adquirir individualmente. Assim, como o capital convencional, os que dispõem de capital social tendem a adquirir mais.

Na perspectiva de Coleman (1990) existe a possibilidade efetiva de fazer um trânsito factível entre o agente individual e as dimensões de tipo coletivo ou societal na medida em que detecta os desafios estruturais que os agentes se valem para concretizar seus fins, como organizações sociais, normas, confiabilidade social. Em síntese o autor fornece um instrumental que pretende dar conta da compreensão da racionalidade da ação dos indivíduos na produção das ações e bens coletivos.

Na perspectiva de Putnam, o processo de desenvolvimento da categoria contribuiu para depreender o avanço econômico de regiões e países, demonstrando também a qualidade de vida dos grupos sociais, a vivência comunitária e o cuidado com o meio ambiente. Esta perspectiva pode contribuir para capacitar para as atividades coletivas ou em conjunto reforçar as atividades ou práticas de cidadania<sup>15</sup>. Neste sentido, a proposição do autor exerceu uma indiscutível influência sobre as conexões entre capital social e compromisso cívico, dentro do qual se situa a participação eleitoral, entre outras ações.

Sendo assim, é possível afirmar que a vivência em grupos juvenis e a participação comunitária pode auxiliar na formação do capital social e intervir como uma força na sociedade organizada, isto é, a juventude terá maiores condições de se tornar protagonista de uma sociedade mediante movimentos e organizações juvenis. Ao confrontarmos o gráfico 9 com os textos percebemos a importância de converter a teoria em prática. A compreensão do capital social para análises da sociedade e da elaboração desta pesquisa é incontestável, pois entendemos que as contribuições de Bourdieu, Coleman e Putnam auxiliam a compreender se os jovens inseridos na pesquisa carregam o que os autores identificaram como acúmulo de capacidades, solidariedade, confiança, cooperação e exercício da cidadania.

## 2.5 Nos caminhos da participação

Conforme visto acima, o jovem precisa integra-se em relações sociais para o seu desenvolvimento como cidadão. Na sociedade contemporânea, isso implica participar da vida social, política e produtiva, pois, excluídos destes espaços, muitos

---

<sup>15</sup> A solução de Hobbes para o referido problema, conforme Putnam (1981), é a coerção de um terceiro: “o Estado possibilita aos seus cidadãos fazerem aquilo que não podem fazer por conta própria – confiarem uns nos outros”. Mas a história mostrou aos italianos meridionais a inviabilidade da solução hobbesiana para os dilemas da ação coletiva. Ela continuou atrasada, ao contrário das regiões onde o espírito cooperativo foi cultivado por grupos e organizações comunitárias.

são condenados a uma vida marginal (e à marginalidade, no sentido amplo da palavra, incluindo a delinquência). Neste sentido é fundamental ter acesso a uma formação, pois todos concordam que a capacitação para a convivência e o trabalho contribui para o exercício da cidadania. Por isto Castro e outros (2004, p. 203) atestam que

Uma das peças-chave refere-se à formulação e à implementação de programas que facilitem a geração ou a disponibilidade de renda própria para os jovens. A razão para tal é que a disponibilidade de rendimentos próprios facilita o acesso a serviços e contribui para a geração de poder, o qual, por sua vez, promove o exercício responsável de direitos e deveres de cidadania, contribuindo para a crítica necessária, sob todos os aspectos, à tomada de decisões.

Quando perguntamos para os jovens que participaram da pesquisa sobre trabalho, primeiro emprego, e se o exercício laboral era parte de sua realidade, pois a maioria está na faixa etária entre 15 e 25 anos, faixa etária do estágio remunerado ou primeiro emprego. Percebemos pela tabela 5 que a falta de experiência somado a falta de capacitação tem influência negativa no acesso a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Considerando a idade e o modelo de ensino atual no país podemos afirmar que o desemprego no mundo juvenil precisa ser repensado a partir de políticas públicas que possam incluir os jovens no mundo do trabalho.

Tabela 5- Maior dificuldade do jovem para conseguir emprego.

Falta de experiência	35%
Crise Econômica no Brasil	31%
Falta de capacitação	19%
Idade	7%
Timidez	3%
Incompreensão	3%
Acesso ao local de trabalho	3%
Total	100%

Fonte: Elaboração do autor 2019(n=26)

A escola diz que prepara para o mundo do trabalho, porém percebemos na tabela 5 que algumas lacunas não são preenchidas quando a questão é trabalho. Para os jovens o trabalho é indispensável, impossível viver sem ter um trabalho. Conseguir um trabalho faz parte de um processo de passagem, seria como passar de jovens com pouca responsabilidade para jovens adultos, pois assumem tarefas de adultos na sociedade. Os jovens são inseridos no mercado de muitas maneiras, pois o mercado exige em uma contratação, experiência, capacitação e oferta. O que vemos

hoje é um mercado que explora a mão de obra juvenil através de estágios mal remunerado e que pouco valoriza as habilidades e competência deste público juvenil. Em suma, os jovens, neste modelo mercado, precisam se reinventar e isso é complicado, porque a escola não está preparada para as mudanças rápidas que estão acontecendo na sociedade desde as mudanças tecnológicas até os modelos de relacionamentos entre os jovens.

O fenômeno da juventude como uma questão social relevante, na acepção de Melucci (2001; 2007) está inscrito na perspectiva da sociedade contemporânea, razão pela qual emerge como temática de investigação social, bem como ação do Estado de direito. Os jovens podem refletir coletivos diversos que se traduzem por sua vez numerosas formas de expressão, seja no campo da cultura, do social, do religioso, do lazer, do trabalho, seja no campo das políticas públicas. Ao explicitarem as suas experiências, como problemas em busca de resolução, adentram ao âmago dos conflitos sociais. Portanto, neste íterim conformam campos nos quais se desenvolvem e realizam jogos de confronto entre forças sociais, bem como para o controle decisivo sobre recursos redistribuídos a partir da esfera estatal.

Numa das últimas pesquisas<sup>16</sup> (Observatório Participativo da Juventude) realizadas com jovens sobre este tema é interessante notar que, ao tratar de política, parece usual a afirmação de que não estão ligados ou conectados a esta temática. Afirmação, essa que pode ser confirmada no gráfico 12. Mas quando se trata do tema da participação social, a maioria entende de que tal dimensão é deveras importante para esta categoria. Nasce deste fenômeno a interrogação sobre esta dicotomia. A palavra política está intensamente associada a uma dimensão ou apreciação pejorativa do governo, de partidos políticos, entre outros aspectos. No caso de ampliação da noção para participação pública e coletiva muitos jovens não só demonstram adesão, como têm um engajamento, talvez maior inclusive que outros

---

<sup>16</sup>PARTICIPATÓRIO – Observatório Participativo da Juventude. Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. Secretaria Nacional de Juventude, Brasília, 2013. Esta não é a primeira pesquisa deste tipo realizada no país. No Brasil, uma primeira pesquisa de porte extenso deste tipo foi realizada em 2003, pelo Instituto de Cidadania, denominada Perfil da Juventude Brasileira. Infelizmente, as perguntas referentes à participação política abordadas neste texto não possuíam equivalentes exatos nas duas pesquisas. Após essa iniciativa, outras pesquisas deram continuidade ao aprofundamento da compreensão da juventude enquanto alvo de políticas públicas. São elas: Juventudes Brasileiras, realizada em 2004 pela Unesco e Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional, realizada em 2008, pelo Ibase e Instituto Pólis.

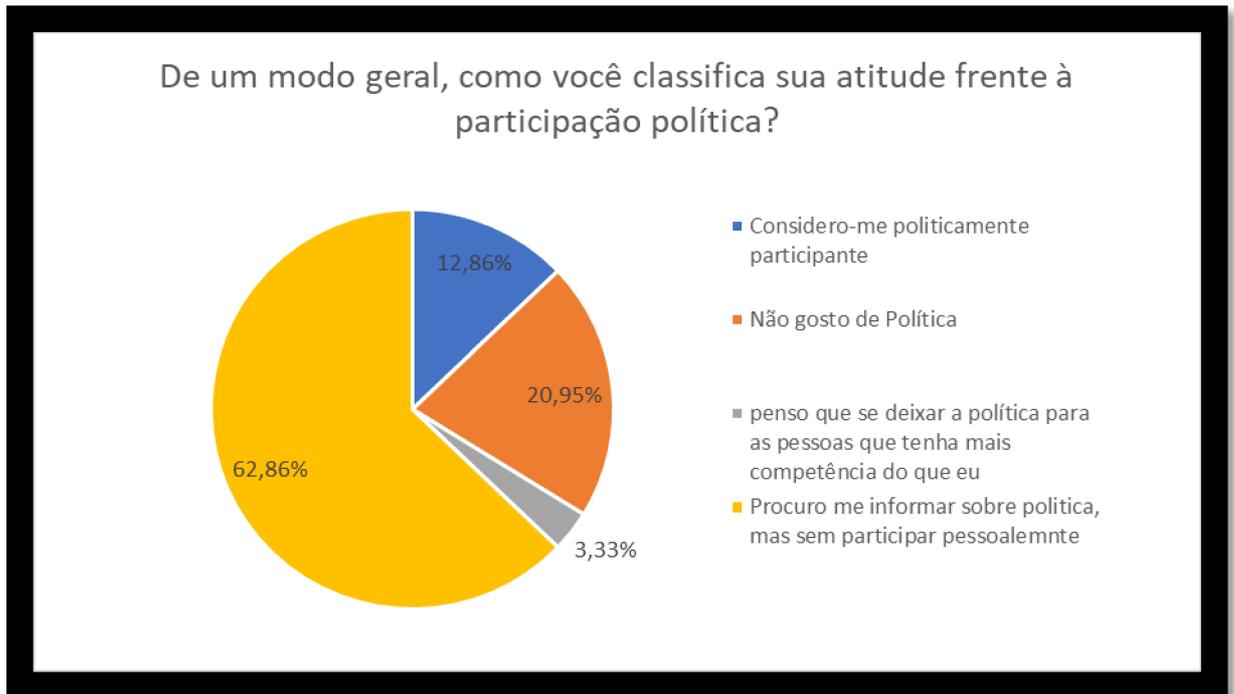
segmentos sociais. Sobre a mesma pesquisa Corrochano, Dowbor e Jardim (2018) expõe que:

A despeito da “surpresa” representada pelas manifestações daquele ano, procuramos mostrar que a pesquisa capturava valores e percepções dos jovens presentes naquelas mobilizações: o descontentamento com os mecanismos de democracia político-partidária e a desconfiança em relação aos canais institucionais de participação, bem como desconfiança em relação a associações como partidos ou sindicatos e preferências por ações políticas pouco institucionalizadas. (p.51)

As ciências sociais estão largamente desafiadas a encontrar respostas para as razões e causas que levam a uma parcela dos jovens a desacreditar ou apontar um desencanto com a vida política. Podemos perceber este desencanto nas repostas que os jovens apontaram na pesquisa. Na questão 48 pedimos um posicionamento pessoal para o jovem sobre como ele classifica sua atitude frente à participação política. A grande maioria busca informações ao seu alcance, porém não tem interesse de participar das questões políticas, como podemos notar nas repostas do gráfico 7. Esta questão pode ser entendida e compreendida quando Brasil. e cols.(2008) conclui o seu artigo e sugerindo que:

O universo juvenil, contudo, é ainda um importante depositário desta já histórica crise política. Seria interessante, portanto, realizar pesquisas que investiguem o sistema de valores e crenças que hoje dinamizam a relação dos jovens/adolescentes com o espaço público, procurando entender o campo ideológico que orienta as mais diferentes práticas juvenis (muitas delas sistematizadas através de organizações do próprio segmento jovem) em nossa sociedade contemporânea. (p.90)

**Gráfico 7 A participação e apreciação da política.**



Fonte: Elaboração do autor 2019. (n=48)

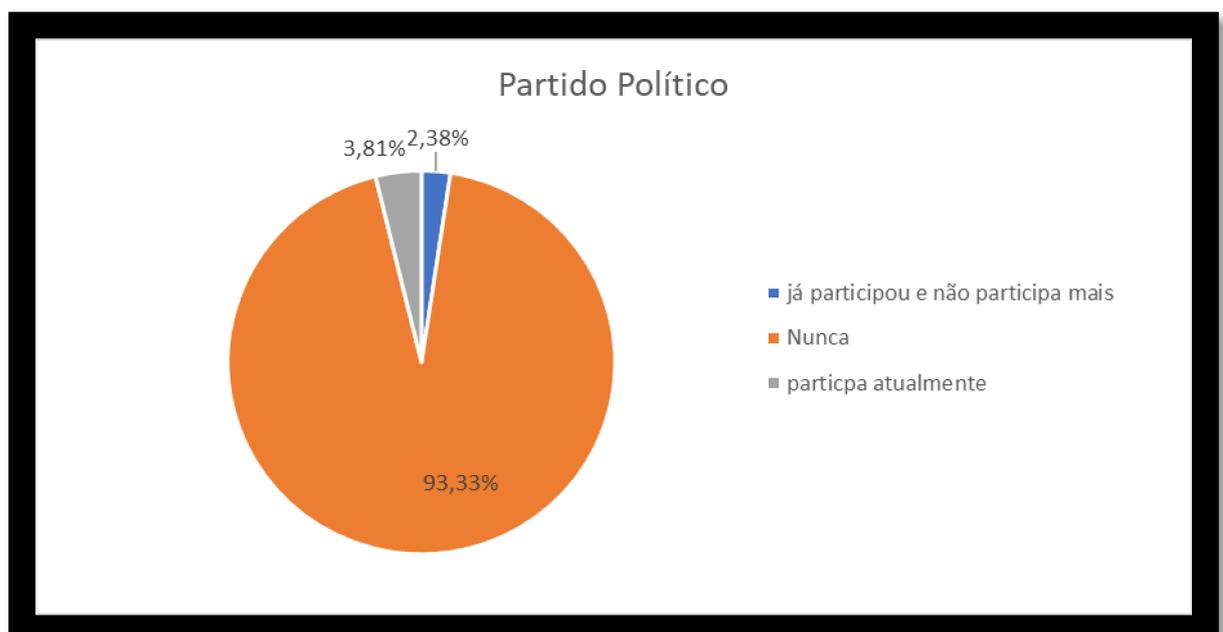
Primeiro, é entendermos o que de fato o jovem está chamando de política. Algumas palavras são significativas, mas estão desgastadas quanto ao seu uso. Evidentemente isso não é por acaso. No campo da política institucional, as formas com os meios de comunicação constroem a percepção (opinião pública) e as formas com que políticos profissionais têm tratado as questões públicas influencia profundamente no aludido descrédito ou na concepção de mudanças possíveis. Da mesma forma, a mídia também contribui para a difusão de uma visão negativa da política, do Estado, da representação e da coisa pública. Destacam-se, nos noticiários, atitudes de corrupção, nepotismo, de gastos e de impostos e pouco (ou quase nada) as boas ações políticas e o significado histórico das políticas públicas.

A participação em grupos de interação, conforme a pesquisadora Sousa (1999, p. 148) pode ser tomada como resposta para aquilo que se está plantando para os jovens enquanto realização de uma perspectiva de vida, ou seja, o grupo pode ser tanto o “criador” de uma direção quanto o espaço de materialização de uma dada forma de viver idealizada pelo jovem que o procura. É no grupo que os jovens reconhecem sua individualidade, colocando-o como referência diante de um meio social. Nele os jovens partilham ideias, estudam e assumem juntos conflitos, vitórias

e derrotas, pois “o grupo é, tradicionalmente, o cantinho de uma sociabilidade juvenil intensa” (Perrot, 1996a, p. 116). Em seu estudo sobre a socialização juvenil Rodrigues; Menezes e Ferreira (2018, p. 1) exploram “os efeitos longitudinais da interação entre a família, pares, mídia e associação escoteira no ativismo político, participação cívica e participação cívica online de jovens” eles concluem que esta participação contribuem para uma participação desde jovens em outros coletivo ao longo da vida.

Por mais que possuam a sua respectiva importância para as transformações sociais, os partidos políticos e sindicatos, talvez também outras instituições públicas, estão distantes do universo juvenil. Diversos partidos, a partir dos anos de 1990, passaram a organizar setoriais juvenis com o intuito de tratar as questões deste segmento de forma específica. No entanto, o trabalho de capacitar jovens para despertarem para a militância política dificilmente se inicia dentro dos partidos isso podemos perceber na biografia da grande maioria dos políticos. A maioria dos jovens que se entende como militante despertou para a participação em outro movimento ou grupo. A linguagem, a disputa interna e a burocratização das relações partidárias não têm sido atraentes para esta geração juvenil. Quando perguntado para o jovem sobre sua participação em partidos políticos, questão 47.10 podemos perceber o afastamento e a negação desta categoria nas respostas representadas pelo gráfico 8.

**Gráfico 8- Envolvimento dos jovens com partido político.**



Fonte: Elaboração do autor 2019 (n=47.10)

De acordo com as concepções e apreciações da realidade plural Manin (2013, p. 124] aprecia a temática do envolvimento em instâncias de participação e assegura que

Na democracia de público os cidadãos participam das eleições dependendo do contexto. E a composição do apoio a cada partido também varia de acordo com as circunstâncias. Esse padrão de envolvimento dos cidadãos na política específico do contexto se estende, todavia, para além do voto. Ele também caracteriza a participação não eleitoral.

Outras formas de atuação têm se apresentado como novos modos de participação, atraindo para o debate público de questões que dizem respeito a eles e à comunidade na qual estão inseridos e que de alguma forma reverberam no âmbito escolar (gráfico 9; gráfico 20). Então, para além do envolvimento em um partido político (gráfico 8), existem os grupos culturais de produção audiovisual alternativa, projetos e ações pontuais diversas organizadas pelos próprios.

Um outro jeito de participar vem se configurando e se somando a formas mais convencionais de atuação, como movimento estudantil, sindicatos ou partidos. Estes grupos estão potencialmente presentes em todos os espaços onde há jovens interessados em desenvolver algum tipo de ação que os interpele. A novidade é cada grupo que vai expressá-la. Isto implica em desenvolvimento de capacidades de compreender relações sociais e de conviver com o plural, em que fenômenos sociais parecem flexíveis e fluidos. Nestas circunstâncias se apontam também as formas de organização social nas quais os jovens se mobilizam, de acordo com Melucci (2007,) *“para retomar o controle sobre suas próprias ações, exigindo o direito de definirem a si mesmos contra os critérios de identificação impostos de fora”* (p. 42). A presença em mobilizações e práticas sociais contribui para a compreensão de relações sociais na condição de sujeito. Neste sentido, amplia-se a capacidade de um agir em coletividades por parte de muitos jovens. Todavia, importante ressaltar a condição de sujeitos múltiplos, pois conforme Touraine (2007), *“O sujeito nunca se identifica totalmente consigo mesmo e continua situado na ordem dos direitos e dos deveres, na ordem da moralidade e não na ordem da experiência”* (p.120)

Dina Krauskopf (2000) chama atenção para as mudanças de paradigma provocada pela globalização e a modernização, afirmando que as políticas e programas de juventude levam em consideração eixos estratégicos para a

visibilização positiva dos jovens e a sua participação protagônica (Krauskopf, 2000, p. 126). Neste sentido há o reconhecimento da participação como imprescindível e efetiva, abandonando o adultocentrismo, tendo presentes as diversas situações de exclusão.

A participação juvenil não só requer ser entendida desde sua relação de empoderamento em relação ao setor adulto, senão também o reconhecimento das formas próprias de *empoderamento* que constroem, e as transformações que se dão na expressão dos conteúdos da ação coletiva e individual (Krauskopf, 2000, p. 128). A partir do velho e do novo paradigma, a autora ilustra as mudanças nas dimensões da participação juvenil, propondo o quadro 1 que percebemos que os novos paradigmas estão relacionados com as mudanças das dimensões de identidade, mudança social, espacialidade, temporalidade, organização, estrutura e ação das novas gerações na participação juvenil.

Quadro 1-Mudanças na participação juvenil

<b>Dimensiones</b>	<b>Viejo paradigma</b>	<b>Nuevo paradigma</b>
<b>Identities colectivas</b>	Basadas en parámetros socioeconómicos y político-ideológicos	Basadas en parámetros ético-existenciales
<i>Cambio social</i>	La modificación de la estructura cambia al individuo	El cambio personal se orienta a modificar las condiciones de vida colectiva
<i>Espacialidad</i>	Epicentro local, trincheras globales	Epicentro global, trincheras locales
<i>Temporalidad de las acciones</i>	Se busca efectividad de largo plazo; metas en soluciones futuras	Se busca efectividad a corto y mediano plazo; metas palpables
<b>Organización</b>		
<b>Estructura</b>	Piramidal institucionalizada	Horizontal, redes vinculantes y flexibles
<b>Rol</b>	Centralizador representativo	Facilitador, mediador con respeto a la diversidad
<b>Acción</b>	Colectiva massificada Hegemónica Burocrática	Coordinaciones transitorias, reivindicación de la participación individual débilmente institucionalizada

Fonte: Krauskopf, 2000

Hammes (1999) afirma que os novos paradigmas poderiam ser incorporados na metodologia do trabalho pedagógico, em sentido amplo, para que os sujeitos envolvidos no processo pudessem participar efetivamente. O autor propõe esta mudança a partir da pesquisa sobre a participação dos jovens nos movimentos sociais de Venâncio Aires.

Muitas vezes se criticam os jovens pelo fato de não participarem nos Movimentos Sociais e de não se comprometerem politicamente com ninguém (...). Os jovens de hoje, mesmo sendo diferentes dos jovens do passado,

continuam com o desejo de participar na gestão de uma nova sociedade. O que muitas vezes acontece, é os Movimentos Sociais não abrirem espaço para esta participação (p.151).

Em decorrência de seu contexto social, as juventudes experienciam de formas diferenciadas as expectativas do processo educativo, de mobilidade social e as incertezas de acesso ao mundo do trabalho, de interação social e socialização, de inclusão/exclusão social, de projeção do futuro, entre outras expectativas. Isto está diretamente relacionado com a percepção dos jovens (RIBEIRO, 2016), conforme expresso na tabela 5, quanto às dificuldades ou os obstáculos para conseguir um emprego nas condições dadas.

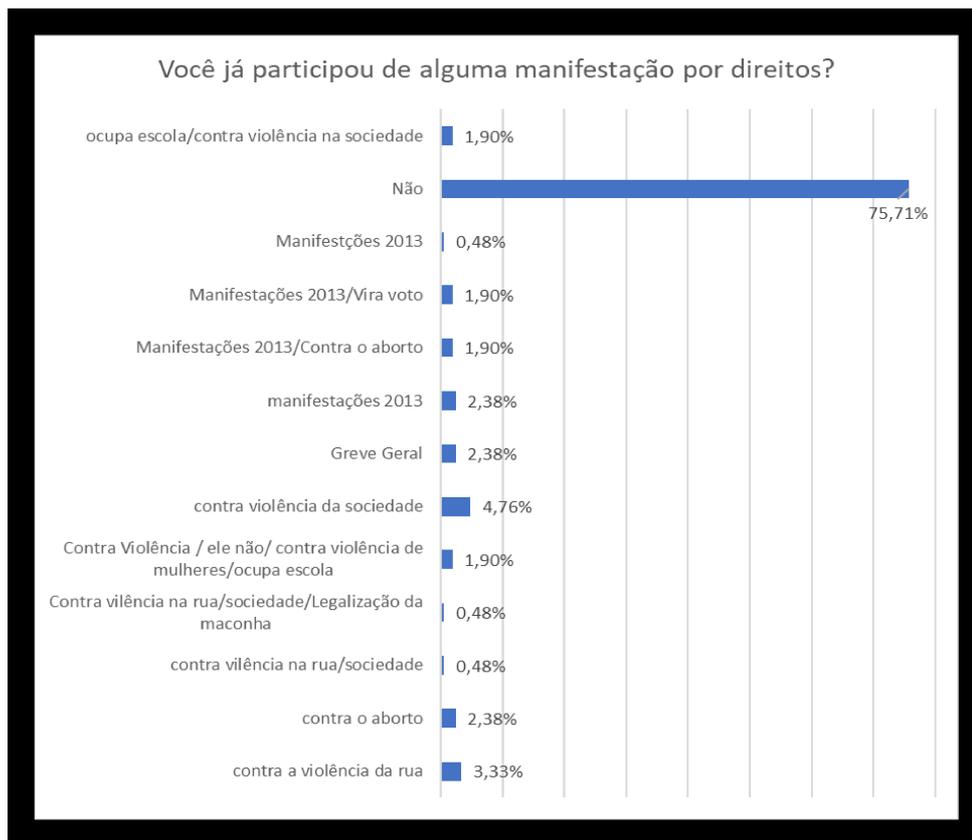
Nas condições proporcionadas vivenciam pertencimentos que são referência importante na presente investigação, como grupo social, territorialidade, associativismo, etnia, gênero, religiosidade, entre outros. A presença nas ações coletivas contempla as formas peculiares de inserção social, ao mesmo tempo em que fornecem elementos basilares da construção de identidades e expressões sociais que em tudo se parecem como próprias. De acordo com a ênfase de Melucci (2001; 2007) os jovens de maneira recorrente estão fazendo as suas escolhas dentro de um leque de oportunidades, em situações reveladoras de sua caracterização histórica. Diante disso, cabe apresentar o paradoxo, pois por outro lado, ao discorrer sobre as trajetórias das juventudes de alguma forma também se traçam características acerca da própria sociedade contemporânea (MELUCCI, 2001), ou seja, a mesma concebida como “espelhadadas relações sociais contemporâneas”. As suas práticas sociais traduziriam posicionamentos em face dos pertencimentos múltiplos, inclusive concomitantemente com outros segmentos sociais.

Diante dos problemas cruciais considerando sistemas complexos, na vivência dos dilemas e contradições referentes à vida social, os jovens “espelham” os diferentes sistemas e a tensão existente entre a expansão das oportunidades de vida e um controle social difuso, entre as possibilidades de diferenciação e as definições externas de identidade, entre a incompletude e a reversibilidade das escolhas e a determinação dos destinos (AMARAL, 2011, p. 10)

Ora, isto interroga sobre a possibilidade da proposta da juventude na dimensão de paradigma social de uma possibilidade de mudança no que é proposto pela sociedade (CASTRO e ABRAMOVAY, 2003; GROppo, 2016b), ou seja, Nesta perspectiva, a juventude está muito mais preocupada em ter êxito no mercado e integrar-se na sociedade de consumo. Percebemos e confirmamos está mudança na

apresentação dos resultados da participação por buscas de direitos a partir das ferramentas instituídas para buscas de direitos, aqui apresentada a participação em manifestações. Podemos confirmar este paradigma a partir das respostas analisadas da questão 47 apresentada no gráfico 9.

**Gráfico 09- Participação de manifestação por direitos**



Fonte: Elaboração do autor 2019 (n=47)

A partir do estudo sobre *alcances e limites do capital social na construção democrática*, Baquero (2001) insiste que

Os déficits de participação popular tornam oportuno, relevante e necessário pensar em formas ou ações estratégicas que possibilitem a volta do cidadão, da sociedade civil e da sociedade em sua totalidade, para um papel mais participativo e fiscalizador. (p.44)

Mas a sociedade moderna possibilita diversas formas de participação, que sempre podem ser objeto de investigação com vistas a serem aprofundadas pelos cientistas sociais. Dentre estas, destacam-se os novos espaços de participação, como as assembleias do OP (orçamento participativo) e a participação de eventos como o

FSM (Fórum Social Mundial) com a organização da cidade das cidades estes já analisados por muitos pesquisadores.

Nas assembleias do OP, os jovens contribuem para a formação de um ato da comunidade. Embora muitas vezes, levados pelas direções das instituições de ensino, os jovens se dão conta de que o voto é deles e que são importantes para aprovar ou não propostas para a sua comunidade. Os debates ultrapassam o ambiente da assembleia e da demanda de uma instituição de ensino, fazendo parte das discussões dos grupos juvenis, de famílias ou de âmbito municipal ou até estadual.

Isto de alguma forma condiz com a discussão de Coleman (1990) e Putnam (1996) sobre capital social, onde as ações geram benefícios ou retornos quanto às conexões em redes afetando por vezes um público ampliado. Quando um grupo de discentes se organiza para contornar as práticas de violência ou para aprovar recursos à instituição também se beneficiam os que não participam diretamente. Sendo assim, os resultados decorrentes do capital social podem ser simultaneamente um bem privado e um bem público.

O voto é uma das formas de participar. Com certeza, a garantia do direito ao voto para adolescentes de 16 e 17 anos é uma conquista importante a se cultivar. O fato de ser facultativo também é interessante, pois participar de forma obrigatória poderia não atrair este segmento. Para aproveitar melhor esta conquista, em diversos períodos se fez um movimento de valorização da ação política. O adolescente jovem que não possui qualquer tipo de atuação, e que partilha da visão negativa presente na sociedade sobre a prática política, dificilmente vai perceber a importância que seu voto possa ter para configurar relações sociais. Experiências como votação para a chapa do grêmio estudantil, eleger propostas e delegados para uma conferência<sup>17</sup> municipal de juventude, escolher pelo voto o líder da turma são hábitos democráticos que contribuem para que os jovens percebam a importância de seu voto para uma nação.

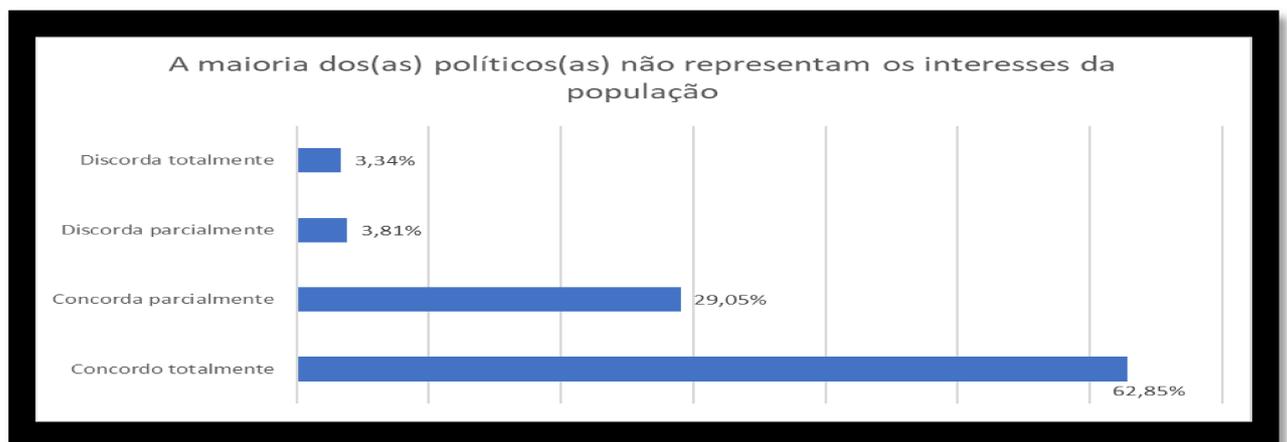
Como já afirmado acima, teremos como base nesta pesquisa os mecanismos pertinentes de integração do cidadão como sujeito ativo, ou a sua interação na

---

<sup>17</sup>Avritzer (2012) demonstra que incentivos da política de Estado podem determinar a intensidade da participação nas conferências.

construção dos objetivos sociais relevantes, integrante de organismos próprios da democracia como regime político e de mecanismos institucionais capazes de priorizar a equidade, a justiça social, definir e orientar a forma de atuação do poder público. Todavia, a efetividade deste sistema requer compreensão e adesão a arenas decisórias e formas coletivas de organização para expressar demandas que possam fluir para as instituições representativas. De acordo com Boghossian e Minayo (2009, p. 418) a pesquisa desenvolvida por Müxel (1997) investigaria as condições de socialização de uma mesma coorte de jovens franceses ao longo de cinco anos, procurando desvendar os modos de estruturação de sua identidade política. O distanciamento da política representativa é o tom dominante dos depoimentos. Os jovens justificam-no pela rejeição às brigas politiqueras que despojam a política de seus conteúdos e ao jogo de alianças e oportunismos. Repudiam a ausência de controle sobre as decisões dos governantes, e constatam a falência da ideia de eficácia dos projetos políticos. Confirmamos de uma forma objetiva as pesquisas referidas pelos autores. Quando questionamos os jovens em nosso questionário sobre a percepção dos jovens sobre política (questão 51), representada pelo gráfico 10, verificamos que o jovem concorda que os interesses da população não são representados pelos políticos.

**Gráfico 10-** Percepção dos jovens sobre política.



Fonte: Elaboração do autor 2019-(n=51)

Quando um cidadão se torna capaz de entender em profundidade o mundo em que vive, ou apropriar-se de uma interpretação das relações sociais, certamente ele consegue constituir um diálogo com os temas que o cercam, assim ocorre com o campo da ação política. Segundo a literatura, é comum conferir as restrições à política institucional e partidária a questões ligadas à alienação e à desinformação. De acordo

com a literatura, os dados preconizam que “não são os jovens que desconhecem a relevância da política, mas antes a forma predominante de se fazer política no país que não os reconhece como interlocutores, gerando em muitos deles indiferença ou aversão” (ABRAMO e VENTURI, 2000, p.5)

A complexidade do fenômeno em destaque permite diversas linhas de ênfase do que ocorreu com os jovens em suas manifestações neste breve período transcorrido do século XXI. Corrochano, Dowbor e Jardim (2018; p.50) inventariam a temática da juventude e partem da seguinte interrogação: “O que as percepções e ações protagonizadas pelos jovens brasileiros no século XXI nos dizem sobre a relação entre eles e a política?” Para a sua abordagem utilizam como fontes as diversas experiências de participação juvenil em manifestações políticas nas últimas duas décadas e a pesquisa Agenda Nacional da Juventude de 2013. Ao termo da apreciação dos fatos da realidade juvenil evidenciam o despertar ou a valorização das formas, canais e mecanismos não institucionais de se fazer presente na cena política, bem como de enunciar críticas à política institucionalizada. Na obra *“Agenda Juventude Brasil: leitura sobre uma década de mudanças”* a partir de dados empíricos, entre outros autores, Souto afirma que:

o reconhecimento da importância da política e a valorização de diferentes formas de participação não revertem em uma atuação efetiva nas distintas frentes apresentadas. E aqui reside o desafio de se avançar na reflexão sobre esse descompasso, as vezes mais agudo e explícito, outras mais matizado, o que demanda cuidado na sua leitura. No caso dos partidos políticos, por exemplo, o descompasso mostra-se significativo: 30% dos jovens incluem essa alternativa entre as duas mais eficazes para se conquistar as melhorias almejadas para o país, mas 88% deles descartam o engajamento nessas organizações. Uma das explicações possíveis é que os jovens reconhecem a importância da institucionalidade partidária, ao mesmo tempo em que questionam as práticas exercidas por essas agremiações e pelos seus representantes nos Legislativos municipais, estaduais e federal. (SOUTO, 2016, p. 272)

A geração jovem brasileira atual pode ser tida como a que se sucede num período de consolidação da democracia, sendo interessante perceber como isso ocorre mediado pelo ponto de vista da política instituída. Cabe, dizer então, que os jovens podem se mobilizar no universo da participação pública, considerando novas formas de abordagem e temas que podem interessá-los. Isso, de modo geral, pode apontar para o quadro de crise das formas tradicionais de socialização e participação política. Desta forma, percebemos o que é exposto pelos jovens no que diz respeito à

política, tomando como ponto de partida a participação social e as eleições, dando enfoque ao acontecimento empírico (NOVAES, 2014): o voto facultativo dos jovens em algumas eleições. Este estudo trará à tona aspectos singulares do imaginário político dos jovens, seu modo de ver e interpretar a assunto e, quem sabe, sua própria maneira de fazer e compreender a política e a participação dos jovens nos setores sociais da sociedade.

De qualquer forma, há múltiplos sentidos ou dimensões da democracia que se consolidam relevantes especialmente no sentido de creditar organização civil como mecanismo apropriado para promover melhorias econômicos e sociais em benefício da condição de cidadãos.

Quem pode votar em um regime democrático possui a sua devida resposta nas constituições de cada nação. O Brasil possui em seu regime democrático o sufrágio universal garantido, isto quer dizer que todos aqueles com um nível mínimo de capacidade jurídica têm direito ao exercício do voto. Ao mesmo tempo, diferencia-se quem pode votar e quem tem obrigação de comparecer ao processo eleitoral. Embora todas os cidadãos possam votar a partir de 16 anos de idade, o exercício do voto torna-se obrigatório a partir dos 18 anos. Entre 16 e 18 anos e após os 70 anos de idade, o exercício do voto é um direito facultativo<sup>18</sup>.

Na Constituinte de 1988 foi aprovada o voto facultativo para menores a partir de 16 anos. De autoria do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), a emenda teve o apoio de 355 constituintes, recebeu 98 votos contrários e 38 abstenções. Estabeleceu ainda que o alistamento eleitoral (quadro 3; tabela 3; gráfico 15), e o voto são obrigatórios para maiores de 18 anos e facultativos para os analfabetos e maiores de 70 anos. No dia 16 de agosto, o plenário aprovava em definitivo o voto para os adolescentes de 16 e 17 anos, ao derrubar por larga maioria a emenda supressiva da deputada Rita Furtado (PFL-RO), contrária à medida.

A deliberação efetiva dos jovens de participar das eleições, porém, vem diminuindo nos últimos pleitos. Enquanto em agosto de 1989, filas se formavam no país para o alistamento eleitoral de jovens (quadro 3; tabela 3; gráfico 15), temos hoje poucos jovens nesta idade procurando o cartório eleitoral para se alistar. Os primeiros

---

<sup>18</sup> Mesmo sendo um tema atual o voto facultativo do jovem, o voto de jovens de 16 e 17 anos, é parcialmente estudado sobre sua implementação e também sobre o seu comportamento nas campanhas eleitorais e nas urnas no país.

anos após a aprovação da lei surgiram movimentos incentivando a importância do jovem se alistar e votar, entre eles: o movimento “Se liga 16!”<sup>19</sup>.

“A Justiça Eleitoral intensificou a campanha de filiação desse público, o que pode explicar porque ela cresceu desde então: em maio de 2008, os jovens de 16-17 anos correspondem a 2,51% do eleitorado nacional (TSE, 2008). Apesar disso, está longe do engajamento registrado em 1989, quando o alistamento foi de 57%” (BARRETO, p. 200).

Para este autor a variação na participação eleitoral em destaque se explica por fatores diversos, como ocorre efetivamente, em termos absolutos, a diminuição da quantidade de jovens nessa específica faixa etária, o declínio dos incentivos ou da publicidade em torno do assunto e, como tal, o parco convencimento político, ou a confluência conjunta destes fatores, entre outros agenciamentos.

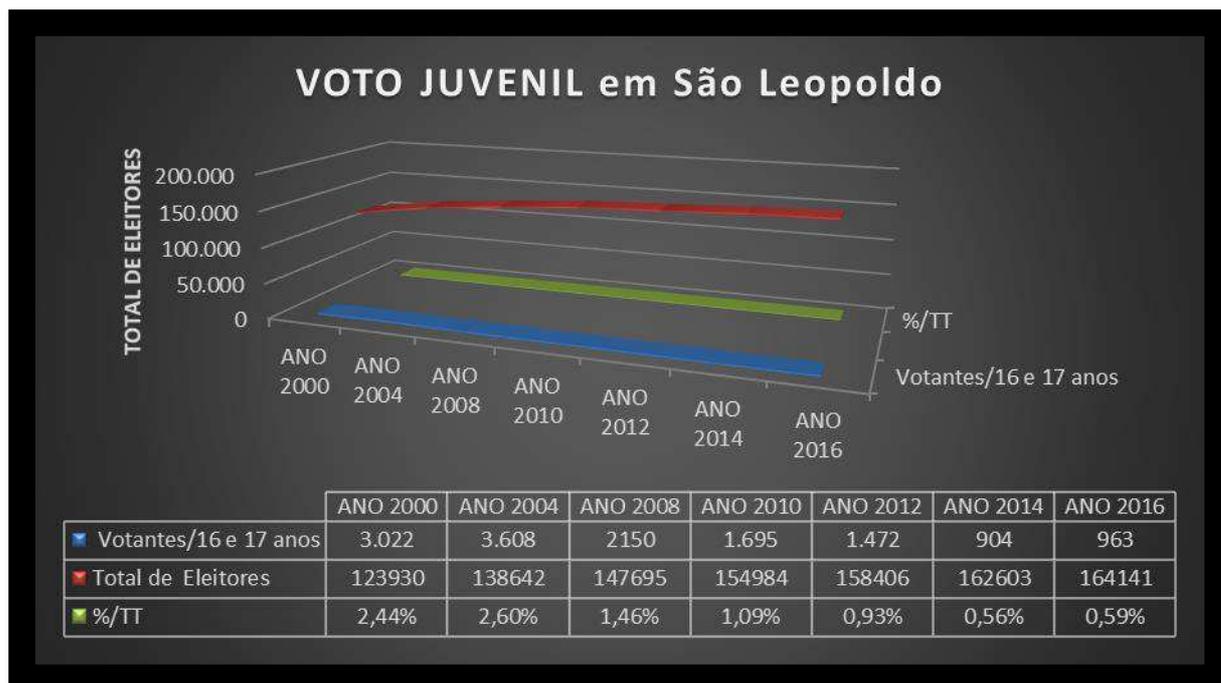
No entanto, em 2014, um ano depois dos protestos que levaram centenas de milhares de brasileiros às ruas, especialmente jovens, o desejo de votar foi menor. Em meio ao ceticismo em relação aos partidos políticos, aos seus líderes e à chamada, pelos cientistas políticos, democracia representativa, o percentual de eleitores de 16 e 17 anos cadastrados na Justiça Eleitoral despencou (quadro 3). Passou dos 39% da população nessa faixa etária, em 2006, para 25%. Diante destes dados iniciais o que poderíamos perceber com os números das urnas? O gráfico 11 confirma a baixa participação do voto juvenil nos últimos anos, confirmando o desinteresse dos jovens pelas políticas institucionais.

---

<sup>19</sup> Movimento liderado pela União Nacional dos Estudantes –UNE. Fonte:

<http://memorialdademocracia.com.br/card/jovens-de-16-ganham-direito-de-votar> Acesso em 22/03/2018

**Gráfico 11-** Comportamento Eleitoral dos jovens nas últimas eleições.



Fonte: TSE- Elaboração do autor.

Diante deste gráfico poderíamos afirmar que estamos nos aproximando de um colapso da democracia e de um dos instrumentos de representação que é voto? Em uma entrevista para o IHU (2013) <sup>20</sup> Schmidt argumenta:

Falência política me parece um termo excessivo, pois indicaria a falência do nosso sistema democrático. O sistema político brasileiro não está em xeque, mas as manifestações questionam severamente várias de suas dimensões, vinculadas à moralidade, à representação e à eficácia das políticas públicas. Palavras de ordem como “nenhum partido me representa” e “o gigante acordou” podem sugerir uma negação completa das instituições existentes, mas vejo-as mais como expressão da insatisfação frente a serviços públicos de baixa qualidade, como o transporte público, a saúde e a educação, e de frustração face às notícias cotidianas sobre a corrupção política.

<sup>20</sup><http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5126-joao-pedro-schmidt>. Acesso em 10/04/2020

A participação em um movimento como o instaurado na *cidade das cidades*<sup>21</sup>, durante o III Fórum Social Mundial, afirma o projeto alternativo à sociedade neoliberal. Nela há o cuidado pelo aspecto multicultural e da irmandade ou reciprocidade entre os partícipes, onde integrantes do MST acolhem em suas tendas de lona preta universitários do território nacional, bandeiras da Palestina dividem espaço com a estrela de Davi, camponesas trocam experiências com anarco-punks de lugares diferentes. Desta maneira, forma-se um entrelaçamento peculiar, inserida no espaço urbano de Porto Alegre, com dezenas de micro-universos e desenhos utópicos ou celebrando e bebendo utopia. Neste espaço se forjam estruturas, regras e ritmos, formando uma comunidade transitória, com conselho de gestão e uma lógica de organização próprios.

Os conselhos municipais<sup>22</sup> são uma das ferramentas que possibilitam aos cidadãos uma participação ativa no processo de criação de políticas públicas no Brasil. Nas instituições escolares pouco, ou quase nada, se trabalha na divulgação da existência destes conselhos que atuam na demanda e sugestão de criação de políticas públicas para a população.

Esta experiência de conselhos e participação social é experimentada por Paulo Freire no que ele chama de “pedagogia da experiência” que vai ao encontro de um processo e este parte da existência de um grupo, com a participação social, que desenvolve a formação comunitária, comprometida com a possibilidade da participação em meio aos conflitos. Com isto se valoriza a solidariedade e alteridade, comprometida com a ação pela mudança social: *“agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”* (Freire, 1985, p. 79).

---

<sup>21</sup> A *cidade das cidades* foi o nome sugestivo dado ao Acampamento da Juventude que no ano (2003) reuniu em torno de 25.000 jovens no Parque Farrroupilha e junto ao Guayba em Porto Alegre, durante o III Fórum Social Mundial.

<sup>22</sup> Os Conselhos Municipais, ou populares, são espaços compostos por representantes do poder executivo e da sociedade civil. Metade dos membros são provenientes de órgãos da sociedade civil, enquanto a outra metade são representantes do Estado. A participação popular é garantia constitucional nas áreas de seguridade social, educação, entre outras. Por isso, normalmente existem vários conselhos em um único município, pois cada um trata de uma área diferente do interesse público, como: educação, saúde, infância e juventude, direitos da mulher, mobilidade urbana, meio ambiente, entre outras. Fonte: <https://www.politize.com.br/conselhos-municipais-fatos-importantes/>. Acesso: 12/02/2020

Talvez, mais do que nunca, a proposta dialógica ou relacional, em desenvolver um modelo pedagógico, relacionando não apenas as bases para uma linguagem crítica de imaginação, mas também a formação de um coração ensinador (convidando à compaixão, à empatia e ao perdão), seja um apelo para buscar novos jeitos para chegar às gerações mais jovens, ainda tão controladas pelo poder cativo do capitalismo, propondo novas formas de ser jovem e atuar na sociedade.

## **2.6 As Formas e Estratégias de Participação Política**

Entre os diferentes sistemas políticos, o regime democrático e republicano tem sido uma das possibilidades como forma de governo a partir da participação e da organização de grupos sociais. Por definição, os cidadãos são todos elegíveis e, dentro das leis, podem participar, igualmente, ou por representatividade ou por meio do sufrágio universal. Do ponto de vista ideal este regime pretende assegurar aos cidadãos as condições sociais, econômicas e culturais e o direito à liberdade. Ao longo da história o processo desta construção enfrentou e enfrenta dilemas e raízes alicerçadas na exclusão, como uma existência e confluência perversa de processos políticos. Por outro lado, o alargamento do sistema democrático se explicita na emergência de espaços para a participação dos cidadãos, com suas respectivas técnicas de discussão e de decisão, especialmente relacionadas com questões afetas às políticas públicas.

Segundo Lipset (1987), no campo da Ciência política há uma tendência em valorizar a relação de determinados grupos sociais com a política institucional, esse pensamento classifica de maneira positiva a escolaridade com acesso a um leque diversificado de informações, enquanto grupos de perfis menos letrados são considerados suscetíveis a lapsos ou desajustamento com a moderna democracia. Para este autor, a participação se subordina à representação, pois que o campo da política é para especialistas<sup>23</sup>. Por sua vez, para Groppo (2016a) o perfil de cidadãos numa perspectiva elitista, dada a evolução positiva entre a instrução, informação,

---

<sup>23</sup> Ao mesmo tempo, de acordo com GIDDENS (1993, p.42) o sujeito como “[...] portador visível da auto-identidade, estando cada vez mais integrado nas decisões individuais do estilo de vida”. Nesse contexto, na constituição da subjetividade o indivíduo é demandado para deliberar constantemente sobre questões elaboradas pelos sistemas especializados. Isto se reporta à vida pessoal, quanto às formas de participação social e política.

interesse e participação chegam a ser recomendada pela literatura como o quadro que mais se adequaria ao sistema político contemporâneo. Uma vez que, supostamente, a falta de compreensão bem como a rejeição às instituições políticas advinda de grupos sociais menos favorecidos ou invisibilizados, por isso, não assimilariam seu funcionamento e importância.

Um segundo conceito ou concepção seria a Democracia substantiva por contemplar valores comprometidos com as questões vinculadas aos direitos fundamentais bem além de questões simplesmente formais. Nesta dimensão se afirma que ela se caracteriza como “substantiva” porque respeita, “de um lado, o respeito por liberdades civis e os direitos políticos e, de outro, considera-se como consequência do anterior: a progressiva implementação da igualdade política e de seus correlatos e a igualdade social e econômica” (MOISÈS, 2008, p. 15).

Por sua vez um leque de direitos pode estar suposto ou estar na base de sustentação de um regime de participação democrática. Desta feita Castro e outros (2004, p. 86) constata uma faceta desta realidade referindo-se a um segmento social específico.

O conjunto de direitos e benefícios a que este segmento deveria ter acesso, criando condições para a implementação de políticas públicas destinadas à juventude. Em função disso, é difícil levar adiante qualquer discussão em torno de medidas de proteção às juventudes, como acontece com a infância e com a adolescência no caso do ECA, que prevê tais medidas sempre que direitos reconhecidos no próprio Estatuto forem ameaçados ou violados (artigo 98). Se não há uma lei que especifique direitos, como falar em medidas de proteção em caso de violação desses direitos?

Ainda uma outra compreensão sintetiza as duas óticas, representativa e deliberativa ou substantiva, numa visão integrada de modo que as práticas deliberativas<sup>24</sup> do cotidiano não estejam dissociadas da construção de mecanismos de representação, bem como da assunção de metas coletivas como um bem para a comunidade. Nesta perspectiva, de acordo com Silva (2015), com apontamentos a

---

<sup>24</sup> Existe um debate na ciência política a respeito dos termos. “Na verdade, Bernard Manin não chega a apontar para o fato de que o termo deliberação, na sua origem etimológica, permite os dois significados: deliberar pode tanto significar “ponderar, refletir” quanto “decidir, resolver.” ... Iremos mostrar a dualidade da utilização do conceito de deliberação na obra de John Rawls, especialmente na sua *Uma teoria da justiça*. Iremos ainda, na segunda seção desse artigo, mostrar como Rawls e Habermas consolidam um uso alternativo do conceito de deliberação ...” (AVRITZER, 2000, p. 26).

partir de Habermas, Dewey, Taylor e Honneth, a adesão a um procedimento democrático como forma de conceber as relações sociais passa a ser vista como um mecanismo de reflexividade e de cooperação social. Neste sentido, a educação para a cidadania como prática cotidiana destaca os procedimentos formativa da vontade política de participar na busca de resolução de seus problemas (EKSTRÖM, 20016). O exercício da cidadania evidentemente não se reduz aos mecanismos de legitimar periodicamente os governantes.

Deste modo, na realidade das demandas procedentes da maioria da população são de suma importância para o regime democrático, isto é, que sejam contempladas pela agenda institucional de representação política. Portanto, nesta ótica de Democracia os direitos dos cidadãos constituem uma prerrogativa: não só de serem respeitados no coletivo e no individual, mas sobretudo que a garantia de serem efetivados. Estes direitos se apresentam como o desenvolvimento de capacidades para atribuir características singulares aos serviços prestados pelo Estado nacional e satisfazer as expectativas de qualidade de vida dos consumidores. Dito de forma a considerar indicadores do nexos entre instituições políticas e Democracia no campo político afirma-se:

No caso da democracia, espera-se que esse regime seja capaz de satisfazer as expectativas dos cidadãos quanto à missão que eles atribuem aos governos (qualidade de resultados); confia-se que ele assegurará aos cidadãos e às suas associações o gozo de amplas liberdades e de igualdade política capazes de assegurar que possam alcançar suas aspirações ou interesses (qualidade de conteúdo); e conta-se que suas instituições permitirão, por meio de eleições e de mecanismos de *checks and balances*, que os cidadãos avaliem e julguem o desempenho de governos e de representantes (qualidade de procedimentos) (MOISÉS, 2008, p. 15)

O reconhecimento do voto juvenil aos 16 anos implicou num reconhecimento em prol dos processos de democratização e como combate às estruturas de exclusão social, mas não sem certa ressalva com relação à eficácia de suas ações. Em face dos requisitos do sistema democrático, há objeções tanto por suspeita do radicalismo quanto por desconfiança de inconsequente alienação. Ao mesmo tempo, ao longo do processo histórico, não linear, pode-se apontar a ambiguidade de visões ou para uma proeminência, como modelo ideal de ação, ou para um lamentável desaparecimento da juventude da cena política.

Há uma série de leis e políticas públicas importantes que foram planejadas e propostas por setores comprometidos com a lógica do Estado de bem-estar. Na medida em que se conhece demasiadamente exemplos que forjam desigualdades e exclusões, o descrédito dos jovens a esta política institucional será praticamente evidente. Todavia, o bem-estar juvenil em grande medida decorre do desenho de políticas gestadas no interior da institucionalidade estatal e que por sua vez reportam a uma complexidade ou intersetorialidade. Neste sentido, Castro e outros (2004) argumentam

Quando pensamos na concepção de políticas sociais, as análises de Sposati vão ao encontro do que deveríamos perseguir na elaboração de um Estatuto da Juventude. Para ela, no que se refere às políticas sociais, temos que associar políticas de proteção social e políticas de desenvolvimento social, entendendo as primeiras como aquelas que garantem a cobertura de vulnerabilidades a redução de riscos sociais e defendem um padrão básico de vida. E por políticas de desenvolvimento social entende-se “políticas de educação, lazer, cultura, esportes, saúde, isto é, aquelas que atentam para as possibilidades humanas e o concurso do avanço científico e tecnológico para que se viva mais e melhor”. (p.88)

O esforço das ciências sociais em compreender a vontade política dos jovens em participar do processo eleitoral que se consolidou na história com um dos tipos de participação. A visão da política como campo de negociação, de disputa, ao mesmo tempo também distante e excludente parece que espraia a sensação de impotência ou de frágeis resultados, para não aludir a um mundo em descontrole. De tal modo,

Esta perda generalizada de credibilidade estabelece um tipo de ruptura nos laços que podem unir os jovens ao mundo político. Este é percebido como um mundo ‘paralelo’ que suscita cada vez mais incompreensão e em relação ao qual eles têm cada vez mais dificuldade de se identificar e se situar (Müxel, 1997, p. 153).

Parece fato incontestável que, no Brasil, nos últimos anos, aumentaram as informações sobre os escândalos políticos e financeiros explícitos ou ao menos a sua presença na mídia. Esta exposição, mais do que os fatos talvez, encontram-se entre as causas que culminam na perda de confiança por parte dos cidadãos para com os representantes políticos.

Para Gohn (2013) cita que alguns teóricos tentaram explicar um movimento de declínio nas participações de rua, adjetivando as juventudes das décadas de 1980 e 1990 como apáticas e desinteressadas pela política. Muitas dessas afirmações sobre certa apatia e desinteresse juvenil pela política fundamentavam-se em comparações entre as diferentes participações das juventudes nas duas décadas anteriores, nos

anos 1960 e 1970.

Uma análise mais objetiva do tema polêmico da real ou suposta apatia juvenil (particularmente, em relação a sua participação política) em comparação com o suposto interesse de gerações anteriores de jovens nos anos sessenta e setenta. As evidências disponíveis indicam que, efetivamente, existe um marcado distanciamento dos jovens com as principais instituições públicas (partidos políticos, parlamento, justiça, polícia e outros); elas, contudo, também sinalizam escassas distâncias com as percepções – muito críticas – que outros setores da população têm (assim o provam as pesquisas do Latinobarômetro<sup>25</sup>, por exemplo, o que estaria indicando que se trata de um problema ligado a estas instituições e sua dinâmica específica na sociedade atual, e não de um questionamento antidemocrático dos jovens (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003, p. 31).

A tônica de compreender os significados da mencionada apatia dos jovens nos assuntos políticos e sociais, pode se contrapor ao surgimento de novas formas de afiliação a causas ou questões políticas e sociais, consolidam estratégias de participação que por sua vez podem ser difusas e pouco formais (Boghossian e Minayo, 2009).

Uma análise de um movimento sob a forma comparativa demasiadamente arriscada tendo-se em vista os diferentes acontecimentos sociais e políticos nessas décadas. Na verdade, o que presenciamos no Brasil durante esse período foi a reconfiguração das formas de participação política, expostas por Gohn (2013). Após a conquista de algumas demandas, vários movimentos sociais somaram esforços a algumas gestões públicas, ocupando, sobretudo os quadros técnicos, responsáveis pela fomentação de políticas públicas voltadas para a sociedade civil.

As vultuosas manifestações de 2013 em sua pluralidade de demandas também tinham entre os seus enfoques, questões que afetavam o cotidiano dos jovens, como violência, educação e trabalho. Ao mesmo tempo apontam para um distanciamento ou desvinculação da maioria da juventude em manifestação para com os partidos políticos. Neste sentido, são manifestações com encontros e desencontros com o

---

<sup>25</sup>Es una corporación de derecho privado sin fines de lucro, con sede en Santiago de Chile y tiene la responsabilidad de llevar a cabo el estudio Latinobarómetro tanto en la ejecución del proyecto como en la distribución de los datos. Fonte:

<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>

campo da política institucional. As manifestações aludidas tiveram a reconhecida presença de adolescentes e jovens.

Nos atos de protesto verificamos um resgate da participação política de forma massiva não só no Brasil, mas também em outros países, sendo identificadas nos vários movimentos de cunho social e político, apesar disso as participações políticas massivas presentes na sociedade contemporânea mostraram uma variável com o surgimento da Internet. Segundo alguns analistas as mobilizações de rua em 2013 tinham como foco, questões que afetavam os jovens e mostraram um ímpeto de desvinculação da juventude com partidos políticos. Conformou-se um cenário em que havia presença visível de adolescentes e jovens. Há que considerar também que este fenômeno se reporta a cidadãos que se agregam esporadicamente num mesmo espaço público tentando confluem pautas e a sua publicização. Em grande medida nestas imensas manifestações existe um breve espaço para aprofundar um (re) conhecimento de políticas públicas e de outras pautas políticas e sociais na multiplicidade dos participantes.

Uma parcela da juventude desafiada na iminência de entrar no mercado de trabalho ajudou a convocar e aquiesceu às manifestações de indignação pelas cidades brasileiras. Contudo, o fenômeno, que poderia indicar uma adesão às práticas políticas institucionais nesse segmento da população brasileira, não necessariamente resultou num incremento do eleitorado com 16 ou 17 anos (quadro 3; tabela 3; gráfico 15), como no pleito de 2014. Estaria vigente uma noção de participação e cooperação, com isto negando a representatividade democrática? Schimdt (2013) em uma entrevista ao IHU ressalta que pode ser apenas um cansaço no processo democrático, eis a fala:

(...) que quem está nas ruas é principalmente a juventude de classe média, que têm uma sensibilidade política distinta de outras camadas. A terceira é a incapacidade das instituições e dos governos de se aproximarem mais dos cidadãos, de inseri-los mais ativamente na política cotidiana. Nesse aspecto, a democracia representativa dá sinais de cansaço e os governos de esquerda, apesar das inovações implementadas após a Constituição de 1988, não conseguiram romper com a sensação do cidadão comum de que a política é um território estranho, que tem regras obscuras e está povoada por indivíduos moralmente questionáveis.

Porém, se consideramos somente o alistamento, que podemos perceber no

quadro 3, podemos afirmar que os jovens confirmam o baixo interesse pela representação institucional.

Quadro 2 Número de Jovens Eleitores x Alistados

ANO	Jovens Eleitores	Jovens Alistados	%
2002	6.134.464	2.217.948	36%
2006	6.334.400	2.556.391	40%
2010	6.656.330	2.391.352	36%
2014	6.892.415	1.638.450	23%

Fonte: TSE Elaboração do autor

Os números divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que a mobilização juvenil dos últimos anos não se refletiu em um aumento na quantidade de eleitores facultativos (quadro 3; tabela 3; gráfico 15), na verdade, o que se deu foi o inverso, uma redução. Um dos nossos questionamentos nesta Tese é tentar explicar este afastamento dos jovens da política institucional. O que leva este número expressivo da parcela da população escolher meios alternativos para expressar suas posições políticas e como se dá suas reivindicações em busca de seus direitos. Esta perspectiva é corroborada por Corrochano, Dowbor e Jardim (2018)

Apesar da pluralização e consolidação dos canais institucionalizados da participação, a população que tinha entre 15 e 29 anos no início de 2013 não os citou como os mais eficientes para ajudar o Brasil a melhorar. As formas de participação referidas pelos jovens como mais importantes ou eficientes se caracterizam, ao contrário, pelo baixo grau de formalização e institucionalização e pelo potencial para uma sociabilidade mais intensa e de caráter espontâneo: a participação em mobilizações de rua e outras ações diretas e a atuação em associações ou coletivos que se organizam de alguma maneira foram consideradas como as mais eficientes, com 46% e 45% das respostas, respectivamente. A atuação em Instituições Participativas veio em seguida, com 35% e também a internet apareceu como opção (33%), para opinar sobre assuntos

importantes ou cobrar os políticos e governantes, ambas preferidas à atuação em partidos – a menos valorizada, mencionada por apenas 30% (PARTICIPATÓRIO, 2013, p. 37). Vale notar que tal ordem de preferências era muito semelhante para todas as classes sociais. (p.55)

O surgimento de novas tecnologias possibilitou amplos espaços de sociabilidade entre os jovens, transformando esse processo num importante objeto de estudo nas ciências sociais. As novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm desempenhado um papel importante nesse desenvolvimento, especialmente, nas relações sociais entre indivíduos. Podemos dizer que as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) tem facilitado a participação de diferentes setores sociais em diversos aspectos públicos, sobretudo na Internet, originando a Ciberdemocracia<sup>26</sup>. De muitas formas as informações virtuais e as redes sociais estão presentes no cotidiano de uma parcela significativa da população, possibilitando tanto a divulgação quanto o acesso de uma vasta quantidade de informações nas mais diferentes esferas de poder: executivo, legislativo, judiciário e em níveis federais, estaduais e municipais. De acordo com Boghossian e Minayo (2009, p.419)“(…) as mudanças tecnológicas, especialmente a expansão da internet, são também um fator significativo para a transformação das formas de engajamento político da juventude, fundando formas de comunicação.”

Atualmente, independente do lugar em que o indivíduo esteja o uso da Internet como ferramenta possibilita aos cidadãos a discussão de problemas sociais, por exemplo, qualquer cidadão pode acompanhar em tempo real os debates de propostas que estão sendo feitos na Câmara dos Deputados no Congresso Nacional.

No Brasil, a *internet* poderia ser utilizada como ferramenta para ampliar o processo de planejamento participativo nos municípios. Outro elemento que poderia contribuir para a ampliação do processo participativo está associado à utilização de novas tecnologias. Se as prefeituras recorressem à utilização de novas ferramentas computacionais ao invés da prática atual de reuniões presenciais pré-agendadas, talvez um número maior de participantes contribuísse para o planejamento municipal (BAQUERO, 2009, p. 31).

Cada vez mais a juventude tem aumentado sua voz na sociedade, expandindo

---

<sup>26</sup> Segundo Silvia Ramos Bezera este termo se origina a partir das relações entre indivíduos e *internet*. *Estas relações ocupam este lugar que ela define de Ciberdemocracia.*

seu campo de alcance, apropriando-se das ferramentas tecnológicas para a divulgação de suas causas, criando para isso, espaços virtuais de recrutamento de adeptos e simpatizantes. As manifestações acontecidas no ano de 2013, comumente consagradas pela literatura como "jornadas de junho"<sup>27</sup>, se colocam como um exemplo concreto desse fenômeno de organização, articulação e mobilização política (Groppo, 2017). A internet foi utilizada pelos manifestantes como ferramenta de organização dos atos realizados em quase todos os estados do país. Por meio do Facebook, foram criados eventos virtuais para cada cidade, sendo informados dias, horários e locais em que os protestos aconteceriam. Além disso, as redes sociais, por meio dos aplicativos de compartilhamento de fotos e vídeos, possibilitaram tanto a divulgação das ações dos manifestantes quanto as várias denúncias sobre abusos de autoridade, exercidos pelos agentes de segurança pública.

Além dessa capacidade de mobilização e de exposição da intimidade, a internet também tem possibilitado a participação política em modalidades comumente classificadas como convencionais pela literatura. Ou seja, ações como votar, antes feita apenas presencialmente, hoje, podem ser realizadas de maneira virtual, como a participação em enquetes, eleições, concursos, entre outros. Da mesma maneira, mediante uso da internet é possível assistir e participar de comícios políticos, assembleias, realizar campanha política para determinado candidato, contribuir com dinheiro para determinado partido ou candidato, se dedicar a uma campanha política, participar de reuniões em que se tomam decisões políticas, e até mesmo solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas. As formas de participação

---

<sup>27</sup> Se considerarmos a extensão das mobilizações entre 2013 a 2016, parece atual a abordagem como segue. "Durante as jornadas de junho todas as classes e partidos se haviam congregado no partido da ordem, contra a classe proletária, considerada como o partido da anarquia, do socialismo, do comunismo. Tinham "salvo" a sociedade dos "inimigos da sociedade". Tinham dado como senhas a seus exércitos as palavras de ordem da velha sociedade - "propriedade, família, religião, ordem - e proclamado aos cruzados da contra-revolução: "Sob este signo Vencerás". A partir desse instante, tão logo um dos numerosos partidos que se haviam congregado sob esse signo contra os insurretos de junho tenta assenhorear-se do campo de batalha revolucionário em seu próprio interesse de classe, sucumbe ante o grito: "Propriedade, família religião, ordem." A sociedade é salva tantas vezes quantas se contrai o círculo de seus dominadores e um interesse mais exclusivo se impõe ao mais amplo. Toda reivindicação ainda que da mais elementar reforma financeira burguesa, do liberalismo mais corriqueiro, do republicanismo mais formal, da democracia mais superficial, é simultaneamente castigada como um "atentado à sociedade" e estigmatizada como "socialismo" (Marx, 1987, p. 23)

convencionais e não convencionais não são contraditórias, pelo contrário, passam por um intenso processo de reconfiguração, em que, por vezes, se mesclam se articulam, e se complementam.

Antecedendo ao que está em análise há outras trajetórias e importantes conquistas, como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 1990 e o Estatuto do idoso em 2013. Como fruto da intensa mobilização de setores sociais diversos dos anos 1980 e 1990 para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se articulou o dispositivo da proteção integral (ECA).

O avanço no trato da infância e da adolescência advindo do Estatuto é indiscutível, ainda que não tenha sido viabilizada a totalidade de equipamentos públicos que permitam aplicar a lei em sua integralidade. Aliás, isso nos faz refletir que a existência de um estatuto legal nem sempre significa a implantação concreta do previsto em lei. No marco regulatório, a experiência da ECA pode servir como subsídio para a formulação de um estatuto legal para a juventude. (CASTRO et al, 2004, p. 85).

Neste ínterim, também se inclui a prerrogativa da participação dos sujeitos da política e não adolescentes como objeto, como um direito fundamental de todas as pessoas jovens. O enfoque nos direitos participativos, que não necessariamente se traduz na redução dos conflitos, pode ser considerado uma opção e aposta radical e, ao mesmo tempo, complexa quanto a sua operacionalidade. A geração em análise nasce no contexto do ECA, onde há publicamente um esforço para que as crianças e os adolescentes sejam dotados de um conjunto específico de direitos e deixam de ser vistos predominantemente como seres vulneráveis e passivos. Ao mesmo tempo neste ímpeto de serem protegidos também se reforçam as instituições responsáveis por salvaguardar seu bem-estar, portadores de papel ativo nas políticas públicas que lhes dizem respeito. Evidentemente este é o desenho ideal, na realidade existem amplo leque de peripécias para a definição legal se torne real. Os processos constitutivos de diferentes universos de ação social dos jovens num espaço territorial produzem tensionamentos e conflitos, razão pela qual carece de investigação e análise. Neste sentido, Lopes (2015)

Uma vez que a diversidade de lutas sociais hoje existentes projeta agonismos contextualizados em esferas socioculturais de reivindicação também diversificadas, em muitas situações essas lutas concorrem pelos recursos necessários ao outorgamento de direitos... E aqui, penso que essa justaposição de universos de ação social no espaço comunitário também pode ser reconhecida na sobreposição de agonismos em concorrência pelo outorgamento de direitos, na esfera pública. Trata-se de entender que as políticas de reconhecimento, em uma sociedade pluralista e em uma concepção de democracia radical, como sugerida por Mouffe, também será sempre parcial. (p.36)

Seguindo por este contexto, em 2013, o olhar a partir da lógica dos jovens obteve uma conquista da redemocratização do país: o Estatuto da Juventude - fruto de uma luta de muitos anos. O Estatuto da Juventude está consolidado na lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 que dispõe sobre os direitos dos jovens entre 15 e 29 anos. Seu conteúdo diz respeito as diretrizes das políticas públicas e discorre sobre o estabelecimento do Sistema Nacional da Juventude, tornando uma obrigação do Estado a realização de políticas dirigidas a esta categoria, independente da vontade de governos.

Se as juventudes obtêm espaços em que se destacam, um aspecto importante que aparece refere-se aos diferentes formatos organizativos. O questionário leva, por isso, o jovem a se deparar frente a uma afirmação em face da importância de coletivos ou sua expressão organizativa - o Estatuto da Juventude. O adolescente/jovem conhece o Estatuto? Não! Observa-se no gráfico 12 que 80% grita aos ouvidos do pesquisador: “Não o conhecemos!” Segundo Estatuto da Juventude Artigo 2º as políticas públicas para juventude são regidas pelos seguintes princípios:

I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;

II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;

III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;

IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;

V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;

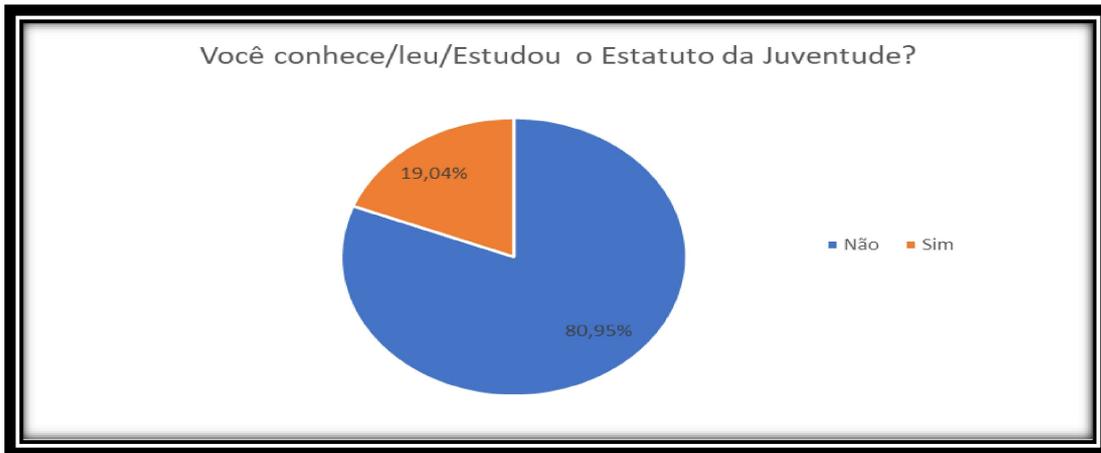
VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;

VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e

VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Deseja-se reconhecimento, mas este para ter a força da existência precisa ser coletivo e o jovem se dá conta que ser coletivo tem suas exigências com discussão do processo de participação política e cultural.

Gráfico 12- Estatuto da Juventude.



Fonte: elaboração do autor 2019-(n=43)

Na qualidade do legislado e direitos não conhecidos está instaurada uma ambiguidade, porquanto os indivíduos por vezes não possuem ciência dos processos em que estão imersos. Isto de alguma forma ressoa um dilema cujas raízes profundas podem ser localizadas e atribuídas à radicalização das tendências conflitivas que constituem a modernidade: emancipação e controle (Giddens, 1991). Estas são duas faces contrapostas e ao mesmo tempo associadas ao mesmo fenômeno social.

As tendências conflitivas da modernidade, como ímpetos de emancipação e de outro a realização do controle social, de alguma forma podem ser interpretados a propósito da realização de conferências sobre a temática das juventudes. Santos; Isabelle e Yamamoto (2018) analisam e comparam as Conferências Nacionais de Juventude e os direitos presentes no Estatuto da Juventude.

Como resultados, observamos que existem demandas específicas (participação política) e outras mais abrangentes, que envolvem toda a sociedade (segurança, educação, mobilidade e saúde), no entanto, existem reivindicações históricas que estão longe de serem transformadas em políticas que efetivem direitos, como as propostas de enfrentamento ao extermínio da juventude negra e uma maior participação política para a juventude. (p.657)

Com essa lei<sup>28</sup>, o Estado brasileiro confirma o papel da juventude no desenvolvimento do país e indica os direitos a serem garantidos: direito à cidadania,

<sup>28</sup> Todos estes direitos de alguma forma já estão na Constituição, porém o Estatuto da Juventude vem consolidar a formulação de 11 direitos aos jovens como atribuição do Estado. Ler em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm)

à participação social e política e à representação juvenil; direito à educação; direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; direito à diversidade e à igualdade; direito à saúde; direito à cultura; direito à comunicação e à liberdade de expressão; direito ao desporto e ao lazer; direito ao território e à mobilidade; direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; direito à segurança pública e acesso à justiça. O estatuto alavanca a interlocução dos jovens com o poder público, percebendo a participação social e política, tornando-se um dever do poder público incentivar a livre associação que poderá se dar por intermédio de associações, movimentos, redes e organizações específicas.

### 3 PROTAGONISMO JUVENIL - ALIENAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Os jovens de hoje nasceram e desabrocharam em um contexto brasileiro marcado por mudanças no cenário político e cultural: ainda demarcado pelo fim do regime militar no país que, após 21 anos de existência (1964-1985), “legou à nova democracia em formação uma repartição da renda extremamente desigual” (Groppo 2017); ao mesmo tempo a oportunidade de convergência com as inovações tecnológicas, de conhecimento e reconhecimento por meio das conexões digitais como formas de pensar e agir no mundo.

No Brasil atual, a expressividade populacional jovem, situa-se numa conjuntura crítica onde vigem os índices de desemprego e desocupação juvenil, a disseminação da AIDS e a mortalidade juvenil pela violência<sup>29</sup>, entre outros aspectos. Estas vicissitudes tornaram a juventude alvo da ação pública nos últimos anos, em especial através de políticas sociais. De acordo com Boghossian e Minayo (2009)

O termo "protagonismo juvenil" foi se tomando usual referência nesse contexto, catalisando princípios, preocupações e investimento de diferentes disciplinas e atores sociais. Os autores estudados destacam a abrangência do conceito, analisando as diferentes formas como ele vem sendo apropriado e ressignificado. Alertam para a alteração de seu principal sentido quando é usado de maneira genérica e indiscriminada por instituições e agências internacionais. (p.412)

A investigação sobre os rituais, as práticas e as trajetórias das juventudes, implica também em destacar estratégias de forjar uma identidade em meio às relações sociais complexas, bem como retomar um olhar sobre práticas quanto ao saber-fazer ou aprimoramento de capacidades como mecanismo fundamental de desalienação (FOLLMANN, 2018).

A ampliação da agenda neste protagonismo ou das reivindicações tem incorporado temas num cenário político que dá espaço para meio ambiente, proteção animal, opções sexuais ou gênero, espaço público, lazer, inovação institucional, inclusão digital, entre outros. Demandas inovadoras têm sido assumidas pelos formatos juvenis, quer de modo individual ou coletivo, razão pela qual se visibilizam como atores qualificados em processos políticos. Motta e Weller (2010) ratificam o

---

<sup>29</sup> Neste sentido, cabe mencionar o alerta de Arendt (1999, p. 61) “A prática da violência como toda ação, transforma o mundo, mas a transformação mais provável é em um mundo mais violento”.

nexo intrínseco entre o individual e o coletivo, entre o real e o virtual, subjetividade e inserção social.

Cabe refletir sobre o real conteúdo das experiências juvenis, sobre o que elas informam, sem violar seu caráter individual ou coletivo, suas especificidades de gênero, de geração, de pertencimento étnico/racial, seus lugares ou não lugares em meio a um universo que torna cada vez mais difícil definir o que é real e o que é virtual, o que caracteriza um estilo ou modo de vida local e o que passou a ser incorporado a partir de outras interseções. (p.183).

Na análise dos dados coletados na investigação levamos em consideração o tempo existencial de pertencimento dos indivíduos e da mesma forma o tempo o universo coletivo, social e histórico. Ao considerar as tendências a mudanças como a permanências embasamos nosso olhar em alguns aspectos:

1. Acolher e relacionar dados recentes sobre a juventude leopoldense e brasileira.
2. Algumas reflexões sobre a leitura de “gerações”, seus conflitos usuais ou singulares, sugerindo e seguindo pistas;
3. Acompanhar os modos de ler a realidade sobre a participação dos jovens em associações ou na forma de instituições participativas;
4. Construir reflexões sobre as manifestações juvenis no Brasil e seus significados ancorados em momento histórico peculiar.
5. Dissertar sobre os modos específicos de participação diversificada em face da realidade no vale dos Sinos

### **3.1. Os sujeitos sociais e suas circunstâncias**

Para a presente tese consideramos que os direitos humanos são os direitos basilares da cidadania, atinente a todos os seres humanos. Assimsendo, de acordo com Piovesan (2014) são direitos civis e políticos (exemplos: direitos à vida, à propriedade privada, liberdade de pensamento, de expressão, de crença, igualdade formal, ou seja, de todos perante a lei, direitos à nacionalidade, de participar do governo do seu Estado, podendo votar e ser votado, entre outros, fundamentados no valor liberdade); direitos econômicos, sociais e culturais (exemplos: direitos ao trabalho, à educação, à saúde, à previdência social, à moradia, à distribuição de renda, entre outros, fundamentados no valor da igualdade de oportunidades); direitos

difusos e coletivos (exemplos: direito à paz, ao progresso, autodeterminação dos povos, ambiental, do consumidor, inclusão digital, entre outros). A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade". Sob este ponto de vista, ao mesmo tempo em que subjaz o reconhecimento de conflitos a amainar, os argumentos são fundamentados no valor fraternidade como princípio de convivialidade.

Como estratégia de fortalecer o controle social ou a democratização do acesso e sucesso dentro da rede de ensino há que se admitir que "a luta pelo reconhecimento e realização de direitos pressupõe diferentes dimensões de exigibilidade (social, política e jurídica) – todas incorporadas à estratégia de atuação ..." (RIZZI; XIMENES, 2010, p. 105)

Pensar a relação de dois temas de grande amplitude "Com" e "Para" Juventude como a educação em Direitos Humanos, o conhecimento com experiência e capacidade de ação, bem como ler as relações sociais sintetizam o desafio neste texto. Pois, embora sejam dois universos de abordagens amplos e distintos, são também complementares. Conforme Gadotti e Torres (1994) um dos princípios originários da educação como compromisso sociopolítico tem sido a criação de uma epistemologia, baseada no respeito pelos múltiplos saberes que trazem os setores subalternos em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir as teorias presentes na prática social. A reconhecida problematização requer por sua vez também dimensionar as vicissitudes do lugar social, incorporando-lhe um raciocínio rigoroso, científico em que se destaquem as relações múltiplas, o movimento e as contradições. Portanto, trabalhar com estes temas é sempre um desafio muito grande na medida em que significa remar contra a corrente dos processos de alienação.

A categoria de "lugar social" do discurso é de uso por diversos autores, entre eles Certeau (2011) quando este entende que todos os indivíduos e grupos sociais se localizam e se articulam com um lugar dentro da dimensão sócio-econômica, política e cultural. Em decorrência deste lugar se delineia uma topologia de visões de mundo, de opções e de interesses. As circunstâncias do lugar social evidenciam a vigência de hierarquias sociais, com as respectivas dependências e competências em face de relações com sua força simbólica e política.

Há, contudo, um paradoxo presente nesta abordagem: alguém que defende os Direitos Humanos não significa que esteja comprometido com os processos educativos de referência no desenvolvimento de capacidades de enfrentamento da alienação. Já o contrário seria um absurdo: Um sujeito não pode se pretender educador crítico em sentido largo (ou de base sociocultural, ou desalienação) sem ser defensor ou compromissado com a agenda dos Direitos Humanos, bem como tratar de forma desigual os desiguais na medida da sua desigualdade ou discriminação positiva (Constituição Federal, 1988). Neste ínterim adentramos no paradoxo de compreender o princípio da equivalência e paridade, basilar e universal no âmbito dos direitos (i) materiais, como capital cultural e político que consiste em equiparar os supostamente iguais, embora haja igualmente uma outra faceta de procedimentos ao tratar de forma desigual os desiguais.

De todo modo, para compreender as mudanças sociais trabalhar com o conceito de sujeito é importante porque na concepção de Touraine significa o desejo de se tornar ator, e tal, somente sucede em processos de resistência e de criação. Muitos indivíduos são anulados e não conseguem se tornar atores ou atrizes por sofrerem influências massivas do mercado e de comunidades. É o que Follmann (2018) nomeia do processo de constituição da alienação. Para Touraine (2004), “o sujeito é vazio”. Ele continua explicando o que tal afirmação significa:

Quero dizer com isso que o conceito, inicialmente e antes de tudo, como luta de sobrevivência em face da enorme pressão da economia, do consumo, da cultura de massa e também do comunitarismo. Para mim, o sujeito é o olhar sobre o corpo individual, não-social, apenas vivo e sexuado. (p.34)

Portanto, para Touraine

o sujeito não se forma a não ser quando rejeita simultaneamente a instrumentalidade e a identidade. O sujeito pessoal também não pode formar-se a não ser afastando-se das comunidades demasiadamente concretas que impõem uma identidade fundada em deveres mais do que em direitos, insistindo mais na inserção do que na liberdade. Não se pode, no entanto, imaginar que o indivíduo, ao se construir sujeito, possa fechar-se sobre si. Nada seria mais oposto ao sujeito do que o narcisismo. (, Apud.HAHN, 2008, p. 183)

Se pensamos como poderemos interpretar o indivíduo (Jovem) no transcurso de se tornar sujeito podemos admitir que na educação social há uma dimensão que pode ajudar bastante para o aprofundamento com relação ao tema: a escuta e o

acompanhamento de processos. A tarefa do acompanhamento é fundamental num trabalho de base, em vista da compreensão da experiência de troca entre sujeitos de um processo de partilha e construção de saberes, que convencionamos chamar de educação.

“Estou convencido de que o mundo contemporâneo necessita de uma sociologia da escuta. Não de um conhecimento frio, que pára no âmbito das faculdades racionais, mas de um conhecimento que concebe a todos como sujeitos. Não de um conhecimento que cria distância, separação entre observador e observado, mas de um conhecimento que consegue reconhecer as necessidades, as perguntas, as interrogações de quem observa, e também capaz de, ao mesmo tempo, pôr verdadeiramente em contato com os outros. (MELUCCI, apud FOLLMANN; FISCHER, 2004, p. 9).

Para a realização desta tarefa de acompanhamento de construção de saberes parece fundamental a leitura do contexto onde se desenvolve algum trabalho social. Tal tarefa integrada com a vida das pessoas do local (comunidade), pode num relacionamento dinâmico a juventude como sujeitos em um diálogo que ultrapassa a dimensão curricular (DAYRELL; CARRANO; MAIA, 2014). De outra feita, nos grupos juvenis, com uma organização de relações horizontais, baseadas no diálogo, há condições que favorecem aprendizados de convivência que contribuem para o desenvolvimento de relações de confiança e de entre - ajuda, constituindo em mediação importante para a construção de capital social, bem como práticas sociais contestadoras (SEGUNDO; SEVERO, 2019).

Este movimento de percepção para além das aparências parece condição para afiançar um processo de construção de competências. Observando algumas experiências em bairros da cidade, nas interfaces estabelecidas pode-se conferir a existência de conteúdos sobre a afirmação de direitos, de garantias humanas, cívicas e sociais, ao menos no papel. Porém, na maioria das vezes, as pessoas que trabalham estes assuntos desconhecem a complexidade das relações sociais e seus conflitos (ou conhecem superficialmente). No contexto peculiar muitas vezes se julgam temas importantes porque é a visão de mundo das agendas sociais e políticas ou as respectivas metas a cumprir. Talvez seja aí uma constatação de porque alguns setores subalternos se tornam conservadores. Do ponto de vista dos agentes sociais como intelectuais as suas agendas “libertárias” por vezes são emanadas de aspirações ou de suas abstrações. Isto é, são agendas peculiares e não necessariamente do público com o qual estes agentes trabalham.

Paulo Freire (1985) afirmava que um tema gerador de aprendizagem parte do contexto das pessoas e não dos planos políticos pedagógicos dos pensantes da tarefa educativa. Logo, a construção de uma educação propulsora de cidadania terá eficácia aquilata pela condição de agentes obstinados e dispostos a acompanhar o contexto de vidas concretas, suas capacidades, lacunas, dores e angústias.

É aí que se apresenta um problema sério no terceiro setor, nas organizações sociais e em setores públicos: a ideia de eficácia com os seus resultados, fortemente implementadas pelos conceitos de estratégias e planejamentos. Estes requisitos são importantes, mas não podem determinar a tarefa educativa. A garantia de direitos só pode ser alcançada se, mais que competentes relatórios e números estatísticos, tivermos a real leitura da realidade não pelos conceitos, mas pelo corpóreo do toque, da proximidade, da vida das pessoas. Nesta estratégia se podem compreender limites e capacidades, dores e realizações, contradições e complexidades, em cuja dialética se assenta e decorre um processo de Educação para o exercício da cidadania.

A ideia de processo, mais que de cronograma e metas, permite a descoberta de temas fundamentais dentro dos Direitos Humanos, fruto proximidade ela ganha sentido para a interlocução entre atores. O que é “desumano em suas vidas” comparece como injusto e impede a realização de uma vida integral em todas as dimensões. Claro que só se alça este sentido com a capacidade crítica de ler o contexto local, mas sem esquecer o contexto geral. No olhar ampliado, foca-se o tensionamento dos acompanhamentos.

Nessa ótica, entende-se Touraine (2004) quando afirma que “para mim, as palavras sujeito, movimento social e democracia e contexto social são inseparáveis umas das outras”. Portanto, para o autor o sujeito só pode ser compreendido dentro desta ótica. Na ação social da contemporaneidade os sujeitos se deparam com uma multiplicidade de atores e sem um declínio efetivo das dependências do meio ambiente. Nestas contingências há “pluralidade de sistemas de ação regidos por orientações e regras cada vez mais autônomas” (Dubet & Martuccelli, 1997, p.244).

Com frequência as lutas sociais possuem como horizonte uma sociedade ideal, sob inspiração religiosa ou política, ou a partir da idealização da cidadania. Vejamos

o que diz HAHN (2008) sobre esta afirmação quando nega a imposição do social sobre o individual:

A noção de sujeito substitui tanto a ideia de cidadania, própria a nosso passado recente, quanto a de santidade, própria às religiões da salvação, como o que dá sentido à vida. O sujeito não é mais exterior, não é mais a sociedade ideal. A utopia era o culto da sociedade. Hoje, nosso ideal é o da libertação do sujeito pessoal dos constrangimentos impostos pelo poder econômico e as novas tecnologias, pelas mudanças incessantes na vida profissional ou pelo desemprego. (p.185)

Nessa mesma lógica é preciso entender ideias como esta: “Se há uma noção aceita por todos hoje em dia, mais do que a de cidadania ou a de fé, é a dos direitos humanos”(Hahn 2008,p.187). Outro aspecto importante, como mediador nos processos educativos, como respectivo compromisso sociocultural, parte do desejo de ver as pessoas se realizando como sujeitos (DAYRELL, 2003; DAYRELL; CARRANO; MAIA, 2014). É uma ação mais do que assimilando conceitos, que primeiramente poderão ser abstratos e que pouco lhes diz na concretude histórica.

Por exemplo, um jovem que é discriminado por sua cor ou identidade cultural não pode ser apenas esclarecido sobre que é o racismo, mas ele pode se descobrir como portador do desejo de lutar pela garantia de seu direito de realização, superando o que lhe “desumaniza” e também aí poderá passar a ser também defensor dos direitos humanos contra toda forma de preconceito social, como o racismo e tantas outras marcas da negação de direitos e dignidades. Esta dupla dimensão que acompanha o sujeito na sua cotidianidade Follmann (2018) denomina de busca da identidade e processo de alienação. Na concretude da vida que se perceberá capaz de dizer porquê quer ser protagonista de seu agir, como sujeito que contribuirá no momento histórico. Para corroborar nosso argumento, recorreremos a Viola e Vieira (2014) que defendem que:

As contradições entre as promessas dos direitos humanos e sua efetividade, as diferenças sociais intensas e que não cessam de se ampliar e os preconceitos históricos que geram discriminação contra raças, gênero e condição social são compreendidos pelos jovens que denunciam por cartazes e cantos pelas ruas da cidade. Outra vez receosos pelas mudanças pretendidas pelos jovens- não só por eles- os setores sociais historicamente beneficiados se colocam em movimentos para preservar seus privilégios historicamente arraigados e recusar- uma vez mais- os direitos universais (p.62)

Outro exemplo é o Movimento Passe Livre, cujo os membros em sua maioria são jovens e estudantes. Transformam em movimento um tema gerador que é a possibilidade de deslocar-se com o valor das passagens do transporte público mais acessível. Mas deste tema ampliam o debate para as questões da qualidade do transporte, o direito fundamento da mobilidade urbana, como a cidade é pensada e para quem os modelos urbanos servem o modelo de consumo de combustível que é utilizado geralmente a serviço da grande indústria do petróleo, e assim seguem inúmeros temas que ampliam o horizonte desencadeado pelo indignação inicial do valor das passagem. Assim torna-se capaz aprofundar os conceitos que fundam e ampliam o modo de ver o mundo e a sua própria vida. Pois a “palavra” que parte da vida concreta, muitas vezes marcadas pela dor e pelo sofrimento, torna-se capaz para ampliar os horizontes.

Diante disso, nos colocamos a seguinte questão: pode a escola tornar-se também um campo de atuação na perspectiva republicana e consolidar uma pedagogia social e ambientalmente ancorada<sup>30</sup>? Em certo sentido, ancorada no paradigma da complexidade para garantir um olhar multidimensional da realidade social, com articulação dos conhecimentos? Quem responde a estas questões é uma reflexão que advém de Coliman (apud SILVA e outros, 2011, p. 256)

Não há dúvida de que dentro das escolas surgirão contribuições importantes para o desenvolvimento da pedagogia social. A escola tem tudo a ganhar com a prática da educação social: se os problemas sociais insistem em bater às suas portas, é porque a escola precisa se abrir a novas experiências, práticas e metodologias pedagógicas provenientes em sua maioria da educação não-formal, da pedagogia social, das práticas da educação social, tão novas, mas experientes o bastante para contribuir com soluções.

Para corroborar esta percepção do autor, recorreremos às ocupações das escolas públicas ocorridas em alguns estados brasileiros, entre 2015 a 2017. Nestas experiências um segmento dos jovens alçou à condição de protagonistas e de alguma forma exercitaram a cidadania, uma ação sobre um determinado território, exigindo seus direitos a partir das suas demandas locais<sup>31</sup>. Por sua vez Severo e

---

<sup>30</sup> Para conhecer mais consultar: Silva(2011).

<sup>31</sup> “Estudantes do Instituto Estadual Seno Frederico Ludwig (Ciep), em Canudos, ocuparam a instituição no final da noite de terça-feira (17). A escola é a primeira a ser ocupada em Novo Hamburgo e 46ª no Estado, segundo o Cpers Sindicato. Participantes do grêmio estudantil

Segundo(2017) analisaram alguns aspectos da participação juvenil nas ocupações em escolas do estado do Rio Grande do Sul. Os autores procuraram identificar variáveis explicativas para o significado da construção do processo de socialização política.

O que pudemos observar nas ocupações é o crescimento e fortalecimento das dimensões diretamente concernentes ao seu destino, isto é, enquanto um exercício de cidadãos/ãs. Os tímidos e inseguros de antes foram substituídos por alunos cientes de que o que estão fazendo é o exercício de sua cidadania e de que assumir o protagonismo de suas demandas é a forma de luta onde também é representada pela arte- imagem 1- marca de uma geração que se expressa de muitas formas.

Imagem 1- grafite produzido por jovens em frente à Escola durante ocupações.



Fonte: Fotografia feita pelo autor.

O acompanhamento na educação como processo e na luta pela realização pessoal como descoberta de sujeito de direito, carece de mais um princípio: a reciprocidade. Se lutar também é educar, o inverso também soa sociologicamente como educar é lutar! Ou seja, desafio o significado de se afirmar um sujeito de direitos e as respectivas conflitualidades.

Com efeito, para esta geração juvenil ampliam-se as possibilidades de engajamento social a partir de sentimentos gerados na esfera da vida privada (medo de sobrar, medo de morrer, insegurança, desconexão,

---

também organizaram uma assembleia com os professores para explicar como funcionaria a ocupação, que não tem data para acabar. Os alunos reivindicam melhorias na instituição, qualidade no ensino e também apoiam a greve do magistério.” Data de 18 de maio de 2016. <https://jornalnh.com.br/amp/2016/05/noticias/regiao/332671-ciep-e-a-primeira-escola-ocupada-em-novo-hamburgo-durante-a-greve.html>

indignação). Não por acaso, observando o conjunto das consignas e formas de organização juvenis, notamos que questões relativas à sexualidade (outrora inerente à vida privada, proscrita no campo da participação política) são hoje levados ao espaço público tanto por meio do combate ao machismo e à homofobia, quanto por meio da categoria “direitos reprodutivos”. É por este cenário social que transita a expressão “jovem como sujeito de direitos” (NOVAES, 2007, p. 9).

Nesta abordagem está posta uma nítida interface entre o público e o privado, e o que em certo sentido se pode denominar de “transformações da intimidade”. Assim [...] um relacionamento cuja continuação depende da intimidade. A abertura de um em relação ao outro ... é de algum modo o oposto da identificação projetiva, ainda que tal identificação, por vezes, estabeleça um caminho até ele” (GIDDENS, 1993, p. 72).

É a dimensão da troca mútua de saberes, da partilha da vida e cooperação, isto é expresso como cidadãos<sup>32</sup>. A eficácia advém do método em que por princípio se articula um processo coletivo ou grupal. Neste rumo se gera uma capacidade em face da alteridade (encontro do aquele/a que é “outro/a” – diferente de mim). Pois assim exercitam a capacidade de alternar escuta e fala, ser atendido e estar atento. Neste caso se apresenta um aprendizagem quanto à mediação de conflitos, driblando as possíveis expressões de violências, tendo ao mesmo tempo um anseio se este exercício de poder possui no seu limite uma função transitória (MARTINS; MACHADO; FURLANETTO, 2016).

Ao tratar do protagonismo juvenil torna-se um imperativo considerar a dialética da existência social: de um lado a perspectiva do sujeito como autor criativo das relações e de outro a ótica de que cada indivíduo ao mesmo tempo resulta das circunstâncias, dos caminhos disponíveis em sua história. Deste ponto de vista, há

---

<sup>32</sup>. Diante do entusiasmo de alguns e da repressão de outros, Arendt (1999, p. 55) alerta para a complexidade das relações concernentes às ocupações, bem como as interfaces entre sociedade e educação: “A atual politização das Universidades, corretamente deplorada, é atribuída em geral aos estudantes rebeldes, acusados de atacar as Universidades por constituírem elas o elo mais fraco na corrente do poder estabelecido. É verdade que as Universidades não poderão sobreviver se o distanciamento intelectual e a busca desinteressada da verdade chegarem ao fim; e, o que é pior, é pouco provável que a sociedade civilizada de qualquer tipo seja capaz de sobreviver ao desaparecimento destas curiosas instituições cuja principal função política e social repousa precisamente em sua imparcialidade e independência das pressões sociais e do poder político. O poder e a verdade, ambos perfeitamente legítimos em seu próprio direito, são fenômenos essencialmente distintos, e a sua busca resulta em modos de vida essencialmente diferentes”.

que interrogar sobre as fontes de informação que sustentam uma avaliação do cenário e que conformam uma percepção ou um imaginário. Neste sentido, Ruiz (2017) alerta

“Es inevitable partir el análisis desde el imaginario que se tiene de la política, desde el que se construyen las imágenes y las percepciones de las instituciones, los líderes políticos y las problemáticas del país. El imaginario predominante está relacionado con la corrupción, lo que se refleja en que sea la principal problemática percibida”.(p.67)

Percebemos nas ocupações que o sujeito e o coletivo caminharam lado a lado, mesmo sem experiência de um ativismo organizado estes jovens fizeram uma experiência de uma democracia participativa, de uma ação de conflito e de uma organização grupal em busca dos direitos humanos. Existem algumas especificidades ou dimensões fundamentais que Melucci destaca na abordagem dos movimentos contemporâneos, como redes de ação coletiva operando num sistema de trocas simbólicas. Assim, as grandes mobilizações em sociedades complexas soariam como profetas sem encanto, ou como profetas que enunciam algo à frente do seu tempo, aquilo que está em gestação. “A inércia das velhas categorias do conhecimento pode impedir de ouvir essa mensagem” (Melucci, 2001, p. 21).

Acreditamos, portanto, que a tarefa junto aos estudos de juventudes, dos Direitos Humanos, bem como da participação sociopolítica é, em razão disso, a de descobrir a racionalidade das construções históricas e das concepções subjacentes. Isso porque, acreditamos, é preciso não ceder a tentação projetar conceitos e explicações que nos são caras<sup>33</sup>. Neste sentido, pode compreender diversas faces de um mesmo fenômeno social, Corrochano, Dowbor e Jardim (2018) apresentam duas facetas relevantes cuja distinção e associação auxilia na compreensão de relações sociais e seus conflitos inerentes.

Compreensão da juventude como sendo, ao mesmo tempo, uma representação, revestida de significados que variam de acordo com os contextos sociais e históricos e uma condição, vivida de modos diferentes e desiguais a depender da posição social, sexo/gênero, cor/ raça, local de moradia, dentre outros aspectos. (p.52)

---

<sup>33</sup>Isso porque “nossa escolha do que estudar deve ser motivada por nosso sentimento do que é importante aqui e agora. Devemos selecionar os objetos que pesquisamos à luz de eles terem algum tipo de significação social geral. Mas, uma vez selecionados tais objetos, devemos ser tão rigorosos quanto possível em nossas pesquisas, porque, de outra maneira, nossas descobertas carecerão de integridade e autoridade”. SKINNER, Quentin. *Intellectual History, Liberty and Republicanism. Contributions to the History of Concepts*, Biggleswad, vol. 3, nº 1, 2007, p.119.

Cabe dizer ainda, que compreendemos questões urgentes na perspectiva das juventudes, em especial das periferias, bem como as possíveis soluções, ou as respostas dadas em situações de crise. As soluções individuais ou de políticas públicas são fruto das provocadas a partir de ferramentas (i) materiais, sociais, políticas e econômicas disponíveis. Ou, dito que outra forma, que as questões das juventudes, sob a ótica dos Direitos Humanos em especial, só podem ser extrapoladas em uma relação de teoria e prática em que ambas sejam atualizadas e ressignificadas no calor da luta social.

Imagem 2- Reunião de um Educador no **Instituto Seno Frederico Ludwig** durante a ocupação.



Fonte: Foto obtida no *facebook* do referido Instituto.

Esta ilustração de um debate, provavelmente fundado em contributos da sociologia e da ciência política, sobre as circunstâncias em curso durante a ocupação dos territórios institucionais como expressão de luta e resistência às mudanças de políticas atinentes. A ocasião de uma reunião extraordinária de um educador no recinto de um Instituto Educacional durante a ocupação parece sugerir uma possibilidade de repensando o currículo a partir de outro lugar social (SEGUNDO; SEVERO, 2019).

A atividade pedagógica foi confirmada em muitas outras instituições educativas, mediante a articulação de grupos de discussão, congregando estudantes que fazem parte das ocupações e docentes. Esta imagem 2, atesta a possibilidade de usos múltiplos do mesmo espaço social, com uma diversidade de experiências enriquecedoras.

A idéia da escola múltipla ... permanece ligada ao tema da integração social, interpretando a socialização em termos de atividades dos indivíduos. É o que tentamos delimitar com a noção de experiência escolar. Porém, importa primeiramente admitir a diversidade e a autonomia das funções da escola (DUBET; MARTUCCELLI, 1997, p. 261)

Na dimensão da reciprocidade é o caminho para ampliação do horizonte da visão de mundo, educando para o respeito e para a gentileza, no encontro com quem é diferente em mim, mas não é ou está distante. O meu problema não é menor ou maior que o problema do outro, e na grande maioria das vezes é o mesmo ou estão em relação. Podemos dizer, portanto que

As normas de reciprocidade generalizada alimentam um sentimento de confiança, categorias centrais para o conceito de capital social, que influencia no desempenho político e econômico. Tais normas implicam na crença, dos membros da comunidade, que o comportamento altruísta do presente, que contribui para o bem-estar, será retribuído no futuro (PASE, 2012, p.40).

Ao compreender que as realidades são recíprocas cria-se um pacto de grupo, de coletivo e assim o processo amplia-se e possibilita novos aprendizados. E a luta pela realização pessoal passa a ser coletiva. Torna-se capaz de sentir a dor (e alegrias também) das outras pessoas. Por fim, acreditamos que estes conceitos do acompanhamento, do processo e da reciprocidade são questões postas para apropriação de cada indivíduo e organização que deseja lutar e contribuir por cada direito fundamental a cada um dos humanos. Porque lamentavelmente é o próprio ser humano que se desumaniza a si mesmo; nenhuma outra forma de vida seria capaz de fazer o que nós somos capazes de fazer contra nós mesmo e os demais seres que coexistem conosco. Cabe-nos a generosidade de nos esforçarmos um pouco mais.

### **3.2 Os Jovens como Atores Sociais e Políticos: Lições da Experiência**

Como se sabe, não estão isolados. Na realidade, os jovens vivem e interagem permanentemente com a sociedade e o meio ambiente, obtendo variadas influências,

desde a língua, rituais e normas. Analisemos esquematicamente, o bloco de perguntas sobre convivência.

Como cientista social torna-se primordial traduzir alguns achados que podem ser destacados a partir da pesquisa de campo sobre as percepções da experiência da juventude. Nestas experiências parece importante apontar e delimitar continuidades e rupturas nestas percepções e das conseqüentes ações protagonizadas, que por sua vez parecem sempre referidas a contextos e momentos históricos. As reflexões de Corrochano, Dowbor e Jardim (2018) auxiliam a compreender peculiaridades e especificidades, na medida em que

(...) é a possibilidade de partilha de experiências e vivências comuns que ganha centralidade na definição de uma geração e não o tempo cronológico ou o nascimento no mesmo momento histórico. Desse fato, no entanto, não se pode derivar a necessidade de orientações e posicionamentos comuns. Como sugere Mannheim, ainda quando a virtualidade da posição geracional se efetiva em conexões, não é possível identificar uma unidade em relação à política e à participação: as respostas são, muitas vezes, divergentes e até mesmo opostas, algumas mais “conservadoras” enquanto outras mais “progressistas”, na medida em que atravessadas por outras posições sociais, tais como classe, gênero, raça, local de moradia etc.(p.51)

Quanto à moradia, 64% dos respondentes ao questionário mora com os pais (pai e mãe); 25,3% mora só com a mãe; 5,3% mora só com o pai; 6% não responde. Por ser uma questão tão usual nas interlocuções do cotidiano, o fato de 6% não se dispor a oferecer a informação pode ser sintomático de algo que o pesquisador a princípio desconhece. O dado mais forte, fazendo um discurso um tanto questionador, é que 30,6% não mora com sua família originária ou tradicional. Todavia, o que mais importa é uma convivência considerada saudável para um jovem no desenvolvimento de capacidades e da liberdade. Até pode ser que, aparentemente, o/a jovem e a sociedade achem a instabilidade dos relacionamentos um tanto usual, mas a questão não é tranquila quando se trata da estabilidade emocional e das relações de poder. Neste sentido,

Devido a mediação das relações afetivas na família, esta relação com a temporalidade histórica e social adquire ressonâncias pessoais. Adquire o registro do “conhecido” e também fala a linguagem das emoções. História torna-se memória coletiva (Halbwachs, 1950, 1975), e a memória coletiva sustenta e cria a memória pessoal. (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 193)

De outra feita, convém aludir, que diferente de pretensões da racionalidade moderna, onde as relações em sociedade estão pautadas em regras do jogo, alguma forma de barbárie subsiste na visão de mundo de alguns setores sociais na contemporaneidade. Isto ocorre em famílias e em grupos sociais, para além de se situarem na periferia urbana, que admitem linchamento como prática social, a difamação a qualquer custo em seu discurso, ou endossam o justicamento moral ou físico. Os níveis de feminicídio atestam relações de poder assimétrico nas relações intersubjetivas, entre outros aspectos. Quando se ousa apostar no dilaceramento do outro, do diferente interroga-se sobre a educação que se torna factível no ambiente cotidiano. Acima de tudo, estas práticas que abdicam da negociação como prática diante das divergências, soam como nítidas evidências de uma crise social, cultural e moral profunda, ou estampa anômica. Porquanto, sintetiza-se como uma incapacidade para criar e abraçar normas socialmente reconhecidas para enfrentar as adversidades por meio de processos de negociação e assim resolvê-las no marco de valores da civilização que aposta na democracia como valor universal.

A presença amorosa dos pais/progenitores na vida do jovem não é secundária uma vez que tendem a ser as primeiras relações intersubjetivas a compreender como um espelho de sua formação cidadã. Estas podem deter um teor democrático, dialógico ou autoritário, bem como serem vividas como ausência. A pesquisa leva a perguntar: do ponto de vista da percepção, quando um jovem se torna órfão de fato? O que significa perder<sup>34</sup> o pai ou a mãe em suas diferentes formas de afastamento/proximidade? O tio ou a tia é a mesma coisa que o pai ou a mãe? Estamos querendo entender o que seja, para uma região, para o percentual dos jovens sem um dos pais na convivência familiar cotidiana.

Com as interfaces familiares, entre outras, os/as jovens produzem um perfil estético e se produzem com uma tipologia de relacionamentos, reiterando um conjunto de práticas sociais cotidianas. Neste interim, as relações são constituídas como poder de ser e fazer e igualmente está manifesto o processo de constituidoras de identidades ou capacidades e de relações de poder. As práticas e as relações sociais adquirem significado para o reconhecimento de territórios como espaços públicos ou privados.

---

<sup>34</sup> Sem desconhecer o fato da possibilidade de algum jovem não conhecer a fisionomia da paternidade.

Para além das fronteiras familiares e ao mesmo tempo em interação com estas, adquirem sentido as interfaces com instituições sociais que permeiam o cotidiano como as instituições de ensino, associativismos, formas de lazer e consumo, práticas culturais (músicas, adornos, danças, roupas, rituais, equipamentos), uso de substâncias (i) lícitas, órgãos de segurança pública, entre outros. Nesta complexidade de fluxos se forjam identidades performadas e que por sua vez compreendem as escalas do tempo passado, presente e futuro, mas também envolvem ao mesmo tempo se consolidam relações histórico-culturais entre atores variáveis.

Uma das vinculações que se produz no marco da socialização juvenil, de acordo com Castro e outros (2004), é entendida como processo sociocultural de transmissão de valores, autoestima, normas, reconhecimento do outro e costumes a partir da sociedade adulta, às novas gerações. Estas possibilidades são aventadas e implantadas com o objetivo de assegurar a reprodução biológica e social, por meio de agentes socializadores, em que se destacam a família, o sistema escolar, os grupos de jovens e os meios de comunicação. Esta perspectiva sumariza uma abordagem, todavia este é apenas um lado ou um olhar possível. No nosso caso é insuficiente, pois que se quer também destacar o sujeito, do movimento, da participação e da contestação. Assim endossamos uma ótica denominada de dialética, da dinâmica social, do movimento.

Tradicionalmente, ainda segundo as mesmas autoras, a família tem sido o principal agente socializador, concentrando inclusive interfaces ligadas à educação básica. Contudo, com o correr do tempo e no andar dos processos de modernização social, ao mesmo tempo em que as famílias perderam profundas transformações, afetando a estabilidade e o modelo nuclear, foi-se dando espaço a esquemas múltiplos de famílias diversas (completas e incompletas), onde os adultos participam no mercado de trabalho de forma integral. Por estes caminhos, as famílias foram perdendo a gravitação nos processos de socialização, cedendo lugar à influência ascendente de outros agentes, como o sistema educativo (que não sabe como cumprir suas funções socializadoras além das fronteiras da transmissão de saberes) e os meios massivos de comunicação, as novas tecnologias e os jogos digitais, bem como influências de modelos conservadores de religiosidades. A pluralidade é enfatizada por autores quando traçam conexões entre formas de socialização e o sistema escolar.

A socialização designa o duplo movimento pelo qual uma sociedade se dota de atores capazes de assegurar sua integração e de indivíduos, de sujeitos suscetíveis de produzir uma ação autônoma. De imediato, a socialização é definida por uma tensão situada no centro de diversos debates sociológicos, mobilizando, de uma só vez, representações do ator e representações do sistema social. (DUBET; MARTUCCELLI, 1997, p. 242)

Algo parecido ocorreu — a partir da família e do sistema educativo— com a irrupção dos meios massivos de comunicação, em particular da TV e as redes sociais, na socialização juvenil. Em sua investigação sobre a socialização juvenil Rodrigues; Menezes e Ferreira (2018, p. 2) atestam que

Os resultados obtidos demonstram não só a interdependência entre os vários agentes de socialização com que os(as) jovens se relacionam no cotidiano, mas também as influências que estes exercem variam consoante o tipo de participação. .... A participação *online* é essencialmente fomentada pela mídia (internet, televisão e rádio) e pelas discussões interpessoais sobre assuntos políticos.

Em poucas décadas passaram a exercer uma influência decisiva, competindo com as famílias no seio do próprio lar, com o sistema educativo formal, e desenvolvendo métodos e instrumentos muito mais atrativos para os jovens, como também valores e normas diferentes, até contraditórios, com os que emanam da família e do sistema educativo formal. O sistema educativo não soube resolver, até hoje, está crescente e desafiante competição, a qual se agregam os conteúdos das redes sociais de informática que não conseguiram incorporar, massivamente, estes meios à dinâmica cotidiana, como instrumentos de grande potencialidade para o desenvolvimento de seus próprios fins.

Aqui é o momento de problematizar as consequências ideológicas das inserções num emaranhado de tecnologias digitais no cotidiano e ao mesmo tempo considerando-se o acesso as estas ferramentas mantêm os jovens ainda carentes de saberes próprios das relações sociais complexas. Ao proporcionar o acesso ao conhecimento produzido e/ou difundido pelas redes sociais impulsiona a comunicação e a ampliação de redes, ao mesmo tempo modificam-se as percepções quanto às formas com que as reivindicações dos sujeitos alçam a dimensão coletiva e um espaço próprio de negociação política.

*Não há coletivo sem grupo.* E o/a jovem participa de algum grupo? Eles vão falar do grupo do Grêmio Estudantil (14,7%), do grupo de Igreja (13,3%) e não muito

mais. 1% “se atreve” a falar de partido... Resultado: 69,3% não participa, embora o questionário tenha dito que poderiam pertencer 1. a uma associação comunitária (5 adolescentes disseram que sim); 2. a uma associação esportiva, recreativa (11 disseram que sim); 3. a um grupo artístico (cinco disseram que sim); 4. a um grupo da ecologia nove disseram que sim); 5. a um grupo religioso (onze disseram que sim); 5. a grupos de trabalhos voluntários (11 disseram que sim); de movimento negro, indígena, grupo de orientação sexual, de um grupo feminista, de partido político (todos menos que os anteriores). Podemos perceber na tabela 6 que as respostas sobre a participação acontecem fora do cenário político partidário e que ainda a participação nos grêmios estudantis e nas igrejas é o lugar que fala a linguagem do jovem e o mesmo encontra os seus pares. Interessante notar esta percepção na pesquisa desenvolvida por Dick, e cols.(2011) que diz:

Por um lado, pode conceber a juventude como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituídas por pessoas pertencentes a uma dada “fase da vida”, buscando aspectos muitos uniformes e homogêneos que caracterizam uma linguagem própria e com ressonância nas falas e nos interesses comuns. (p.65)

**Tabela 6- Espaço onde o jovem participa.**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Já participou mas não participa mais	18	18	36	24	13	60	21	55	11	5
Nunca participou	187	163	151	171	180	123	179	132	181	196
participo atualmente	5	29	23	15	17	27	10	23	18	8
Total	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210

1 – Associação comunitária, de moradores ou sociedade de amigos(as) do bairro  
 2 – Associação estudantil, grêmios estudantis  
 3 – Clube ou associação esportiva, recreativa ou de lazer (skate, por exemplo)  
 4 – Grupo artístico ou cultural (hip hop, funk, rap, grafite, bandas etc.)  
 5 – Grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico  
 6 – Grupo religioso  
 7 – Grupos diversos (galeras, gangues etc.)  
 8 – Grupos/trabalhos voluntários  
 9 – Movimento negro/indígena/feminista/liberdade de opção sexual  
 10 - Partido Político

Fonte: Elaboração do autor (n=47.1 a 10)

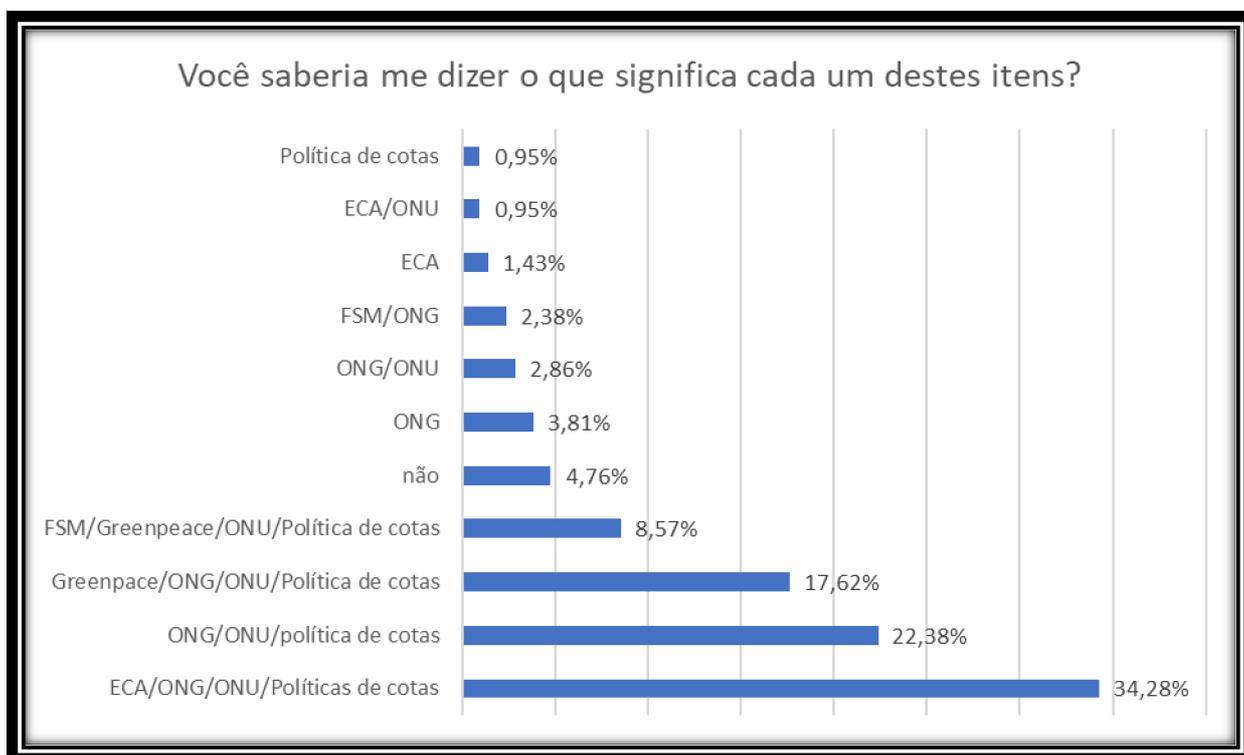
Dos jovens, apesar dos dados anteriores 13 participam de algum partido político; 85 dizem que não gostam de política; 9 dizem que não chegou a hora deles; e 103 afirmam que sempre procuram obter informações. De forma um tanto curiosa, ao analisarmos o gráfico 13, podemos perceber que o questionário apontou sete siglas

de instituições e perguntava se sabia o que significavam (questão 49). As siglas de instituições sabidas são “Políticas de Cotas” e “ONG Greenpeace” não muito mais, nem o que seja FMS e ECA.

Isto revela algo da experiência individual e coletiva dos alunos/as na medida em que se constroem como sujeitos da história, por mais que mantenham relacionamentos contraditórios com a instituição escolar na feição de política pública.

Esta construção da experiência social está no cerne da ação coletiva em geral e dos movimentos sociais em particular. E segundo Dubet, *o feliz êxito da ação coletiva não está apenas (...) na fusão da consciência individual e da consciência coletiva: ele procede também de uma autonomia individual mais forte, de uma subjetividade afirmada* (Id., p. 186). Situação que ele vai ilustrar na análise da experiência da exclusão dos jovens das periferias urbanas e na experiência escolar, concluindo: *o sentido da experiência social não é mais 'dado', nem pela vida social, nem pela unidade do sistema, é o produto de uma atividade* (Id., p. 222). Isto é, a experiência social não só é construída, manifestada no discurso dos atores, mas ela é uma atividade crítica, uma reconstrução que só é possível porque o ator *não é totalmente socializado* (Id., p. 93) e porque ele é capaz de construir um "projeto ético": além da procura de realização pessoal, ele é capaz de ser alguém que, apesar de viver sua liberdade na angústia (diante das consequências de suas escolhas), quer ser *autor de sua própria vida* (WAUTIER, 2003, p. 190).

Gráfico 13- Siglas e significados



Fonte: Elaborado pelo autor 2019-(n=49)

Por sua parte, os denominados “grupos de pares” cumpriram em muitos momentos da história um papel decisivo na socialização da juventude e constituem um dos poucos agentes propriamente juvenis que sempre cumpriram um papel decisivo na socialização da juventude e constituíram um dos poucos agentes propriamente juvenis escassamente controlados pelos adultos. Ao mesmo tempo, a idade cronológica não basta para consolidar posicionamentos políticos geracionais com sua respectiva afinidade. Neste sentido, Mannheim (1982, p. 61) adverte que “só um âmbito de vida histórico-social comum possibilita que a posição no tempo cronológico por causa do nascimento se faça sociologicamente relevante”

Resulta, contudo, difícil identificar um signo predominante de incidência nas gerações jovens porque a constituição dos grupos é demasiadamente heterogênea (movimentos estudantis, grupos mais informais em nível urbano quanto à própria constituição dos grupos heterogêneos dos movimentos juvenis ligados às Igrejas etc.), crescentemente influenciados pelos meios massivos de comunicação, escondendo diferenças internas. Ao que tudo indicar neste caso a regra privilegia a diversidade em sentido histórico. Deste ponto de vista Corrochano, Dowbor e Jardim (2018) destacam a reinvenção da democracia e uma perspectiva ideológica no processo de socialização.

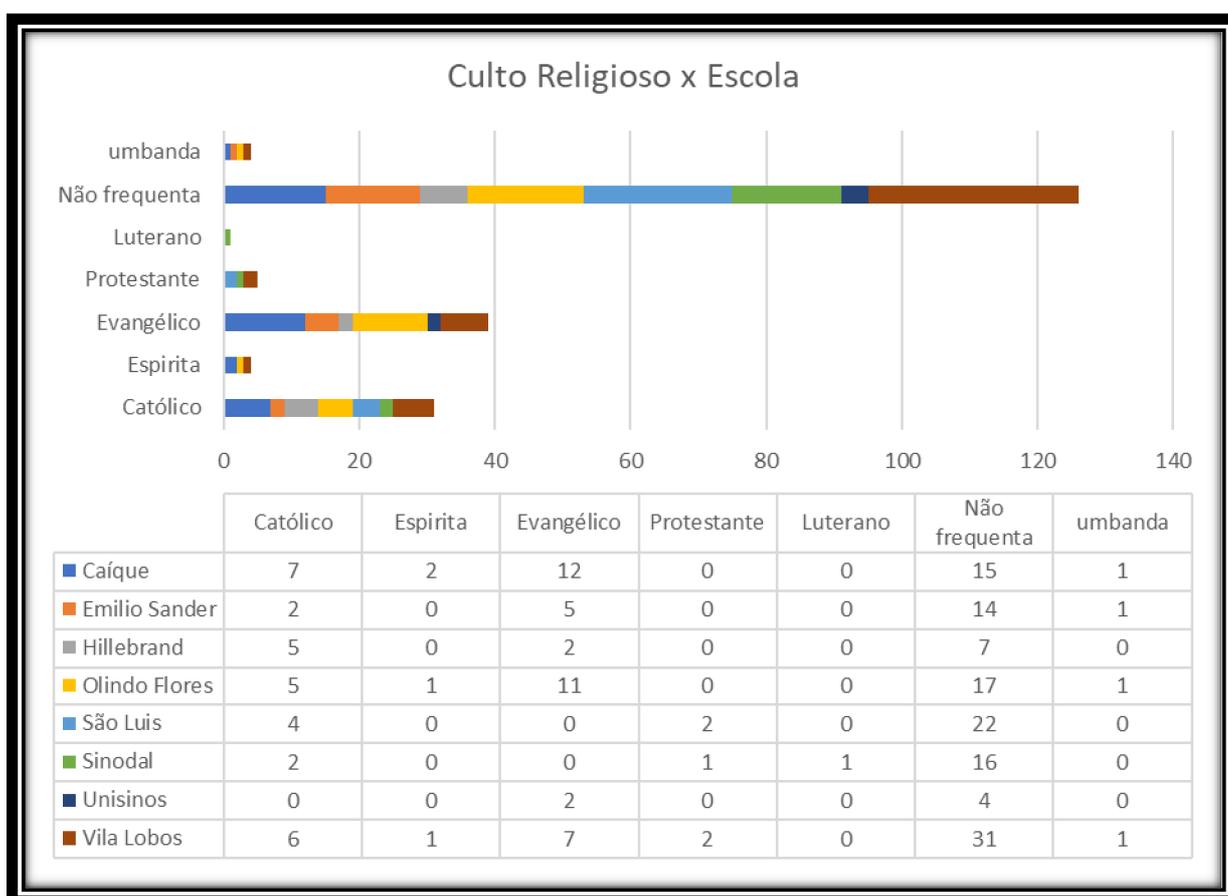
Procuramos ponderar os significados daqueles dias a partir da articulação entre transformações estruturais que marcaram a história do país desde a transição democrática e a socialização juvenil para o mundo público em diferentes espaços como a escola, a cidade, o trabalho e a cultura. Conferimos destaque para as conexões que parecem ter sido criadas em torno de uma agenda progressista, de consolidação e ampliação de direitos sociais e civis. (p.59)

Para inventariar algumas práticas socioculturais e de opções políticas de setores juvenis as escolhas são bem diversas, sempre dependendo do interesse e da seleção operada pelo pesquisador. Neste sentido, na presente investigação também se perguntou sobre o endosso de uma religião, cujas mudanças em curso são objeto de polêmicas entre os próprios pesquisadores e acadêmicos. Sob este aspecto Mariz, Mesquita e Araújo (2018) asseveram que

A literatura sobre religião e juventude na sociedade contemporânea aponta para um processo de individualização das experiências religiosas que tem afastado os jovens das igrejas e das instituições religiosas em geral. No entanto, os dados coletados tanto em um survey realizado durante a Jornada Mundial da Juventude de 2013 no Rio de Janeiro quanto em estudo qualitativo com jovens católicos universitários que participaram desse evento apontam para uma tendência contrária à descrita pela literatura citada. Em ambos os estudos os jovens declaravam-se praticantes e com forte vínculo com a Igreja Católica. (p.412)

O conjunto de dados empíricos em apresentação tem sido coletado por meio de respostas a um questionário destinado à amostra de estudantes do ensino médio. No gráfico 14 percebemos que do total 32% se afirmam católicos; enquanto 22,6% se dizem luteranos ou protestantes; ao mesmo tempo 4% são da umbanda, o fato é que 38% não responderam nem dizendo que não tinham religião. Só 62% se afirmaram em sua crença. Contudo, numa resposta geral 56,7% dos indivíduos não frequentam religião, mas ainda não significa que não possuam crença.

Gráfico 14- Religião e frequência a culto religioso.



Fonte: Elaborado pelo autor 2019. (n=47.6)

Entre os respondentes os evangélicos são os mais assíduos praticantes, os mais assíduos nos encontros comunitários/religiosos. Em percentagem, 16% dos católicos e 20% dos adolescentes luteranos e/ou protestantes frequentam regularmente a vivência religiosa de sua igreja. Os dados atestariam um desencantamento do mundo como um processo de racionalização das relações sociais ou da vida, ou ainda uma modernização cultural (NOBRE 2004).

As potenciais experiências de participação política e em outras instâncias associativas/coletivas como o espaço em que o jovem participa são aludidas por meio das percepções a respeito delas por parte de seus integrantes (tabela 6). Ou seja, como socialmente percebem o seu estar inserido em relações sociais. Na Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (2013) ficam estampados os percentuais daqueles jovens que consideram ter participação social. Uma parte afirmou a participação em grupo religioso que se reúne para ações assistenciais ou políticas com 19%, sendo a mais reconhecida experiência. De outro lado, com 17% há os que afirmam participação em associação estudantil, grêmio ou centro acadêmico, e 14% em grupo artístico ou cultural (PARTICIPATÓRIO, 2013). Há que considerar a possibilidade de frequência a mais de uma forma coletiva.

Sobre as circunstâncias e as discrepâncias Souto (2016, p. 276) afirma que “ao avaliar o grau de associativismo juvenil, novamente nos deparamos com o descompasso entre valor atribuído e engajamento em uma determinada frente de ação”. O desencantamento também pode ter uma significação técnico-científico que efetivamente se instaura e “adquire uma expressão radicalmente anti-religiosa, ao se dispensar qualquer justificativa ética para o mundo” (NOBRE, 2004, p.163). O desencantamento pode também advir de uma decepção das promessas não cumpridas, no campo político pela democracia, no campo científico e político na medida em que tecnificação não removeu históricas desigualdades e iniquidades.

Junto com receber variadas influências dos campos sociais, os jovens anseiam incidir na dinâmica societal através de estratégias e táticas (Certeau, 2011) muito diversas, procurando constituir-se como atores sociais e políticos ou erguendo diversas formas de expressão simbólica e publicização de identidades, bem como testando mecanismos para difundi-las ao conjunto da sociedade. Contudo, a parte mais significativa das maneiras que este afã de mudanças e participação juvenil (quadro 1) assumiu como processo histórico, caracterizou-se por sua transitoriedade, alternando períodos de protagonismo e visibilidade política com outros, cuja explicitação é a de retração e invisibilidade (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003). Em outros termos, o paradoxo contemporâneo está firmemente presente, ora o afã de afirmação de identidades, ora a feição da alienação (Follmann, 2018).

Os jovens têm estado presente nas mobilizações sociais, demonstrando interesse em visualizar espaços em que o jovem tenha participação em ações políticas (tabela 6), cuja visibilidade é motivo de controvérsia acadêmica e social, especialmente em confronto com dados relativos as taxas de comparecimento eleitoral (RUIZ, 2017). Diversos estudos tem explorado as vias para identificar o desempenho da cultura política em face de práticas sociais adotadas num determinado contexto histórico. O que leva a Ruiz (2017) a concluir que:

Os resultados mostram uma dicotomia entre a identificação política e a identificação da condição da juventude, bem como um alto nível de desconfiança em instituições que refletem as maneiras de participar da política e os valores que sustentam sua identidade política. (p.58)

É provável, além disso, que seja esta a razão porque, nos últimos tempos, tenham proliferado as denominadas “tribos<sup>35</sup>” juvenis, como territórios onde os jovens se entrosam e se percebem mais cômodos e confortáveis em meio a uma dinâmica societal percebida como repressão e hostilidade (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003). O tema é tão complexo como relevante, dado que, no fundo, se trata da participação juvenil dentro das regras do jogo das práticas sociais ou alienados das relações predominantes, o que constitui, seguramente, a chave de explicação da dinâmica juvenil e das políticas públicas setoriais. O quadro 1 explicita mudanças na participação juvenil. Avritzer (2012, p. 12) vai denominar “a participação institucionalizada, isto é, a participação em instituição prevista em lei, que determina políticas públicas nos três níveis de governo e que contam com a participação de representantes da sociedade civil”. Neste debate é fundamental reconhecer as interfaces entre sociedade com seus atores e a esfera estatal. Neste sentido, Avritzer (2012) assegura que:

As instituições participativas são resultado da ação da sociedade civil brasileira durante o processo constituinte que resultou em um conjunto de artigos prevendo a participação social nas políticas públicas nas áreas da saúde, assistência social, criança e adolescente, políticas urbanas e meio ambiente. Esse padrão modificou fortemente a ideia de autonomia da sociedade uma vez que, por mais paradoxal que pareça, a sociedade civil que reivindicou a sua autonomia em relação ao Estado foi a mesma que reivindicou arranjos híbridos com a sua participação junto aos atores estatais; (p10)

---

<sup>35</sup>A expressão "tribo urbana" foi criada pelo sociólogo francês Michel Mafessoli a partir de 1985. O termo consolidou-se quando ele publicou em 1988 o livro O Tempo das Tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa.

Poder-se-ia afirmar que, assim como a palavra-chave, nas ações políticas visando à infância, é proteção, nas políticas destinadas à mulher, a palavra-chave é igualdade ou equidade ou direito a serem diferentes. Nas políticas de juventude, de acordo com Castro e outros (2004), a palavra-chave é *participação*, determinação, cooperação, poder de decidir e identidade possibilitando aos integrantes do segmento se envolver tanto na tomada de decisões quanto se comprometer com a organização para implementar tais deliberações, No mesmo sentido se coloca a tabela 6 ao tentar compreender o espaço em que o jovem participa. Entendemos que o conceito de protagonismo – participação, experiência, cooperação e identidade- assegura aos jovens como atores sociais nas decisões em projetos para a sociedade. Assim se contrapõe a lógica social que Abramovay (2015) chama de *adultocentrismo*, quando: “toda cultura, tudo que se pensa, tudo que se quer é muito ligado ao que são os adultos”.

### **3.3 As dificuldades da integração social: os jovens como beneficiários**

Para compreender os vínculos entre juventude e outros segmentos da sociedade admite-se também como outra estratégia de abordagem, relacionada com os obstáculos em face do processo de interação e de integração social dos jovens no processo sociocultural de trânsito para o novo capítulo das atribuições da vida adulta (CASTRO et al, 2004). Para tratar de dificuldades de integração social, há que levar em consideração as observações de Corrochano, Dowbor e Jardim (2018, p.53),

A participação em uma mesma “conexão geracional” não significa a elaboração de respostas semelhantes, pois os indivíduos podem pertencer a diferentes unidades de geração que, inclusive, podem se opor e/ou entrar em disputa. Ou seja, há outros fatores que condicionam as respostas e as interpretações das juventudes

As próprias políticas públicas procuraram facilitar esta transição por meio de diversas iniciativas, porém não dão conta devido, por vezes, pelo fato dos jovens entrarem prematuramente ao mercado de trabalho ou ao que se denomina de anomia. Ao mesmo tempo há que reconhecer a percepção dos obstáculos ante à inserção no mercado de trabalho (tabela 5), como o requisito da experiência e capacitação, além da própria crise que se circunscreve pela taxa de desemprego.

Existem quatro dimensões que são especialmente críticas e que apareceram nas pesquisas desta tese e nas diversas pesquisas da Latino Barômetro e pesquisas referidas ao longo do texto. A pergunta do nosso questionário abria a possibilidade para 18 “janelas” de saída para os assuntos que mais interessam. Contudo, para os jovens os quatro assuntos na sua peculiar percepção e que mais interessam são, em ordem de afirmação: 1. A educação; 2. Trabalho; 3. A saúde/cuidado com o corpo; 4. O relacionamento amoroso/ a Casa (está em 4º lugar). O humano vale mais que o técnico, pois não se expressou de forma a estar entre as prioridades, ao mesmo tempo as noções assim sintéticas podem também obscurecer divergências de interpretação. Críticas aos processos fazem parte do jogo democrático, bem como as contradições do real e as pretensões para gerar mudanças. Segundo Castro et.al.(2004, p. 109)

É possível conceber mecanismos para que os diversos grupos e movimentos juvenis formulem críticas, propostas e pontos de vista sobre todos os temas de seu interesse e para que, com os apoios necessários, materializem as iniciativas que considerem prioritárias e tenham participação na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas. É preciso adaptar o setor público para a participação dos jovens, como, por exemplo, aceitar que os movimentos juvenis tenham formas próprias, que são muitas vezes diretos e radicais em suas críticas, efêmeros e mutantes e “indisciplinados” – seja este valor um estereótipo ou uma apreciação externa – e, sobretudo, prezam sua autonomia e reagem a ordens externas, especialmente quando estas são percebidas como autoritárias.

As respostas ou opções de interesse poderiam ser outras, mas são estas. O “namoro” talvez tenha aparecido, mas não estava nas sugestões das respostas. O relacionamento amoroso se identificaria com o namoro ou o namoro está perdendo terreno até nas perguntas? Nem o esporte entrou para o topo; nem as modas, nem a música, nem os carros/moto.

Com relação à educação algo apontado em muitas pesquisas, são evidentes as importantes conquistas alcançada com a Leis de Diretrizes de Base-LDB – de 1996 que dão garantias aos jovens ao acesso gratuito e de qualidade a educação. Baseados nos princípios e fins da educação.

#### Título II – Dos Princípios e Fins da Educação

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

Porém, apesar das promessas institucionais, percebe-se extensas as consideráveis carências educacionais que se registram em termos de igualdade e qualidade para a juventude. Esta combinação resulta explosiva porque, por uma parte, “permite aos jovens tomar consciência das oportunidades e possibilidades existentes na sociedade” (CASTRO et al, 2004), mas, pelo outro lado, os põem em condições precárias para aproveitá-las. Diante desta realidade contraditória, continuam os mesmos autores, um dos resultados é a frustração que desalenta os jovens e os leva ao abandono escolar (sobretudo nos estratos mais pobres e excluídos). Ao mesmo tempo há que reconhecer os limites e ganhos com experiências de políticas voltadas para este segmento social. Sob este ponto de vista, Castro e outros (2004, p.90) constataam processos diversificados em curso, embora também relevem a descontinuidade.

Considerando a elaboração de uma política pública para os jovens, é também condição indispensável a participação da sociedade e dos próprios jovens. Diversas experiências desenvolvidas por entidades da sociedade civil que representam os jovens vêm ao longo das últimas décadas mostrando um acúmulo considerável de alternativas de inclusão social da juventude brasileira. O amadurecimento dessas entidades as torna preparadas para contribuir com a elaboração e a execução de políticas públicas que, de fato, consigam combater e eliminar a exclusão social e a conseqüente falta de oportunidades que muitos jovens enfrentam no país.

Isto se relaciona muito estreitamente com o tema da inserção laboral dos jovens, esta preocupação é evidente nas repostas dos questionários que perguntava sobre a maior dificuldade de conseguir emprego (tabela 5). As repostas dos jovens, entre sete possibilidades, escolheram: 1. a crise econômica(49,3%); 2. a falta de experiência (30,7%); 3. a falta de capacitação (20%), já que uma das principais dificuldades que eles enfrentam se relaciona à falta de capacitação, ao qual se soma a falta de experiência dos jovens (que os coloca em desvantagem frente aos adultos)

e à elevada seletividade dos pertencem a altos níveis educativos no momento de buscar emprego. Se somarmos o escasso interesse dos atores principais do processo produtivo (sindicatos, empresários e governos) por incorporar os jovens (pressionados por outras prioridades), ao advento do desemprego estrutural temos um panorama adverso de inclusão da juventude. Todavia, importa igualmente distinguir a esfera de participação e uma possível idealização do espaço em que o jovem participa (tabela 6). Por esta razão Ruiz (2017).

Igualmente, llamaban la atención sobre la participación de los jóvenes en distintos lugares del mundo, valiéndose de movimientos sociales o acciones ciudadanas individuales o colectivas, en distintos acontecimientos de carácter político. Esto sugiere, para el análisis posterior, considerar la participación de los jóvenes en los asuntos públicos desde la perspectiva de sus propios intereses y no de lo que se desea, desde una perspectiva idealista de la ciudadanía. (p.62).

O outro aspecto preocupante relaciona-se com a saúde, onde os jovens enfrentam sérias dificuldades em vários planos, visíveis em termos de condutas de risco, dificuldades a serem atendidas mediante a prevenção e a promoção de estilos saudáveis de vida. A adesão a práticas de violência, os acidentes de trânsito, as enfermidades de transmissão sexual, a utilização de drogas legais e ilegais, a repressão a expressões culturais, o consumo frenético de novas tecnologias e a gravidez precoce de adolescentes são alguns dos principais problemas (CASTRO e outros 2014). Portanto, diferentes visões do significado do consumo podem ser associadas por vezes às gerações, bem como a forma de compreender os impactos ambientais

Ao aliar consumo e gerações, espera-se refletir também sobre como esse fenômeno compromete as situações de sobrevivência das gerações futuras, discutindo a sustentabilidade dos atuais sentidos e padrões de consumo. Isso implica associar os significados de consumo a certas situações de qualidade de vida dos sujeitos e ao desenvolvimento econômico das nações, desempenhando fortes influências sobre os ecossistemas ameaçados em termos de equilíbrio e sustentabilidade. ALMEIDA; ITUASSU; MOURA, 2016, 609)

Por último, os jovens enfrentam sérias dificuldades relacionadas ao acesso a uma casa própria quando consideram a possibilidade de constituir novos lares, independentes dos espaços de onde vieram. As situações paradoxais se nos oferecem de acordo com o tempo e espaço, o que um dia era uma opção de autonomia pode transmutar-se em outras circunstâncias.

O paradoxo é que o casamento é utilizado como um meio para se alcançar uma certa autonomia [...] A separação entre o casamento e suas raízes tradicionais nos 'fatores' externos impôs-se muito mais intensamente sobre

as mulheres do que sobre os homens, que poderiam encontrar no casamento e na família antes de tudo um refúgio do individualismo econômico (GIDDENS, 1993, p. 67-68).

Isto leva a reforçar dois tipos de condutas preocupantes dos jovens: por uma parte, a constituição de novos laços familiares em que não deixam dos lares onde vivem (o novo par convive com os pais de um dos membros) e, por outro lado, o desenvolvimento frequente de relacionamentos passageiros de pares, que se rompem e se reconstituem de maneira constante, fazendo que o processo registre uma tendência de curto prazo muito evidente. Na mesma linha, preocupam as acentuadas tendências da segregação residencial, restringindo as possibilidades de mobilidade social ascendente que possibilitavam os bairros heterogêneos aos setores mais vulneráveis, ampliando o isolamento que afeta, sobretudo, e de forma acelerada, os jovens urbanos do país (GADEA et al, 2015; GADEA et al. 2017).

Não é novidade a evidente relativização das ações políticas enfocadas a partir de instituições, de líderes políticos tradicionais ou de valores atinentes a gerações passadas ou da irrelevância de rituais e seus procedimentos formais. Com contribuições relevantes da análise sociológica Corrochano, Dowbor e Jardim (2018) abordam a temática da reprodução social e as dificuldades da presença de setores juvenis nos mecanismos de gestão de políticas públicas com a presença de atores sociais, que

Se refere ao peso da reprodução social nesses espaços tradicionais do fazer político: tais espaços (partido, associação, conselho etc.) acabam por privilegiar modos de agir e pensar afins à própria instituição e sua posição no sistema político, sendo pouco permeáveis a novas táticas e, principalmente, novos temas e problemas sociais – justamente aqueles que potencialmente mais afetam a juventude... Nesse sentido ao serem construídos pelos próprios atores mobilizados, os espaços extra institucionais ou não institucionalizados se apresentam como potencialmente mais acolhedores de questões individuais ou dos problemas do presente. (p.57)

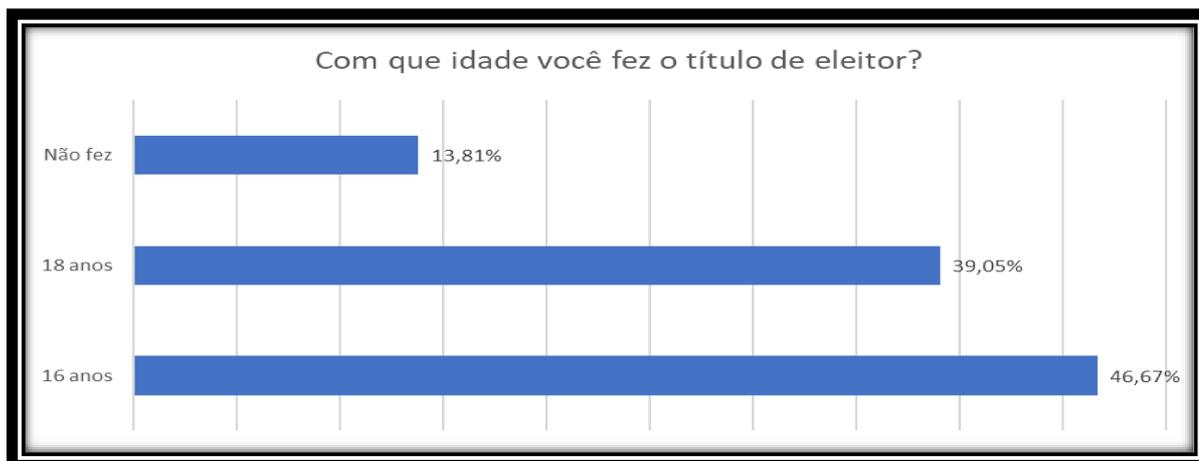
Em contraposição um endosso de ações com dimensão política focada em processos sociopolíticos, presença em espaços públicos com seus comprometimentos mutáveis e inconstantes. Por vezes, estes últimos são endossos a outras formas de organização para a gestão de conflitos inerentes às relações sociais assimétricas.

### 3.4 Juventudes e a ação política como instrumento de cidadania

No Bloco das questões sobre aspectos da atividade política percebemos que a investigação desvela uma Juventude que não adere ou não se importa com a política institucional e está pouco ocupada com a realização dos pleitos eleitorais. A questão 50 desperta o concordar e o discordar: 1) os jovens concordam plenamente que a maioria dos políticos não representa os interesses da população (38% concorda totalmente e 23% parcialmente); 2) que as pessoas se juntam para defender seus interesses (55% concordam plenamente); 3) que é preciso abrir canais de participação entre os cidadãos e o governo (50% concordam plenamente e 18% parcialmente); 4) que cada pessoa tem que cuidar de seus interesses (39% concorda em plenamente e 18,7% discordam totalmente); 5) a maioria dos políticos só defendem seus interesses pessoais (54% concordam parcial e totalmente e 17,% discorda parcialmente).

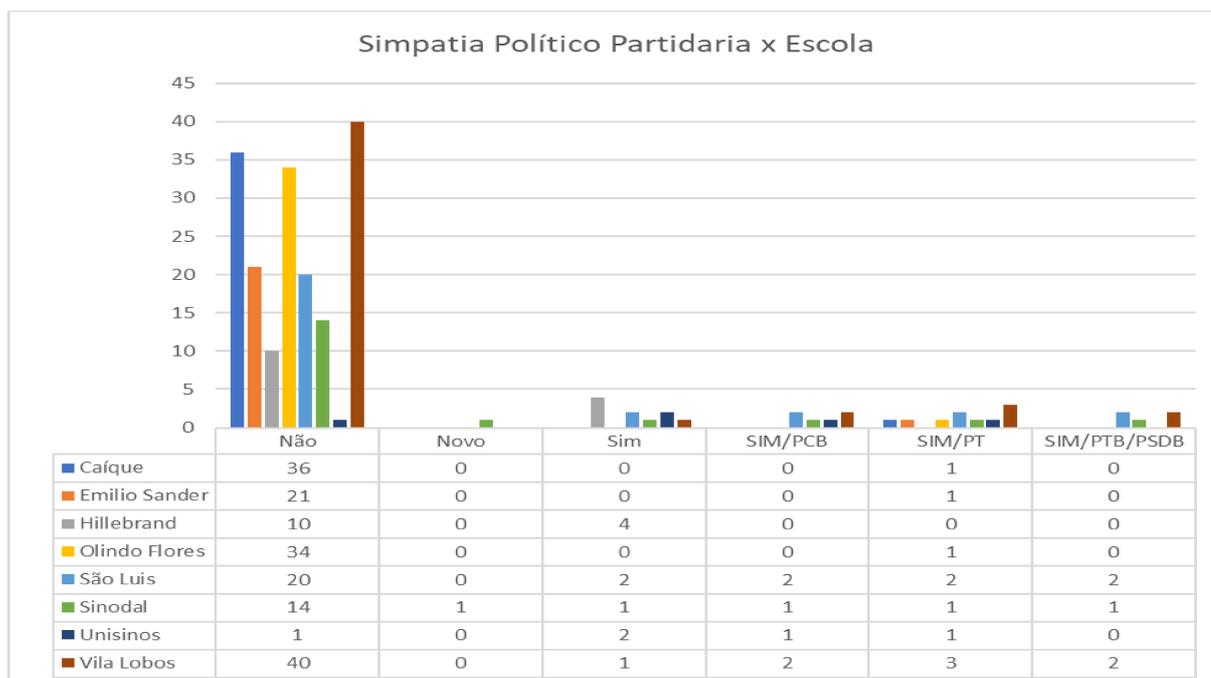
A questão 51 perguntava ao jovem a idade com que ele fez o título de eleitor?

Organizando as repostas e elaborando o gráfico 15 percebemos que somente 3% dos jovens com idade de 15 a 17 anos fizeram seu título de eleitor e somente 6 nesta faixa etária votaram nas eleições de 2016. Ora estas circunstâncias ainda precisam contextualizadas com fenômeno social relevante, para atestar os limites do que aqui está previsto. Portanto, convém não olvidar, também, que do total dos estudantes até 17 anos, só 54,6% se encontravam devidamente no Ensino Médio. Apesar da ausência de percentual da juventude no sistema escolar, devido à evasão ou insuficiência de oportunidades perto do local de residência ou meios de deslocamento, fica também estampada a escassez da “justiciabilidade como estratégia para impulsionar as políticas públicas voltadas à realização do direito à educação” (RIZZI; XIMENES, 2010, p. 105). Isto contraposto ao direito à participação eleitoral.

**Gráfico 15- Idade que fez o título de eleitor.**

Fonte: Elaborado pelo autor 2019. (n=51)

Visualizando as repostas no gráfico 16 elaboradas em torno da questão 52 perguntava se os adolescentes são simpatizantes de algum partido político. Se 14 dizem sua pertença, 194 dizem que não tem pertença, uma resposta que tem suas justificativas, de acordo com a literatura abordada nesta tese. Foram citados somente três partidos.

**Gráfico 16 – Simpatia por partidos.**

Fonte: elaborado pelo autor. ( n=52)

De alguma forma Arendt (1999, p. 51) também dá uma explicação plausível para o distanciamento entre cidadãos e a esfera partidária. “No nível de ideologias, tudo isto é confuso; seria muito menos se começássemos do fato óbvio de que as imensas engrenagens partidárias conseguiram se sobrepor às vozes dos cidadãos por toda parte, mesmo nos países onde a liberdade de expressão e de associação continua intacta.”

De acordo com Manin (2013) há que considerar que boa parte dos filiados nunca permaneceram profundamente conectados com todas as atividades ordinárias dos respectivos partidos. Este fenômeno se reporta inclusive aos territórios locais em que tal vínculo também seria frágil. Ora que dizer de simples cidadãos. Um trio de aspectos são descortinados por Corrochano, Dowbor e Jardim (2018; p. 62) para explicar o engajamento ou não dos jovens em atividades que correspondam a expectativas postas de forma individual ou coletiva.

Se a consolidação da democracia brasileira nos últimos anos teve como efeito o fortalecimento do jogo eleitoral e a pluralização dos mecanismos de participação, as referências e experiências analisadas neste artigo reforçam a sugestão de que parcelas de jovens brasileiros tendem 1) a desconfiar dos canais institucionais à disposição, 2) a recusar a participação em partidos como modo privilegiado de transformação e 3) têm preferido formas de atuação e engajamento mais diretas, menos hierarquizadas, mais permeáveis aos anseios individuais e à contingência histórica.

Estas questões surgiram a partir da percepção de que se faz importante, mesmo em face das inovações tecnológicas de interfaces interpessoais, da formação política para adolescentes e jovens. Ainda mais, no contexto político em curso, no qual se observa, a partir das lentes das ciências sociais, uma crise de representação que se expressa nos níveis de confiança nas instituições sociais e nos atores políticos. Disto resulta o denominado descrédito nas ações coletivas e distanciamento quanto ao engajamento político. As apreciações quanto ao tópico do engajamento diferenciam-se de acordo com autores e a situação peculiar em destaque. Ekström (2016) aponta para um diálogo sobre política no cotidiano pela ênfase da conquista social do engajamento democrático. Nesse sentido, acreditamos ser relevante a perspectiva de uma formação para as ações individuais e coletivas de cunho político no Ensino Médio, até mesmo no básico, como possibilidade de fazer emergir as vias factíveis para o desenvolvimento da democracia com mecanismos legítimos de participação e como um processo socialmente referenciado.

Todavia, não é ausência de informação, afinal a característica de “sociedade da informação” se aplica. Os jovens acima de tudo encontram-se diante de uma inundação de informações sem filtros, mediações analíticas ou formas de discernimento como bem podemos notar na tabela 7. Assim, em uma análise de conjuntura política junto e com os jovens poderíamos afirmar que o desinteresse pela política leva aos números quase que insignificantes dos jovens nos pleitos eleitorais levando-os a afirmar que sua participação se restringe somente a informação sem uma participação ativa ou eleitoral.

Tabela 7- Atitude frente à participação política.

De um modo geral, como você classifica sua atitude frente à participação política?	Quant.	%
Considero-me politicamente participante	27	12,86%
Não gosto de política	44	20,95%
Penso que se deixar a política para as pessoas que tenha mais competência do que eu	7	3,33%
Procuro me informar sobre política, mas sem participar pessoalmente	132	62,86%
Total	210	100%

Fonte: Elaboração do autor (n=45)

A democracia já pode ser considerada um consenso no mundo ocidental, porém ainda há espaço para se refletir acerca do tipo e da qualidade da democracia. Segundo Baquero (2008), uma boa democracia consiste em um regime legitimado e estável, com o qual os cidadãos estão satisfeitos, pois nessa perspectiva terão condições de dedicarem-se a cumprir as leis e as regras determinadas. Para tanto, construir uma democracia qualificada requer uma cidadania ativa, pois se não há envolvimento popular no processo de construção democrática, a democracia perde em legitimidade e mantém apenas sua dimensão formal. E participação formal não significa, necessariamente, participação social, fazendo-se fundamental, portanto, a qualificação das instituições. (FEIJÓ, 2017, 61-62)

Neste caso, podemos situar de modo referenciado a instituição de ensino como espaço onde se fazem circular de forma ampla um conjunto de ideias e abordagens. O que está colocado como fato no gráfico 17 ao informar sobre os direitos assegurados pelo ECA, mas cujo estatuto não é conhecido pelos jovens, pode ser contraposto ao afirmado por 62,8% na tabela 7, ao afirmar que “procuro me informar sobre a política, mas sem participar pessoalmente”. Em outros termos, as respostas parecem implicar que a trajetória no sistema escolar não provocou a apropriação do teor da legislação que assegura direitos.

A questão em debate se reporta ao questionamento quanto ao fato da apropriação e uso dos referidos conteúdos levados em consideração (gráfico

18; gráfico 20) para a constituição de uma identidade de cidadãos em uma sociedade permeado por conflitos de ordens diversas.

Os debates que se seguiram ao período da redemocratização no Brasil, levaram à percepção de que não basta apenas o desenvolvimento econômico para a estabilização do país, sendo preciso também o desenvolvimento social e aperfeiçoamento da esfera política, uma vez que, apesar da conquista da democracia, não conseguimos ainda construir, juntamente com o avanço da economia, uma sociedade mais justa e menos desigual (FEIJÓ, 2017, 61-62)

A educação se reconhece como um instrumental que visa estabelecer uma relação mediada com as principais questões e desafios postos à sociedade em seu tempo histórico. Daí que 44,3% dos participantes do survey endossaram que Escola está muito ligada aos problemas da sociedade (Gráfico 19). , ao passo que incidem diretamente na formação dos indivíduos. Esta função de mediação aposta na ação junto ou sobre a subjetividade dos indivíduos, correspondendo os debates sobre a realidade social e cultural ao desenvolvimento de sensibilidades que robustecem a leitura e as formas de percepção das práticas sociais. Por isto mesmo, na medida em que por meio de mediações a juventude será conhecedora dos seus direitos políticos parece interessante a contribuição de Lahuerta (2012, p.33):

Nesse diapasão, considerou-se que, enfim, a democracia estaria consolidada no país pela vigência de um quadro constitucional estável e pelo respeito às regras do jogo; pela rotinização de eleições competitivas, com seus resultados sendo aceitos sem questionamentos quanto aos procedimentos; pelo cumprimento dos mandatos eletivos, sem ameaças de quebra da institucionalidade; pela capacidade de os governos realizarem suas políticas; e pela autonomia entre os poderes.

No percurso de um projeto de democratização há marcos importantes a mencionar. Segundo Baquero (2008), Patemann (1992), Moisés (2008) podemos, de uma forma resumida, destacar duas formas de concepção deste processo histórico. A primeira, conhecida como minimalista ou procedimentalista, resumidamente, propõe uma perspectiva de escolhas, por meio do sufrágio, entre elites políticas concorrentes e seus respectivos projetos. As características deste modelo seria: (i). escolha dos governantes por meio de eleições com a participação dos membros adultos da comunidade política, sob o princípio, da igualdade formal entre os cidadãos, ou seja, “um cidadão, um voto”; (ii) eleições livres regulares, competitivas e abertas; (iii) liberdade de manifestação, organização e reunião, em específico, para partidos políticos que queiram competir ao governo; (iiii) acesso a fontes alternativas de

informação sobre a ação de governos e a política em geral, ou seja, basicamente, liberdade de imprensa. Podemos perceber que estas características se aplicam ao sistema brasileiro, seja para o executivo como para o legislativo. Porém somente

os procedimentos políticos visando obter um governo eleito a partir do direito do voto popular livre não garantem que a democracia será benéfica ou eficiente para a população como um todo, justamente o que ocorreu com o caso do Brasil durante o seu processo de redemocratização. Ocorre que durante esse processo, mantiveram-se a permanência de vícios políticos tradicionais que corroboram a ineficiência das instituições em responder as demandas da população. Lahuerta (2012) segue o raciocínio ao refletir acerca dos problemas da incivilidade e da violência crescentes em uma sociedade cada vez mais complexa, como uma demonstração de que, na prática, não estamos tão democráticos assim. Segundo o autor, vivemos uma dissociação entre democratização social, ausência de cultura cívica e baixa institucionalização da democracia política. (FEIJÓ, 2017, 61; 62)

A jovem democracia representativa brasileira apresenta como características marcantes um pluripartidarismo em que as diferentes vertentes político-ideológicas travam intenso debate com vistas a marcar posições e satisfazer interesses os mais variados possíveis. Falamos então na existência de um sistema partidário em que para alguns pensadores mesmo a existência de um “sistema” é questionável. Com análises até o pleito de 2010, Carreirão (2014) estabelece diálogo com inúmeros trabalhos sobre o processo de institucionalização e consolidação dos partidos políticos brasileiros desde o processo de redemocratização.

Basta notar como, de modo cada vez mais acentuado, amplas camadas da população simplesmente deixam de reconhecer o Estado como garantia da norma legítima, recusam a ordem jurídica e procuram resolver seus problemas sem levar em conta a lei ou, simplesmente, colocando-se contra ela. (LAHUERTA, 2012, p.38).

De certa forma, em termos gerais se pode afirmar que nenhum jovem é um indivíduo isolado no tempo e no espaço, mantendo relações com o restante da sociedade. Num contexto histórico da sociedade contemporânea, sob a égide do Estado de Direito, de uma forma geral, se vem compartilhando certa descrença na ação política ou desânimo com a construção de um espaço público de interação e negociação de interesses. Parece ser sensato afirmar que número elevado jovens também vão partilhar dessa perspectiva.

Uma vez, portanto, que o Estado não dá mostras de que é capaz de atender as demandas da população, desenvolve-se uma crise de legitimidade e confiança com relação às instituições, de modo que a legalidade passa a ser ameaçada por conta de uma situação de complexidade que ultrapassa os indivíduos.

Tal fenômeno está relacionado à herança deixada pelo regime militar da não participação política do cidadão, que após a redemocratização tomou força, não mais pelo viés autoritário, mas pela visão neoliberal de transformar a participação do cidadão em consumo. Desse modo, ocorre a valorização do mercado como princípio de organização social e a ação política permanece desvalorizada.

Ao satisfazer as exigências de mercado e pensar a política toda voltada para o que as agências globais esperam, a participação política local fica comprometida, uma vez que não são deveriam ser esses os interesses a serem atendidos pelo Estado. Afinal, passa a não haver concordância entre a dimensão institucional e suas regras e a prática política, que fica desvirtuada de sua função primordial que é promover o bem comum.

Tendo em vista o contexto acima apresentado, Lahuerta (2012) constata na sociedade brasileira, uma espécie de aversão ao que é coletivo, uma ojeriza pela esfera pública, como um mecanismo de individualização que se traduz em formas que menosprezam a democracia, e não se relacionam com a cultura cívica. Como não temos uma sociedade civil democrática, ela não se qualifica para conviver com sua pluralidade, acabando por generalizar fenômenos destrutivos (FEIJÓ, 2017, 66)

Como institucionalização, a discussão é ampla, variando, por exemplo, “da estabilidade nos padrões de competição, grau de enraizamento dos partidos na sociedade, o grau de legitimidade dos partidos junto a diferentes atores políticos ou o grau de independência das organizações partidárias frente aos seus líderes” (CARREIRÃO, 2014, p. 256). Sobre o papel dos próprios partidos políticos poderíamos ter como critério de comparação a discussão sobre noções clássicas como a de representação de segmentos sociais específicos e intermediação de interesses como fundamentos de democracia ou noções mais contemporâneas em que os partidos se organizam para competir por meio de eleições livres e formar um governo. O legislativo pode ser reconhecido pela sua ação em diferentes frentes de reconfiguração de direitos. Neste contexto, ao mesmo tempo podem se aprofundar as relações entre os atores que compõem o Estado, sem imediatamente aprofundar as vias de interlocução com a sociedade civil, além de competir com outras associações pela canalização de demandas. Carreirão (2014) ainda disserta sobre as estruturas de competição que definiriam, por exemplo, os padrões alternância de poder onde seriam abertos, caso a probabilidade dos diversos partidos alçarem o poder é grande ou fechada, em que essa capacidade é limitada a poucos partidos. Tais estruturas estariam mais relacionadas aos estratagemas de poder dos partidos do que a preferência dos eleitores.

De tal modo que a teia clientelista, expressiva da dependência pessoal e do favor, tende a se reproduzir, dificultando a democracia e o reconhecimento de direitos, criando as condições para que se recoloque a velha fórmula de, nos momentos de dificuldades, solicitar do Estado forte a solução para os

problemas, de atribuir exclusivamente aos políticos e aos governos a responsabilidade pelas soluções. (LAHUERTA, 2012.p.42)

Outro instrumento elementar na estruturação dos partidos políticos é a volatilidade entre os partidos, que seria a capacidade dos mesmos em funcionar como sistema, ou seja, suas inter-relações em formas de coligações ou alianças políticas diversas. Vale mostrar que tais coligações apresentam configurações muitas vezes contraditórias em relação aos níveis de poder, podendo perfeitamente o aparecimento de uma aliança regional para eleições para governador em que se coloque em uma mesma chapa partidos rivais no âmbito nacional. A partir de dados do site de Jairo Nicolau<sup>36</sup> segue um exemplo: Podemos notar que a coligação entre PSDB-PSB em São Paulo(2014) que uniu em torno da campanha de Geraldo Alckmin os presidentiáveis Aécio Neves e Marina Silva, ou no Rio de Janeiro em que as disputas entre Luiz Fernando Pezão (PMDB) e Marcelo Crivella (PRB) fizeram a presidente e candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT) subir ao palanque dos dois rivais para pedir votos aos dois. Tal contradição, aliada à falta de entendimento adequado do jogo político, leva muitas vezes ao estabelecimento de visões negativas sobre a política em geral, lembrando-se que no caso grandes diferenciações pelo senso comum entre política como instrumento de exercício do poder ou política partidária. Ora, com isto apontamos

essa perspectiva a partir da constatação de que vivemos sob uma cultura política de caráter autoritário, que não favorece uma expectativa de ação coletiva e exercício pleno da cidadania, pré-requisitos para o funcionamento de uma democracia plena, pensada em seus aspectos políticos e sociais. Tal cenário constitui-se a partir da conjunção de uma história de autoritarismos na qual os direitos civis e políticos sempre foram suprimidos e os direitos sociais construídos sem a participação popular, dentro de um contexto no qual a lógica de mercado assume importância maior dentro da nação. (FEIJÓ, 2017, 5)

Dando sequência às análises do sistema partidário nos aludimos a um fato comum aos sistemas multipartidários – o Brasil é um dos países com maior número de partidos políticos do mundo – o governo de coalizões. A chamada governabilidade obriga a composição de maioria nas duas câmaras, deputados e senado, para a melhor tramitação de projetos interessantes ao governo. Desta forma, há implicações para a representatividade e legitimidade do sistema político, para uma certa

---

<sup>36</sup><https://jaironicolau.github.io/>

indiferenciação de ideologias entre os partidos da chamada base governamental, bem como os quadros partidários “cooptados” após as eleições. Os eleitores de um determinado candidato se distanciariam ainda mais de seu representante quando este faz alianças com setores que não representam ou representariam interesses diametralmente opostos aos do eleitor no momento de sua escolha. Podemos ressaltar ainda que os próprios resultados eleitorais seriam de certa maneira deficientes em sua legitimidade, tendo em vista que um governo sempre formará maioria com medidas que justamente contornariam os resultados do pleito. Como consequência será sempre refém de interesses antagônicos. Uma vez que a classe dominante consegue homogeneizar um sistema de crenças e valores que se transformam em um renovado senso comum, acaba por conseguir que a massa consinta à sua dominação.

Faz-se relevante, para que possamos qualificar a nossa democracia, socializar o conhecimento que se tem sobre ela, para que a sociedade possa se conhecer também e, desse modo para enfrentar os temas de menosprezo pela política e pela democracia, enfrentando o tema dos valores fundamentais para o desenvolvimento de uma cultura política democrática. (FEIJÓ, 2017, 72)

Uma fala recorrente no cenário político-partidário brasileiro e de certa forma reproduzido pela sociedade é sobre a polarização entre partidos, direita e esquerda, exemplo: PSDB e PT. Uma segunda forma de análise seria a de que os dois partidos “amarrariam” o sistema partidário em torno de suas bandeiras, quebradas nas eleições presidenciais de 2018 com um forte apelo agora para a direita conservadora (PSL) e esquerda desenvolvimentista (PT). Apesar da composição das chapas para a presidência da república constarem como principais adversários desde as eleições de 1994 os dois partidos citados (PSDB e PT), ponderamos que as coligações em outros níveis de poder são diferentes e até mesmo contraditórias, valendo, portanto, os jogos de poder no sentido municipal, regional ou estadual. Tal fato já nos ajudaria a explicar que a polarização ideológica se mostra deveras generalizante se analisarmos o processo como um todo. A ideologia partidária que vem perdendo espaço nos últimos anos e se tornando cada vez mais incoerente. Conforme afirma Carreirão (2014, p.27):

O grau de consistência ideológica na composição partidária do governo (ministérios) e nas coalizões nas votações em plenário declinou bastante após a posse do presidente Lula (em 2002). As coalizões em plenário só tendem a ser ideologicamente consistentes, se a composição dos governos (formação de ministérios) for ideologicamente consistente. E a trajetória é a de uma inconsistência ideológica crescente na composição de governos em âmbito federal.

Como desafios à transposição didática sobre contexto político partidário brasileiro poderíamos começar em desmitificar um cenário pintado pela excessiva polarização ideológica, a banalização de conceitos como o de coligações partidárias ou o de governabilidade, passando pela compreensão de mudanças importantes no direcionamento dos partidos políticos ao longo dos anos em que alianças pontuais para a obtenção de maioria ou mesmo para a discussão de temáticas específicas se tornaram mais frequentes. Fato é que, mesmo que seja comum e desejável as diferentes discussões sobre a atual configuração do quadro político partidário brasileiro, devemos nos lembrar que o interesse aqui aludido são às formas de transposição didática de uma complexa realidade e que esse fato se impõe na medida em que trata das questões definidoras dos rumos do país e que demandam conhecimento e participação de sociedade e neste caso da formação no ensino médio sujeitos desta tese e que na sua terminalidade assegura conforme as Bases Curriculares-BNCC (2019) além do aprimoramento como pessoa humana, a preparação ou capacitação para atividades como trabalho e o exercício da cidadania, também instrumentos que o permitam continuar aprendendo, e isto depende de maneira primordial das decisões políticas.

Outro debate importante em que consta a análise de um processo eleitoral são as possíveis motivações utilizadas pelo eleitor ao escolher seu candidato. Esta análise pretende discorrer sobre o papel da atual configuração das classes sociais, e também, da chamada mídia de massa, para a definição do voto e, no nosso caso, como se trata de poucos aderentes à prática do voto, a influência que sofrem ou exercem sobre quem vota. A dicotomia foi balizada pelo debate entre liberais e conservadores que até passado recente se distribuíam também pelas classes sociais. Em termos gerais as elites detentoras do capital se afirmavam e votavam em partidos de direita, sendo que de outro lado os interesses das classes subalternas são contemplado pela esquerda, com os respectivos atrativos. A expressão desta dicotomia não consegue explicar devidamente por que com eleições livres num regime republicano os pobres/esquerda perdem pleitos eleitorais e como tal não detêm o poder de Estado. Sob este viés Corrêa (2016, p. 101) faz um alerta entre transferências monetárias e processos eleitorais.

analisei dados subnacionais de nove países, os quais mostram que tanto ganhos quanto perdas de votos estão associados às transferências monetárias. O padrão

é o mesmo para candidatos que perderam as eleições e para aqueles que ganharam com margem maior, menor ou igual de votos. Esses achados servem de alerta contra tentativas corriqueiras de extrapolar resultados de análises de dados individuais e subnacionais para conclusões sobre o desempenho global de candidatos incumbentes. Demonstrar que o apoio do governo cresce entre os pobres não nos permite dizer nada sobre o desempenho eleitoral nacional de candidatos governistas ou sobre suas chances de reeleição.

Os fatores que contribuiriam para a análise nos países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial seriam questões como o aburguesamento das classes trabalhadoras com prosperidade econômica, novas formas de divisões sociais como gênero, raça, etnia, identidade (gráfico 2 e 3), dentre outros, maior educação que proporcionaria maior capacidade de escolha autônoma com maior racionalidade, “o papel dos valores como base fundamental para a conformação de preferências partidárias” (FERRAZ, 2009, p. 460), com uma forte influência da classe média e mudanças na dinâmica do capitalismo (mais global) assim como mudanças nas estratégias partidárias, “uma vez que a classe trabalhadora manual decresceu como proporção do eleitorado, os partidos de esquerda tiveram que direcionar seus programas” (Evansapud FERRAZ, 2009, p, 462). Vale ressaltar que apesar de direcionar seus estudos a países desenvolvidos e sociedades de industrialização avançada, torna-se conveniente incluir o Brasil neste grupo pelo nível de estratificação e complexidade alcançados nos últimos anos.

Porém, em recentes literaturas, FERRAZ (2009) argumenta sobre uma revalorização da classe social como importante fator na construção das preferências político-eleitorais nas democracias contemporâneas, principalmente nas chamadas democracias maduras. As divisões da sociedade em categorias sociais e a segmentação do sistema partidário em campos (esquerda versus direita) estariam superadas e a introdução de amplos e diversificados estratos intermediários ampliariam a importância das classes sociais nas sociedades contemporâneas. Tais estratos intermediários dividiriam-se, conforme (FERRAZ 2009, AZEVEDO 2006) no segmento com maiores benefícios, remuneração e com maiores tendências ao voto conservador, de outro sujeitos os níveis inferiores.

Outro ponto importante desta análise se refere às relações entre o voto baseado nos valores econômicos e o chamado voto cultural. Apesar de não haver certa simetria entre renda e posicionamento político-partidário, há de se chamar a atenção para o nível de educação que pode ser proporcional pelo quesito renda. Ainda

assim, se há uma substantiva preferência por políticas públicas e um direcionamento à esquerda, seria o caso, também, uma ideologia de direita tão forte quanto anular ou contrabalancear a anterior e orientar o voto à direita, baseando-se no conservadorismo social. Tão fortes e complexas são as relações entre o voto e o universo individual e coletivo quanto são os apelos dos meios de comunicação, atuando como elementos persuasivos para a definição da escolha em um sufrágio.

A mídia é considerada por alguns teóricos, entre eles Azevedo (2006), um partido político à parte com seus interesses em coligações que intervém diretamente nos resultados das eleições. Em especial no Brasil, as redes de televisões, os jornais e revistas de grande circulação e, também, as redes sociais na internet são elementos formadores de opinião e se tornam cruciais, senão definidoras dos pleitos. Ao se referir à mídia escrita, Coutinho e Miguel (2007) basearam-se nos editoriais de grandes jornais de São Paulo e Rio de Janeiro à época do estouro do escândalo do mensalão para analisar os métodos de abordagem e tratamento ao referido escândalo sob a faceta de como a crise seria constituída como “desvio” a ser corrigido com a severa punição dos atores envolvidos e condenar esses desvios como obstrutores da ordem, porém sem colocar em questão os fundamentos do regime político corrompido.

No caso analisado pelos autores, a crise política oriunda do mensalão, resultou do descumprimento de regras legais ou normas morais tácitas prerrogativas do comportamento político. Como solução, os editoriais associavam o cumprimento da lei na investigação e eventual punição dos culpados assim como modificações acessórias nas regras em vigor (tais como mudanças no sistema eleitoral, a redução de ministérios e cargos de confiança, dentre outros). Tais problemas poderiam ser resolvidos reduzindo-se o papel do Estado e/ou na modernização do mesmo, acompanhado de mudanças das regras políticas o que se agravou com a Lava Jato<sup>37</sup> que colocou em dúvida pela mídia o sistema político brasileiro e trouxe para o cenário do processo político o Poder Judiciário e ainda obteve a sua influência nas eleições

---

<sup>37</sup>Operação Lava Jato é uma investigação da Polícia Federal do Brasil que tem como objetivo apurar um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar mais de 10 bilhões de reais. É considerada pela PF como a maior investigação de corrupção da história do Brasil, tendo sua fase ostensiva iniciada em março de 2014 com o cumprimento de mais de cem mandados de busca e apreensão, prisão temporárias, preventivas e conduções coercitivas. Fonte: <https://jus.com.br/artigos/operacao-lava-jato>.

de 2018. As causas estruturais do problema, como o afastamento das instituições representativas da maioria da população, ou a relação entre capitalismo e as suas desigualdades inerentes, inclusive com a ação de agentes “corruptores” no esquema não foram alvos de discussão. Conforme COUTINHO E MIGUEL (2007, p.25)

A análise dos editoriais indica que os meios de comunicação podem ter sido “incendiários” na conjuntura, mas adotaram antes a postura de “bombeiros” em relação a possíveis questionamentos de longo alcance do sistema político e de sua relação com o sistema econômico. O “ideal político” que suas representações forjam é inequivocamente conservador.

Muitas vezes tidos como incendiários os meios de comunicação por vezes alimenta crises políticas de maneira inequívoca, buscando os chamados “furos” de reportagem. O linchamento moral daí decorrente se dá pelo elevado nível de denunciamento, ou seja, a veiculação de denúncias sem a devida averiguação ou por *Fakenews*, notícias falsas circuladas nas redes sociais que se tonam verdade ou confirmam um horizonte ideológico de internautas. Somados a isso o “cinismo” e o discurso inflamado de determinados veículos contrários ao governo instituídos contribuem, na visão de apoiantes ou mesmo não apoiantes do governo, para a eclosão, direcionamento e manutenção da crise política em muitos casos.

### 3.5 Uma análise de uma ocupação escolar a partir da Sociologia da Escuta.

Ancorado em conceitos de protagonismo, participação, autonomia e cidadania dissertados nesta tese, a partir de um campo específico, tendo como aporte uma análise empírica a ocupação da Escola Estadual Frederico Seno Ludwig (CIEP), localizada a rua Amalie Thön, 46 - bairro Canudos na periferia de Novo Hamburgo, em 2016, com 1170 alunos entre o Ensino Fundamental I, II e secundarista (politécnico). Os materiais produzidos por este coletivo- as imagens, falas e vídeos dialogam com as teorias desenvolvidas ao longo desta tese e nos indicaram alguns caminhos para o capítulo 4 e para as conclusões e contribuições desta tese.

Segundo as informações contidas na Fanpage-#ocupaseno- a Escola Seno Frederico Ludwig (CIEP) foi ocupada pelo Grêmio Estudantil em 18 de Maio de 2016, sendo a primeira escola a ser ocupada em Novo Hamburgo. Por que eles ocuparam a escola? Nas palavras dos próprios alunos, a ocupação foi uma ação política com vistas a “chamar a atenção para uma demanda na melhoria e

atenção para a Escola pública, que tem sido ignorada pelos governantes”. Essa forma de ação política se justifica, segundo eles, porque “não é de hoje que nossas escolas estão com problemas de infra-estrutura e recursos humanos, porém, o governo ignora as reivindicações de diretoras/es de escolas e as denúncias do próprio CEPRS acerca disso”. E complementam:

*“Para piorar a situação, o atual governo tem atrasado o repasse das verbas para as escolas, motivo pelo qual suas direções não podem tomar providências quanto ao conserto ou manutenção dos problemas que aparecem e têm se acumulado”. Mais: “a ocupação nada mais é do que nós, estudantes, gritando que a educação pública do RS precisa de socorro. É a nossa única esperança de sermos ouvidos!” #senofrederico*

Porém, suas motivações não se encerram na situação da infra-estrutura da escola. Em suas reuniões e assembleias, eles têm demonstrado preocupação com o Projeto de Lei OSCIPs, que é uma forma de privatização mascarada do ensino público estadual, e o Projeto de Lei Escola sem Partidos, que poderá significar o cerceamento da liberdade de expressão e reivindicação de alunos e professores no ambiente escolar. Portanto, é uma pauta mais do que legítima, pois coloca visibilidade em políticas de desmonte da educação pública e de censura no ambiente escolar, que vinha sendo tramitadas em silêncio na Assembleia Legislativa do RS, que tinha ampla maioria governista e poder de aprovar facilmente esses projetos à revelia dos interesses dos estudantes e de toda a comunidade escolar. Também reivindicavam uma educação de qualidade e no entendimento deles, isso passa pela valorização dos professores. Ouvi a seguinte frase de uma aluna em uma assembleia: *“professores ganhando pouco e com salários parcelados têm qual motivação para entrar em sala de aula e nos ensinar?”*. (grifo meu)

**Imagem 3- Momento da Assembleia para definir próximos passos**



Fonte: Imagem retirada da Fanpage da Escola

Podemos perceber na imagem 3 que estes jovens se organizavam e discutiam temas em forma de assembleias organizadas e com registros transcritos em atas que foram registradas nos anais dos arquivos do Grêmios Estudantil. Segundo DOIMO (1995)

A Assembleia Popular é a organização do povo. O poder da Assembleia Popular emana do povo organizado que assume o seu poder. Já existem milhares de formas de organização e participação do povo (...). A Assembleia Popular é um processo de coordenação e articulação das organizações do povo. É abrangente. Quer ser um reagrupamento, o mais amplo possível, das forças populares construindo a democracia autêntica. Reúne forças distintas, mas todas lutam por uma outra sociedade, não dominada pelo poder do dinheiro. Organiza-se em todos os níveis, priorizando a organização na base, nas ruas, nos bairros e nos municípios. Articulação e coordenação, mas sem perder a diversidade e especificidade dos grupos. A Assembleia Popular é plural. Integra forças sociais, com perspectivas, estratégias e lutas distintas, próprias a cada entidade. (p.135)

Conseguí analisar no WhatsApp (recebi a liberação e fui incluído no grupo dos “inconformados” para ter acesso às conversas, fotos e vídeos) que o movimento se caracterizou pela independência e apartidarismo. É um movimento genuinamente dos estudantes e uma das regras da ocupação do Instituto Seno Frederico Ludwig-CIEP é o protagonismo dos jovens nas atividades, nas reivindicações, combinações e estruturação do movimento, sem uma interferência de adultos. Aceitam o apoio e solidariedade de pessoas públicas (políticos), de partidos ou coletivos partidários, desde que respeitem o seu protagonismo e não tentem aparelhar a luta deles. Inclusive os pais e professores que acompanharam a ocupação respeitavam suas deliberações acatando as decisões do coletivo juvenil. Outra regra que pude observar

na ocupação é a horizontalidade: não havia líderes e sim responsáveis por departamentos, assim denominados por eles: suprimento, cozinha, limpeza, comunicação, lazer entre outros.. Eles exercitaram a democracia direta, debatendo tudo e tomando todas as decisões coletivamente em assembleias.

No quadro 3 podemos ter uma noção de como eles se organizavam e se comunicavam<sup>38</sup> – o uso das novas tecnologias é uma marca desta geração.

**Quadro 3 – Falas obtidas a partir do whasApp do coletivo**

<p><b>Henrique:</b> Olá. Este grupo foi criado para trocarmos informações e apoiarmo - nos neste momento. Vamos identificar os colegas que aderem ao movimento e indicar para adicionar. Vou tentar colocar todos como administradores para ficar bom para qualquer um adicionar . ABRAÇO.</p>
<p><b>Roberto:</b> Henrique e quem puder, hoje as 15 horas na frente da igreja Santo Afonso para sairmos para a escola Airton Sena. Um abraço</p>
<p><b>Kátia:</b> Da nossa escola já sabem quem tá parado? Eu estou, nos podíamos de fazer algum movimento para amanhã de os alunos nos apoiarem o q acham???</p>
<p><b>Kátia:</b> Secretário interino da educação vai falar e cepergs jornal do almoço</p>
<p><b>Luciep:</b> O grêmio do pasqualini está mobilizando as turmas e poucos alunos estão vindo na escola. E não vão para sala depois do recreio acho que está forte a greve aqui</p>
<p><b>Luciep:</b> RELATO DA AUDIÊNCIA DO COMANDO DE GREVE DO CPERS NA SEDUC</p> <p>A audiência não tinha nem o governador e nem o secretário da fazenda que estariam no Rio de Janeiro. Não houve nenhum avanço na proposta do governo. O comando cobrou as questões do projeto de reenquadramento do difícil acesso, do corte do ponto e dos repasses da gestão democrática. O governo disse que as dificuldades de repasses se devem as direções novas. O governo afirmou que quer controlar o ponto para poder cobrar a reposição das aulas. O sindicato orientou os grevistas a fazerem ponto paralelo e pede às direções para não perder informar a greve. Sobre difícil acesso o governo afirmou que foi apontado pelo TCE. A direção respondeu que quem não cumpre a lei do pagamento do PISO não pode penalizar os educadores no difícil acesso. A melhor notícia da audiência foi que o governo se comprometeu em não promover nenhum ataque aos estudantes que ocupam escolas. Por fim, o sindicato com o comando de greve exigiu audiência com o governador e o secretário da fazenda para comprometer o governo de fato com uma solução para a greve. Muitos professores e muitos alunos acompanharam a audiência do lado de fora da SEDUC com diversas palavras de ordem e fazendo pressão contínua à segurança e à estrutura de</p>

<sup>38</sup> Todas as transcrições estão na íntegra.

estado que resiste em não atender nossas reivindicações, nossa pauta é respeitar os educadores e estudantes do estado do RS.

Fonte: WhatsApp<sup>39</sup> Inconformado- 2016

Destaquei algumas falas na íntegra no quadro 3, durante as ocupações foram trocadas 835 mensagens pelo integrantes do grupo do *WhatsApp*, entre elas, imagens de motivação, músicas, vídeos e a comunicação que estava acontecendo a nível estadual e interno das ocupações. Inclusive as decisões tomadas coletivamente por seus integrantes.

Melucci (2001) considera que a identidade coletiva é um processo político negociado por uma ativação de relacionamentos sociais que ligam os membros de um grupo ou movimento mais amplo. Essa lógica relacional do movimento social e da ação coletiva é mais importante que a racionalidade instrumental permeada por lógicas homogeneizantes do sistema político ou cultural.

Identidade coletiva uma perspectiva interativa compartilhada. Interativa e compartilhada significa construída

---

<sup>39</sup>Whatsapp é um software para smartphones utilizado para troca de mensagens de texto instantaneamente, além de vídeos, fotos e áudios através de uma conexão a internet. Fonte : <http://www.significados.com.br/whatsapp/> Acesso em 24 de Abril de 2020.

e negociada através de um processo de ativação das relações que ligam os atores sociais. A construção da identidade coletiva implica investimentos contínuos e ocorre como um processo que deve ser ativado para tornar possível a ação dos indivíduos. (Melucci2001, p.69)

A noção de rede social seria potencial mobilizador no envolvimento de atores sociais na ação coletiva. As redes sociais facilitariam o investimento na ação coletiva. Também abriria espaço para o processo de interação e de negociação com uma variabilidade e provisoriedade de orientações e projetos políticos de atores. Segundo Melucci (2001), nas sociedades complexas a configuração de atores em forma de redes sociais difere profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado. Trata-se de uma

Transformação de modelo organizativo que se apresenta como uma estrutura qualificante e específica das formas emergentes do conflito em sociedades de alta complexidade. Trata-se de uma estrutura latente, cada célula vive uma vida própria, completamente autônoma do resto do movimento. Sua agregação tem caráter cultural e simbólico na vida cotidiana de atores (Melucci, 2001, p.97)

Portanto, nessa abordagem, os atores sociais e seus conflitos se reduzem à luta para satisfação das necessidades, aquisição de bens ou de recursos materiais. Ao mesmo tempo, os atores sociais também carregam uma característica simbólica nas suas lutas na vida cotidiana. A solidariedade do grupo não está separada da busca pessoal e das necessidades comunicacionais dos seus membros, na sua existência cotidiana (Melucci, 2001, p.97).

Dentro do atual cenário social, os movimentos juvenis emergem de modo esporádico em resposta a problemas específicos. Se no passado os jovens estudantes tinham uma atuação mais homogênea, hoje esta é pautada por sua pluralidade. Os movimentos atuais entre eles, as ocupações nas escolas pelo Brasil a fora têm trazido a tona diversas realidades e demandas que eram menos visíveis ou inexistentes em seu interior. Hoje convivemos numa atmosfera carente de recursos internos, como o desemprego, a desintegração social e a imigração; fatores estes

que geram a desagregação dos movimentos sociais.

Não podemos pensar no desenvolvimento de uma justiça social plena sem a nitidez de que o investimento com qualidade na juventude deverá ser condição mínima para a construção de nosso projeto de País. Como afirma Melucci:

*Quando a democracia for capaz de garantir um espaço para que as vozes juvenis sejam ouvidas, movimentos juvenis poderão tornar-se importantes atores na inovação política e social da sociedade contemporânea. (1997, p.43)*

O que pude observar na ocupação é o grande crescimento e fortalecimento desses alunos como cidadãos/ãs. Os alunos tímidos e inseguros de antes foram substituídos por alunos conscientes de que o que Estevão fazendo é o exercício de sua cidadania e de que assumir o protagonismo de suas demandas é a melhor forma de luta.

Estes jovens foram “educados” e acostumados pelas Instituições de Ensino a deixarem as reivindicações, decisões e deliberações a cargo de professores, do CPERS ou de políticos. No coletivo eles se tornaram protagonista, atores principais da política. As ocupações foram aulas práticas – saiu de cena o adulto (modelo de escola) e as juventudes ganharam visibilidades - isso foi uma aula para toda a sociedade. Não se pode pensar em coesão social, sem construir o capital social do século efetivo dos setores juvenis organizados no combate às desigualdades. Diante desse cenário uma jovem escreve sobre a sua experiência individual na ocupação. Vejamos:

Me chamo Andressa, tenho dezesseis anos e sou secundarista. Apesar da fome que tenho pelo mundo, nunca havia feito nada extraordinário... até concordar em participar da ocupação da Escola. Desde o começo fiquei muito interessada nos problemas sociais relacionados à educação que o grêmio estudantil nos apresentou.

Nos falaram principalmente sobre a falta de verba para a merenda, o desânimo dos professores por conta do parcelamento de salário, da PL 44 e da falta de segurança em torno da escola. Topei ocupar, junto com meu namorado/amigo/companheiro, e ficamos até ofim.

Ficamos no setor da cozinha, encarregados de preparar o almoço para quem estava participando da ocupação. (...) Meus pais eram contra a ocupação e, sempre que a RBS trazia notícias minha mãe vinha e dizia: “Olha vão ter que sair!” Se não a polícia vai forçar a saída de vocês.

O aprendizado que adquirimos principalmente relacionados a história, filosofia, sociologia, direitos, manipulação de mídias, política e desvalorização e desigualdades sociais foi muito maior do que poderíamos ter no ano inteiro. Agora com os olhos abertos, temos os pés no chão e a cabeça nos sonhos que um dia ainda vamos realizar. Uma educação de qualidade, um prato de comida e um professor feliz com a sua profissão. (...) Os alunos não vão desistir, e voltaremos ainda mais fortes. (Fonte: Andressa Medeiros Reis).

Percebemos na fala desta jovem que as ocupações em 2016 proporcionaram a muitos jovens a possibilidade de desenvolver um protagonismo, realizaram um ensaio dizendo que sabem o que querem e, naquele momento, queriam ter voz, queriam falar por si mesmos, queriam visibilidade nos meios de comunicação e também nas redes sociais. E o que se ouvia era: Queremos uma escola pública de qualidade e com a cara e o jeito das Juventudes.

Essa quebra de paradigma colocou certa tensão entre os ocupantes da escola, a sociedade, alguns professores e membros da direção da escola. Nos primeiros dias, alguns deles foram à escola para certificarem-se de que nada havia sido depredado e de que nenhum espaço “proibido” a eles fora acessado. Acostumados ao autoritarismo, chegaram impondo-se, inclusive na base do grito, e não querendo escutar os alunos ou esperar sua vez de falar. Esse enfrentamento perdurou ao longo da ocupação. Mas acredito que foi positivo, porque nos faz questionar que tipo de escola queremos, que tipo de relação entre direção, professores e alunos queremos, enquanto sociedade. Queremos um modelo de educação que conforma os estudantes, ditando-lhes como devem ser, agir e como pensar ou queremos formar cidadãos, sujeitos políticos? Essa resposta é importante, pois dela depende a mudança da forma de fazer política que, hoje, a sociedade brasileira tanto repudia.

Podemos perceber que o indivíduo e o coletivo nestas ocupações caminharam lado a lado. Mesmo sem experiência de um ativismo

organizado este jovens fizeram uma experiência de uma democracia participativa, de uma ação de conflito e de uma organização grupal. Essas são diferenças fundamentais que Melucci (2001) destaca nos movimentos contemporâneos. As redes de ação coletiva estariam operando através de um sistema de trocas simbólicas. Os movimentos das sociedades complexas seriam profetas sem encanto, e como profetas falam à frente, anunciam a mensagem daquilo que está formando. “A inércia das velhas categorias do conhecimento pode impedir de ouvir essa mensagem” (Melucci, 2001p. 21).

Melucci vê a interação do ator numa ação coletiva como resultado de múltiplos processos. A militância (agregação) seria de curta duração. No entanto, o autor destaca que a identidade coletiva nunca é inteiramente negociável, porque a participação e a ação coletiva são dotadas de significados, representações fragmentadas, pluralidade de sentidos-interesses e complexidades das decisões e das relações (Melucci, 2001, p.98).

Os “Inconformados” nome dado a Ocupação da escola Seno Frederico Ludwig, desocupou a Escola no dia 19 de Junho de 2016 em uma solenidade para todos os professores, funcionários e alunos. Foram 20 dias de ocupação com noites e dias de muito frio. Jovens fortes e lutadores tenho a certeza que esta experiência não ficará esquecida pela sociedade e nem por estes jovens.

No dia 14 de Junho de 2016 a PL 44<sup>40</sup> teve sua apreciação adiada em 6 meses graças as ocupações dos estudantes secundaristas que ocuparam escolas em todo os estado. Vitória parcial, momentânea, mas grandiosa pelas experiências que viveram. Acompanhei do início a fim a ocupação na Escola. O grupo era composto por 15jovens, 9 meninas e 6 meninos. Entre eles um jovem de 21 anos que cumpriu pena em presídio estadual por dois anos, hoje está terminando a faculdade de pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, os outros ainda tenho

---

<sup>40</sup>O projeto de lei que transfere a organizações sociais (OS) o controle e a gestão de áreas essenciais do Estado, como saúde, educação, cultura e assistência social, mobilizou centenas de servidores estaduais de diferentes setores, além de estudantes.

notícias e contato. Estes jovens foram chamados de "vagabundos, maconheiros," foram e continuam sendo meus alunos, são meus ídolos, são meus camaradas, são minha inspiração em continuar lutando por uma educação pública de qualidade. Sabemos que a luta ainda não terminou, mas naquele ano aprendi com aqueles (as) juventudes que o coletivo consegue mudar uma realidade de opressão. Aqueles (as) juventudes deram uma grande lição ao Rio Grande e ao Brasil. Uma juventude trabalhadora, que busca emprego no CIEE, que muitas vezes é super-explorada como estagiária, que tem que trabalhar e estudar ao mesmo tempo, para garantir o sustento da família, que pega ônibus, e muitas vezes falta dinheiro para passagem. Não são filhos de uma elite de vida fácil, justamente por isso não defendem meritocracia. Esses ditos "vagabundos, maconheiros, baderneiros" são de uma classe, lutadora e sofrida, da classe das mulheres que muitas vezes criam sozinhas seus filhos e que são julgadas por essa sociedade machista, dos homossexuais que sofrem *bullying*, mas seguem e não desistem dos negros, dos jovens da periferia. Nas ocupações de 2016 a sociedade adulta, imprensa, governo, instituições de controle tiveram de se curvar frente à força dos estudantes da Vicentina, da Brás, da Vila dos Tocos, da COHAB - Duque, da Santa Marta, da Progresso, da Santos Dumont, da Restinga, da Mathias de Canoas, de Canudos, do Bairro Rondônia em NH, da Santo Afonso, do Rio dos Sinos e de toda a periferia do interior do estado. As juventudes silenciaram por muitas semanas e causaram medo aos homens e mulheres dos poderes institucionais. Os jovens das ocupações se tornaram as vozes de muitos professores e professoras que por um motivo ou outro já não tem mais motivações para lutar e reivindicar seus direitos básicos de trabalhadores e trabalhadoras e muito menos de lutar por uma Escola de qualidade. Parafraseando Melucci sobre o reconhecimento intersubjetivo da reciprocidade este jovens deixaram uma mensagem para os professores e professoras: Eu sou para TI o TU que TU és para mim.

#### 4. JUVENTUDES E ALFABETIZAÇÃO: CONHECIMENTOS E POLÍTICA

Para abordar a presença de conhecimentos das ciências sociais no patamar de ensino em destaque pode-se levar em consideração a solidez desta institucionalização, os quadros profissionais para tal atividade, com sua correspondente capacidade para um debate com eficiência. Ainda há que considerar a vigência de um campo caracterizado como um campo heterônimo, com as respectivas disputas teóricas e metodológicas, bem como o apelo à dimensão trans ou interdisciplinar. Por fim, estes conteúdos entram em diálogo com os processos cotidianos de negociação e amplos processos dentro e fora do âmbito institucional (DAYRELL; CARRANO; MAIA, 2014; SEGUNDO; SEVERO, 2019).

Para a eficiência do que vem a ser proposto há que considerar também as diferentes compreensões no e do processo de socialização; para uma explanação ampla dentro da sociologia francesa Dubet e Martuccelli (1997, p. 263) apresentam vertentes com consideráveis especificidades

À medida que as teorias da socialização são necessariamente teorias da conformidade e da "clonagem" e teorias do indivíduo e de sua autonomia, elas oscilam, para além de suas características próprias, entre vários pólos que tentamos construir e distinguir. Para o primeiro conjunto, não poderia haver uma verdadeira contradição entre as duas dimensões; a internalização do social é também uma subjetivação, o que supõe, a rigor, uma grande confiança nos valores da modernidade. Sabemos que Durkheim, que melhor construiu esse modelo, não escondia alguma angústia e pessimismo. No segundo conjunto, a socialização se reduz à internalização do social, pois se as disposições adquiridas permitem adaptações e estratégias, a redução do sistema a mecanismos de dominação concebe a individualização como ilusão ou como uma questão de estilo. O terceiro pólo teórico é constituído de teorias que se esforçam em conciliar a individualização e o distanciamento com uma análise de processos sociais de integração; é recusada a separação entre o ator e o sistema. Enfim, o último pólo justapõe uma teoria autônoma do indivíduo a uma concepção também autônoma do sistema.

Diante do exposto provavelmente o mais adequado seria destacar contribuições para o ensino e a pesquisa por meio da ciência política e sociologia como um movimento dinâmico para compreender mudanças e permanências na sociedade contemporânea. A visível materialização da presença de jovens no âmbito de tópicos e conflitos inerentes à esfera pública contrasta com níveis de confiança nos

padrões institucionais, com a conectividade com as formas de organização estritamente políticas, com frouxa proximidade com partidos políticos (RUIZ, 2017). Em sua reflexão Souto distingue a referência discursiva sobre a uma valorização e a sua efetivação.

Os dados levantados desafiam-nos a compreender certos posicionamentos que expressam multidimensões da relação dos jovens com a política. Assim, o valor atribuído a política não se traduz, necessariamente, em maior engajamento em assuntos públicos. Aproximadamente quatro em cada dez jovens (39%) dizem não gostar nem se envolver com a política e 19% consideram que a política deve ficar a cargo de pessoas mais competentes (SOUTO, 2016, p. 269)

Por certo, de alguma forma, já se mostrou como pesquisas indicam o descrédito da política e dos políticos e que, entre os jovens há uma visão crítica no que diz respeito a política institucional. Esse confronto de opiniões contradiz a tese de que a não ação política pode ser resultado direto da alienação. Esse distanciamento da ação pode também indicar uma crítica, ainda que imaginária, que trabalha com o jovem tanto no sentido de atraí-lo quanto no de afastá-lo da política, sem desvalorizar seu juízo crítico relacionado à política. Não convém afirmar a priori que uma postura pode ser qualitativamente superior à outra, posto que a crítica possa estar presente tanto na ação política engajada quanto na falta dela. Inscreve-se, também, o presente estudo na preocupação com o futuro do sistema democrático brasileiro, uma vez que, no longo prazo, o decréscimo da legitimidade e confiança nas instituições básicas da democracia, pode colocar em xeque o próprio regime (BAQUERO, 2008). Todas estas circunstâncias permitem aludir a seriedade dos aprendizados por ocasião da passagem pelo sistema educacional.

Necessitamos de uma educação que possa formar cidadãos ativos, participativos, capazes de julgar e escolher, tal como nos anuncia Benevides (1996), torna-se fundamental no cenário apresentado para a formação de indivíduos qualificados a participar mais consciente e ativamente da política. A partir da percepção de que vivemos em uma cultura política que não favorece a construção de uma democracia qualificada, nossa hipótese atenta para a necessidade de uma educação voltada à formação do cidadão ativo com vistas a fortalecer o sentido de coletividade necessário à uma democracia plena.

A qualificação da participação política ocorre através da possibilidade dos indivíduos conhecerem mais sobre o funcionamento da democracia e do sistema político no qual ela se desenvolve. Porém, nem sempre o cidadão tem acesso ao conhecimento ou às informações necessárias para chegar a alguma compreensão. Por isso é fundamental que haja educação política do cidadão se quisermos uma democracia participativa que funcione com qualidade (FEIJÓ, 2017, 102)

Quando se trata de assuntos tão amplos, como exposto nos capítulos anteriores, parece injusto selecionar este ou aquele, principalmente se considerarmos a sua relevância para o debate ao qual nos propomos que é a transposição didática para um plano de estudo para jovens de Ensino Médio. No entanto, a teoria sobre o funcionamento do sistema partidário brasileiro atualmente, a definição do voto por classes sociais em um contexto específico marcado pelo conservadorismo elitista e o papel da mídia precisam ser debatidos no espaço que por excelência forma estes jovens para a sociedade. Pois, é a partir da mídia impressa ou televisiva que são definidoras de padrões na opinião política dos jovens, mas pode servir de parâmetro sobre o seu comportamento político (gráfico 11) e também nas últimas eleições. Por vezes pode nos ser suficiente para os objetivos propostos, com ênfase sempre na abertura de discussão para novos pressupostos metodológicos e teóricos. No fim das contas o que se intenta como parte desta tese é a contribuição para o debate sobre a presença da ciência política, bem como a melhoria de nossas práticas sociais e pedagógicas em face do preceito da participação como um requisito da cidadania.

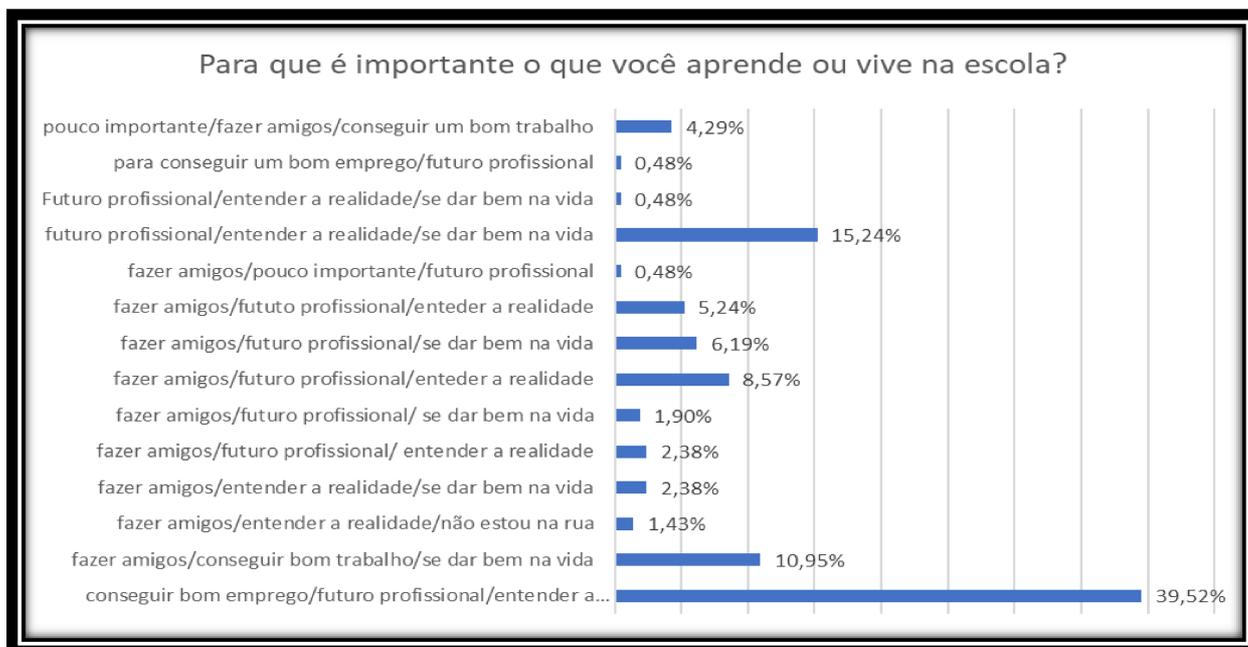
#### **4.1 Sociologia e Ciência política em Sala de Aula.**

Segundo Dantas e Caruso (2011), em texto que discute a questão da educação e da participação política a partir de pesquisa realizada com jovens, percebe-se que as instituições de aprendizagem não priorizam e nem têm dado a devida importância ao assunto. As ações que envolvam a educação política e incetivam a participação política do jovem são fundamentais corroborando com o nosso questionário, como vista na tabela 8 que trata da atitude frente à participação política.

Podemos visualizar no gráfico 17 o resultado das 17 questões apresentadas sobre Política, Escola e Educação e surge nas respostas a possibilidade direta de discussão de outros temas durante as atividades acadêmicas como: o papel dos meios de comunicação de massa na formação política; a inserção do debate político em situações do cotidiano; um aprofundamento no conhecimento do funcionamento do sistema político brasileiro e das principais instituições sociais; as relações da estrutura socioeconômica atreladas à preferência político-partidária. A articulação de uma reflexão sobre estas e outras temáticas se mostraram extremamente benéficas

para a continuação dos debates e até mesmo a proposição de novas estratégias eficazes na tentativa de aliar os tão importantes pressupostos teórico-metodológicos das Ciência Política aos saberes práticos dos cidadãos.

Gráfico 17- A importância da vivência e do aprendizado.



Fonte: Elaborado pelo autor 2019. (n= 38)

Apesar de muitas mudanças pedagógicas e metodológicas que tivemos durante as últimas décadas a instituição de ensino ainda persiste e um modelo de pensamento em que o conteúdo e a avaliação são prioridades. Parafraseando Paulo Freire (1985) que nos indicava a mais de três décadas: ter um espaço de construção de saberes onde a construção do conhecimento acontece de uma forma em que alunos e professores interagem, buscar e receber, construindo de forma coletiva novos conhecimentos estão ainda em uma teoria muito distante da realidade dos jovens como sujeitos aprendentes. A interrogação substantiva consiste em elucidar se a afirmativa continua a explicar a realidade cotidiana de hoje. Apesar de novas tecnologias, parece que os egressos saem após um período de intensa dedicação formatados por conteúdos e por práticas que não ajudam a desenvolver o senso crítico em face às desigualdades arraigadas. Diante desse cenário, ao contrário de cidadãos alienados, dentro de uma democracia se requer cidadãos cientes para exercer seus direitos e deveres. A inovação, portanto, ainda continua sendo um requisito contemporâneo a fim de gerar um espírito científico e reflexivo que é

constantemente requisitado, ao mesmo tempo pouco endossado pelas formas de controle social.

Não há o que temer em relação a aplicação de métodos que envolvam tecnologias virtuais, pois os alunos da geração Z estão completamente familiarizados com elas. Aqui apresentamos apenas duas ferramentas úteis no processo de ensino-aprendizagem, mas existem diversos outros websites que podem ser utilizados com propósitos semelhantes. Isso certamente exige um esforço docente permanente no sentido de se apropriar dessas tecnologias e pensar em meios didáticos eficazes de utilização e na aceitação delas pelos alunos (QUINTANILHA, 2017, p. 262).

Na ótica da sociologia da experiência de Dubet, pode-se interpretar as demandas em relação à escolarização a partir de lógicas combinadas, articuladas ou até excludentes: a lógica da socialização para a qual a família já não apresenta-se com requisitos; a lógica da estratégia de adquirir competências e capacidades para obter a sobrevivência; a lógica da subjetivação no sentido de vir a ser pela apropriação de uma visão de mundo lhe assegura ser cidadão em plenitude. De acordo com a exposição realizada por Dubet e Martuccelli (1997; 1998) pode-se conjecturar que a experiência e suas respectivas capacitações se constroem mediante um conflito com a intrincada combinação de lógicas. Dito de outra forma, seriam três lógicas: educação, socialização e instrumentalização. No presente caso a instrumentalização significa a aquisição de capital social e cultural que venha a fazer a diferença e assim alargue possibilidades ou oportunidades sociais num mercado de trabalho subjugado pela lógica da competição ou cenário adverso (conferir tabela 5) que requer experiência ou qualificação.

As respostas nos levam a analisar a percepção quanto as/os políticas/os porém podem não expressar genuína e expressamente uma distância do campo da política ou da esfera pública, porém podem enunciar visões gerais que circulam nas relações sociais que pautam a desconfiança e descrédito. Estas circunstâncias parecem inteligíveis a partir das considerações sobre a aflitiva realidade social ou mesmo de penúria abordada por Baquero (2008, p. 390) e que de alguma forma atinge à parcela dos indivíduos da presente investigação.

No campo social, tal crise se materializa na desigualdade de oportunidades na educação, saúde, moradia e qualidade de vida para as pessoas. Também se institucionalizou o que se denomina “pobreza dura”, a qual caracteriza uma situação da pobreza estrutural que exclui, permanentemente, um segmento da população que não dispõe de recursos (saúde, educação e informação) exigidos para ter acesso às oportunidades geradas quando existe crescimento econômico.

Acrescente-se a essa situação o surgimento de uma nova categoria de cidadãos que se incorpora aos excluídos.

Estas contingências de exclusão, como tal descrédito do valor da via eleitoral, em parte foram cultivados por sucessivas gerações de governantes e seus pactos partidários que não deram conta de abalar as manifestas desigualdades, as reformas possuem resultados ambíguos, bem como tratam com desdém a separação entre interesses públicos e privados.

Assim sendo, é fugas o fortalecimento de uma “sociedade participativa” (PATEMAN, 1992) sem a aplicação do princípio democrático a toda e qualquer forma de ação social. Portanto, a construção democrática a partir de um pensamento crítico permite também uma valorização e reconstrução da cidadania. Dentro da perspectiva das ciências sociais podemos inferir que todos os objetos tomados para análise ou os fenômenos sociais se encontram como que codificados e a meta da investigação e da produção do conhecimento para além das simples aparências consiste em decodificá-lo. Portanto, com a sociologia e ciência política se traça o propósito de desenvolver capacidades para um aprimoramento da percepção dos processos sociais, de tal forma que os estudantes elaborem um discurso ou interpretação sob a lógica destas ciências. Ora, assim se propõe como mediação para uma conscientização<sup>41</sup> dos direitos e deveres e, principalmente, que estes são resultado de construção social e política.

Dessa forma a interrogação se reporta ao modelo que depende da educação para romper o círculo vicioso que não faz uma ligação com o mundo da vida, de forma peculiar de alfabetização política. O avanço democrático, em parte, é possível com uma ampliação de um pensamento crítico que permita uma participação coletiva, ciente dos mecanismos e, talvez, imbuído de ímpeto para a mudança das regras do jogo. Neste ínterim, a elucidação a partir da Sociologia passa a ter um papel crucial na educação, o que está claro nas Orientações Curriculares Nacionais:

Um dos conceitos estruturadores da Sociologia atual é o de cidadania. Para a elaboração desse conceito é fundamental uma pesquisa que considere as relações entre indivíduo e sociedade; as instituições sociais e o processo de socialização; a definição de sistemas sociais; a

---

<sup>41</sup> De acordo com Freire (1979) “a conscientização revela a realidade e não existe sem o ato de agir e refletir. A conscientização é, portanto, um processo, que foi descrito, dentro do contexto da educação, como: tomar um objeto na forma em que o aluno o vê, fazer com o aluno um processo de distanciamento deste objeto e analisá-lo de forma crítica, construindo, assim, um conhecimento acerca daquele objeto”. Disponível em <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/803/853>

importância da participação política de indivíduos e grupos; os sistemas de poder e os regimes políticos; as formas do Estado; a democracia; os direitos dos cidadãos; os movimentos sociais, entre outros princípios. A abrangência do conceito de cidadania fica evidente, pois, a partir dele, é possível a abordagem de vários outros conceitos, não só da Sociologia, como também da Psicologia, da Política e do Direito, por exemplo. A participação política do cidadão e dos grupos acontece no interior de sociedades organizadas. (BRASIL, 2002, p. 88)

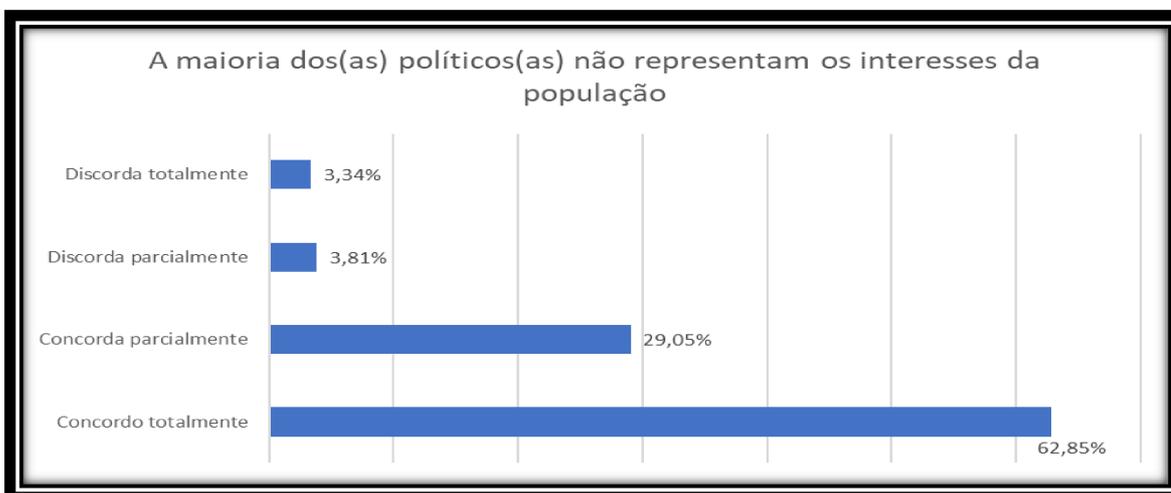
Temos assim um enfoque teórico que constrói um padrão de elucidação e apropriação que toma a dimensão crítica às desigualdades persistentes como primordial. Consequentemente se desenharia uma construção democrática da cidadania, mas infelizmente a realidade no espaço da pesquisa, bem como a sociedade em geral não refletem esta condição.

São os casos de projetos bem-intencionados, porém falhos, que visam promover o protagonismo através de tarefas pré-planejadas e visões prédefinidas dos caminhos e resultados esperados. Como veremos ao longo do artigo, esse cenário é frequente na educação brasileira atual, em que os estudantes não têm autonomia para usar suas histórias, seu contexto e suas experiências individuais como combustível para ações que transformem efetivamente suas realidades. (RABIN; BACICH, 2018, p. 41)

Os autores denunciam as dificuldades dentro do contexto escolar, ao mesmo tempo um modelo pedagógico de participação pode alargar a conflitividade, na medida em que dá vazão a desigualdades e diferenças ora silenciadas.

Cada vez mais temos uma parcela da sociedade que se percebe distante do cenário político, ou que se manifesta com aversão à participação democrática, insistindo no apartheid social sob a baioneta da violência e do encarceramento. Interessante notar que Bernard Manin (2013) usou a expressão “democracia do público” para explicar abismo que existe entre os governantes e a sociedade, entre aqueles que deveriam nos representar na arena política e tomar as decisões que a favor dos seus representados. Podemos perceber este distanciamento nos dados coletados e analisados da pesquisa que confirma esta percepção dos jovens da arena política. Na questão 47, apontada no gráfico 18 provocamos os jovens com a seguinte afirmação: A maioria dos políticos não representam os interesses da população.

Gráfico 18 Representação dos interesses da população pelos políticos



Fonte: Elaboração do autor 2019. (n= 47)

A representatividade política é fundamental na formulação e execução de políticas para este segmento social da juventude, bem como dos segmentos sociais empobrecidos e alijados, há que levar em consideração a sua especificidade para tracejar ações políticas, bem como as contingências ou particularidades.

Ora, a questão da representação dos interesses da população por meio de mandatos eletivos se traduz em diferentes ângulos (gráfico 18): de um lado haveria políticos com a meta decisiva de rastrear os interesses dos eleitores ao longo de um determinado tempo e espaço; de outro lado, igualmente decisivo assegurar ou averiguar a adaptação do discurso e das práticas às mudanças nos interesses diversificados de eleitores. De acordo com Manin (2013, p. 120) todos os partidos e qualquer candidato à representação política de põem a questão fundamental de observar o eleitorado disponível e determinar os mecanismos para a busca de apoio.

Num ambiente tão incerto e imprevisível, a resposta a essa questão não é de forma alguma evidente. E por isso que os partidos recorrem a instrumentos de precisão, como pesquisas de opinião, levantamento de grupos focais, para melhor discernir os interesses dos muitos segmentos disponíveis no eleitorado. Em última instância, porém, a liderança de cada partido tem de escolher qual constelação de segmentos seria mais adequada, dadas as restrições do partido, sua tradição, sua reputação e seu histórico. Ao fazer essa escolha, cada partido constrói de fato seu público-alvo. Vale a pena enfatizar que ao fazer essa escolha os partidos raciocinam em termos de grupos de eleitores (como jovens, mães que trabalham, e assim por diante), e não em termos de eleitores individuais.

Neste sentido, este setor devido a sua própria fluidez parece antes sempre na contingência das mudanças, razão pela qual Castro e outros (2004, p. 106) anotam lógicas a considerar.

A temática que se está analisando aponta para dois grupos de desafios relevantes: um relacionado com as políticas públicas, e outro com os atores que deverão protagonizar esses debates no futuro imediato. No que se refere à dimensão substantiva, parece claro que as áreas já destacadas – educação, saúde e participação – devem ser analisadas também sob o enfoque de desafios demográficos. Não é o mesmo que focalizá-las sob a lógica das corporações empresariais e sindicais e a partir da lógica das gerações jovens. E o mesmo poderia ser dito a respeito das políticas públicas relacionadas com a saúde: trabalhar para combater a mortalidade infantil é diferente de atender vulnerabilidade dos jovens.

De outro lado, há que interrogar igualmente se as aspirações e as utopias ou os ideais presumidos pelos jovens são realizáveis no horizonte da perspectiva republicana. E mais ainda parece aplicar-se o adágio a propósito de uma circunstância peculiar de que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1987, p. 12). Esta afirmação desperta para a complexidade dos fenômenos sociais ora em análise e pode fundamentar uma compreensão do paradoxo entre protagonismo juvenil e vulnerabilidade sob diversas faces. Nogueira<sup>42</sup> por sua vez pondera que

Somos protagonistas de um mundo complexo, no qual as fronteiras do saber se modificaram muito. Não podemos nos contentar em dominar algumas técnicas e informações: precisamos ir além, ser capazes de pensar criticamente e assimilar recursos intelectuais abrangentes. Precisamos, também, aprender a trabalhar em termos prospectivos e de projetos de mundo. Não basta receber algumas pinceladas de razão instrumental ou adquirir «disciplina» para enfrentar o mercado. Devemos ser mais ambiciosos. Sabemos bem que a capacidade crítica de ver o mundo não se aprende na escola: nasce da vida e da práxis real. Na escola (em toda a escola, não só nos seus estágios mais avançados), porém, podemos acelerar e refinar esse processo, e isso desde que o ensino não seja reduzido a mero adestramento técnico para a competição profissional. Caso contrário, o aprendizado formal esvazia-se de sentido maior.

Sob a ótica da imprescindível crítica à estrutura social delimitadora do almejado protagonismo e fomentado pela pedagogia aqui proposta, pode-se afirmar

---

<sup>42</sup>Marco Aurélio Nogueira. Profissionais e cidadãos. *Jornal da Tarde*, 5 maio 1999. Disponível <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv85.htm>

que os repertórios das vulnerabilidades dos jovens não corresponderem às expectativas que estes lançam sociedade, a família, assim como a própria instituição de ensino.

Cabe frisar que as redes digitais do ponto de vista do protagonismo dos jovens não possui princípios inerentes de cuidado para com os jovens e outros segmentos em situação de vulnerabilidade. Mais que uma “democracia do público”, também podemos constatar a existência de uma sociedade por vezes avessa à princípios de democráticos, comum “autoritarismo social” (Dagnino, 2001) ou “fascismo social” (SANTOS, 2007). De acordo com Dagnino(2001, p. 32)

O autoritarismo social engendra formas de sociabilidade numa cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. Nesse sentido, sua eliminação constitui um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade.

De acordo com o exposto o autoritarismo aludido possui uma amplitude que permeia o social, político, econômico e cultural, bem como grandiosidade se alastra no âmago da sociedade civil, na gestão das relações de mercado e nas entranhas do próprio Estado preconizado democrático. No mesmo sentido, Boaventura de Sousa Santos conclui que

Vivemos em sociedades politicamente democráticas, mas socialmente fascistas. Ou seja: está emergindo uma nova forma de fascismo que não é um regime político, mas um regime social. É a situação de gente muito poderosa que tem poder de veto sobre os setores mais fracos da população. Poderosa que tem poder de veto sobre os setores mais fracos. (SANTOS, 2007, p.88)

Essa forma e qualquer saída para a ampliação de democracia passam por uma reinvenção de relações sociais de reciprocidade e empatia com o diferente. Assim calha também à educação, mas não apenas como um clichê, e sim com a construção de uma alfabetização política que esteja focado na cidadania, na democracia, no pensamento crítico, no respeito às diferenças e na busca da superação das desigualdades. Lamentavelmente, basta uma breve observação das redes sociais e das manifestações recentes em nosso país para percebermos a enorme distância que estamos de um ideal de cidadania democrática.

O aumento ou a facilidade de expressar o ódio, a supressão do outro e até mesmo a defesa da ditadura militar mostram que é da maior relevância o destaque à dimensão política das relações sociais dentro das lentes da Sociologia, mas não uma exclusividade desta. Interessante notar que em 2010 o na época deputado Ronaldo Caiado/ DEM-GO apresentou projeto de lei que propunha a Ciência Política como disciplina obrigatória. A proposta acabou rejeitada, mas nos parece interessante observar alguns dos conteúdos propostos:

- O que é política?
  - Representação Política História do voto no Brasil
  - Quais as atribuições dos cargos políticos. Exemplo: O que faz um Deputado Federal? Quais as atribuições do Presidente da República?
  - O que é Executivo, Legislativo, Judiciário e Equilíbrio de Poder.
  - Os sistemas políticos que existiram no Brasil ao longo de sua história e o sistema atual.
  - O que quer dizer República Federativa do Brasil e Pacto Federativo.
  - História da Administração Pública no Brasil (patrimonialista, burocrática e gerencial).
- Fonte: Site da Câmara dos Deputados.

Uma das prováveis razões do porque a proposta de criação de uma disciplina específica de Ciência Política tenha sido rejeitada é o fato que boa parte desses conteúdos já são contemplados pelas disciplinas de Sociologia e História. Dessa forma nos juntamos a Bodart e Lopes (2017, p.134) quando defendem que o “fato de que um objeto de estudo ao ser estudado por outra área de conhecimento não anula sua qualidade de objeto da Ciência Política”.

Por outro lado, cabe lembrar que nos PCNs (MEC, 2000), já orientavam a propósito de conteúdos de Ciência Política contemplados na formação do educando.

[...] Outro objetivo é ampliar a concepção de política, entendida como algo também presente no cotidiano, e permitir uma reflexão sobre as relações de poder, que estruturam o contexto social brasileiro atual. Ampliar a noção de política, enquanto um processo de tomada de decisões sobre os problemas sociais que afetam a coletividade permite ao aluno, por um lado, perceber como o poder se evidencia também nas relações sociais cotidianas e nos vários grupos sociais com os quais ele próprio se depara: a escola, a família, a fábrica etc.. E por outro, dimensionar o erro de assumir uma postura que negue a política enquanto uma prática socialmente válida, uma vez que no discurso do senso comum ela é vista apenas como mera enganação. Até mesmo porque negar a política seria contrariar a lógica da cidadania, que supõe a participação nos diversos espaços da sociedade. Neste aspecto, as Ciências Sociais contribuem para uma reflexão que tenta identificar práticas políticas mais éticas, muito embora o contexto brasileiro seja profundamente marcado por práticas paternalistas, clientelísticas, fisiológicas etc. O estudo do conceito de Estado deve considerar que o homem é um ser histórico e cultural, que está sempre ligado a uma determinada ordem normativa e política. Dentro do campo do Direito, da Política e da própria Economia, o conceito de Estado aparece enquanto uma instância que, ao mesmo tempo, racionaliza a distribuição do poder legítimo dentro de uma nação e desenvolve sistemas econômicos

complexos para distribuir bens, muitas vezes de maneira desigual (MEC, PCNs,2000, p.41).

Diante disso se coloca a questão prática do que abordar e como abordar no que se refere a conteúdos especificamente, e nas competências e habilidades a serem desenvolvidas. Cabe ainda pensar estratégias didáticas e mesmo que tipo de bibliografia utilizar, para em toda a rede pública setenha idêntico e equivalente acesso aos mesmos conhecimentos, sem excetuar outros jovens de mais posses. Por isso não podemos nos furtar aos “clássicos da política, como os da pintura, da poesia ou da música nos emprestam seus olhos, corações e mentes para que possamos ver outros tempos” (VOUGA, 2004, p.14)

Por outro, as Organizações Curriculares para o Ensino médio de 2006, indicam o predicado de ter em mente que “há uma tendência sempre recorrente a se explicarem as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas, coletivas ou individuais, a estrutura social, a organização política e etc. com argumentos naturalizadores” (BRASIL, 2006, p. 106). Ou seja, trabalhar conceitos e como foram produzidos socialmente, ajudando a pessoas em tenra idade a compreenderem que muito do que nos apresentam quase como leis naturais, são na verdade construtos sociais, como por exemplo as “leis do mercado”. Que “não são naturais, mas instituídas, e se não são obedecidas, o que se causa é uma ruptura no sistema social e não na natureza” (BRASIL, 2006, p. 106). Neste sentido, a partir das contribuições de Duber e sua sociologia da experiência, Nogueira (2012, p, 118) dirá que

A ação social não pode mais ser vista como determinada pelo sistema, como originária de um processo verticalizado de socialização em normas, valores e princípios universais. Ainda Dubet (1994) propõe uma nova forma de compreender os processos de socialização contemporânea, sugerindo a noção de experiência social para designar condutas individuais e coletivas dominadas pela heterogeneidade de princípios de orientação e pela atividade dos indivíduos que devem dar sentido às suas práticas. O processo de socialização não se dá mais, na perspectiva do autor, pela interiorização verticalizada e incondicional de normas e princípios, na unidade da ação e de um programa único, mas a partir de uma complexa combinação de lógicas de ação. Dessa forma, as experiências sociais são combinações subjetivas de elementos objetivos que se constituem a partir da própria experiência dos indivíduos, pela articulação das lógicas de socialização, de estratégia e de subjetivação.

As relações sociais para as quais propomos a compreensão a partir das ciencias sociais se caracteriza pela diversidade cultural, pou uma tipologia da ação

social, da cooperação e do protagonismo. Os atores se movimentam por diversos territórios sociais, rompem fronteiras e como tal não são redutíveis a um só tipo de papel social, porém uma diversidade de lógicas de ação.

Ao defender aqui a conveniência do estudo dos clássicos<sup>43</sup>, bem como dos conceitos para compreender os fenômenos sociais como movimento – em especial aqueles que ajudam os jovens a entender o risco das naturalizações – de forma alguma estamos afirmando que se deva ensinar Sociologia, ou Ciência Política, da mesma forma e com o mesmo viés do ambiente acadêmico. Como já disse acredito em um processo educacional focado nos sujeitos do aprender, que seja capaz de dialogar com sua realidade. O que se propõe é que esses sofisticados conhecimentos teóricos, não o são por outra razão que não seja seu potencial compreensivo e transformador.

Diante disso, no que se refere às possibilidades de ilustração a partir da Ciência Política e da Sociologia propomos a elaboração de um plano de estudo que conseguisse dialogar com os jovens de uma maneira simplificada e dinâmica e que fosse aplicado para o terceiro ano em uma Instituição de Ensino Público. Usamos um blog<sup>44</sup> que está sob o domínio do autor e que será disponibilizado para o professor de Sociologia do Instituto Seno Frederico Ludwig e que o mesmo fará uso na turma 301 num determinado período de tempo e espaço. Os textos utilizados estão disponibilizados no referido blog. Entretanto, acreditamos que seria interessante apresentar aqui os temas que serão trabalhados com as respectivas questões e atividades propostas.

- a. política: origem e significados;
- b. ciência política: estudo do poder e do estado;
- c. os tipos de poder;
- d. os tipos de poder;
- e. estado, nação e governo;
- f. função do estado;
- g. democracia: origem, significado e conceito;
- h. tipos de democracia;
- i. democracia através do voto;

---

<sup>43</sup> A este propósito lembra Nogueira (2012, p, 118) “a leitura da obra de Durkheim (1975), assim como as contribuições de Berger (1976) e Mead (2006) sobre a noção de papel social, remete a pensar em uma ação educativa como algo engendrado pelos papéis vivenciados pelos atores sociais; a ação educativa efetivada tanto nas famílias quanto nas escolas se dá por meio da autoridade concedida pelo papel parental ou profissional”.

<sup>44</sup><http://josesilon.blogspot.com/2013/06/apostila-de-sociologia-para-o-3.html>

- j. política, ética e cidadania;
- k. cidadania;
- l. movimentos sociais;
- m. a sociedade capitalista e as desigualdades em classes sociais;
- n. A Ideologia E As Desigualdades Sociais, entre outros que estão disponibilizados no blog com suas referências bibliográficas.

#### **4.2. Uma escola que toma partido faz a escolha pelo protagonismo.**

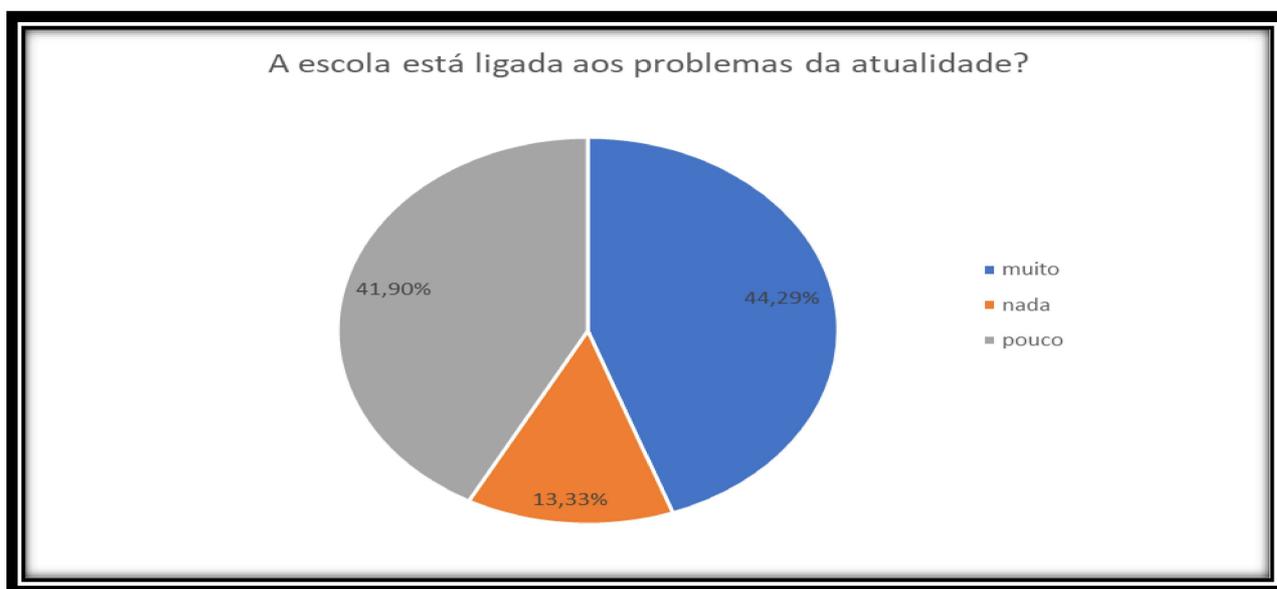
Uma organização educacional que toma partido aposta fortemente na gestão ciente de conflitos inerentes aos trâmites próprios das relações humanas e na função social para o que oferecer um diferencial aos discentes. Desta forma, toma uma importância cada vez maior o processo educativo tipicamente humano que toma como meta formar cidadãos intermediados pela construção do conhecimento, das ideias, das reflexões, das teorias e dos valores. Neste interim, são manuseados conteúdos que irão influenciar decisivamente na vida de cada participante direta ou indiretamente desse processo e se permitir crescer enquanto ser pensante e democraticamente ativo. Nesse contexto, a função social da instituição de ensino consiste em um processo organizacional de comportamento que se realiza de forma intencional e integradora em torno de uma comunidade e seus diferentes sujeitos, determinando-se pela aquisição de conhecimentos que poderá ser singular e única ou plural e diversa de acordo com o valor atribuído por cada indivíduo em seu conjunto de peculiaridades e cultura socioemocional. Em outros termos, significa compreender as múltiplas interpretações quanto às instituições ou suas atribuições de acordo com as ênfases teóricas.

A idéia de instituição deve ser decomposta em várias funções analiticamente independentes: uma função de integração que procede do modelo "clássico" da socialização pela internalização; uma função de distribuição que leva a considerar a escola como um "mercado"; uma função de subjetivação ligada à relação particular que os indivíduos constroem com a cultura escolar (Dubet, Martuccelli, 1996). É porque essas diversas funções se autonomizam progressivamente que a socialização não pode mais ser vista em termos de aprendizado de papéis, mas em termos de construção de experiências. Dito de outra maneira, a unidade da socialização não está mais dada aos atores, mas deve ser construída por eles, o que implica que a socialização deve estar centrada sobre o distanciamento. (DUBET; MARTUCCELLI, 1997, p. 261)

No *survey* aplicado dentro da escola elencamos sete perguntas relacionadas com o estudo e a instituição de ensino. A questão 40 queria medir a percepção dos

jovens sobre os trâmites no campo escolar e alguns tópicos da realidade social e política que resultou na elaboração do gráfico 19. Percebemos que na voz dos jovens este é um dos problemas para as gestões escolares se preocupar e rever suas ações pedagógicas, pois 86,19% das opiniões apontam que a escola está ligada pouco ou nada com os problemas do seu cotidiano.

Gráfico 19- Escola está ligada aos problemas da Sociedade.



Fonte: Elaboração do autor 2019 (n=40)

Uma gestão escolar efetiva que se conforma legitimamente por relações negociadas pode abrir novas perspectivas, mesmo em meio a conflitos inerentes ao processo social de empatia e de diferenças. Neste interim, existe o reclame de produzir interlocuções para a tomada de decisão, de difusão de ideias e valores, de destacar símbolos e bandeiras, de inovar hábitos e atitudes, de agenciar competências e habilidades. Tudo isso compreende-se como a produção do saber a partir do cotidiano do coletivo aprendente, seja de uma abordagem inteligível sobre a cultura, política, sobre a arte ou sobre a história. Tudo na aprendizagem parece se resumir no significado atribuído pelos indivíduos, bem como ao conjunto da produção humana. Nessa categoria a educação tem por meta formar mentes e corações, por isso a importância de definir uma gestão escolar que toma partido em suas decisões, daquilo que quer ensinar, como ensinar, suas finalidades, objetivos e a quem destina seu compromisso de fazer política educativa.

Socialmente, vivemos um período de transformações sem precedentes na história, talvez mais do que uma época de mudanças, esteja em curso uma mudança de época. Cada sujeito, em qualquer parte do mundo, tem sua vida inundada pela enchurrada que são os meios de comunicação e a tecnologia, causando impactos positivos e negativos que configuram novos conceitos de tempo, de espaço, de troca e de relações, gerando novas formas de pensar, agir e ver a vida. Tais transições causam enormes mudanças e incertezas no mercado de trabalho e nas relações sociais, exigindo novos conteúdos de formação, valores de teoria e de prática. Isto quando as incertezas ou a falta de expectativa ante o desemprego estrutural podem ser contornadas. Uma arte consiste em agregar formação para a cidadania e preparação para o mercado. O ardil está expresso por Nogueira(1999)<sup>45</sup>

Afinal, não está dito que o bom profissional e o bom cidadão se dissociem ou não possam caminhar juntos. Ao contrário, tudo leva a que se conclua que o profissional só pode ser efetivamente «bom» (isto é, competente, equilibrado, eticamente consistente) se for um «bom cidadão», isto é, se souber colar à sua atividade a perspectiva do pertencimento a uma comunidade. Porém, dado que vivemos em uma época que tende a hipostasiar o mercado e a competição (e portanto a congelar o êxito profissional nele mesmo, cortando seus vínculos com a cidadania), vale a pena não desprezar a contraposição. E, com base nela, perguntar se não deveríamos nos esforçar mais para fazer com que a formação para a cidadania prevaleça sobre a profissionalização, especialmente quando desejamos encontrar um eixo capaz de estruturar o ensino e a escola.

Este mundo do trabalho, com frequência amedronta pelas dificuldades de obter a experiência exigida ou é expectativa ansiosa (tabela 5), sem descartar as incertezas com o advento do desemprego estrutural e as políticas de bem-estar frágeis para este setor, são questões entre outras que carecem ser discutidas de forma amíúde no recinto de aprendizagem. Ao menos é o que parece endossar Baquero (2008, p. 390), pois que o jovem “desorientado”

Oriundo da classe trabalhadora, tem experimentado um crescimento significativo, pois inexistem mecanismos, via políticas públicas, que os requalifiquem para o novo contexto de mercado e os protejam com saláriosdesemprego durante a época deste treinamento. Nessas condições, escapar da pobreza se torna uma tarefa difícil. Presentemente, em virtude da não alteração do modelo de mercado que privilegia a estabilidade procedimental em detrimento da estabilidade societária, continuando, nesse

---

<sup>45</sup>Marco Aurélio Nogueira. Profissionais e cidadãos. *Jornal da Tarde*, 5 maio 1999. Disponível <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv85.htm>

cenário, a penalizar a classe média, as possibilidades de construir uma democracia socialmente justa é remota. Para Solt(2008, p.48), por exemplo, a desigualdade econômica deprime o interesse, a discussão e a participação política, particularmente dos setores mais pobres.

Resta saber se a inovação no debate sobre a função social da instituição de ensino encontra seu espaço nesse novo cenário das incertezas que ora se apresenta;ou seja, se enquanto instituição social e política consegue propiciar o protagonismo do indivíduo no sentido de ajudá-lo a desempenhar seu papel de cidadão crítico da organização social, política, econômica e cultural. Uma instituição de ensino que procura debater os pilares para construir uma sociedade mais justa e humana a partir dos problemas elencados pela ótica do cotidiano habilita o sujeito para a cidadania e para o labor(gráfico 19), respeita as diferenças, se compromete com a construção de um mundo mais justo e tende a redefinir a sua centralidade, bem como a sua importância no processo educativo, fortalece sua gestão e ressignifica a assimilação do conhecimento científico.

Todavia, muito ainda tem que ser feito para que a importância e a consciência dessa verdadeira participação cidadã – que hoje transcende a cidadania local e exige a possibilidade e a condição de cidadania mundial – na construção da democracia, do Projeto Político Pedagógico, da autonomia da escola, e da própria vida, seja uma realidade. (SILVA, 2012,p.18 e 19)

Na questão 39 a indagação sobre o quanto a direção/gestão escolar entende os jovens? De três respostas, indo do mais intenso para o menos intenso as respostas são: pouco 102; nada 45; muito 63. As respostas significam que, para 70% dos jovens, a direção não reconhece ou tem dificuldade de entender os anseios desta geração. A temática do conflito geracional vem sendo destacado no campo do sistema educacional desde os primórdios da sua emergência. Faz quase um século que vem sido abordado nas pesquisas e nas contribuições das ciências sociais. Entretanto, as circunstâncias parecem nos ensinar que, tanto na perspectiva conceptual, quanto nas práticas sociais, a questão do conflito se põe de tal maneira que parece algo negligenciado. Por esta razão, pelo menos algumas justificativas se põem:

a primeira está relacionada com a escassez de trabalhos teóricos sobre o tema, que vem sendo superada, principalmente nas relações entre as gerações, e o segundo motivo diz respeito a pluralidade das definições e dos diferentes usos do termo, o que contribui para sua imprecisão, já que existe um extenso rol de significados perigosamente empregados no cotidiano. (ALMEIDA; ITUASSU; MOURA, 2016, p. 608).

Para o cientista social existe uma diferença entre a percepção expressa de que

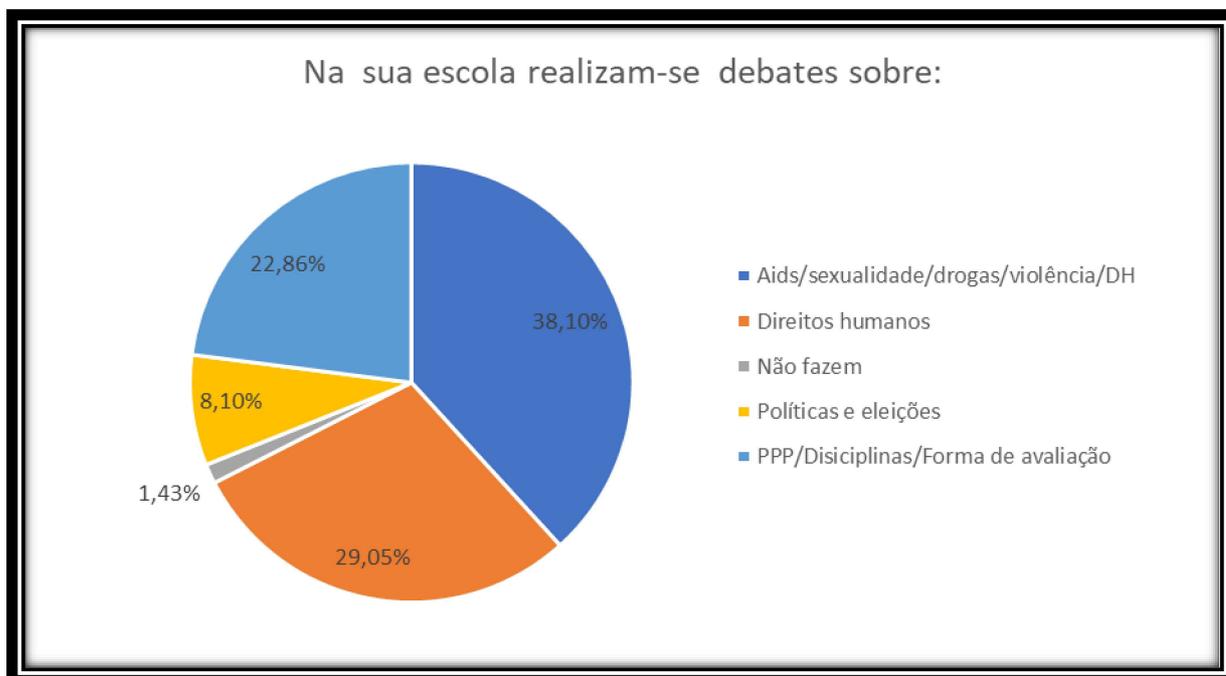
os gestores e docentes não entendem os jovens e o endosso ou sintonia com todas as expressões juvenis. A questão complexa consiste em aferir onde, quando, como e por que os anseios dos jovens devem ser levados em consideração e afiançados. Em outros termos, é possível uma transferência de responsabilidade na produção de bens e serviços?

Um caso típico ou paradoxal advém da lógica da cultura de consumo, no sentido amplo que o termo possa assumir, gerando impactos também na organização das relações na instituição escolar. Em sentido contrário, as mudanças projetadas nos espaços de aprendizagem também se traduzem em reflexos no consumo de bens e tecnologias. Neste ínterim, inovações e experiências alargam desafios dos debates possíveis.

O ato de lecionar para uma sala repleta dos estudantes é, frequentemente, reportado como um dos maiores desafios atuais por boa parte dos professores, pois os métodos de ensino tradicionais têm extrema dificuldade em envolver indivíduos com as características da Geração Z, o que dificulta imensamente o processo de aprendizagem e a relação professor-aluno. Esses estudantes têm acesso simples e extremamente rápido à informação – não necessariamente de boa qualidade – e dificuldade em se manterem atentos e focados em uma única atividade por longos períodos (QUINTANILHA, 2017, p. 252).

Ao mesmo tempo, o debate acadêmico tem apontado para as inovações na sociabilidade devido à ênfase de diferentes gerações, as prioridades distintas parecem se colocar entre o que confere sentido para a própria vida. Na questão 42 a pergunta direcionava para temas que se discute no âmbito escolar. As questões estão relacionadas com o corpo, direitos e deveres. O disciplinamento é o que mais percebemos no gráfico 20.

**Gráfico 20-** Áreas com debates na escola.

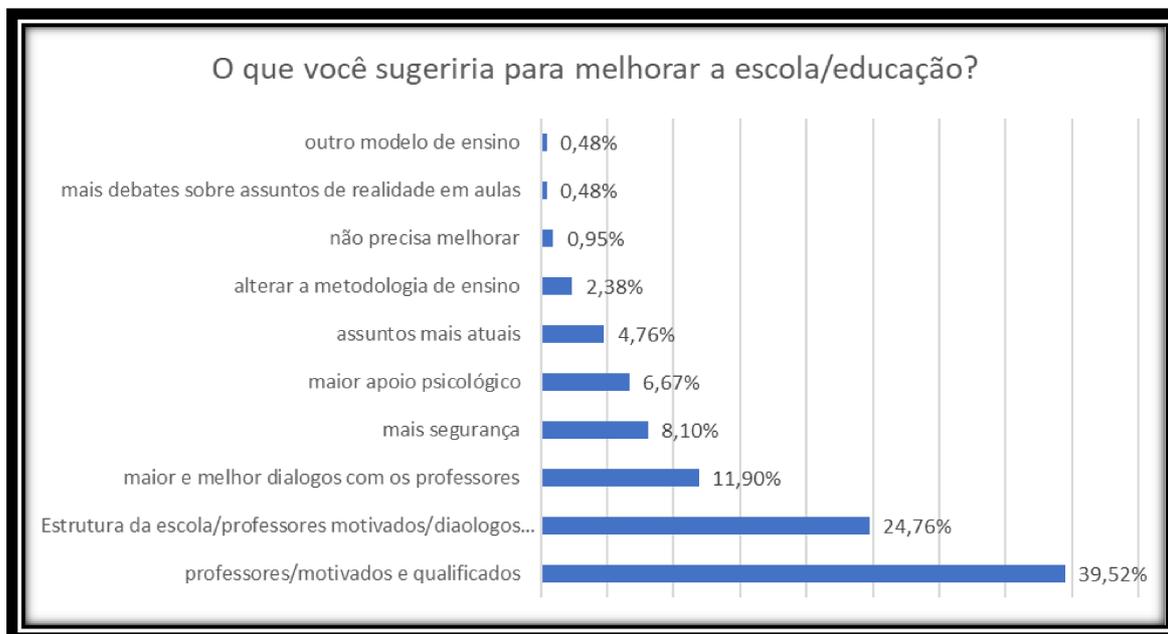


Fonte: Elaboração do autor 2019. (questionário questão n=42)

Se a situação é essa *o que pode ser feito para melhorar?*

Visualizando as respostas no gráfico 21 percebemos que se destacam duas sugestões: motivar os professores (105) e ter mais diálogo (35). O questionário sugeria sete soluções. A solução é o professor e direção/gestão: professores motivados e qualificados. É a grande solução! A segunda solução é semelhante: estrutura da escola/gestão.

**Gráfico 21**-Sugestões para uma escola democrática.



Fonte: Elaboração do autor 2019 (n=40)

Essa nova relação entre o conhecimento e os sujeitos traz consequências para a instituição de ensino da qual se requer o reforço da sua importância social, uma vez que é por meio da educação que o conhecimento chega até a população ou a maior parte dela. Logo, a gestão escolar precisa sustentar seu comprometimento a partir dos impactos e demandas políticas, sociais, econômicas, culturais e tecnológicas. Havendo, assim, a inevitabilidade de repensar sua organização, definição do tempo, do espaço, do conteúdo e da forma de ensinar, ou seja, preparar sujeitos que possam exercer ativamente sua cidadania no contexto de uma sociedade rigorosamente complexa. Isso tudo requer da gestão escolar uma postura de construção coletiva que a conduzirá ao Projeto Político Pedagógico, esse por sua vez, viabilizará o cumprimento da função social e do papel político-institucional da instituição de ensino.

Para Silva (2012) essas ações fundamentam a convicção de que a gestão democrática, o Projeto Político Pedagógico juntamente com, de um lado a capacidade de planejamento de ações de forma autônoma pela comunidade escolar, de outro o comprometimento dos atores nela em questão, são os pressupostos primordiais da gênese da cidadania. É dessa forma que a administração da educação precisa se

consolidar no mundo globalizado e se posicionar como formadora de seres humanos capazes de interpretar, debater, criticar e posicionar-se no âmbito educacional, escolar, profissional e social. Daí nasceu a interrogação sobre a área em que se dão os debates que acontecem na escola (Gráfico 21).

Dentro do eixo de raciocínio aqui em curso e a polêmica quanto à maneira de como considerar a formação das identidades culturais na atualidade, Gadea (2013, p. 571) situa alguns dilemas.

Numa linha de argumentação próxima Foucault, Hall lembra que o sujeito é sempre o resultado de “técnicas de produção”, significação e dominação que se instituem como discursos e verdades, formas de relações sociais e instituições, evidenciando-se a impossibilidade de pensar o sujeito como algo dado *a priori*. Por isso, o sujeito é sempre produção e incessante resignificação, sugerindo-se pensar noções como “raça” e racismo como “práticas contextuais”, como o resultado de variáveis inerentes às lógicas de poder e às condições sociais concretas.

Um problema que parece óbvio e que se manifesta na estratégia de construção dos pilares da formação política é o sentido instrumental atribuído à democracia, às competências deliberativas, entre outros requisitos. Assim, faz de uma identificação com mecanismos e com espaços onde o jovem participa (tabela 6) uma variável dependente da concepção dos gestores quanto aos instrumentos atinentes à política. As respostas ao questionário atestam uma ampliada variedade de sentidos e interpretações aos fenômenos sociais. Desta maneira, ainda de acordo com o autor recém citado não cabe reduzir esse universo heterogêneo e plural ao momento de construção de um enquadramento de matiz estritamente ideológico.

O risco efetivo consiste em adotar uma ótica de natureza manifestamente “essencializante” de uma gestão democraticamente ativa e formadora, o que encontra respaldo nas sugestões para uma escola democrática (Gráfico 22). Para reconhecer um leque de princípios se encontra subsídios na Lei 9.394/96 em seus artigos que estabelecem:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Desta forma, o artigo da lei reporta do acima ratifica a imprescindibilidade do desenvolvimento, a sistematização e o exercício da gestão democrática no território do sistema de ensino como princípio basilar para a construção da legitimidade política, bem como dos indivíduos que dependem dela para ser sujeito na sociedade. Esses elementos fundamentais da administração da educação estão postos como desafios aos saberes adequados à construção de uma concepção articulada de sociedade global, traduzindo movimento, ação, mobilização, articulação, reflexão com o objetivo de garantir a qualidade socialmente referenciada do processo educacional de forma ampla. Para Silva (2002) a análise dessas possibilidades de gestão como prática educacional aplicam-se à construção coletiva e organizacional da instituição, tendo como referência:

[...] o contexto global e as teorias contemporâneas que valorizam a potencialidade e a capacidade participativa do ser humano. Ressignifica o valor da prática administrativa da Educação, conferindo à gestão da Educação uma práxis que tenderá a superar, nas organizações educacionais, as fraquezas institucionais e humanas que resultam em exclusão, desigualdades e injustiças. (p.26)

Sendo assim, se a gestão da educação consiste em tomada de decisões sobre o que fazer e como fazer a partir de objetivos definidos, também há que entender que esse posicionamento nos remete diretamente aos processos como um ato político. Neste sentido Manin (2013, p. 115) apresenta um alerta importante de entrelaçamentos, pois que

análises da democracia de público a luz de pesquisas recentes, em especial no que diz respeito a erosão das fidelidades partidárias, o papel dos partidos nas democracias contemporâneas e o aumento da participação política não

institucionalizada, indicando que a democracia representativa não é incoerente com algum grau de influência direta dos cidadãos na tomada de decisão sobre políticas.

A expressão tomar partido significa entre outras coisas abrir espaços de ação no cotidiano, sem menosprezar as opções possíveis em arenas institucionais. Esta perspectiva com certeza não pode dispensar o reenchantamento da docência com as veredas da incerteza e os reflexos de uma sociedade o espetáculo (tudo que atria aparece como excepcional). As implicações para a prática e a reflexão estão conectadas com expectativas, condicionantes materiais e sonhos ou utopias. Parece que neste ambito os sonhos e os fracassos no horizonte da sociedade de consumo afetaminteiramente de “vestir a camisa” no campo da educação.

Isto porque, uma vez que são escolhas possíveis de serem feitas, objetivando chegar a um determinado lugar, esse percurso representa o leme do processo e como mediação existem os meandros da organização, orientação, tomada de decisão e ação. Os artigos 13 e 14 da Lei 9.394/96 mostram a importância da gestão democrática para a educação e comprovam que não há escola sem ação política:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Seguindo o caminho apontado nos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional podemos perceber que a proposição da gestão democrática consiste num processo coletivo, participativo, transparente e representativo. Ou seja, é um processo voltado a liderança coletiva que busca o crescimento de seus agentes, porquanto engendram relações sociais pautadas num horizonte democrático. Assim, afirma-se um espaço de construção e organização do trabalho pedagógico articulado e dialógico, que por sua vez acolhe as sugestões discentes para uma escola democrática (Gráfico 23)

O grande problema parece estar em aceitar que não existe gestão escolar sem o fazer político – administrar uma instituição de ensino é uma forma de governo. Mesmo com todas as dificuldades impostas possíveis e impossíveis de imaginar que uma administração de ensino encontre, admitir que não é possível administrar uma instituição de ensino com excelência é deixar para trás algumas das qualidades humanas da docência e essenciais à sua atividade: a criatividade. É preciso entender a inconveniência de nos apegar a fatalismos, afinal somos seres políticos feitos para viver e conviver, para dialogar, criticar, inventar e criar.

Ao contrário do que se possa pensar uma das maiores virtudes da educação consiste em ser instrumento de participação política (tabela 9; gráfico 17), pois a função principal da escola como instituição formadora é de ordem política do conhecimento. Aquela que educa e conduz ao desenvolvimento e a participação nos processos atinentes ao seu ser sujeito num contexto de direitos e deveres.

Do ponto de vista do gestor educativo é preciso que cada sujeito social perceba e se apodere de seu papel de protagonista nas tensões da sociedade de classes. Para isto não se contenta somente com técnicas e informações, mas de ser capaz de pensar, refletir, criticar, assumir posições, tomar partido e deliberar, defender pontos de vista a partir de teorias e recursos mais abrangentes que deem suporte para o que defendemos. Não basta somente aceitar o mundo complexo que nos é imposto socialmente, precisamos ser mais audaciosos, uma vez que aceitar passivamente tudo o que é imposto torna o viver técnico, frio e competitivo, sem se dar conta de privilegiar com isto os mais fortes.

O saber e o conhecimento nos conduzem a formas de realizações que são possíveis através da luta contra a discriminação, da abolição de preconceitos, do fim das opressões e da desigualdade, isto só é se torna real pela participação de todos no fazer político e na tomada de decisões, sendo a cidadania condição essencial no caminho

para reconhecer que a emancipação depende exclusivamente da ação dos atores sociais empenhados no processo. De acordo com Nogueira<sup>46</sup>:

A politização não é a perspectiva do governo, nem dos profissionais da política: é a perspectiva dos interesses sociais e da comunidade política. Com ela, temos melhores condições de pensar a sociedade em que vivemos e de avaliar as chances que possuímos de construir um mundo melhor, inclusive com governos melhores, mas, sobretudo, com pessoas melhores. A perspectiva da política mantém vivo o problema de saber quem somos, porque estamos juntos e que objetivos desejamos alcançar. Permite que sejamos capazes de analisar os interesses que devem prevalecer entre nós, o padrão de desenvolvimento e de justiça social em que queremos viver, as lutas a serem empreendidas para que se estabeleçam as bases da dominação e do consentimento.

Para que tudo isso se torne realidade, faz-se ineludível um conjunto de ações e valores definidos, como: incentivar a participação nos movimentos sociais e nas práticas ou atividades de aprendizagem. Além disto, encorajar grupos silenciados para que articulem novas formas de encarar os problemas sociais reais de tal forma a dar voz aos jovens desprivilegiados (famílias desestruturadas, jovens que fazem papel de adulto na família, abusados(as), minorias raciais). Por isto ganha relevância a interrogação se a Escola está ancorada num debate atualizado a propósito dos problemas da sociedade (gráfico 24). Em meio a estas mazelas encarem as condições antidemocráticas impostas pela sociedade como um motivo significativo para o desenvolvimento de uma consciência crítica, capaz de transformar esses condicionantes. Assim se supõe que será por meio da participação juvenil que a gestão escolar particularmente democrática possibilitará a construção coletiva de um precioso projeto pedagógico e proporcionará uma significativa apropriação a fim de tornar os indivíduos instruídos com habilidades e competências adequadas ao enfrentamento das contingências do mercado e a apropriação de seus direitos.

Afinal, uma instituição de ensino socialmente democrática consiste em trabalhar para defender e colocar em prática as regras do jogo em que se situa a própria democracia; caso contrário seria totalmente inútil e politicamente duvidosa. Uma escola com prioridade para a ótica democrática, em meio ao processo de individualização e diferenciação, objetiva educar indivíduos para a coletividade,

---

<sup>46</sup> Marco Aurélio Nogueira. Profissionais e cidadãos. *Jornal da Tarde*, 5 maio 1999. Disponível <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv85.htm>

comprometidos com suas obrigações de cidadãos, trabalha para defender e promover a efetiva participação de todos na construção de relações sociais humanitárias, equitativas e justas.

## CONCLUSÃO

Ao final desta investigação que me propus a fazer, ancorado no termo juventudes que foi teorizado por Novaes (2002) como categoria no plural, com o objetivo de dar conta da diversidade, anseios e percepções reveladas pelos jovens. Ao longo da narrativa desta tese foi possível salientar a importância deste termo para as ciências sociais, de tal modo que se entenda que juventude consiste em tempestade, protesto e alienação, ao mesmo tempo na sua diversidade representa esperança e perspectiva de mudança social.

Dispostas a receberem variadas influências da sociedade em que vivem, as juventudes anseiam incidir na dinâmica societal através de estratégias muito diversas, procurando constituir-se como atores sociais e políticos ou levantando diversas formas de expressões da cooperação e do protagonismo. Assim, ao final da narrativa com apresentação dos resultados da investigação, esperamos ter contribuído com as discussões acadêmicas e políticas em torno de questões como os conflitos sociais inseridos como estratégica para efetivar políticas públicas de educação como espaço de participação, bem como fortalecer o controle social pela democratização para realizar a exigibilidade de direitos econômicos, sociais e culturais<sup>47</sup>.

Na verdade, até então, tudo parece indicar que a real ou a suposta apatia das juventudes se relaciona com o desencanto que estariam produzindo as instituições que não oferecem espaços que dialogam e nem as incluem, oferecendo assim, possibilidades de um protagonismo juvenil. O que contrasta com a mentalidade predominante dos jovens que gostam de ser testemunhas de mudanças rápidas e profundas ou passageiras. O certo é que quando as juventudes percebem possibilidades reais de influência participam com entusiasmo, como foi possível perceber nas ocupações das escolas, nas manifestações de junho de 2013, nas quais jovens foram protagonistas centrais, apostando que a multidão anseia por mudanças sociais no âmbito das políticas públicas.

---

<sup>47</sup> Isto em consonância com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que consiste num tratado multilateral da Assembleia Geral das Nações Unidas, endossado em 1966 e entrou em vigor dez anos após, em 1976, devido a entraves multilaterais.

No que se refere ao protagonismo das relações, uma das dificuldades que as juventudes enfrentam, sem dúvida, é o conflito ou a relação geracional: enfrentamento, diálogo ou submissão. Os processos são tranquilos ou permeados por tensionamentos, olhares se cruzam e se complementam. Pois, todos os processos sociais, culturais sustentam a agenda de políticas públicas e das instituições com estas atribuições, porém usualmente são pensados por profissionais de longa competência. Este mundo adulto realiza transições de mão única de cima para baixo, o que dificulta as possibilidades de uma troca para sugestões e críticas por parte dos jovens inexperientes. Nos poucos espaços em que isso se torna possível surgem os estigmas por vezes enfrentados pelas juventudes.

Com relação à educação, são evidentes as importantes conquistas alcançadas nas últimas décadas para essa categoria (Prouni, merenda escolar, carteira estudantil, passe livre, entre outros). Porém, existem incertezas nestas conquistas, em sua extensão e nas consideráveis carências que ainda se registram em termos de igualdade, qualidade e informação. Estas apropriações nos processos de negociação das aspirações permitem às juventudes tomar ciência de oportunidades e possibilidades, de restrições e obstáculos. Todavia, a juventude da periferia do sistema está posta em condições precárias para alavancar as capacidades para aproveitar tais deleites. Nesse sentido percebi que grande parte dos jovens que abandonam a instituição de ensino são fruto da frustração ocasionada pela percepção que eles têm imensos ou desconhecidos obstáculos para acessar estes direitos. Isto foi percebido principalmente nas escolas de periferia ou de comunidades carentes.

Ao rever conceitos como capital social, participação, ação política e protagonismo juvenil e entender como se aplicam esses conceitos à situação enfrentada pelos jovens, mais especificamente os jovens leopoldenses, analisei nos questionários aplicados um distanciamento dos conceitos em suas respostas, principalmente, nos quesitos coletivos de participação e capital social. As perguntas elaboradas para essa pesquisa confrontaram os jovens com questões silenciadas, ou até mesmo, sem sentido para eles até aquele momento, porém o objetivo delas direta ou indiretamente foi dar voz as juventudes. Os quatro eixos do *survey* forneceram dados, sentimentos e percepções destes jovens, os quais foram imprescindíveis para a análise deste trabalho.

É nos dados coletados que essas juventudes deixam claro que a participação

não é algo que eles praticam, nem na escolas, grêmios estudantis e outros movimentos, nem na sociedade em associações de bairros, organizações não governamentais ou conselhos municipais. Existe uma pequena parcela de juventudes que participam de Igrejas, cuja experiência pode ser compreendida a partir de sua diversidade. A política não faz parte do seu dia a dia, por não ter o conhecimento dos significados, meandros e mecanismos da política. Em termos gerais percebem que a política é algo que separa as pessoas, logo, o conflito é algo que incomoda as juventudes, então, é melhor não enfrentar e calar diante de algumas situações.

A escola é uma dura realidade vivida por eles que, segundo seus discursos, os deixa expostos a preconceitos já estabelecidos pela sociedade e que não fala a sua língua. Afirmam estar cientes de seus direitos, porém não os conhecem, isto se dá na coleta de dados, na qual foi possível perceber que a grande maioria dos jovens deixa implícito a falta de conhecimento sobre o assunto – estudo do ECA, Estatuto da Juventude, direito ao alistamento aos 16 anos (voto facultativo), o incentivo e o direito de ter um Grêmio Estudantil para representá-lo e exigir espaços de cooperação e protagonismo dentro da instituição de ensino.

Ouvimos da Juventudes que o mundo adulto (os políticos) não os representa, no entanto não anseiam pela representatividade, que se dado a opção de escolha preferem não escolher (voto facultativo), pois os políticos legislam em prol de seus próprios interesses e não da sociedade. Contudo, o que mais fica descortinado na voz das juventudes é que estas respostas são fundamentadas na experiência e no conhecimento transmitido pelas gerações que se relacionam (família, escola, comunidade), ou seja, elas espelham o que absorvem dessas relações.

Outro aspecto analisado neste estudo foi a conexão entre participação em mobilização e participação em movimentos sociais. Não podemos deixar nos enganar com as grandes mobilizações das últimas décadas, que na sua maioria foram compostas por jovens e mobilizadas por eles, achando que estes jovens estão prontos a participar de uma hora para outra em coletivos ou associações. Os números apresentados por pesquisas realizadas sobre as mudanças na participação juvenil (quadro 1) corroboram com os números apresentados nesta tese que confirmam: a participação das juventudes em grupos e coletivos não ultrapassa vinte por cento. Na sua maioria, dizem que participam em organizações desportivas e religiosas, embora muitos participem de eventos culturais ou eventos musicais

semelhantes, as principais atividades que realizam no tempo livre têm a ver com “ficar com amigos”, assistir televisão, ficar *online* em redes sociais ou ir ao cinema.

Os dados da nossa pesquisa vem denotando que a presença dos jovens em movimentos estudantise organizações comunitárias possuem baixa densidade e ao mesmo tempo a inserção em sindicatos e partidos políticos são irrelevantes. No entanto, quando pergunta a eles sobre seu interesse em participar nas questões políticas vislumbrei de forma animadora o interesse deles, porém o seu afastamento se dá pela falta de confiança nestas instituições ou pela falta de uma linguagem concreta. As juventudes querem exercer formas de solidariedade e cooperação e de ser protagonistas (e o fazem muito ativamente quando as convocatórias são transparentes e encantadoras) não querem ser manipuladas. Também importa reconhecer que entre os que participam se verifica sempre uma grande inconstância: na maioria dos casos, trata-se de uma participação em atividades específicas, durante certos períodos de tempo e não de uma pertença das organizações como tal, isso percebemos nas últimas manifestações e o resultado da participação das juventudes nas últimas eleições, o que evidencia outra característica relevante: os jovens vivem o presente com grande intensidade, sem pensar demasiadamente em suas vidas cotidianas, sem pensar no tempo de médio e longo prazo, embora os adultos sempre identifiquem os jovens com o futuro.

A presença da sociologia e da ciência política parecem de fato politicamente estratégico e socialmente relevante num contexto ainda em busca da ampliação e espacialização de direitos, bem como um sistema de justiça equitativo e menos assimétrico ou discricionário.

É preciso compreender que estamos ante um novo paradigma de participação das juventudes totalmente distinto ao tradicional. Enquanto no passado as identidades e coletivos se construam em torno das questões econômicas, ideológicas e políticas, hoje, a construção acontece em torno das questões relacionadas ao momento existencial. Antes, os conteúdos reivindicativos se relacionavam com a alteração das condições materiais de vida (educação, emprego, saúde). Agora, se estruturam em torno do exercício de direitos (sexualidade, convivência, diversidade). Tempos atrás, os valores predominantes tinham um aspecto global da mudança social (modificar a estrutura para que mude os indivíduos). Atualmente, estão mais vinculados com o aqui e o agora, a partir da lógica dos indivíduos, dos grupos e das estruturas

(simultaneamente), enquanto no passado a participação era altamente institucionalizada, no presente, se reivindicam as modalidades horizontais e as redes informais, mais flexíveis e temporais, evitando a burocratização.

Para quem se importa com as juventudes o caminho que temos é nos aproximar, acompanhar e transmitir o conhecimento, não somente o técnico, mas o conhecimento histórico de conquistas, de participação, de mudanças. Na sua compreensão como categoria, visivelmente social, que vai se construindo historicamente em diferentes contextos, as juventudes são sujeitos de direitos, por isso, expressões como “jovem é o futuro” não cabem mais nessa construção. Ora, se são sujeitos de direitos significa que efetivaram o acesso a esses direitos agora, não amanhã ou depois.

Sendo assim, percebi que a grande contribuição que esta tese pode deixar é afirmar que as juventudes querem ser visibilizadas e se tornarem protagonistas das questões sociais, políticas e coletivas. No entanto, para que isto aconteça, a política institucional (partidos políticos, eleições, governo), escola, coletivos e outros – que em sua maioria é constituído e pensado a partir de adultos precisa ser constituído também pelas juventudes em seus diversos setores. Logo, não se pretendeu fazer uma pesquisa-ação, mas deixar uma contribuição, um plano de exposição e diálogo a partir da ciência política já aplicado pelo pesquisador de uma forma objetiva e com uma linguagem acessível, adaptada para um tempo de 60 minutos, além de um banco de dados produzido e acessível na plataforma do Observatório Juvenil do Vale.

Este trabalho foi construído por um pesquisador, que em momento algum ocupou o lugar dos protagonistas porque quer dar voz e visibilidades as juventudes. Encontrei outros caminhos que poderiam render páginas e mais páginas sobre o universo das juventudes, poderia ter pesquisado sobre a violência, o trabalho, a discriminação, as drogas, a mortalidade, as questões de gênero, a tecnologia, entre outros assuntos estudados por pesquisadores sobre as juventudes. Todavia, a minha escolha se deu por convicção, pois acredito que uma categoria social só encontrará solução para os seus problemas quando ela for reconhecida como autônoma e descobrir-se como autora e co-autora, atuando como protagonista principal nas questões sociais atribuídas a ela.

Diante desta percepção acredito que o processo de protagonismos, participação social e política das juventudes passa pela relação geracional, formação política,

capital social e cultural, formação técnica, direitos e deveres. Ouseja, as juventudes precisam ser respeitadas a partir de suas diferenças, de seu modo de ser, de se expressar, de seu tempo, de seu jeito de se vestir, do que ouvem, do que acreditam e defendem, as juventudes querem ser aceitas por aquilo que são de fato: juventudes! Parafraseando Dick: “Só podemos acompanhar a juventude se estivermos apaixonados por ela”.

*“Estamos afirmando, com isso, que toda a educação de jovens, se quiser colaborar na construção de personalidades que queiram ser sujeitos da história deve ter um compromisso muito definido com um espaço social que possibilite a vivência do processo pedagógico que batizamos de “protagonismo juvenil”.*

*Hilário Dick S.J.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Em *Juventude e Contemporaneidade***. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd. 2007)

\_\_\_\_\_, Helena Wendel, FREITAS, Maria W. e SPÓSITO, Marília Pontes (org.). ***Juventude em Debate***. São Paulo: Cortez e Ação Educativa, 2000.

\_\_\_\_\_, Helena Wendel. **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

\_\_\_\_\_, Helena Wendel. VENTURI, Gustavo. **Juventude, Política e Cultura**. Revista Teoria e Debate. Edição ediççai 184, Março 2000

Abramovay, Miriam. Coord. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Júlio JacoboWaiselfisz. Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

ABRIC, J. C. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In Moreira A.S.P. & Oliveira, D.C. (Orgs.) Estudos interdisciplinares de representação Social. Goiânia: AB, 1998.

ALMEIDA, Gustavo T.; ITUASSU, Cristiana T.; MOURA, Luiz R. C. O sentido do consumo para membros das gerações X, Y e Z. **Revista Ciências Administrativas**, v. 22, n. 2, p. 605-636, 2016.

AMARAL, Márcio de Freitas. **Culturas Juvenis e Experiência Social: Modos de Ser Jovem na Periferia**. Porto Alegre, 2011, 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. UFRGS, Porto Alegre, 2011.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1999.

\_\_\_\_\_, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: \_\_\_\_\_. [org.]. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 27-54.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, n. 50, p. 25-46, 2000.

AZEVEDO, AntonioF. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre osistema de mídia e o sistema político**. Opinião Pública, Campinas, vol. 12, nº 1, 2006, p. 88-113.

BAQUERO, Marcello. **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil**. Revista Sociologia e Política, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003.

\_\_\_\_\_, Marcello. **Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil**. Opinião Publica, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.

\_\_\_\_\_, Marcello. **Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: Estado e Partidos Políticos**. In: BAQUERO,

Marcello (Org.). *Cultura Política e Democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 26-41.

\_\_\_\_\_, Marcelo. **Alcances e limites do capital social na construção democrática**. In: BAQUERO, Marcelo (org). *Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: Ed. UFRGRS / Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001, p. 19-70.

BOGHOSSIAN, Cynthia O.; MINAYO, Maria C. S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde e sociedade**, v. 18, p. 411-423, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_, Pierre. *Contra Fogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998

\_\_\_\_\_, Pierre. **O poder simbólico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BODART, Cristiano das N.; LOPES, Gleison M. A ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para o Ensino Médio. **Cadernos da associação brasileira de ensino de Ciências Sociais**, Vol.1, nº.1, p. 131-152, 2017.

BRASIL. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2006.

Brasil, J. e cols. **Participação política entre adolescentes em situação eleitoral de voto facultativo**. *Psicologia Política*, 2008. 8(15), 79-92.

CALIMAN, Geraldo. **Paradigmas da exclusão social**. Brasília: Unesco, 2008.

CASTRO. Mary G.,etal.**Políticas Públicas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco,2004. 304p.

CARMO, Paulo S.**Juventude no singular e no plural**. Cadernos Adenauer – As caras da Juventude. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, ano II, nº 06, p. 9-29, 2001.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, p. 255-295, 2014.

CASTEL, Robert. **“As armadilhas da Exclusão”**. In: BÓGUS, Lucia; et. al. *Desigualdade social e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.

\_\_\_\_\_, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel, *La era de la información. Economía, sociedad y cultura. Fin de milenio*, vol. 3, Alianza Editorial, Madrid, 1998.

CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam.**Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco, 2003.

CASTRO, Mary G. et al. *Políticas públicas de/para/com as juventudes*. Brasília: UNESCO, 2004

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

COLEMAN, Jamnes. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. University of Chicago. 1990.

CORRÊA, Diego Sanches. Transferência de renda e eleições: A trajetória latino-americana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 90, p. 99-115, 2016.

CORROCHANO, Maria C.; DOWBOR, Monika; JARDIM, Fabiana AA. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes?. **Laplage em revista**, v. 4, n. 1, p. 50-66, 2018.

DAGNINO, Evelina, 2002. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

DANTAS, Humberto; CARUSO; Vinícius. **Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda**. E-legis, n. 07, p. 22-33, 2011.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, 2003, p. 40-52.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla L.. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. **Belo Horizonte: Editora UFMG**, v. 8, 2014.

DICK, Hilário. **Gritos silenciados, mas evidentes – os jovens construindo juventude na história**. São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_, Hilário. **Os “discursos” da Igreja e a Juventude**. In Redemoinho, Porto Alegre, novembro 2009, nº09, p. 21-27.

\_\_\_\_\_, Hilário. **O Imaginário Religioso do Estudante da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos**. São Leopoldo: Cadernos IHU, ano 1, nº 1, 2003.

\_\_\_\_\_, Hilário; FERREIRA, José Silon; CERVEIRA, Luís Alexandre. **A vivência religiosa dos jovens na diocese de Montenegro**. São Leopoldo, Oikos, 2011.

\_\_\_\_\_, Hilário; FERREIRA, José Silon. **Para além de um monótono estribilho – Violência e Segurança na Perspectiva Juvenil, o caso de São Leopoldo**. São Leopoldo, CEBI, 2009.

\_\_\_\_\_, Hilário. **Às margens juvenis de São Leopoldo – dados para entender o fenômeno juvenil na Região**. São Leopoldo, Cadernos IHU nº 11, 2005.

\_\_\_\_\_, Hilário (coord.) **Discursos à beira do Sinos – A emergência de novos valores na juventude – o caso de São Leopoldo**. São Leopoldo, Cadernos IHU, nº 18, 2006.

\_\_\_\_\_, Hilário. (Org.) **Juventudes e Adolescências na sociedade leopoldense**. São Leopoldo, CEBI, 2014.

\_\_\_\_\_, Hilário. **Imaginário dos jovens no Rio Grande do Sul**. Número especial da revista *PJA Caminho*, nº 67, 1997. Paulinas, São Paulo, 1997, p.19-67

DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável público: **performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013**. *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 97, novembro, p. 43-55, 2013.

DUBET, F. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

\_\_\_\_\_, F. **A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização**. Revista Contemporaneidade e Educação, v.3, n.3, p.27-33, 1998.

\_\_\_\_\_, François; Martuccelli, D. **A socialização e a formação escolar**. Revista Lua Nova, n.40-41, p.241-266, 1997.

\_\_\_\_\_, F.; Martuccelli, D. **En la escuela: sociología de la experiencia escolar**. Buenos Aires: Losada, 1998.

\_\_\_\_\_, François, Duru-Bellat, Marie; Véréout, Antoine **As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas**. *Sociologias*, Abr 2012, vol.14, no.29, p.22-70.

EKSTRÖM, Mats. Young people's everyday political talk: a social achievement of democratic engagement. **Journal of Youth Studies**, v. 19, n. 1, p. 1-19, 2016.

FEIJÓ, Fernanda. **Ciências Sociais e ensino médio: formação para a vida civil e cultura política democrática**. Tese de doutorado, PPG em Ciências Sociais, UNESPARaraquara, 2017.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. Voto e Classe: notas sobre alguns estudos recentes. **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, p. 451-477, 2009.

FISCHER, Nilton B. e FOLLMANN, Ivo J. Apresentação à edição brasileira. MELUCCI, A. **O jogo do eu: A mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

FOCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

\_\_\_\_\_, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOLLMANN, José Ivo. Ideologia, Identidade e Alienação: um olhar sobre processos-chaves na sociedade brasileira, em diálogo com o pensamento de Jessé Souza. In: FOLLMANN, J.I. (Org) Dialogando com Jessé Souza. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, p. 149-166

FORACCHI, MarialiceMencarini. **O problema da juventude na sociedade moderna**. In: Sociologia da Juventude, vol. I, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 1979.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1985

GARBIN, Elisabete M. Cenas juvenis em Porto Alegre: "lugarizações", nomadismos e estilos como marcas identitárias. In: SILVEIRA, Rosa M. H. **Cultura, poder e educação: um debate sobre Estudos Culturais em educação**. Canoas: Ulbra, 2006.

GADEA, Carlos. **Diagnóstico Demográfico, Socioeconômico e sobre Juventude do Município de Esteio – RS**, mimeogr.

GADEA, Carlos A. O espaço da negritude e o reverso da africanidade: crítica sobre as relações raciais contemporâneas. **CadernoCRH**, v. 26, n. 69, p. 563-579, 2013.

GADEA, Carlos A. et al. **Realidade Juvenil e Violência Intersubjetiva de Porto Alegre**. Porto Alegre: Cirkula, 2015.

- GADEA, Carlos A. et al. **Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto Alegre-RS**. Sociologias, v. 19, n. 45, p. 258-299, 2017.
- GADOTTI, Moacir & Carlos Alberto Torres, 1994. **Educação popular: utopia latinoamericana**. São Paulo: Cortez/Edusp.
- GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In: M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático (pp.64-89). Petrópolis: Vozes, 2007
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991..  
 \_\_\_\_\_ *As transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993
- GOHN, M. G. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1972.  
 \_\_\_\_\_, M. G. **Historia da sexualidade I: a vontade de saber**. 12<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997b.. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.  
 \_\_\_\_\_, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 6<sup>o</sup> edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013
- GOMES, Jerusa Vieira. **Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego**. *Juventude e Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, n. 5 e 6, p. 53-62, 1997.
- GROPPO, Luis Antonio. **Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.  
 \_\_\_\_\_ . **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.  
 \_\_\_\_\_ . **Juventudes: sociologia, cultura e movimentos**. 1. ed. Joinville/SC: Clube de Escritores, 2016a. v. 1. 219p  
 \_\_\_\_\_ . **Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo**. *Revista de Políticas Públicas*, v. 20, n. 1, 2016b, p. 383-402.  
 \_\_\_\_\_, Luis A. et al. **Juventude e práticas socioeducativas**. Alfenas: Unifal-MG, 2018.
- HAMMES, Roque. **A participação dos jovens nos movimentos sociais**. *REDES, Santa Cruz do Sul*, v. 4, n. 3, p. 151-170, set./dez. 1999.
- HAHN, Noli Bernardo. *A questão do Sujeito e o Sujeito em Alain Touraine*. *Revista Direitos Culturais*, v. 3, n. 4, p. 177-188, 2008.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HERRMANN, Ulrich. **¿Dónde hay futuro? Educación**, Instituto de Colaboración Científica, Tübingen, República Federal de Alemania, v.51/52, p. 133-150, 1995.
- IBASE, Instituto Pólis. Autor(es): Eliane Ribeiro, Patrícia Lânes, Paulo Carrano. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. 2005

JODELET, D. **Representações Sociais: um domínio em expansão**. Em Jodelet, D. (Org.). *Representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KOSELLECK, R. **Futuro pasado: para una semántica de lostiempos históricos**. Barcelona: EdicionesPaidós, 1993.

KRAUSKOPF, Dina. **Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes**. BALARNDINI, Sergio (coord.). *La Participación social y Política de Los Jovenens en el Horizonte del Nuevo Siglo*. Buenos Aires: CLASCO, 2000, pp. 119-134.

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

LANG, Alice B. S. G. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José C. S. (Org.). **(Re) Introduzindo História Oral no Brasil**. Série Eventos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

LAHUERTA, Milton. **A democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica**. *Estudos de Sociologia*, v. 6, n. 10, p. 35-50, 2001.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **História dos jovens: a época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 2, p. 7-17, 1996.

LIPSET, Seymour Martin. **O homem político**. de Janeiro: Zahar, 1967

LOPES, José Rogério. O caráter formativo da ação social e o princípio-educação nos movimentos sociais. In: SILVA, Rodrigo M. D. et al (Org.). **Educação, cultura e reconhecimento; desafios às políticas contemporâneas**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 18-39.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos: O declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MANIN, Bernard. A **democracia do público** reconsiderada. *Novos estudos CEBRAP*, n. 97, p. 115-127, 2013.

MANNHEIM, Karl. **“O problema da juventude na sociedade moderna”**, in idem, *Diagnóstico de nosso tempo*, Rio de Janeiro: Zahar 1968.

\_\_\_\_\_, Karl **“O problema sociológico das gerações”**, In Marialice M. Foracchi (org), *Karl Mannheim: Sociologia*, São Paulo, Ática, 1982.

MARIZ, Cecília; MESQUITA, Wânia; ARAÚJO, Michelle P. **Jovens católicos brasileiros: presentes e ativos em sua igreja. Interseções**: Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 20, n. 2, 2018, p. 412-431.

MARTINS, Angela M.; MACHADO, Cristiane; FURLANETTO, Ecleide C. Mediação de conflitos em escolas: entre normas e percepções docentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 161, p. 566-592, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Moraes, 1987.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Jogo do Eu.** A mude si em uma sociedade global. Editora Unisinos, 2004.

\_\_\_\_\_, Alberto (org). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura.** Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. Juventude, tempo e movimentos sociais. In FÁVERO, Osmar et al. *Juventude e contemporaneidade.* Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, p. 29-46, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline De Almeida. **A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais.** *Opinião pública*, v. 13, n. 1, p. 97-123, 2007.

MOISÉS, José Álvaro. **Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social,** 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MOTTA, Alda B.; WELLER, Wivian. **Apresentação: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica.** *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p. 175-184, 2010.

MUSSKOPF, André et alii. **Desvelando percepções de uma realidade – o extermínio de adolescentes e jovens.** São Leopoldo, CEBI, 2014.

Müxel, A. **Jovens dos anos noventa: à Procura de uma política sem “rótulos”.** *Revista Brasileira de Educação*. n 5. p. 151-166. 1997.

NOBRE, Renarde F. **Entre passos firmes e tropeços.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 161-164, 2004.

NOGUEIRA, Marlice de O. **Relação família-escola transmutada: da aderência aos papéis e à experiência social.** *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 113-123, 2012.

NOVAES, Regina R. **Juventude e Participação Social: Apontamentos sobre a reinvenção da Política.** In: ABRAMO, Helena W.; FREITAS, Maria V. *Juventude em debate.* São Paulo: Cortez, p. 46-69, 2000.

\_\_\_\_\_. **Juventudes Cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais.** In: VIANNA, Hermano (org.). *Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 119-160, 1997.

\_\_\_\_\_. *Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas.* **Revista Sociologia Especial–Ciência e Vida.** São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: PINHEIRO, Diógenes et al (orgs). *Juventudes em perspectiva: múltiplos enfoques.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014, p. 8-11.

NOVAES, Regina Reys; PORTO, Marta; HENRIQUES, Ricardo (orgs.). **Juventude, cultura e cidadania.** Rio de Janeiro: Comunicações do ISER, ano 21, p. 31-36, 2002. Edição Especial.

NONATO, Murillo N.; PIMENTA, Thaís A. F.; PEREIRA, Francis J. **Geração z: os desafios da mídia tradicional.** *Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, Recife, v. 1, p. 1-10, 2012.

OLIVEIRA, S. *Geração Y – O nascimento de uma nova versão de líderes*. São Paulo, SP: Integrare. 2010.

PARTICIPATÓRIO– **Observatório Participativo da Juventude. Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013**. Secretaria Nacional de Juventude, Brasília, 2013.

PASE, Hemerson L. **A situação das Américas: democracia, capital social e empoderamento**. *Revista Debates*. Porto Alegre, v.6, n.1, p. 35-59, 2012.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUINTANILHA, Luiz F. Inovação pedagógica universitária mediada pelo Facebook e YouTube: Uma experiência de ensino-aprendizagem direcionado à geração-Z. **Educar em Revista**, n. 65, p. 249-263, 2017.

RABIN, Marcela L. R; BACICH, Lilian. **O protagonismo juvenil na era digital**. *Revista Juventude e Políticas Públicas*, Brasília, v. 2, Edição Especial, p. 40-54, 2018.

RIBEIRO, Eliane. Políticas de Juventude no Brasil: conhecimento e percepção, in PINHEIRO, Diógenes et al (orgs). *Agenda Juventude Brasil: leitura sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2016, p. 287-307

RIZZI, Ester; XIMENES, Salomão de B. **Litigância estratégica para a promoção de políticas públicas: as ações em defesa do direito à educação infantil em São Paulo**.

RODRIGUES, Mariana; MENEZES, I.; FERREIRA, P. D. Efeitos longitudinais da socialização política nos comportamentos de participação de jovens. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e175560, 2018.

RUIZ, Juan D. C. **Jóvenes y cultura política: una aproximación a la cultura política de los universitarios de Bogotá**. *Reflexión Política*, v. 19(38), 2017, p. 58-72.

RUSCHEINSKY, A. **Modernidade, educação e a geração de jovens dos 500 anos. Momento (Rio Grande)**, Rio Grande, v. 12, p. 17-36, 1999.

SANTOS, Boaventura de S. (org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Cabraldos; ISABELLE, Luana; YAMAMOTO, Oswaldo H. **Juventude brasileira em pauta: analisando as conferências e o Estatuto da Juventude**. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 16, n. 2, p. 657-668, 2018.

SCHMIDT, João Pedro. **Equilíbrio de baixa intensidade: capital social e socialização política dos jovens brasileiros**. In: BAQUERO, Marcelo (org). *Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGRS / CNDM, 2001a, 119-149.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. **Direitos da Juventude – Subsídios para o debate. 3ª Conferência Nacional da Juventude. Governo Federal, Brasília, 2015.**

SEGUNDO, Mário A. C. S.; SEVERO, Ricardo G. Repensando o currículo a partir da ocupação de escolas. **Práxis Educativa**, v. 14, n. 3, p. 1104-1120, 2019.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SEVERO, Ricardo G.; SEGUNDO, Mário A. C. Ocupatadores: socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 73-98, 2017.

SILVA, Naura S. F. C. **Supervisão Educacional: uma reflexão crítica.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, Roberto e outros (orgs). **Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social.** São Paulo: Expressão & Arte, v. 2, 2011

SILVA, Sidney Reinaldo. **Democracia, educação e reconhecimento**, in SILVA, Rodrigo M.D. et al (Org.). **Educação, cultura e reconhecimento: desafios às políticas contemporâneas.** São Paulo: Atlas/Salta, 2015. p. 1-17

SOBRINO, Jon. **Onde está Deus? Terremoto, Terrorismo e Utopia.** São Leopoldo. Ed. Sinodal, 2007.

SOUSA, Janice T. P. **Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens nos anos 90.** São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SOUSA, Janice T. P.; GROPPPO, Luís A. **Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo.** Florianópolis: UFSC, 2011.

SOUTO, Anna Luiza Salles. Juventude e participação, in PINHEIRO, Diógenes et al (orgs). **Agenda Juventude Brasil: leitura sobre uma década de mudanças.** Rio de Janeiro: UFRJ. 2016, p. 265-286

SPOSITO, Marília P. A pesquisa sobre jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006), in SPOSITO, Marília P. (coord). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006).** Belo Horizonte: Argumentum, vol. 1, 2009, p. 17-56.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje.** 3º ed. Petrópolis, 2007.

\_\_\_\_\_. **Crítica da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 2004.

VIOLA, Solon e PIRES, Thiago. **Os Difíceis Ecos dos Direitos Humanos: participação e cultura entre gerações.** Revista Debates. Revista da Ciências Políticas, V. 8, 2014.

VOUGA, Cláudio. **A leitura dos clássicos.** In: QUIRINO, Célia G.; VOUGA, Cláudio; BRANDÃO, Gildo. (Orgs). 2004. **Clássicos do Pensamento Político – 2. ed. rev. –** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

WELLER, Wivian. **A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim.** Sociedade e Estado, v. 25, n. 2, p. 205-224, 2010.

\_\_\_\_\_. Jovens no Ensino Médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Org.) **Juventude e Ensino Médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 135-156.

WAUTIER, Anne Marie. **Para uma Sociologia da Experiência**. Uma leitura contemporânea: François Dubet. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 9, 2003, p. 174-214

## ANEXO.1

## JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: INTERESSES E PRÁTICAS SOCIAIS

Doutorando – José Silon Ferreira

## - Questionário –

<b>1.Sexo:</b> a. ( ) Masculino; b. ( ) Feminino.	<b>2.Idade:</b> a. ( ) 10-14 anos b. ( ) 15-17 anos c. ( ) 18-25 anos d. 21-24 anos e. ( ) 25-29 anos	<b>3.Como você considera sua cor?</b> a. ( ) de cor branca; b. ( ) de cor negra; c. ( ) de cor morena; d. ( ) de cor indígena; e. ( ) de outra cor;
<b>3.Você estuda atualmente:</b> a. ( ) no ensino fundamental b. ( ) no ensino médio e. Nome da Escola: _____		
<b>5.Você nasceu em São Leopoldo?</b> a. ( ) Sim b. ( ) Não Onde? _____	<b>6.Em que bairro você nasceu?</b> Bairro _____ <b>7. Em que bairro você vive agora?</b> Bairro: _____	
<b>8. Com quem você mora atualmente?</b> a. ( ) com os pais b. ( ) só com a mãe c. ( ) só com o pai d. ( ) com outros parentes e. ( ) com amigo/a <b>10. Se você mora com seus pais e pudesse decidir agora...</b> a. ( ) mudaria já para morar sem seus pais? ( ) sim ( ) não b. ( ) esperaria mais um tempo para mudar? ( ) sim ( ) não c. ( ) não tem planos de morar sem seus pais (sim) (não)	<b>9. Como você define a sua relação com os pais?</b> <b>(Marque apenas uma opção)</b> a. ( ) às vezes boa b. ( ) com certas brigas c. ( ) plenamente satisfatória d. ( ) me respeitam e. ( ) tem coisas a meu respeito que não aceitam. Como qual? _____ ( ) namoro ( ) sexualidade ( ) gastos ( ) outro Qual? _____	
<b>11. Você tem alguma religião?</b> a. ( ) Não b. ( ) Sim Qual? _____ c. Participa de grupo religioso ( ) Sim ( ) Não	<b>12. Você freqüenta regularmente algum culto religioso?</b> a. ( ) Não b. ( ) Sim De qual religião? ( ) Católica ( ) Evangélica ( ) Espírita ( ) Umbanda ( ) Nação, Batuque, Candomblé, etc. ( ) Exu ( ) Outra Qual? _____	

SER JOVEM

**13. Quais são as melhores coisas de ser jovem?  
(Marque até 3 opções de resposta)**

- a. ( ) independência financeira
- b. ( ) atividades de lazer/entretenimento
- c. ( ) aproveitar a vida/viver com alegria
- d. ( ) ter liberdade
- e. ( ) viver com alegria.
- e. ( ) não ter preocupações/responsabilidades
- f. ( ) estudar/adquirir conhecimentos
- g. ( ) poder trabalhar
- h. ( ) as amigas
- i. ( ) Saúde/força física
- j. ( ) apoio da família
- k. ( ) lutar pelos objetivos
- l. ( ) não tem nada de bom

**14. Quais são as piores coisas de ser jovem?  
(Marque até 3 opções de resposta)**

- a. ( ) não tem nada de ruim
- b. ( ) impedimentos por ser menor de idade
- c. ( ) falta de trabalho/de renda
- e. ( ) desrespeito/incompreensão dos adultos
- f. ( ) conviver com riscos
- g. ( ) drogas
- h. ( ) más companhias
- i. ( ) violência
- j. ( ) controle familiar
- k. ( ) falta de liberdade
- l. ( ) não ter namorada/o

**15. Quais são os problemas que mais lhe preocupam atualmente?**

**Enumere de mais (1) a menos (5)**

**(Marque até 5 opções de resposta)**

- a. ( ) sexualidade 1 2 3 4 5
- b. ( ) emprego/desemprego 1 2 3 4 5
- c. ( ) educação 1 2 3 4 5
- d. ( ) drogas 1 2 3 4 5
- e. ( ) fome/miséria 1 2 3 4 5
- f. ( ) segurança/violência 1 2 3 4 5
- g. ( ) família 1 2 3 4 5
- h. ( ) crise econômica 1 2 3 4 5
- i. ( ) política do Brasil 1 2 3 4 5
- j. ( ) namoro/amigadas 1 2 3 4 5
- k. ( ) moradia 1 2 3 4 5
- l. ( ) meio ambiente 1 2 3 4 5
- m. ( ) a pouca solidariedade 1 2 3 4 5

**16. Quais são os assuntos que mais lhe interessam?**

**(Marque, somente, 5 opções de resposta)**

- a. ( ) segurança/violência
- b. ( ) saúde/cuidado do corpo
- c. ( ) emprego/profissional
- d. ( ) ciência e tecnologia/informática
- e. ( ) relacionamentos amorosos
- f. ( ) esportes/atividades físicas
- g. ( ) economia/finanças
- h. ( ) família
- i. ( ) amigas
- j. ( ) drogas
- k. ( ) moda
- l. ( ) política
- m. ( ) religião
- n. ( ) educação
- o. ( ) sexualidade
- p. ( ) cultura/lazer
- q. ( ) música/dança
- r. ( ) carros/motos

**17. Do que você sente mais medo na atualidade? (Marque até 3 opções de resposta)**

- a. ( ) guerra/catástrofes naturais
- b. ( ) AIDS/Doenças sexualmente transmissíveis
- c. ( ) fofocas/boatos/desprestígio social
- d. ( ) solidão
- e. ( ) miséria
- f. ( ) incompreensão na vida
- g. ( ) drogas
- h. ( ) violência
- i. ( ) outra: qual? \_\_\_\_\_

--	--

<p><b>18. Quais os assuntos que você acha mais importantes para serem discutidos pela sociedade Em geral? (Marque 5 opções.)</b></p> <p>a. ( ) educação  b. ( ) política  c. ( ) ética e moral  d. ( ) racismo/discriminação  e. ( ) drogas  f. ( ) desigualdade e pobreza  g. ( ) segurança  h. ( ) futuro profissional  i. ( ) ecologia e meio ambiente  j. ( ) corpo e saúde  k. ( ) sexualidade  l. ( ) direitos sociais e cidadania</p>	<p><b>19. Quais são os principais problemas de São Leopoldo na atualidade? (Marque 5 opções.)</b></p> <p>a. ( ) infra-estrutura  b. ( ) segurança/violência  c. ( ) miséria  d. ( ) desemprego  e. ( ) educação  f. ( ) drogas  g. ( ) lixo nas ruas  h. ( ) praças e parques em mau estado  i. ( ) repressão  j. ( ) vizinhos  k. ( ) saúde  l. ( ) administração política  m. ( ) falta de controle  n. ( ) política  o. ( ) outros Qual? _____</p>
--	---

#### **VALORES E REFERENCIAS PESSOAIS**

<p><b>20. Se num passe de mágica você pudesse mudar qualquer coisa na sua vida ou no mundo, o que você faria primeiro? (Marque 3 opções.)</b></p> <p>a. ( ) melhorar relacionamentos humanos  b. ( ) acabar com miséria/pobreza/fome  c. ( ) melhor educação  d. ( ) uma cirurgia estética  e. ( ) mudaria de cidade/país  f. ( ) acabaria com a violência/criminalidade  g. ( ) combateria a venda de drogas  h. ( ) combateria as desigualdades sociais  i. ( ) lutaria por mais e melhor trabalho  j. ( ) Política</p>	<p><b>21. Pensando numa sociedade “ideal”, quais seriam os valores mais importantes? (Marque 5 opções.)</b></p> <p>a. ( ) liberdade política  b. ( ) respeito ao meio ambiente  c. ( ) justiça social  d. ( ) igualdade de oportunidades  e. ( ) dedicação ao trabalho  f. ( ) conforto material  g. ( ) obediência à autoridade  h. ( ) respeito às diferenças  i. ( ) temor a Deus  j. ( ) respeito às tradições</p>
---	--

<p><b>22. Quais as coisa mais importantes na sua vida pessoal? (Marque 3 opções.)</b></p> <p>a. ( ) boa relação familiar  b. ( ) ter um bom trabalho/emprego  c. ( ) viver numa sociedade mais justa  d. ( ) estar sempre com amigos  e. ( ) ter um diploma  f. ( ) ter muito dinheiro</p> <p>g. ( ) ser uma pessoa famosa  h. ( ) ser querido pelas pessoas  i. ( ) ter uma posição política/ideologia  j. ( ) boa saúde  k. ( ) outro  Qual? _____</p>
--

<p><b>23. Você é a favor da prática de aborto dependendo das circunstâncias?</b></p> <p>a. ( ) sim  b. ( ) não</p>
--

#### **TRABALHO**

<p><b>24. Qual das seguintes alternativas se aproximam mais do que você pensa sobre o trabalho?</b></p>	<p><b>25. O que é preciso para ter sucesso no mercado de trabalho? (Marque apenas uma opção.)</b></p>
---	---

<p><b>(Marque apenas uma opção.)</b>          exploração ( )          auto-realização ( )          independência ( )          crescimento pessoal ( )          necessidade ( )</p>	boa presença ( ) formação profissional/educação ( ) bons contatos profissionais ( ) ter quem indique ( ) competência/saber trabalhar ( )
<p><b>26. Em sua opinião, qual a maior dificuldade para conseguir emprego na atualidade? (Marque apenas uma opção.)</b>          a. falta de capacitação ( )          b. timidez ( )          c. acesso ao local de trabalho ( )          d. idade ( )          e. falta de experiência ( )          f. incompreensão ( )          g. Crise Econômica no Brasil</p>	<p><b>27. Que idade você tinha quando conseguiu o primeiro emprego?</b>           nunca trabalhei ( )          antes dos 10 anos ( )          10 a 14 anos ( )          15 a 19 anos ( )          Outra. Qual? _____</p>

#### CULTURA E LAZER

<p><b>28. Das seguintes atividades, quais você costuma fazer de segunda a sexta-feira? (até 3 opções de resposta)</b>          estudar ( )          namorar ( )          ouvir música ( )          ler um livro ( )          assistir à televisão ( )          encontrar amigos ( )          ajudar em tarefas de casa ( )          tocar instrumentos ou cantar ( )          praticar esportes ( )          Redes Sociais ( )          falar ao telefone/celular ( )          ir ao bar com amigos/as ( )          ir dançar ( )          ir à igreja ( )</p>	<p><b>29. E nos finais de semana? (até 3 opções de resposta)</b>          estudar ( )          namorar ( )          ouvir música ( )          ler um livro ( )          assistir à televisão ( )          encontrar amigos ( )          ajudar em tarefas de casa ( )          tocar instrumentos ou cantar ( )          praticar esportes ( )          Redes Sociais ( )          falar ao telefone ( )          ir ao bar com amigos/as ( )          ir dançar ( )          ir a igreja ( )</p>
<p><b>30. O que você mais gosta de fazer no seu tempo livre, mesmo que só faça de vez em quando? (até 3 opções de resposta)</b>          ir ao cinema ( )          praticar esportes ( )          ir à praia ( )          dançar ( )          sair com amigos ( )          ir ao shopping ( )          passear em parque ou praça ( )          interagir nas redes sociais ( )          ir a festas em casa de amigos ( )          namorar ( )          assistir à televisão ( )          ouvir música ( )</p>	<p><b>31. Pensando nas coisas que você nunca fez (ou fez poucas vezes) nas suas horas livres, se você não tivesse que se preocupar com tempo, dinheiro, proibições dos pais ou qualquer outro problema, o que gostaria de fazer? (só responder uma opção)</b>          viajar ( )          fazer compras ( )          ir ao cinema ( )          ir a festas ( )          ir a shows ( )          ir a danceteria ( )          outro ( ) Que?          _____</p>

ir a show de música ( )	ler um livro ( )
-------------------------	------------------

<p><b>32. Quais são os gêneros ou tipos de música que você mais gosta? (só responder uma opção)</b></p> <p>rap/hip hop ( )          pagode ( )          MPB ( )          reggae ( )          rock ( )          axé ( )          samba ( )          sertanejo ( )          pop ( )          punk ( )          nativista/tchêmusic ( )          gosto de todos por igual ( )</p>	<p><b>33. Você faz parte de alguma “tribo” (urbana, cultural) ou sente muita simpatia por uma?</b></p> <p>a. não faço parte ou não sinto simpatia por nenhuma ( )          b. sim ( ) Qual?          - -pagodeiro/a ( )          sertanejo/a ( )          emo/gótico/a ( )          punk ( )          rockero/a ( )          funkeiro/a ( )          skateiro/a ( )          rapper/hip-hop ( )          outra ( ) Qual?</p>
--	--

<p><b>34. Quais são as opções de lazer existentes em São Leopoldo?</b></p> <p>campo de futebol ( )          quadra de esportes ( )          parques ( )          teatro ( )          danceteria ( )          “postinho” de gasolina ( )          clubes sociais e esportivos ( )          lanhouse ( )          rua ( )          outra ( ) Qual?</p>	<p><b>35. Em sua opinião, quais as opções de lazer que faltam em São Leopoldo?</b></p> <p>não faltam opções ( )          sim faltam ( )          Qual ou quais?          _____</p>
--	--

<p><b>36. Você está no Instagram Facebook ou alguma outra rede de contatos?</b></p> <p>sim – mas não participo muito ( )          sim – entro todos os dias ( )          sim – entro todas as semanas ( )          não ( )</p>
--

**PERCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO/ESCOLA/POLITICA**

<p><b>37. Como você considera o seu estudo?</b></p> <p>eu estudo bastante ( )          eu estudo pouco, ou mais ou menos ( )          eu não estudo nada, não gosto ( )</p>	<p><b>38. Para que é importante o que você aprende ou vive na escola? (até 3 opções de resposta)</b></p> <p>para fazer amigos ( )          não é importante ( )          é pouco importante ( )          para conseguir um bom trabalho ( )          para o futuro profissional ( )          para entender a realidade ( )          para se dar bem na vida ( )</p>	<p><b>39. Em sua opinião, a direção da escola entende os jovens?</b></p> <p>muito ( )          pouco ( )          nada ( )</p> <p><b>40. A escola está ligada aos problemas da atualidade?</b></p> <p>muito ( )</p>
---	---	---

	porque assim não estou na rua ( )	na pouco ( ) nada ( )
<p><b>41. O que você sugeriria para melhorar a escola/educação? (até 3 opções de resposta)</b>  a estrutura da escola, quadras, mais salas, computadores ( )  professores mais qualificados ( )  professores mais motivados ( )  maior e melhor dialogo com os professores ( )  mais atividades no turno inverso à escola ( )  mais segurança ( )  outra ( ) Qual? _____  não precisa melhorar ( )</p>		
<p><b>42. Na sua escola realizam-se debates sobre:</b>  ( ) – Aids/sexualidade/drogas/violência  ( ) – Direitos humanos  ( ) – Política/eleições  ( ) – Problemas do bairro/cidade  ( ) – Projeto político-pedagógico, disciplina, formas de avaliação</p>		
<p><b>43. Você conhece/leu/Estudou o Estatuto da Juventude?</b>  ( ) Sim  ( ) Não</p>		
<p><b>44. Você participa de algum grupo ?</b>  Partido político ( ) sim ( ) não  Grêmio Estudantil ( ) sim ( ) não  Associação de Bairro ( ) sim ( ) não  Grupo de Igreja ( ) sim ( ) não</p> <p><b>45. Você já participou de um grupo? ( ) sim ( ) não</b>  <b>Se você participa de algum(s) dos grupos da questão anterior, como começou?</b>  a) ( ) Na escola  b) ( ) Espontaneamente  c) ( ) Influência dos amigos  d) ( ) Influência dos pais  e) ( ) Influência da Igreja  f) ( ) Outro motivo. Qual</p>		
<p><b>46. Você já participou de alguma manifestação por direitos?</b>  Manifestações de 2013 ( ) sim ( ) não  Ocupa-Escola() sim ( ) não  Contra a violência ( ) na sociedade ( ) na rua ( ) na família  Contra o aborto ( ) sim ( ) não  Outra ( ) _____ - _____</p>		
<p><b>47. De que associações, entidades e grupos você participa atualmente?</b></p> <p><b>01 – Associação comunitária, de moradores ou sociedade de amigos(as) do bairro</b>  ( ) participa atualmente  ( ) já participou e não participa mais  ( ) nunca participou</p> <p><b>02 – Associação estudantil, grêmio estudantil</b>  ( ) participa atualmente  ( ) se já participou e não participa mais  ( ) nunca participou</p> <p><b>03 – Clube ou associação esportiva, recreativa ou de lazer (skate, por exemplo)</b>  ( ) participa atualmente  ( ) se já participou e não participa mais</p>		

nunca participou

**04 – Grupo artístico ou cultural (hip hop, funk, rap, grafite, bandas etc.)**

participa atualmente

se já participou e não participa mais

nunca participou

**05 – Grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico**

participa atualmente

se já participou e não participa mais

nunca participou

**06 – Grupo religioso**

participa atualmente

se já participou e não participa mais

nunca participou

**07 – Grupos diversos (galeras, gangues etc.)**

participa atualmente

já participou e não participa mais

nunca participou

**08 – Grupos/trabalhos voluntários**

participa atualmente

se já participou e não participa mais

nunca participou

**09 – Movimento negro/indígena/feminista/liberdade de opção sexual**

participa atualmente

já participou e não participa mais

nunca participou

**10 - Partido Político**

participa atualmente

já participou e não participa mais

nunca participou

**48. De um modo geral, como você classifica sua atitude frente à participação política?**

Considero-me politicamente participante

Penso que se deva deixar a política para pessoas que tenham mais competência do que eu

Procuro me informar sobre a política, mas sem participar pessoalmente

Não gosto de política  vou assumir a política adiante

**49. Você saberia me dizer o que significa cada um destes itens?**

1 – Alca  Sim  Não

2 – ECA  Sim  Não

3 – Fórum Social Mundial  Sim  Não

4 – Greenpeace  Sim  Não

5 – ONG  Sim  Não

6 – ONU  Sim  Não

7 – Política de cotas  Sim  Não

**50. Vou mostrar algumas frases e gostaria que você me dissesse o quanto concorda ou discorda delas, respondendo se: concorda totalmente, concorda parcialmente, discorda parcialmente ou discorda totalmente.**

**1 – A maioria dos(as) políticos(as) não representam os interesses da população**

concorda totalmente,

concorda parcialmente,

discorda parcialmente

discorda totalmente

**2 – É preciso que as pessoas se juntem para defender seus interesses**

concorda totalmente,

concorda parcialmente,

discorda parcialmente

discorda totalmente

**3 – É preciso abrir canais de diálogo entre os(as) cidadãos(ãs) e o Governo**

concorda totalmente,

concorda parcialmente,

discorda parcialmente

discorda totalmente

**4 – Cada pessoa tem que cuidar de seus próprios interesses**

concorda totalmente,

concorda parcialmente,

discorda parcialmente

discorda totalmente

**5 – A maioria dos(as) políticos(as) só defendem seus interesses pessoais**

concorda totalmente,

concorda parcialmente,

discorda parcialmente

discorda totalmente

**6. Sou a favor do voto não obrigatório.**

concorda totalmente,

concorda parcialmente,

discorda parcialmente

discorda totalmente

**48. Com que idade você fez o título de eleitor?**

16 anos ( )

18 anos ou mais ( )

**51. Você é simpatizante (apenas gosta, mas não é filiado) de algum partido político?**

( ) Não ( ) Sim Qual?

**52. Você votou nas últimas eleições?**

( ) 2016 ( ) sim ( ) não

( ) 2018 ( ) sim ( ) não